UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

CAMINHANDO COM OS PRÓPRIOS PÉS

A formação política e teórica da ORM-POLOP

(1956-1967)

Sérgio Luiz Santos de Oliveira

São Paulo

2016

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

CAMINHANDO COM OS PRÓPRIOS PÉS

A formação política e teórica da ORM–POLOP

(1956-1967)

Sérgio Luiz Santos de Oliveira

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Silva

São Paulo

2016

Agradecimentos

Agradeço a minha mãe, dona Maria Miguel, fundamental para a produção deste trabalho. A meu primo João Gilberto Miguel e família. A meu orientador Marcos Silva. Aos Professores Sean Purdy, Lincoln Secco, Osvaldo Coggiola, Jean Sales, Theotônio dos Santos. Ao Professor Luis Alberto Moniz Bandeira, com grande estima. Aos companheiros da USP e do CRUSP: Jairo Queiroz e Valentina Spinel, Mark Cruz, Theo Leão, Hilário Sena da Silva, Daniel Vasconcelos, Cássia Marconi, Fábio Alcamino, Kathya Salvador, Luiz Fay, Sebastian Lopes Velez, Eduardo Januário, Carlos Suárez. Aos amigos não citados aqui, com gratidão. A Vanessa Generoso Paes, com amor. A comunidade São Remo. Escrevi esta tese sem qualquer bolsa de apoio a pesquisa (FAPESP, Capes, Cnpq). A todos os que não se submeteram e não se submetem a ditadura.

Resumo

O objetivo da presente tese de doutorado é analisar a formação política e teórica da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP), a partir das três organizações que lhe serviram de base. Os três grupos a formar a sigla em estudo foram: A Liga Socialista Independente, articulada em São Paulo, sob a liderança de Hermínio Sacchetta, militante veterano oriundo do campo trotskista. Outra agremiação a servir de base a ORM-POLOP foi a Juventude Socialista da PSB, organizada no Rio de Janeiro, mas com ramificações em outros estados. Por fim, a terceira força a formar o grupo em estudo foi Mocidade Trabalhista do PTB, nosso foco se dará sobre a seção mineira desta agremiação, visto ter saído de Belo Horizonte o núcleo que aderiu a ORM-POLOP. Temos por meta apresentar e discutir cada uma das três linhas de força supracitadas, entender seus pressupostos teóricos, até que ponto foi possível se conciliar as distintas posições políticas, e como tais diferenciações contribuíram para a cisão da sigla. Nosso recorte histórico abrangerá o período que vai de 1956, ano em que se iniciam as atividades da LSI, até 1967, ano em que a ORM-POLOP se cinde em diversos grupos.

Palavras Chave: Brasil; Revolução; proletariado, socialismo, marxismo, ditadura, golpe de Estado, juventude, trabalhismo, guerrilha.

Résumé

L'objectif de la présente thèse de doctorat est d'analyser la formation théorique et politique de l'Organisation révolutionnaire marxiste - Politique du travail (ORM-POLOP), à partir des trois organisations qui lui ont servi de base. Les trois groupes pour former le sigle (l'acronyme) dans l'étude étaient: La Ligue socialiste indépendante, articulée à São Paulo, sous la direction de Herminio Sacchetta, militant vétéran venant (issu) du champ *trotskyiste*. Une autre partie pour former la base de ORM-POLOP était la jeunesse socialiste PSB, organisée à Rio de Janeiro, mais avec des succursales dans d'autres États. Enfin, la troisième force pour former le groupe d'étude était la jeunesse travailleuse (laborieuse) TBP, notre accent sera mis sur la section minière de cette association, vu avoir sorti de Belo Horizonte le noyau qui a accepté l'ORM-POLOP. Nous visons à présenter et à discuter de chacune des trois lignes de force ci-dessus, comprendre les hypothèses, dans quelle mesure il était possible de concilier les différentes positions politiques, et comment ces différences ont contribué à la scission de l'acronyme. Notre coupure historique couvrira la période de 1956, l'année au cours de laquelle commencent les activités de la LSI, jusqu'en 1967, l'année où l'ORM-POLOP se divise en plusieurs groupes.

Mots-clés: Brésil, révolution, prolétariat, socialisme, marxisme, dictature, coup d'État, jeunesse, travail, guérilla.

Abstract

My objective in this doctoral thesis is to analyze the political and theoretical formation of the *Organização Revolucionária Marxista – Política Operária* (The Revolutionary Marxist Organization – Workers’ Politics, ORM-POLOP) based on the three organizations which composed the base of the group. The three groups that formed the organization were: the *Liga Socialista Independente* (Independent Socialist League, LSI) based in São Paulo under the leadership of Hermínio Sacchetta, a veteran Trotskyist activist. Another group in the base of ORM-POLOP was the *Juventude Socialista da PSB* (Socialist Youth of the Brazilian Socialist Party, PSB), organized in Rio de Janeiro, but with influence in other states. The third force that formed the group’s base was the *Mocidade Trabalhista do PTB* (Labour Youth of the Brazilian Labour Party, PTB). My focus on this last group will be on its section in the state of Minas Gerais since the group that adhered to ORM-POLOP came from Belo Horizonte, the capital city of the state. My aim is to present and discuss each of these three groups, understand their theoretical presuppositions, the possibilities for the conciliation of these distinct political positions and, finally, how such differences contributed to the split in the organization. The study covers the period from 1957 when the LSI initiated its activities until 1967 the year in which ORM-POLOP split into diverse groups.

Keywords: Brazil, Revolution, Proletariat, Socialism, Marxism, Dictatorship, Coup d’état, youth, labourism, guerilla movements.

Lista de siglas e abreviações

ALN – Ação Libertadora Nacional
ANL – Aliança Nacional Libertadora
AP – Ação Popular
CC – Comitê Central
CCP – Comitê Central Provisório
CGT – Comando Geral dos Trabalhadores
COLINA – Comandos de Libertação Nacional
CR – Comitê Regional
DL – Dissidência Leninista
DR – Diretório Nacional
ED – Esquerda Democrática
FMP – Frente de Mobilização Popular
FTFBH – Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte
GCL – Grupo Comunista Lenin
GO – Grupo de Osasco
GRAC – Grupo Radical de Ação Popular
IC – Internacional Comunista
IMP – Inquérito Policial Militar
JS – Juventude Socialista
KPD – Partido Comunista Alemão (Kommunistischen Partei Deutschlands)
KPO – Partido Comunista de Oposição (Kommunistische Partei-Opposition)
LCI – Liga Comunista Internacionalista
LSI – Liga Socialista Independente
MEP – Movimento de Emancipação do Proletariado
MNR – Movimento Nacionalista Revolucionário
MSR – Movimento Socialista Renovador
MT – Mocidade Trabalhista
OLAS – Organização Latino-americana de Solidariedade
OCML-PO – Organização Comunista Marxista Leninista – Política Operária
ORM-POLOP – Organização Revolucionária Marxista – Política Operária

PCB – Partido Comunista do Brasil/Brasileiro
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PDT – Partido Democrático Trabalhista
POC – Partido Operário Comunista
POL – Partido Operário Leninista
POR – Partido Operário Revolucionário
POSDR – Partido Operário Social Democrata Russo
PSPB – Programa Socialista para o Brasil
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSPB – Programa Socialista para o Brasil
PSR – Partido Socialista Revolucionário
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PT – Partido dos Trabalhadores
PUA – Pacto de Unidade e Ação
PUI – Pacto de Unidade Intersindical
SR – Secretariado Regional
UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UDC – União de Defesa Coletiva.
UDN – União Democrática Nacional
UDS – União Democrática Socialista
USP – União Socialista Popular
VAR-Palmares – Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

Sumário

Introdução	11
A Liga Socialista Independente	24
1. A Liga Socialista Independente	25
1.1 Hermínio Sacchetta e a difusão do luxemburguismo no Brasil	25
1.2 O periódico Ação Socialista	34
1.3 Projeto Programa da Liga Socialista Independente	47
1.3.1 Declaração de Princípios	48
1.3.2 Programa de LSI	52
1.3.3 Estatutos	56
A Juventude Socialista do PSB	69
2. A Juventude Socialista do PSB	70
2.1 O Partido Socialista Brasileiro e o Socialismo Democrático	71
2.2 A formação da Juventude Socialista do PSB	81
2.3 Notas sobre Eric Sachs e Luiz Alberto Moniz Bandeira	89
2.4 A revista Movimento Socialista	105
A Mocidade Trabalhista do PTB	119
3. A Mocidade Trabalhista do PTB	120
3.1 O PTB e o Trabalhismo	121
3.2 A constelação trabalhista e o brizolismo	128
3.3 Ala Moça, Mocidade Trabalhista e MT de Minas Gerais	137
3.4 A cisão com o PTB	142
O Amálgama – ou a composição das três fontes da ORM-POLOP	148
4. O Amálgama – ou a composição das três fontes da ORM-POLOP	149
4.1 O Congresso de Jundiaí e a articulação inicial	150

4.2 A estruturação interna e os alicerces da organização	157
4.2.1 O modo inicial de organização.....	157
4.2.2 Transição imediata ao socialismo.....	159
4.2.3 O papel central da classe operária no processo revolucionário brasileiro, sindicatos e comitês.....	161
4.2.4 Os trabalhadores do campo	165
4.2.5 O papel dos estudantes.....	169
4.2.6 A participação no jogo político institucional	171
4.2.7 A questão das frentes	174
4.3 O II Congresso e a reorientação organizacional	178
4.4 Do golpe de Estado a cisão	185
A Propósito do Programa	197
6. A propósito do programa.....	198
Considerações Finais.....	227
Referências Bibliográficas	242

Introdução

O que é uma política operária nas condições concretas das lutas de classes no país? Esta pergunta chegou a ser recolocada praticamente em toda mudança de conjuntura, quando surgiram mudanças de condições de luta. Foi colocada por nós dentro de um contexto político fundamental, que visava a necessidade da libertação do proletariado brasileiro da tutela da burguesia, da formação de uma classe politicamente independente e oposta à política burguesa, e da sua transformação — conforme as palavras de Marx — em uma classe para si. Salientamos tratar-se de um processo histórico, produto da evolução da própria sociedade capitalista, o qual não dependia só de nós e da nossa atuação. Nós tínhamos um papel neste processo, na medida em que contribuíssemos para acelerá-lo e empurrá-lo para frente. Chegamos a definir esta tarefa fundamental como nossa "linha estratégica".

(Eric Sachs – *Andar com os próprios pés*)

Daniel Aarão Reis Filho, em seu estudo intitulado *a Revolução Faltou ao Encontro*¹, publicado em 1990, apresenta um organograma com as principais organizações de esquerda atuantes no Brasil entre 1961 e 1970. Destas, boa parte aderiu ao combate pela arma à ditadura civil-militar que se apossou do Estado brasileiro em 1964. No organograma apresentado por Reis Filho, encontramos ao menos quatro organizações que serviram de tronco para toda a miríade de grupos armados em luta contra o regime autoritário, sendo estas o tradicional PCB, sua cisão de 1962, o PC do B, a AP e a POLOP². Como desdobramento desta organização, ao menos três siglas obtiveram grande destaque na fase que ficou conhecida como Anos de Chumbo: os Comandos de Libertação Nacional (COLINA), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), e a Vanguarda Armada Revolucionária–Palmares (VAR-Palmares). Outro agrupamento derivado da POLOP foi o Partido Operário Comunista (POC), que por sua vez se subdividiu, após cisão, em Organização Comunista Marxista Leninista – Política Operária (OCML-PO) e POC-COMBATE. Mas o legado da POLOP não se limitou à guerrilha e aos Anos de Chumbo, durante a década de 1970, a sigla recuperou sua antiga denominação e retomou suas atividades políticas, em caráter não armado. Durante o

¹ REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução Faltou ao Encontro*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

² Optamos por identificar a ORM-POLOP apenas por POLOP, pois entendemos que seu caráter de Organização Marxista Revolucionária está subentendido.

período da redemocratização, boa parte dos quadros polopistas acabou por aderir ao Partido dos Trabalhadores, outra parcela se uniu ao brizolismo e ingressou no Partido Democrático Trabalhista. A organização em estudo encerra suas atividades em meados dos Anos 1980.

Nosso interesse pela sigla em discussão se iniciou durante nossa dissertação de mestrado. Estudamos o Grupo de Osasco³, agremiação cujos membros acabaram por aderir, em sua maioria, a VPR. Outra parcela do GO ingressou no POC, e muitos mantiveram vínculos com a POLOP pré-cisão de 1967. Posteriormente, parte dos quadros oriundos de Osasco se engajaram na VAR-Palmares. O que todos esses agrupamentos tinham em comum era a adoção dos princípios básicos desenvolvidos nos debates polopistas entre 1961 e 1967. A parte as nuances, os princípios gerais em torno do pensamento de matriz polopista eram: o papel central do proletariado durante o processo revolucionário brasileiro, a transição imediata ao socialismo após a tomada do poder, e a formação do partido revolucionário durante o processo de luta, partido este que deveria encabeçar a frente de esquerdas voltada a conquista do poder. Alguns grupos derivados da POLOP, como os COLINA, afastaram-se desses postulados de modo mais efetivo, mas as demais siglas, em boa medida, adotaram tais premissas.

Mas o legado polopista não se resumiu a organização e militância política, nas linhas do periódico *Política Operária*, um profícuo debate foi travado tendo como referencial básico o processo revolucionário brasileiro. O alvo preferencial dos questionamentos polopistas eram as teses desenvolvidas e defendidas pelo PCB, mas os debates propostos sempre abrangeram toda a esquerda vinculada a constelação marxista em atividade no Brasil do período. A POLOP contribui para diversificar as discussões e análises num meio que se encontrava amplamente controlado pelos pecebistas. Mas os questionamentos da organização também se dirigiam a outras forças, como os grupos vinculados a IV Internacional, e as correntes orientadas em torno do nacionalismo de esquerda, com destaque para o brizolismo.

A POLOP foi constituída em 1961, em um Congresso realizado em Jundiaí, interior de São Paulo. O grupo foi formado a partir de três organizações, acrescida de um punhado de quadros esparsos, alguns egressos do PCB, outros de militância

³ OLIVEIRA, Sérgio Luiz Santos de. “O Grupo (de Esquerda) de Osasco. Movimento Estudantil, Sindicato e Guerrilha (1966-1971)”. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 2011.

independente. Mas o grosso da sigla veio dos seguintes grupos: da Liga Socialista Independente, agremiação formada em 1956, sob a liderança de Hermínio Sacchetta, veterano trotskista refratário a IV Internacional. A LSI teve suas atividades praticamente restritas a São Paulo, embora seu periódico, o *Ação Socialista*, fosse distribuído a outros centros do país, especialmente no meio universitário. Este grupo se definia como luxemburguista, mas como veremos, seu programa revolucionário efetuava uma mescla entre preceitos partidos do pensamento de Leon Trotski e de Rosa Luxemburgo. A outra sigla a formar a POLOP foi a Juventude Socialista do PSB, este agrupamento tinha como principais organizadores Eric Sachs e Luiz Alberto Moniz Bandeira. A JS tinha sua base e direção no Rio de Janeiro, mas possuía ramificações em outros estados. Durante a realização do Congresso de Jundiá, a JS já se encontrava em processo de cisão junto ao PSB. Embora se anunciasse como socialista, o grupo se orientava por teses leninistas não vinculadas III Internacional, sobretudo àquelas advindas do pensamento estalinista, caro ao PCB, e insumos provindos do campo trotskista, mas sem vinculação direta com a IV Internacional. Eric Sachs se orientava mais pelo pensamento leninista, enquanto Moniz Bandeira se alinhava mais ao trotskismo. A terceira força a constituir a organização em estudo foi a Mocidade Trabalhista do PTB, agremiação de caráter nacional, tendo em Belo Horizonte sua seção mais atuante. E foi justamente dessa capital que saiu o grupo a ingressar na POLOP em 1961, sua porção mais a esquerda, a esta altura também em processo de afastamento do partido que lhe fornecia guarida. A MT se orientava pelo trabalhismo de esquerda de verniz brizolista, mas suas concepções ultrapassavam os limites institucionais impostos pelas direções petebistas. A partir destes três grupos, a LSI, a JS e a MT, formou-se a Organização Marxista Revolucionária – Política Operária.

Mas como foi possível a junção de matrizes de pensamento tão distintas quanto às acima expostas? Este é o objetivo deste trabalho, entender como se deu o amálgama entre propostas revolucionárias diferenciadas, como foi possível constituir uma linha comum de atuação entre as seções da nova organização, distribuídas entre as principais capitais do país, e se de fato houve uma junção, ou apenas uma composição tática, a espera de novas definições. Também buscamos expor qual foi a contribuição da POLOP para o pensamento marxista nacional, em termos tático-estratégicos, políticos e

acadêmicos. Por fim, pretendemos identificar como as distintas origens a permear o grupo contribuíram para a cisão de 1967.

A POLOP já foi contemplada por uma série de estudos acadêmicos, textos jornalísticos, memorialísticos e afins. Um dos primeiros estudos acadêmicos a abordar a POLOP foi a obra *O Combate nas Trevas. A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*, de Jacob Gorender⁴. Nesta obra, publicada pela primeira vez em 1987, a POLOP e suas cisões subsequentes estão relacionadas a todo o espectro das organizações guerrilheiras do período. Outros estudos são o já citado *A Revolução Faltou ao Encontro*, e *O Fantasma da Revolução Brasileira*, de Marcelo Ridenti, pesquisas que elencam e analisam o rol de siglas em combate violento à ditadura. Também de Daniel Aarão Reis Filho, em parceria com Jair Ferreira de Sá, há a coletânea *Imagens da Revolução. Documentos políticos das organizações de esquerda dos anos 1961-1971*, nesta coletânea se encontra o “Programa Socialista para o Brasil”, redigido por Eric Sachs.

Acerca do tema em discussão, encontra-se na série *História do Marxismo no Brasil*, volume 5, organizada por Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis Filho, o texto intitulado “Em Busca da Revolução Socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967)”, escrito por Marcelo Badaró Mattos. Neste artigo é abordada a trajetória da POLOP até sua cisão em 1967. Outro artigo a apreciar o assunto é “Classe operária, partido de quadros e revolução socialista. O itinerário da Política Operária – POLOP (1961-1986)”, presente na coletânea *Revolução e Democracia. 1964...*, organizada por Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira de Sá, redigido por Reis Filho, um dos grandes pesquisadores sobre o tema.

Existem também algumas teses e dissertações a tratar da POLOP. Tivemos acesso a pesquisa de Leovegildo P. Leal, dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal Fluminense em 1992, intitulada “Política Operária: a quebra do monopólio político, teórico e ideológico do reformismo na esquerda brasileira”, estudo de enfoque mais teórico, aborda a formação da organização, analisando o debate do grupo perante a

⁴ Em caráter de denúncia, foi publicado em 1985 o relatório *Brasil: Nunca Mais*, organizado por Dom [Paulo Evaristo Arns](#), o rabino [Henry Sobel](#) e o pastor [presbiteriano Jaime Wright](#). Este livro reuniu cerca de 707 processos realizados pelo Superior Tribunal Militar, num período que vai de 1961 a 1979. A obra apresenta o rol de organizações de esquerda perseguidas pela ditadura civil-militar, dentre os grupos elencados, encontra-se a Polop e as organizações que lhe deram sequência. Para consulta: ARNS, Paulo Evaristo. *Brasil: nunca mais*. (25ªEd.) Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1990.

esquerda nacional dos Anos 1960. O trabalho de Leal foi publicado em 2011, com o título *História da POLOP. Da fundação à aprovação do Programa Socialista para o Brasil*. Por Joelma Alves de Oliveira, temos a dissertação “POLOP. As origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista (1961-1967)”, defendida na UNESP de Araraquara em 2008. Joelma discute a estruturação do grupo, seu posicionamento perante o debate inter-esquerdas nacional, e as discussões internas que levaram a cisão da sigla. As duas pesquisas supracitadas discutem a atuação da POLOP após sua formação, em 1962, mas fazem poucas menções aos grupos que lhe deram origem.

Em 2009, o Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) – LABELU, recebeu um acervo documental doado pelo Centro de Estudos Victor Meyer, contendo um arquivo com documentação referente a POLOP. A doação foi feita pelo casal Victor Meyer e Eliza Yonezo, ambos ex-militantes polopistas. A partir dessa documentação, formou-se um grupo de estudos vinculado ao LABELU. No XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH, realizado em São Paulo, em julho 2011, foi apresentado o simpósio temático “Para a História da POLOP (1961-1983): debate historiográfico e apontamentos iniciais de pesquisa”, organizado pelos pesquisadores Eurelino Coelho e Igor Gomes Santos. Do grupo de pesquisa organizado em torno do LABELU, foi publicada em 2015 a dissertação de mestrado “A Experiência Comunista da Organização Marxista Revolucionária – Política Operária (1961-1964)”, por Lineker Roberto. Neste estudo o pesquisador discute formação da POLOP, seus pressupostos teóricos, os debates inter-esquerdas, e a postura da organização perante os eventos que redundaram no golpe de 1964.

O maior e mais completo arquivo sobre a POLOP se encontra no supra-referido Centro Victor Meyer, o conjunto dos documentos presentes no acervo deste centro se encontra em formato digital, estando disponíveis no site centrovictormeyer.org.br. Neste endereço eletrônico encontramos boa parte dos exemplares do periódico *Política Operária*, especialmente os publicados entre 1962 e 1964. O centro também disponibiliza documentos referentes aos congressos da organização, circulares internas, boletins e cronogramas de cursos a serem oferecidos aos militantes, dentre outros escritos. No site também podem ser acessados escritos fundamentais de Eric Sachs como: “Aonde Vamos?” (série), “Caminho e Caráter” (em quatro partes), “Partido,

Vanguarda e Classe”, “Qual a herança da Revolução Russa?” (obra publicada), “Andar com os próprios pés” (coletânea de artigos publicada), dentre outros textos. Além deste centro, boa parte da documentação referente a POLOP pode ser encontrada no Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM), localizado na capital paulista⁵.

Eric Hobsbawm, em sua coletânea de ensaios *Sobre História*, indaga se *podemos* escrever a história da Revolução Russa. Sua resposta inicial é afirmativa, mas logo em seguida o historiador britânico provoca seus leitores com o seguinte questionamento: “podemos algum dia escrever a história definitiva de alguma coisa (...)?”⁶. Neste ponto, sua resposta é negativa, e se completa com o seguinte raciocínio: “cada geração faz suas próprias perguntas novas sobre o passado. E todas continuarão a fazer isso”⁷. Vivemos em um país de democracia frágil, a ameaça de ciclos autoritários paira por nossa política e assedia nossas instituições de modo frequente. Pagamos o preço por uma *reconciliação extorquida*⁸, representada por uma anistia imposta, sem o devido acerto de contas entre o regime autoritário e ilegítimo que comandou o Brasil por 21 anos. Regime este que deixou oficialmente o poder em 1985, mas nem a Constituição de 1988, de caráter democrático, foi capaz de extirpar de nosso país. Setores antidemocráticos, herdeiros do regime de 1964, permaneceram entrincheirados em posições chave de nosso aparato burocrático-estatal, demandando uma constante

⁵ Baseamos o título de nosso trabalho no artigo de Eric Sachs intitulado “Andar com os próprios pés”, redigido em 1985, um de seus últimos escritos, em 1994 o mesmo título foi utilizado em uma coletânea de textos publicados pela editora Segrac, de Belo Horizonte. O objetivo de Eric Sachs (aliás, da POLOP), em sua trajetória de militante comunista no Brasil, sempre foi constituir uma linha de análise, com base nos pressupostos marxistas, genuinamente nacional, em um meio que tinha por prática transplantar de forma mecânica leituras que tomavam como referência cenários distintos aos verificados no Brasil e na América Latina. A partir destas novas e refinadas leituras, segundo Sachs, poderia se desenvolver uma estratégia revolucionária adaptada a nossa realidade efetiva. SACHS, Eric. “Andar com os próprios pés”. Texto disponível em formato digital no Centro de Estudos Victor Meyer, no endereço eletrônico: <http://centrovictormeyer.org.br>

⁶ HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 256

⁷ Idem, ibidem.

⁸ TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Org.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo : Boitempo, 2010.

vigilância no que tange nossas limitadas conquistas democráticas. Cremos que a constante leitura, releitura, reavaliação e manutenção de nossa memória acerca de nosso passado serve e servirá sempre como um alerta para as novas gerações sobre o perigo, o *estado de emergência* latente que ronda nossa sociedade, e por que não, civilização.

A atual geração de pesquisadores tem agora todo um acervo de novos documentos sobre o último ciclo autoritário brasileiro, o que engendra uma série de novas “perguntas”. A Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, regulou o acesso aos documentos produzidos e apreendidos pelos órgãos da repressão estatal atuantes durante a ditadura de 1964, e mesmo antes. Um importante esforço de pesquisa, catalogação e digitalização vem sendo empreendido pelos órgãos competentes no sentido de disponibilizar tais documentos para consulta. Tal fato vem facilitando atuais pesquisas sobre o tema em discussão. Uma série de novas fontes se encontra agora a disposição, prontuários produzidos pelos Dops e congêneres, periódicos e boletins internos dos movimentos e organizações em combate ao regime civil-militar, relatórios, informes, panfletos, etc. Documentos que lançam luz a novos questionamentos acerca da última ditadura e seus métodos repressivos. Dentro desta perspectiva, somamo-nos ao corpo de pesquisadores que se debruçam sobre novas (recém reveladas) e antigas fontes, voltados a um esforço de pesquisa e análise que certamente não se esgotará nessa “geração”.

Enquadramos nossa pesquisa dentro do terreno da *História Social*, seguindo os padrões metodológicos caros a historiografia pós *Escola dos Annales*⁹. Nosso objeto de pesquisa é a ORM-POLOP, uma organização política em transição, com caráter de frente, repleta de correntes de pensamento internas. Acima vimos o questionamento de Hobsbawm acerca da Revolução Russa e suas leituras. Em se tratando da POLOP, deparamo-nos com um projeto revolucionário que não se efetivou, ficou a meio caminho, perdendo-se em meio à repressão e divisões internas. A POLOP sempre teve como meta primeiramente se constituir enquanto partido político, como um elemento *organizador da vontade coletiva*. Encaramos a sigla em questão como um *organismo*

⁹“O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (...) que ele trás deve ser em primeiro lugar analisado desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe documento verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer papel de ingênuo”. LE GOFF, Jacques. “Documento Monumento”. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. (Vol.1) *Memória-História*. Portugal: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984. p. 102-103

em sentido gramsciano, a meio caminho de se edificar enquanto partido político de fato, enquanto “elemento complexo de sociedade no qual já tenha se iniciado a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada parcialmente na ação”¹⁰. O projeto de tomada de poder por parte da POLOP e seus teóricos sempre esteve atrelado a construção de um partido de massas, tendo como principal referencial a Revolução Russa. Temos por objetivo problematizar esse projeto de Revolução inconcluso, a partir dos debates e das linhas de força internas a organização em análise.

Com relação às fontes, trabalharemos basicamente com fontes textuais, providas tanto dos órgãos de repressão (DEOPS e afins), quanto da organização em estudo. Nossos documentos base serão as edições do periódico *Política Operária*, cujos exemplares, no período que vai de 1962 a 1967, já se encontram em nossos arquivos pessoais, além de uma série de boletins, informes internos, circulares e documentos referentes a conferências e congressos que circulavam entre os militantes da POLOP durante o período que nos toca. No que respeita aos arquivos consultados, tivemos acesso à boa parte do material disponível em formato digital no Centro Victor Meyer e no Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP. Também tomaremos como referência documentos muito gentilmente a nós fornecidos por Luiz Alberto Moniz Bandeira, vindos de seus arquivos pessoais digitalizados, e um artigo de viés histórico-memorialista seu ainda não publicado, intitulado “Farrapos de Memória: Notas Sobre a POLOP”¹¹. Deste mesmo autor, temos também uma entrevista feita via email, que igualmente será utilizada como fonte. Fonte homologada obtivemos com Theotônio dos Santos, fundador e dirigente polopista até meados da década de 1960.

Dividimos nossa tese em cinco capítulos, os três primeiros trataram dos grupos

¹⁰ Em nossa dissertação de mestrado, valemo-nos dos mesmos conceitos para designar o Grupo de Osasco, uma organização que ficou a meio caminho de se edificar enquanto movimento político organizado, de massas e hegemônico. GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel. A Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968. p.6.

¹¹ Artigo enviado via email pelo autor: MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. “Farrapos de Memória: Notas sobre a POLOP”. Obra ainda não publicada, 2014. Email acessado em: 01/02/2014, às 17h:08min.

que se unificaram, ou se amalgamaram no Congresso de Jundiaí de princípios de 1961, sendo os mesmos a LSI, a JS do PSB e a MT do PTB. O quarto capítulo tratará da atuação política desses agrupamentos já enquanto POLOP. O quinto capítulo será destinado a análise do polêmico Programa Socialista para o Brasil, redigido por Eric Sachs entre 1965 e 1967, documento apresentado no IV Congresso da organização, o mesmo que redundou em seu primeiro “racha”.

A Liga Socialista Independente foi formada em 1956, seus trabalhos perduraram até 1959. Esta organização se constituiu sob a liderança de Hermínio Sacchetta, veterano comunista oriundo do campo trotskista. Sacchetta foi expulso do PCB em 1939, aderindo em seguida ao trotskismo. Após sua saída do PCB, participou da criação do Partido Socialista Revolucionário (PSR), vinculado a IV Internacional. Durante a década de 1950 se afastou do meio trotskista, e na segunda metade do mesmo decênio liderou a formação da LSI. Tal organização manteve suas atividades quase restritas ao meio universitário paulistano, era formada em sua maioria por jovens estudantes, sob a batuta de Sacchetta.

A sigla se orientava por preceitos luxemburgueses, tendo como referencial básico a *democracia socialista*. Seu modo de organização era de caráter horizontal, fugindo ao centralismo democrático de fundo leninista, predominante tanto entre pecebistas quanto trotskistas. Embora se anunciasse como luxemburguista, o programa revolucionário do grupo trazia elementos do pensamento de Leon Trotski, muitos destes presentes no “Programa de Transição”, texto fundador da IV Internacional. O órgão divulgador das ideias e propostas da sigla foi o periódico *Ação Socialista*, que circulou durante todo o período de atuação do grupo. Por volta de 1959, parte dos integrantes da LSI atendeu a convocatória de Erich Sachs, e acabou por se engajar na POLOP. Mas o fundador da LSI optou por não ingressar na nova organização por divergências políticas e teóricas junto aos que propunham o novo grupo. Da LSI fizeram parte, além de seu fundador Hermínio Sacchetta, os ainda universitários Michael Lowy, Luiz Alberto Moniz Bandeira e Paul Singer (como colaboradores); Maurício Tragtenberg, Gabriel Cohn, Alberto Rocha Barros, os irmãos Emir e Eder Sader, dentre outros. Apesar de restrita e efêmera, a LSI se destacou pela densidade teórica de membros, muitos destes acabaram por ganhar destaque nos meios acadêmicos e políticos em fases posteriores a sua atuação na Liga.

A Juventude Socialista do PSB foi constituída pouco tempo após a formação da legenda que lhe fornecia guarida. Sempre foi uma praxe entre os partidos políticos o incentivo e o amparo legal a setores “jovens” em sua fileiras, e não foi diferente entre os socialistas. Mas a JS do PSB foi um departamento de pouca atuação nas hostes desta legenda partidária, será a partir de segunda metade dos anos 1950 que tal setor ganhará algum destaque na sigla. E este destaque deve ser atribuído sobretudo as lideranças de Eric Sachs e Luiz Alberto Moniz Bandeira, quadros responsáveis pelo arejamento de um setor até então de pouca relevância. Não obstante, como veremos, a JS foi utilizada como uma “cobertura legal” para um grupo de ativistas cujas pretensões políticas ultrapassavam em muito os limites impostos pelo moderado PSB. Caberá as duas lideranças supracitadas a inflexão a esquerda da JS.

Sachs, judeu de origem austríaca, formou-se na escola leninista pré-enquadramento promovido por Josef Stalin. Suas concepções marxistas passavam ao largo dos preceitos da III Internacional pós VI Congresso, aos preceitos leninistas, Sachs adicionava elementos oriundos da oposição alemã, articulada no KPO (Partido Comunista de Oposição), cisão do KPD (Partido Comunista da Alemanha). As lideranças mais destacada do KPO foram August Thalheimer e Heinrich Brandler, veteranos espartaquistas dos levantes revolucionários de 1919, 1921 e 1923. Caberá a Sachs a introdução no Brasil de conceitos desenvolvidos pela oposição alemã, até então desconhecidos nos meios marxistas nacionais. Existe muita controvérsia em torno da biografia de Sachs, neste capítulo, ao tratar da JS, discutiremos os pontos nebulosos em torno da trajetória desta liderança, salientando a importância do mesmo para a constituição da POLOP.

A outra liderança de destaque articulada na JS por nós destacada foi Moniz Bandeira, quadro egresso dos meios trotskistas, sobrinho de Edmundo Moniz, militante veterano vinculado a IV Internacional. Coube a este ativista político os contatos junto as direções do PSB e mesmos outras legendas, como o PTB. Ao talento organizatório de Moniz Bandeira se deveu o amparo legal da JS, e a edição do efêmero periódico do grupo, *Movimento Socialista*, revista de fundo acadêmico que circulou em dois exemplares entre julho e dezembro de 1959. Os contatos desta liderança junto aos meios políticos oficiais e extra-oficiais serão fundamentais para estruturação de POLOP a partir de 1961.

A Juventude Socialista capitaneada por Sachs e Moniz bandeira teve vida curta nas hostes socialistas, em 1959 o grupo articulado em torno destas duas lideranças deixou as fileiras do partido, mas tal setor continuou existindo na legenda até o fechamento da mesma imposto pelo AI-2 em 1965. Pela JS passaram, além dos dois quadros dirigentes acima citados, Aluizio Leite Filho, Piragibe de Castro, Ruy Mauro Marini, Paul Singer, dentre outros.

Assim como verificado no PSB, o PTB também tinha entre seus departamentos uma juventude, pelos trabalhistas denominada mocidade a partir de 1952. De articulação nacional, a Mocidade Trabalhista de Belo Horizonte acabou por ganhar destaque devido a atuação política de seus componentes. Esta seção se vinculou ao *brizolismo*, vertente mais a esquerda do trabalhismo brasileiro. Mas assim como observado entre os socialistas, o amparo legal petebista impunha limites a uma geração de ativistas cujas pretensões ultrapassavam o viés legalista do partido de Leonel Brizola e João Goulart. A MT mineira teve participação ativa nas lutas sociais de Belo Horizonte, articulando-se a movimentos como a Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte (FTFBH). Dentre os militantes egressos da MT se encontrará o setor de maior atuação junto as classes populares em atividade na POLOP. Aqui também se encontrará a seção com o discurso mais radical, partido de um grupo de jovens que tinha na Revolução Cubana seu modelo de atuação política. E será justamente deste ambiente que se iniciará os debates que redundarão na primeira cisão da POLOP em 1967. A MT belo-horizontina rompeu com os trabalhistas em 1959, e de modo semelhante ao visto no PSB, este setor seguirá com suas atividades até a extinção da legenda que lhe fornecia suporte, em 1965. Pela MT do PTB mineiro passaram, dentre outros, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Juarez Guimarães de Brito, Ruy Mauro Marini (que também militava na JS); Herbert de Sousa, Vinícius Caldeira Brant (ambos aderindo a AP posteriormente).

No quarto capítulo, discutiremos o amálgama que se processou após o Congresso de Jundiá de 1961. Desta data até 1967 os grupos oriundos da LSI, JS e MT dividiram espaço na ORM-POLOP. Trabalhamos com a ideia de amálgama, e não de fusão, visto que durante a fase por nós delimitada a POLOP não obteve logro em desenvolver um programa político que abarcasse as diferentes origens a compor suas seções. O que dava coesão ao grupo era o espaço reservado nas linhas do jornal *Política Operária*. As metas

que o próprio grupo estipulou para si foram, basicamente, a formação de uma *frente* revolucionária de esquerda, que se converteria em *partido* revolucionário ao longo de suas atividades. A sigla tinha como proposta a *transição imediata* ao socialismo, e todo processo deveria se efetivar sob a liderança do proletariado, num movimento de massas, tendo como referencia fundamental a Revolução Russa. A POLOP procurou se consolidar entre as esquerdas se colocando em oposição ao PCB e suas teses gradualistas e de fundo reformista. Por sua origem eclética, na POLOP se verificou um cruzamento entre preceitos partidos dos pensamentos e Lenin, Trotski, Rosa Luxemburgo, Talheimer, somados insumos provindos do trabalhismo-nacionalismo de esquerda brasileiro e a Revolução Cubana. Esta soma de preceitos tão diversos caracterizou a heterodoxia do pensamento polopista. Mas o amálgama proposto não sobreviveu as divergências internas, e quando da apresentação do primeiro programa oficial da organização, em 1967, não houve meios de conter a dispersão.

Dividimos o recorte histórico que nos toca em duas fases, a primeira de 1961, data de fundação da POLOP, até o golpe de 1964. A fase seguinte vai até o “racha” de 1967, ocorrido durante o IV Congresso do grupo. A primeira fase foi caracterizada pelos debates propostos nas linhas do *Política Operária*, nas contendas junto ao PCB, PC do B, socialistas e trabalhistas. Pelas tentativas de aproximação com as Ligas Camponesas, com os meios operários e sindicais, estudantis, e junto aos movimentos de militares de baixa e média patente. Esta etapa também marca a definição da POLOP enquanto precursora de novas leituras e propostas acerca do modelo de desenvolvimento capitalista verificado no Brasil, e propostas diferenciadas acerca da supressão deste mesmo sistema. A segunda fase vai do golpe de 1964 até a cisão de 1967. Este estágio assiste a uma recomposição de lideranças nas fileiras da organização, visto que boa parte de seus quadros dirigentes foi vitimada pela razia punitiva da ditadura civil-militar. Dos quadros fundadores, Eric Sachs foi dos únicos a permanecer em atividade, e foi justamente de sua pena que partiu o Programa Socialista para o Brasil, apresentado no IV Congresso. Especialmente os setores mais jovens da sigla não se sentiram contemplados pelo primeiro programa oficial da POLOP. Da cisão polopista de 1967 brotaram os COLINA, articulados em Belo Horizonte, e a VPR, organizada em São Paulo. Em 1969 estas duas organizações se unirão para formar a VAR-Palmares. A POLOP, defasada após o afastamento de parte de seus quadros, unir-se-á a outros

grupos cindidos e constituirá o POC, em 1968. Outros “rachas” atingiram os herdeiros da POLOP, como veremos. Mas boa parte das organizações em combate armado a ditadura adotarão preceitos oriundos do PSPB, redigido por Sachs.

Por fim, no capítulo final desta tese discutiremos o PSPB, salientando os insumos teóricos fundamentais para a composição de tal documento. O PSPB efetivou uma mescla dos debates polopistas processados ao longo da atuação do grupo, buscando aglutinar preceitos oriundos de todas as correntes em atuação na sigla, mantendo os princípios básicos polopistas: frente revolucionária, partido revolucionário, hegemonia do proletariado e transição imediata ao socialismo. Ao final do documento, foi destinado um espaço para a adoção da luta armada, de guerrilhas, mas esta modalidade de luta não deveria ter a centralidade desejada por alguns setores da POLOP, como os ativistas de Belo Horizonte egressos da MT do PTB. Como veremos, o PSPB foi o grande promotor da cisão do grupo em 1967.

A Liga Socialista Independente

Definindo a Democracia como o sistema em que o desenvolvimento de cada um é condição do desenvolvimento de todos, e vice-versa, o Socialismo representa a forma mais completa e profunda da vida democrática, pois significa a sua aplicação a todos os setores da atividade humana.

(Programa da LSI)

1.A Liga Socialista Independente

1.1 Hermínio Sacchetta e a difusão do luxemburguismo no Brasil

Em meados de 1958 veio a público a primeira edição do periódico *Ação Socialista*, órgão da Liga Socialista Independente, grupo organizado em São Paulo, sob a batuta do veterano de lutas Hermínio Sacchetta. Sobre tal agremiação, observemos o testemunho de Michael Lowy, membro de primeira hora da sigla.

A LSI nunca passou de um grupo de 20 pessoas (no máximo), que publicava um pequeno jornal, *Ação Socialista*. A maioria dos membros eram jovens estudantes. O único operário era um sapateiro de origem anarquista. O que nos unia era, antes de tudo, o culto a Rosa Luxemburgo: desiludido do bolchevismo, Sacchetta via no marxismo luxemburguista a verdadeira resposta ao eterno problema do movimento operário – a síntese efetiva entre revolução e democracia, socialismo e liberdade¹².

Michael Lowy, na condição de membro veterano da LSI, por volta de 1959 recrutou um grupo de estudantes secundaristas para a Liga em que militava, os jovens eram Renato Pompeu, futuro jornalista e escritor de renome, e os irmãos Eder e Emir Sader. Sobre sua experiência na LSI, Emir Sader indica que Lowy, recém formado em Filosofia e professor universitário, o convidou junto a seu irmão para

uma reunião de um grupo socialista, a Liga Socialista Independente, a

¹² A desilusão de Sacchetta com o campo marxista-leninista-trotskista vem expresso nas designações “socialista” e “independente” que nomeiam sua organização, “socialista” para externar a vinculação do grupo ao pensamento de Rosa Luxemburgo, e “independente” para marcar posição perante a militância comunista tradicional ligada a III e a IV Internacional. SACCHETTA, Hermínio. *O caldeirão das bruxas e outros escritos políticos*. Campinas-SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992. p. 81

LSI, marxista, leninista e luxemburguista, cujo dirigente era Hermínio Sacchetta, que fora expulso do Partido Comunista. A liga tinha uma sede minúscula, localizada num beco da região velha de São Paulo que era conhecido por ser parada final de uma linha de bonde: a Asdrúbal do Nascimento. No espaço de não mais de 10 metros quadrados cabiam apenas dois bancos laterais e uma pequena mesa ao fundo, com uma janela, onde Sacchetta se sentava¹³.

Em seu primeiro editorial, o periódico *Ação Socialista* convocava as organizações políticas brasileiras, alinhadas a classe trabalhadora, sobretudo ao operariado, a formar uma Frente-Única das Organizações Operárias e Sindicais¹⁴. Vimos pelo testemunho acima que a LSI sempre foi um grupo pequeno, quase restrito a estudantes e intelectuais. A debilidade de quadros da sigla foi compensada por sua densidade teórica, por um enfoque diferenciado no que respeitava as análises conjunturais, tanto as referentes ao panorama nacional, quanto ao internacional. Alinhado as correntes marxistas a gravitar na órbita do trotskismo, o grupo apresentava uma posição de equidistância entre a bipolaridade representada pelos blocos de poder capitalista, encabeçado pelos EUA, e o soviétismo capitaneado pela URSS.

Outra peculiaridade da organização em estudo foi a sua vinculação ao pensamento de Rosa Luxemburgo, algo inusual no período. Tal vinculação se via manifesta no modo de organização interna do grupo, não hierárquico, horizontal, sem “cargos de direção formalizados”. Em entrevista a Mabele Bandolli, Michael Lowy comenta que a “divisão do trabalho” na Liga se efetivava com “companheiros se encarregando de certas tarefas: agitprop (“agitação e propaganda”), a redação do jornal, o trabalho estudantil (eu), o trabalho sindical, etc. Hermínio Sacchetta era redator do jornal da LSI, o *Ação Socialista*; era sua única responsabilidade formal. Mas de fato ele era o “dirigente carismático” da organização”¹⁵.

A LSI jamais obteve sua almejada hegemonia entre o proletariado brasileiro, nem foi capaz de articular a *frente-única* defendida em seus informativos. Contudo, participou da formação de uma geração de intelectuais marxistas que ganhariam

¹³ SADER, Emir. *A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana*. São Paulo: Boitempo, 2009. p.16

¹⁴ SACCHETTA Hermínio. Op. Cit. p. 107

¹⁵ BANDOLI, Mabelle. “Na “contracorrente” do desenvolvimentismo: autonomia organizativa, democracia partidária e o socialismo radical da Liga Socialista Independente (1956-1960)”. *Revista Teoria e Pesquisa*. vol. 22, n. 2, p. 50-70, jul./dez. 2013. p. 60. Disponível no endereço eletrônico: <http://goo.gl/tqzmY4>; download e acesso em: 20/04/2014, às 15h: 40min.

destaque na década seguinte. Pela Liga passaram o supramencionado Michael Lowy; Luiz Alberto Moniz Bandeira e Paul Singer, na condição de colaboradores; Maurício Tragtenberg, Gabriel Cohn, Alberto Rocha Barros, os irmãos Emir e Eder Sader, dentre outros. A LSI, especialmente por meio de seu jornal, colaborou para diversificar e enriquecer o debate marxista nacional.

Antes de nos debruçarmos sobre os dois documentos que serviram de base para nossa pesquisa sobre a sigla em questão¹⁶, faremos uma breve exposição sobre a trajetória de Hermínio Sacchetta, “dirigente carismático” e principal articulador da LSI.

Sacchetta¹⁷ nasceu na cidade de São Paulo, em 1909, filho de imigrantes italianos. Formou-se bacharel em Ciências e Letras, e iniciou sua carreira no jornalismo como revisor no diário *Correio Paulistano*, em 1928. A partir de 1932 iniciou sua militância no Partido Comunista Brasileiro. Esteve presente na “Batalha da Praça da Sé”, em outubro de 1934, episódio em que uma frente unindo comunistas, anarquistas, socialistas e trotskistas dissolveram uma marcha, ao melhor estilo dos camisas negras mussolinianos, organizada pelos integralistas. O evento foi interrompido, frustrando temporariamente as pretensões putchistas da Ação Integralista Brasileira. No mesmo ano, Sacchetta participou da articulação de uma greve dos funcionários dos Correios e Telégrafos, participação que chamou a atenção dos agentes do Dops de São Paulo, levando-o a entrar para a clandestinidade. Alçado a condição de dirigente do Comitê Central do PCB paulista, tornou-se editor do jornal *A Classe Operária*, principal informativo pecebista.

Um dos episódios mais emblemáticos da trajetória política de Sacchetta foi sua expulsão do PCB, em 1937, sob acusação de “fracionismo trotskista”. Após o fracasso do levante comunista de 1935, uma onda de repressão se abateu sobre a militância pecebista. A razia punitiva atingiu todo o núcleo dirigente comunista. Intentando

¹⁶ Os documentos são: o jornal *Ação Socialista*, que circulou entre 1958 e 1960, não ultrapassando a cifra de nove exemplares, e o “Projeto de Programa da LSI”, exposto em partes avulsas, em edições do jornal da Liga. Ambos os documentos se encontram presentes, em formato digital, no Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM). Para a consulta dos acervos: www.cedem.unesp.br

¹⁷ Informações sobre a trajetória de Hermínio Sacchetta podem ser encontradas no já citado *Caldeirão das Bruxas*, e também na obra de Florestan Fernandes intitulada *A Contestação Necessária*, coletânea de artigos que reúne perfis de uma série de militantes revolucionários em atuação no Brasil ao longo do Século XX. Para consulta: FERNANDES, Florestan. *A Contestação Necessária. Retratos Intelectuais de Inconformistas e Revolucionários*. São Paulo: Editora Ática, 1995. pp. 156-165

escapar a repressão, o que restou do CC se deslocou para o Nordeste, a fim de rearticular o partido. A nova direção do CC ficou sob o encargo de Lauro Reginaldo da Rocha, o Bangu, agora secretário geral.

A linha adotada após o VII Congresso da Internacional Comunista¹⁸, expressa na política de *frentes populares* – no Brasil consubstanciada na ANL – vinha obtendo poucos frutos em âmbito internacional, o que motivou um realinhamento das diretrizes partidas de Moscou. A nova orientação partida da URSS agora advogava por uma política de *união nacional*, expressa pela aproximação dos comunistas aos setores vistos como progressistas dentro de seus respectivos países. Em se tratando do Brasil, tal setor estaria representado pela burguesia industrial, encarada como “força motriz da revolução”. Outra resolução encampada pelo CC foi o apoio à candidatura de José Américo de Almeida, visto como representante do nacionalismo industrialista esboçado por Vargas até então. Segundo Marcos Del Roio, os comunistas passam a valorizar “a luta pela industrialização do país e observam um conflito no interior do Estado e do governo entre grupos fascistas e liberal-democráticos, tratando de reforçar esses últimos”¹⁹.

A reação à nova linha adotada pelo CC partiu do Comitê Regional paulista, liderada por Hermínio Sacchetta e Heitor Ferreira Lima. O ponto central da discordância da militância comunista de São Paulo dizia respeito à caracterização da burguesia como “força motriz” da revolução brasileira. Também havia discordância em relação ao apoio a candidatura de José Américo de Almeida. A postura dos paulistas acabou contando com o respaldo da maioria dos Comitês Regionais espalhados pelo país. Porém, o CC contava com aval da Internacional, o que fortalecia sua posição. Um trabalho de pressão passou a ser executado pelo grupo de Bangu junto aos demais CR's,

¹⁸ O Sétimo Congresso da III IC foi realizado em agosto de 1935. A principal diretriz do encontro foi a substituição da tática do *social-fascismo*, adotada no Congresso anterior, que preconizava uma separação absoluta entre os PC's norteados pela IC e a Social Democracia, vista como a principal inimiga da classe trabalhadora e da revolução internacional. A ascensão do nazismo na Alemanha, somada ao fortalecimento do fascismo em âmbito internacional, levaram a uma mudança de rumos. A nova orientação defendia a união entre todas as forças que pudessem se antepor ao avanço do fascismo, dentre estas, a Social Democracia, agora vista como aliada em potencial. Para mais informações: DASSÚ, Marta. “Frente única e frente popular: O VII Congresso da Internacional Comunista”. In: HOBSBAWM, Eric (org.). *História do Marxismo* (Vol. 6). Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988.

¹⁹ DEL ROIO, Marcos. “Os comunistas, a luta social e o marxismo (1920-1940)”. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão. (Org.). *História do Marxismo no Brasil* (Vol. 5). *Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2007.

somado a nova onda repressiva promovida pelo governo Vargas. O Comitê de São Paulo, agora auto-intitulado CCP (Comitê Central Provisório), liderado por Sacchetta e Heitor Ferreira Lima, foi excluído das fileiras do PCB em novembro de 1937. Seis meses depois, Sacchetta cairia preso, vítima da perseguição do Estado Novo. Pouco após seu desligamento, a principal liderança do CCP paulista, por meio de uma carta aberta, proferiu um violento ataque aos dirigentes do PCB. Eis uma amostra de sua dura resposta ao CC:

A partir desse momento, Bangu e André transformaram-se em cavaleiros-andantes da “Paz Social”: “nada de brigas entre a burguesia e o proletariado”; “nada de lutas entre patrões e operários”; “nada de greves”; “é preciso unir todos, todos, todos, contra o imperialismo fascista”. Estas passam a ser suas palavras de ordem.

Era assim que esses elementos compreendiam a política de frente-única antiimperialista estabelecida pelas teses dos Congressos Mundiais da Internacional Comunista. E, em nome dela, o banguzismo apagava qualquer fronteira, entre as classes, atrelando o proletariado ao carro dos setores burgueses mais reacionários, mais estritamente ligados ao imperialismo. E em zig-zags violentos, passaram da “guerra de guerrilhas” a adoração da burguesia nacional, pretendendo impingir ao Partido as “teses” surgidas no curso dessas reviravoltas bruscas e descabeladas como sendo teses do VII Congresso da IC sobre o Brasil²⁰.

Em 1939, grande parte do grupo que aderiu a rebelião contra o CC, em São Paulo, engajou-se no recém-fundado Partido Socialista Revolucionário, organização de orientação trotskista, vinculada a IV Internacional. A função de dirigente do novo partido coube a Hermínio Sacchetta, liberto da prisão em novembro do ano em questão. O grande articulador dos contatos entre o trotskismo brasileiro e a IV Internacional foi Mário Pedrosa, responsável pela seção latino-americana da nova entidade. Mas Pedrosa acabou por se envolver em uma polêmica programática²¹ com os cardeais da nova

²⁰ O militante André, citado no excerto acima, era Elias Reinaldo da Silva, membro do CC do PCB. “Carta Aberta a Todos os Membros do Partido”, redigida em janeiro de 1938 e publicada no mesmo período, presente em *O Caldeirão das Bruxas*. SACCHETTA, Hermínio. Op. Cit. p. 59-67

²¹ O cerne do debate que redundou na primeira cisão dentro da IV IC dizia respeito à natureza *operária* do Estado soviético, as diretrizes da nova entidade definiam a URSS como um “Estado operário degenerado”. Os que se opunham a esta diretriz, dentre estes Mário Pedrosa, apontavam que “a burocracia soviética havia suprimido todas as conquistas fundamentais da Revolução de Outubro, deixando de ter um papel parasitário para se transformar em uma classe dirigente exploradora dos trabalhadores. Embora se constituísse numa formação original, fundada nas bases de uma estrutura planificada de produção, não passava de um apêndice da classe capitalista mundial. Deste modo, o Estado russo deixara de ser operário. Assim, caberia à IV Internacional dirigir a classe operária russa rumo a uma nova revolução social, pela via insurrecional. Mesmo diante da possibilidade da participação do governo

organização, dentre estes o próprio Trotski, e a contenda terminou com a expulsão do brasileiro da IV IC²².

Segundo Dainis Karepovs e José Castilho Marques Neto, o desligamento de Mario Pedrosa da Internacional trotskista, somada a transferência da sede do novo órgão, de Paris para Nova Iorque, motivada pela eclosão da Segunda Guerra Mundial, conferiram um isolamento a seção brasileira alinhada a IV IC. A se acrescentar a esse conjunto de fatores, a intensa repressão promovida pelo Estado Novo, que dificultava mesmo a comunicação entre as células localizadas no Brasil.

O PSR chegou a editar dois jornais, na primeira metade da década de 1940, *A Luta de Classe*, e posteriormente, *Luta Proletária*, informativos de circulação restrita. Na conjuntura da redemocratização, arrefecer do Estado Novo, a militância do PSR propôs a criação de uma frente eleitoral com o nome de Coligação Democrática Radical, congregando forças alternativas ao continuísmo varguista e ao PCB. A iniciativa contou com o apoio de intelectuais como Florestan Fernandes e Claudio Abramo, contudo, o projeto naufragou em meio a uma série de novos agrupamentos políticos que surgiram no período. Nesta fase, o PSR editou o jornal *Orientação Socialista*.

Não “são claras as razões por que o PSR deixou de existir”²³ entre 1951 e 1952. Dentre os fatores que contribuíram para o desmanche da sigla, pode-se destacar a condenação ao “entrismo”, orientação tática expressa pela IV-IC, e também a resolução, por parte dos militantes mais experientes do partido (dentre estes, provavelmente Sacchetta), de que Trotski “errara ao defender a URSS”²⁴. Nos textos memorialísticos, tanto nos escritos pelo próprio Sacchetta, quanto por seus companheiros de militância,

russo em uma guerra imperialista, este combate não deveria ser atenuado. Destarte, a palavra de “defesa incondicional” da URSS contra um ataque imperialista perdia todo o sentido, servindo apenas para imobilizar as classes operárias russa e internacional”. Tal caracterização partiu de Yvan Craipeau, liderança de uma corrente oposicionista do Parti Ouvrier Internationaliste (POI), seção francesa da IV IC. O PSR de Sacchetta se pronunciou favorável as diretrizes da IV IC. Para mais informações sobre este debate e a posterior cisão: KAREPOVS Dainis. “Mario Pedrosa e a IV Internacional (1938-1940)”. In: MARQUES NETO, José Castilho (Org.). *Mario Pedrosa e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 108

²² Para mais informações sobre o afastamento de Mario Pedrosa da IV Internacional e a formação do PSR: KAREPOVS Dainis; MARQUES NETO, José Castilho. Op. Cit. pp. 141-147

²³ Idem, p. 147

²⁴ Mabelle Bandoli comenta que a “cisão gerada pelo III Congresso da IV Internacional² foi decisiva para a criação da Liga. Contrário às teses de Michel Pablo, em 1952 Sachetta rompeu com o trotskismo”. Para citação no corpo do texto: Ibidem, p. 147. Para citação em nota: BANDOLI, Mabelle. Op. Cit. pp. 52-53

há poucas referências sobre seu abandono do campo trotskista. De acordo com Michael Lowy, o “Velho”, como Sacchetta era chamado de modo fraternal por seus companheiros mais jovens, “pouco ou nada dizia sobre sua passagem pelas fileiras da IV Internacional Trotskista, o PSR e os anos do após-guerra. Tinha em casa um retrato de Trotsky, que nos mostrava com um comentário que resumia tudo: “Apesar de bolchevique, foi um grande homem!””²⁵.

Como visto acima, na segunda metade dos Anos 1950, Sacchetta articulava a LSI, na década seguinte, organizou o Movimento Comunista Internacionalista, sempre dentro de suas opções heterodoxas. Segundo Jacob Gorender, apesar de “não adotar o trotskismo de maneira estrita, o MCI conservou seus princípios doutrinários fundamentais: prioridade ao internacionalismo, revolução permanente, ditadura do proletariado como objetivo direto”²⁶. O MCI editou o periódico *Bandeira Vermelha*, que circulou em doze exemplares, entre 1967 e 1969. Neste contexto, em meio à radicalização política verificada no Brasil, Sacchetta se aproximou de adversários dos tempos do trotskismo, e passou a colaborar com a Ação Libertadora Nacional. No período em questão, o “Velho” atuava como diretor de redação do *Diário da Noite*, jornal paulistano. Em 15 de agosto de 1969, o *Diário da Noite* publicou um manifesto redigido por Carlos Marighela. Tal manifesto havia sido emitido durante a ocupação da Rádio Nacional, localizada no município de Diadema, Grande São Paulo, promovida por guerrilheiros da ALN.

A publicação do manifesto de Marighela valeu a Sacchetta nova prisão, e a impossibilidade de exercer sua profissão por cinco anos. Retornou a seu ofício em 1975, trabalhando como editor no jornal *Folha de São Paulo*. Faleceu em outubro de 1982, com 73 anos, dos quais, 48 dedicados ao jornalismo. Hermínio Sacchetta participou da formação de toda uma geração de militantes políticos e jornalistas engajados em causas sociais. Observemos o testemunho de Florestan Fernandes sobre nosso ativista:

Adorava o “Velho”, sem queimar nenhum incenso no altar dessa veneração. Na melhor tradição socialista, situava a cultura acima de todos os valores. Admirava com sinceridade o talento e incentivava os mais jovens com afincamento. Sonhava com a autonomia ideológica dos

²⁵Sacchetta, Hermínio. Op. Cit. p. 82

²⁶ Idem, p. 154

trabalhadores, com a auto-emancipação coletiva que iria alterar os rumos da civilização. Compensava suas incertezas através de um dogmatismo sem ranços doutrinários, pois ele nascia da convicção inabalável de que a luta de classes e a revolução socialista iniciariam a era de um humanismo de novo tipo. A sua cultura teórica estava abaixo de sua responsabilidade de dirigente e de suas tarefas práticas. Mas estava muito acima da média dos militantes comunistas da época e do atrasado campo político que a situação histórica nos reserva²⁷.

Sobre a liderança de Sacchetta em sua fase de LSI, vejamos o testemunho de Michael Lowy.

Desde o primeiro momento impressionou-me a força de convicção, a energia espiritual, o ardor combativo do “Velho” (como o chamavam afetivamente os mais jovens aderentes a Liga). (...) Intransigente na discussão, Sacchetta era ao mesmo tempo um espírito profundamente democrático, que acreditava na virtude catártica do debate. Manifestava também uma grande solicitude (não isenta de paternalismo) em relação aos jovens da organização, tendo como preocupação constante sua formação não só política mas sobretudo moral (no sentido amplo da palavra)²⁸.

O “Velho” também obteve destaque no meio jornalístico, passando pelas redações dos principais periódicos de São Paulo, e colaborando na formação de toda uma geração de jornalistas, a ponto de se fazer menção a uma “escola de jornalismo Hermínio Sacchetta”. Sobre este ponto, outro destacado periodista brasileiro diz que

Sacchetta foi durante muitos e muitos anos um dos melhores e mais importantes chefes de redação que o jornalismo de São Paulo produziu.

Homem de princípios rígidos, saído de duas cadeias na repressão política da década de (19)30, e, depois, na de (19)40 (...), ele travou sempre com a profissão de jornalista uma batalha árdua e difícil, enfrentando ao mesmo tempo os empregadores e a redação, que ele tentou incansavelmente moldar e domar.

Vem dessa atitude de rigidez consciente conduzida para ambos os lados do contraditório cargo de chefe de redação, os muitos mitos que se formaram em tornos dele: um homem excessivamente autoritário, um profissional competente mas temperamental, um chefe difícil, exigente e duro com os subordinados, um homem movido por preconceitos políticos, um prepotente²⁹.

²⁷ FERNANDES, Florestan. Op. Cit. p. 160

²⁸ SACCHETTA, Hermínio. Op. Cit. p. 81

²⁹ Depoimento de Cláudio Abramo. Idem, p. 157

Antes de retornarmos a LSI, faz-se necessário um maior esclarecimento sobre a principal peculiaridade, por nós destacada, da Liga em discussão, o luxemburguismo. Para uma discussão satisfatória sobre este ponto, faremos uma breve exposição sobre a recepção e a divulgação do pensamento de Rosa Luxemburgo no Brasil.

Os primeiros textos³⁰ de Rosa Luxemburgo traduzidos e divulgados no Brasil se deram por iniciativa da Liga Comunista, a partir de 1931. Tal organização rompera recentemente com o PCB e se filiara a Oposição Internacional de Esquerda, formada por Leon Trotski e seus signatários. “Com a formação da Liga Comunista, inicia-se também um profícuo trabalho de difusão teórica do marxismo, como a tradução e publicação sistemática de textos – principalmente pela Gráfico-Editora Unitas – de Trotsky, Marx, Engels, Rosa Luxemburgo, Lenin, etc”³¹. Não obtivemos informações sobre a recepção de tais textos nos meios militantes de orientação marxista do período, mas de certo que ao menos entre os círculos não alinhados ao esquematismo pecebista tais obras receberam acolhida. Como corrente alternativa ao PCB – quase restrito aos manuais de vulgarização do pensamento marxista-leninista soviético – os grupos trotskistas brasileiros sempre tiveram como prática a divulgação de autores pouco visitados pelos publicistas da URSS. Dentre estes autores, Rosa Luxemburgo.

Dando continuidade a essa tradição, em 1945, na conjuntura da redemocratização pós Estado Novo, passou a circular o jornal *Vanguarda Socialista*, organizado por Mário Pedrosa, periódico editado até 1948. Em torno de Pedrosa se reuniram uma série de intelectuais e militantes alinhados ao trotskismo, muitos deles egressos de legendas extintas como o GCL (Grupo Comunista Lenin) e o POL (Partido Operário Leninista). O grupo de discussão de Pedrosa também atraiu jovens estudantes interessados no marxismo, porém descontentes com a linha teórica do PCB. Paul Singer, ainda adolescente, estava entre esses jovens. Segundo o mesmo, entre

os clássicos que o *Vanguarda Socialista* nos apresentou estava Rosa Luxemburgo. Ela era, para os mais iniciados, uma heroína derrotada da Revolução Alemã de 1919. Tínhamos uma idéia vaga sobre o que ela representava – como representa até hoje, a meu ver – em termos de visão, não só do socialismo, mas da luta de classes, da luta pela libertação humana. Aprendemos com Mario Pedrosa e o *Vanguarda*

³⁰ KAREPOVS Dainis; MARQUES NETO, José Castilho. Op. Cit. p. 132

³¹ Idem, Ibidem.

Socialista que Rosa Luxemburgo era radical em sua paixão tanto pela liberdade como pela igualdade, sendo companheira e ao mesmo tempo crítica dos revolucionários bolcheviques. Sua polêmica contra a dissolução da Assembléia Constituinte e contra a proibição de todos os partidos exceto o comunista, na Rússia, ainda em 1918, antecipou todas as outras que iriam se generalizar apenas após a Segunda Guerra Mundial³².

Outro pólo de divulgação do luxemburguismo foi o PSR, por meio de seu periódico *Orientação Socialista*, que circulou entre 1946 e 1948. Ligada ao PSR, a editora paulista Flama também colaborou na publicação e divulgação de textos clássicos do marxismo, alguns de Rosa Luxemburgo.

1.2 O periódico Ação Socialista

Como supramencionado, o jornal *Ação Socialista* começou a circular em junho de 1958, até setembro de 1960 vieram a público nove exemplares. As publicações foram esparsas, lançadas em intervalos de alguns meses, sendo que o ano de 1959 apresentou a maior quantidade de exemplares, cinco edições. O periódico era de tiragem curta e distribuído pelos militantes da LSI, que como vimos, não ultrapassavam a cifra de vinte e poucos componentes. Embora restrito aos meios acadêmicos, ao longo de sua breve trajetória o *Ação Socialista* buscou participar ativamente dos debates políticos de sua época, salientando sua posição de equidistância entre as principais linhas de força do período, o marxismo-leninismo de viés stalinista-pecebista, o trotskismo vinculado a VI Internacional e suas cisões, o trabalhismo de matriz varguista, e mesmo o socialismo moderado do PSB. O informativo também professou uma crítica mordaz aos partidos alinhados a burguesia e as classes conservadoras brasileiras, especialmente ao PSD e a UDN.

Já mencionamos que ao longo dos exemplares do *Ação Socialista* o programa político da LSI foi apresentado ao público. Assim como no futuro *Política Operária*, o periódico da Liga serviu como principal divulgador das ideias do grupo. Em nossa

³² SINGER, Paul. “Mario Pedrosa e o Vanguarda Socialista”. In: MARQUES NETO, José Castilho (Org.). Op. Cit. p.146

análise, dividimos em eixos temáticos os editoriais, manifestos e reportagens presentes no jornal em estudo. Seguindo nossa divisão, os eixos de discussão propostos pelo informativo da LSI se direcionam a: 1) a ferrenha crítica ao PCB e a constelação desenvolvimentista; 2) o mesmo com relação a URSS e sua política internacional; 3) um enfoque independente sobre as questões políticas mundiais candentes do período, com especial atenção para o que se passava na América Latina; 4) a busca de articulações nos meios estudantil e operário/sindical; 5) o combate às políticas do governo Juscelino Kubitschek e a busca por inserção nos debates que envolveram a sucessão presidencial de 1960.

Seguiremos a análise de acordo com nossa subdivisão de temas, apresentando exemplos expressos pelo jornal em estudo. Adiantamos que tal divisão foi por nós desenvolvida, cabendo outras linhas de análise, devido a riqueza e a densidade das informações presentes no *Ação Socialista*. Este item será de caráter mais expositivo, leituras mais aprofundadas, sobre os temas e conceitos apresentados e discutidos pela LSI, serão apreciados na parte seguinte deste trabalho.

A crítica ao PCB foi uma das razões de ser da LSI, grupo liderado por um militante, veterano de lutas, que fora expulso das fileiras comunistas. A sigla se formou composta por jovens refratários as teses pecebistas, dispostos a construção de um caminho alternativo, no que respeita a teoria marxista, para uma transição pós-capitalista no Brasil. Tal postura vem expressa no editorial do primeiro número do *Ação Socialista*: “O Partido Comunista do Brasil, que apresenta as deformações dos partidos estalinistas de todo o mundo: totalitarismo e subserviência à burocracia soviética, tem seguido, nos últimos anos, através de sua direção, uma política de traição aos interesses históricos da classe operária, procurando colocar os interesses da classe trabalhadora a reboque da burguesia nacional (...)”³³.

O processo de retorno do PCB a “atmosfera política brasileira” se inicia após o Congresso de 1954, que rompera o isolamento do partido, expresso pelo manifesto de

³³ BANDOLI, Mabelle. Op. Cit. p. 59

agosto de 1950³⁴. Durante a segunda metade dos Anos 1950, a comunidade comunista internacional se pôs em polvorosa após a divulgação por Nikita Khrutchev dos “crimes da Stalin”, por ocasião do XX Congresso do PC da URSS. No Brasil, um intenso e inusual debate, entre correntes internas ao PCB, relativo as mudanças em andamento na URSS, tornou-se público por meio do periódico legal e “oficioso” do partido no período, o *Imprensa Popular*. Apesar de pressões provindas do CC comunista, os debates em torno do relatório Khrutchev se estenderam até 1957. As discussões se encerraram após expurgos internos, no melhor estilo Stalin, apesar do PC brasileiro estar dando partida a uma guinada liberalizante³⁵. Tal viragem liberal se efetivou com a controversa “Declaração de Março” de 1958. Em fevereiro de 1959 passou a circular o semanário *Novos Rumos*, novo informativo pecebista, e neste foram entabulados os debates que dariam ensejo ao V Congresso do PCB, em agosto de 1960. Este Congresso ratificou as teses da “Declaração de março”, e consolidou os rumos reformistas do partido.

Toda a comunidade vinculada à constelação esquerdista/marxista brasileira estava atenta aos debates pecebistas da época, e a LSI, por meio de seu periódico, externou suas posições com relação à querela comunista no artigo “Aparência e Realidade na Crise do PCB”. De modo contundente (característico de Sacchetta), o artigo condena as “Teses de Abril”, afirmando que “as “Teses”, no todo, enfeixam um amontoado de aberrações anti-marxistas, muitas vezes mesmo aquém do nacional-reformismo”³⁶. As propostas de inclusão da burguesia na propalada *frente* revolucionária, a busca por um governo democrático-burguês e nacionalista, e a ratificação de concepções etapistas de transição pós-capitalista são duramente criticadas no artigo.

Repetindo as próprias palavras de Marx e Engels, acentuamos que o

³⁴ Para mais dados sobre o manifesto de Agosto: REIS FILHO, Daniel Aarão. “Entre a Reforma e a Revolução. A Trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964”. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (Org.). Op. Cit. pp. 79-83

³⁵ Nesse impulso foram “marginalizados os grupos de oposição mais expressivos e consistentes. De um lado, os autodenominados “renovadores”, liderados por Agildo Barata, inconformados com a suspensão dos debates e partidários de propostas nacionalistas e democráticas. Foram expulsos do PCB em maio (de 1957). De outro lado, em agosto, os dirigentes comprometidos com aspectos mais gritantes dos erros que se queriam corrigir, entre os quais os métodos de direção autoritários (...), foram excluídos da Comissão Executiva do PCB”. Os líderes deste grupo eram Diógenes de Arruda Câmara, João Amazonas, Maurício Grabois e Sérgio Olmos, os mesmos que em 1962 formariam o PC do B, resgatando a antiga sigla e diversos preceitos do tempo de Stalin. Idem, pp. 89-90

³⁶ Jornal *Ação Socialista*, edição número 8, agosto de 1960.

problema nacional nos países coloniais, semi-colônias ou dependentes, como é o caso do Brasil, está subordinado ao problema principal e fundamental: o da revolução. Os objetivos de emancipação nacional, que implicam, inarredavelmente, a solução radical do problema agrário com o predomínio de formas sociais de propriedade, se insere no esforço total da classe operária pelo estabelecimento do poder socialista (...). A estratégia e tática de “esquerdistas” e “direitistas” em disputa no PCB repousam, como eles mesmos o declaram, basicamente em uma aliança de Frente-Única Nacionalista e Democrática – com uma fantasmagórica burguesia brasileira, potencialmente revolucionária, no todo ou em parte, conforme uns e outros (...). As estatísticas o demonstram, os fatos o provam, e as declarações dos próprios líderes industriais o proclamam – em nome de suas Federações e Confederações – que a chamada burguesia nacional “progressista” e “desenvolvimentista” se sente muito bem partilhando com o imperialismo da mais-valia dos trabalhadores. Só não enxerga isso quem não quer ou não é capaz de ver: os oportunistas aproveitadores ou os encouraçados por uma estupidez irremovível, aboletados nos postos de mando do PCB e outras supostas organizações socialistas e “nacionalistas”³⁷.

Com relação à inclusão da “burguesia nacional” na frente anti-feudal e anti-imperialista, proposta pelo PCB, e demais partidos e organizações norteadas por concepções etapistas e duais, o golpe de 1964 demonstrou que as críticas da LSI estavam corretas. O reformismo pecebista seguia as novas diretrizes internacionais partidas do Kremlin, em consonância com as políticas de coexistência pacífica entre os blocos do poder bipolar global do período. O homem por trás de tais medidas era Nikita Khrutchev, líder que durante seu governo buscou se aproximar do Ocidente capitalista. Tal postura ensejou questionamentos partidos de antigos e novos grupos de oposição ao poder soviético, e mesmo críticas internas ao PC da URSS. Em sua edição de número 5, de outubro de 1959, o *Ação Socialista* ataca de forma ácida as tentativas de aproximação do mandatário russo junto ao grande capital internacional.

Nikita Krushev (sic), durante as agradáveis entrevistas que teve com altos magnatas americanos, tratou de convencê-los de que as divergências entre os dirigentes soviéticos e a “fina flor do capitalismo” americano não eram tão grandes assim. E provavelmente não está longe da verdade... Mas, embora os burocratas russos possam chegar a um acordo com os exploradores de Wall Street, através de um “modus vivendi” baseado numa fraternal divisão do mundo em zonas de influência, nem por isso cessará a luta dos povos oprimidos e explorados da América Latina, da Ásia e de todo o mundo contra o capitalismo e o imperialismo. Entre a massa trabalhadora desses

³⁷Idem

países e os trustes imperialistas ianques não há “coexistência pacífica” possível; como dizia Rosa Luxemburgo (...)”³⁸.

O “enfoque independente” do *Ação Socialista* lhe permitia discutir questões de âmbito internacional que fugiam aos debates correntes na imprensa de esquerda, podemos notar isto em uma curta nota que saúda a Liga Comunista do Japão, constituída após cisão do PC japonês. O jornal da LSI se solidariza e ao mesmo tempo se identifica com o novo grupo: “A atuação extraordinária da Liga Comunista na luta do povo japonês contra o governo burguês de Kish e contra o pacto nipo-americano, indicam o papel decisivo que pode ter um grupo pequeno, mas com uma atuação política consequentemente revolucionária”³⁹. Nosso periódico rende homenagem a uma série de partidos e organizações em âmbito internacional, cujos programas se assemelham ao seu, sobretudo em sua postura de crítica ao *status quo* comunista mundial. “Mas já se nota o reagrupamento internacional socialista revolucionário – LSI no Brasil, Movimento de Esquerda Revolucionária na Argentina, Nouvelle Gauche, na França, (...)”⁴⁰.

Questões referentes à América Latina são constantes e perpassam praticamente todas as edições do *Ação Socialista*. Nos números do jornal em pauta há referências ao MIR Argentino, ao Partido Socialista Chileno, e a congêneres latino-americanos. Mas após janeiro de 1959, as atenções do informativo da LSI, em termos de América Latina, passaram a se concentrar na Revolução Cubana. Seleccionamos o artigo “A Revolução Cubana Marcha para a Esquerda”, que em tom laudatório discute a guinada socialistizante empreendida pelo poder revolucionário cubano.

O processo de radicalização da revolução cubana prossegue em ritmo acelerado, pondo em polvorosa o imperialismo americano e seu fiel aliado, a burguesia latinoamericana. Com a expropriação dos trustes petrolíferos, foi deferido um golpe de morte no domínio imperialista em Cuba, e ao mesmo tempo que os políticos conservadores e anti-comunistas abandonam em massa o governo e o país, indo refugiar-se sob a asa protetora da Águia Americana (onde, sentindo-se seguros, vociferam impropérios e ameaças a Revolução Cubana), as massas operárias e camponesas na ilha mobilizam-se, de armas na mão, para

³⁸ Idem, edição número 5, outubro de 1959

³⁹ Idem, edição número 8, agosto de 1960

⁴⁰ Idem, edição número 6, dezembro de 1959

defender as conquistas da revolução e impulsioná-la para frente⁴¹.

Assuntos referentes ao Movimento Estudantil foram constantes e perpassam a maioria das edições do *Ação Socialista*. A permanência do tema nas edições do jornal em análise levou à constituição de uma seção a parte, intitulada “Vida Estudantil”. A LSI, por meio de seu informativo, buscava consolidar posições no agitado meio estudantil do período, em uma etapa em que a esquerda recuperava terreno na UNE⁴². A política pecebista voltada ao movimento estudantil é reforçada nessa fase, e quadros jovens do partido passaram a ser fazer presentes nas principais agremiações estudantis. Críticas direcionadas ao modo de organização e atuação dos comunistas também se dirigiam a seus setores jovens, que segundo seus opositores, agiam de forma análoga as cúpulas dirigentes do partido. Destarte, o centralismo/cupulismo dos mais velhos era identificado também junto às entidades do estudantado organizado.

Artigos foram destinados ao XII Congresso da União Estadual Estudantil de São Paulo (UEE-SP)⁴³ e ao XI Congresso da União Paulista dos Estudantes Secundaristas (UPES)⁴⁴. Embora apresente análises de conteúdo e alcance mais gerais, a cobertura dos militantes por trás do *Ação Socialista* voltou-se mais para o cenário estudantil paulista. A escassez de quadros tornava a LSI uma organização quase que restrita a São Paulo. O que não a impedia de traçar um panorama do movimento estudantil nacional em artigos como “Pela Participação dos Estudantes na Política Estudantil”⁴⁵.

Outra questão que perpassou diversos exemplares do informativo da LSI foi a propalada formação de uma “união operário-estudantil”, tema visitado por diversos grupos de esquerda do período⁴⁶. No artigo “A União Operário Estudantil”, assinado

⁴¹ Idem, edição número 8, agosto de 1960

⁴² “(...) entre 1950 e (19)56, a UNE foi comandada por estudantes conservadores, chamados de “ministerialistas” por seus adversários à esquerda, assumindo tendências liberais e anti-populares. No 19º Congresso da UNE, realizado em 1956, ocorreu a “recuperação democrática”, pelas palavras dos próprios estudantes”. OLIVEIRA, Sérgio Luiz Santos de. Op. Cit. p. 78

⁴³ Jornal *Ação Socialista*, edição número 5, outubro de 1959

⁴⁴ Idem, Ibidem

⁴⁵ Idem, edição número 9, setembro de 1960.

⁴⁶ Em princípios de 1957, uma greve contra um aumento abusivo de passagens, organizada pela União Metropolitana dos Estudantes (UME), do município do Rio de Janeiro, foi barbaramente reprimida pela polícia. A repressão policial solidarizou diversos setores da sociedade carioca com os grevistas, o que deu força ao movimento, que por fim conseguiu barrar o aumento das passagens. As manifestações contaram com ampla participação da classe trabalhadora, o que deu ensejo a projetos de construção de uma união operário-estudantil. Tal projeto esteve presente em boa parte dos grupos políticos de esquerda do período,

por Carlos Roth (provavelmente um pseudônimo), a Liga expõe sua opinião sobre este ponto: “A aproximação entre as camadas mais radicais da pequena-burguesia e a massa trabalhadora, representada pela União Operário Estudantil é fenômeno típico dos países sub-desenvolvidos e tem representado um papel preponderante nos grandes movimentos político-sociais dos últimos anos na América Latina como as Revoluções Venezuelana, Cubana, etc”⁴⁷.

Outro tema deveras discutido pelo *Ação Socialista*, relacionado ao movimento estudantil, foram os debates em torno da construção da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação⁴⁸. Tema candente, em torno de sua efetivação se digladiavam setores distintos da sociedade brasileira, a LSI se posicionava ao lado dos que defendiam o ensino público e laico, vejamos um trecho do artigo “A Luta da Vanguarda Estudantil Contra a Reação Burguesa”:

Sob desesperada pressão do clero e da mais fina flor da reação (Tristão de Ataíde, (Gustavo) Corção, (Carlos) Lacerda, Padre Calazans, etc), a Câmara Federal aprovou o projeto que entrega administração do ensino e de suas verbas para um misterioso Conselho Federal de Ensino do qual farão parte os empresários do ensino, os súditos de João XXIII e alguns diretores de escolas públicas, que “permite” aos pobres não dar ensino a seus filhos e outras barbaridades “liberais”. Mas este absurdo teve o condão de despertar os setores de nossa vanguarda política: socialistas, comunistas e social-democratas. Mesmo elementos que se vinham mantendo a margem de qualquer acontecimento político foram despertados por essa brutal reação retrógrada⁴⁹.

Em suas incursões junto ao Movimento Operário, a LSI seguiu coerente com sua proposta de se constituir enquanto força política alternativa ao bloco

indo dos comunistas a militância católica operária. “É marcante nos eventos supracitados a tentativa de formação de uma frente operário-estudantil, projeto que será retomado nas jornadas de luta pré-golpe de 1964, e recuperado no agitado ano de 1968”. Para mais informações: “MEMOREX: elementos para uma história da UNE”. São Paulo: Edições Guaraná. Único exemplar, s/d ; OLIVEIRA, Sérgio Luiz Santos de. Op. Cit. p. 78-79

⁴⁷ Jornal *Ação Socialista*, edição número 5, outubro de 1959

⁴⁸ A Constituição de 1946 garantiu a União o poder de legislar sobre diretrizes da educação nacional, o que levou ao encaminhamento junto ao Congresso do projeto que se tornaria a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Na Carta Magna de 1946 a educação reaparece como direito de todos. Da apresentação a aprovação da LDB decorre cerca de treze anos (1948-1961). Num primeiro momento, as divergências se dão em torno da centralização/descentralização, passando em seguida para o conflito público/ privado. Após mais de uma década de debates, em 1961, foi sancionada pelo presidente João Goulart a Lei nº 4024/61 (primeira LDB). Para mais dados: VIEIRA, S. L. & FARIA I. M. S. *Políticas Educacionais no Brasil: introdução histórica*. Fortaleza-CE: Editora da UECE, 2004.

⁴⁹ Jornal *Ação Socialista*, edição número 7, abril de 1960

pecebista/trabalhista. Nessa conjuntura, os grupos contrários ao sindicalismo hegemônico buscaram congregar esforços no sentido de se fortalecer a corrente que ficou conhecida como *oposição sindical*⁵⁰. Por meio de artigos como “Dinamização da Oposição Sindical”, o *Ação Socialista* expunha suas propostas para o operariado refratário as cúpulas sindicais. No mesmo texto, o periódico apontava como “medidas fundamentais para a modificação do atual contexto sindical: 1 – Sindicalismo Livre – abolindo-se o imposto sindical, desaparecerá inércia da estrutura dirigente (...); 2 – Sindicato por Indústria, o sindicato deve incorporar todos os trabalhadores do mesmo ramo de produção, seja do escritório ou oficina”⁵¹. A crítica à estrutura sindical vigente na época, herdeira do corporativismo estadonovista⁵², foi constante entre as correntes opositoras, ou renovadoras.

A LSI buscou se integrar a tais linhas de força, que se congregaram e lutavam por hegemonia dentro do Pacto de Unidade Intersindical (PUI), formado após uma greve de grandes proporções, ocorrida em São Paulo, no ano de 1957⁵³. Mas as cúpulas sindicais hegemônicas também procuraram se organizar no intuito de garantir suas posições, e para tanto articularam um “Conselho Sindical dos Trabalhadores do Estado de São Paulo”, formado a partir das 16 maiores entidades laborais paulistas. A resposta da LSI

⁵⁰ Data dessa época o advento das correntes da *oposição sindical*, ou correntes *renovadoras*, ou seja, grupos contrários à política sindical atrelada ao populismo, encabeçada pela coalizão PTB-PCB. O novo movimento reunia católicos de esquerda, comunistas dissidentes, lideranças sindicais independentes, socialistas, anti-comunistas. Tais militantes tinham como principal bandeira de luta o combate ao imposto sindical e a organização dos trabalhadores pela base, a margem da estrutura oficial. Para mais dados sobre o tema: ANTUNES, Ricardo. *O que é sindicalismo*. São Paulo: Abril Cultural & Brasiliense, 1985; CARONE, Edgard. *Movimento operário no Brasil* (1945-1964). 2ª Ed. São Paulo: Editora Difel, 1981, 2v; CASTRO, Sandra. “Apogeu e Crise do Populismo – (1945-1964)”. In: *Movimento Operário Brasileiro*. Belo Horizonte-MG: Editora Vega, 1980.

⁵¹ Jornal *Ação Socialista*, edição numero 3, junho de 1959.

⁵² A mola mestra do funcionamento da estrutura sindical do período (e mesmo a *posteriori*) era o Imposto Sindical, que garantia os arranjos de cúpula, visto que a “sobrevivência do sindicato não depende da sua representatividade e número de associados, pois, tenha ele dez sócios ou mil, o dinheiro vem de qualquer jeito – e descontado em folha de pagamento de todos os trabalhadores, sejam eles sindicalizados ou não (...)”. Em tal modelo, a “diretoria de um sindicato é composta por, no máximo, 24 diretores. Pela legislação só eles podem representar a categoria profissional. Na prática, o que acontece é que numa base territorial onde existam, por exemplo, 500 fábricas, tem-se apenas 24 pessoas em condições legais de representatividade. Deve-se levar em conta também que o aparelho sindical é uma máquina pesada, com inúmeros departamentos assistenciais, e que, portanto, ocupa boa parte do tempo dos dirigentes na burocracia. São “sindicatos de diretoria”, onde um punhado de homens concentra o monopólio de representatividade da categoria. A legislação oferece todas as condições para a manutenção da triste figura do pelego”. IBRAHIM, José. *O que todo cidadão deve saber sobre comissões de fábrica*. São Paulo: Editora Global, 1986. p. 40

⁵³ Para mais informações: CASTRO, Sandra. Op. Cit. p. 67-68

se deu com o artigo “Quadrilha de Pelegos quer Destruir o Pacto de Unidade”, em tom agressivo, o texto advertia que o “Conselho”, chamado de “quadrilha”, pretendia

substituir o Pacto de Unidade pelo Conselho. Ora, em que pese às falhas do Pacto – tantas e tantas vezes apontamos aqui – o Pacto era ainda uma tribuna onde alguns líderes verdadeiros da classe operária podiam falar. Se o Pacto for destruído, o único organismo dirigente será o Conselho dos Pelegos – pelegos grandes, de Federação, porque os dirigentes de sindicatos – que formam a plenária do Conselho – só poderão se reunir de três em três meses, de acordo com o que decidiu a quadrilha⁵⁴.

Em linhas gerais, este foi o tom do debate entre a LSI e os grupos aos quais se direcionavam suas críticas. Tal embate englobou o operariado organizado do período, e se estendeu até o golpe de 1964. De um lado, correntes hegemônicas, vinculadas às cúpulas pecebistas/trabalhistas, orientadas em torno de uma política de conciliação entre capital e trabalho, coerente com as diretrizes reformistas do PCB, especialmente após a guinada liberalizante de 1958. Em direção oposta, articulavam-se as organizações que lutavam por reformas no meio sindical/operário brasileiro, tendo em vista um retorno do movimento operário às suas bases, em sentido democrático e horizontal, visando ações de enfrentamento perante o capital.

O grande embate entre tais tendências se verificou no III Congresso Sindical Nacional, realizado em agosto de 1960. Segundo Sérgio Amad Costa, neste encontro se consolidaram três correntes dentro do movimento operário brasileiro: uma hegemônica, formada pelo binômio pecebismo/trabalhismo; um grupo fisiocrático, identificado como “pelego oficial”; e os “renovadores”. Os últimos foram subdivididos entre “oportunistas” (janistas e lotistas – partidários da candidatura do marechal Henrique Teixeira Lott para presidência da república); “católicos de esquerda”, e “esquerdistas

⁵⁴ Acerca das “falhas” do PUI, apontadas no excerto acima, as mesmas se inserem nos limites das *estruturas paralelas* sindicais, formadas na segunda metade da década de 1950. O PUI, juntamente aos sindicatos do Rio de Janeiro, formaria poucos anos mais tarde o Pacto de Unidade e Ação (PUA), um dos pilares da estrutura dual do movimento sindical brasileiro. Nesse processo se encontram as origens do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), criado durante o governo João Goulart. Tais siglas se apresentaram como a materialização das estruturas paralelas, ou duais, foram seus órgãos de representação e veículos de atuação política. Essas estruturas se desenvolveram a margem do sindicalismo oficial, possuíam caráter *suprasindical* e *cupulista*, e não se chocavam efetivamente com o aparato legal, embora apresentassem viés mais combativo. Por trás da construção desses organismos estava o PCB. Para citação no corpo do texto: *Jornal Ação Socialista*, número 5, outubro de 1959; para citação em nota: OLIVEIRA, Sérgio Luiz Santos de. Op. Cit. pp. 165-166; consultar também: COSTA, Sérgio Amad. *CGT: e as lutas sindicais brasileiras (1960-64)*. São Paulo: Editora do Grêmio Politécnico, 1981.

radicais” (LSI, trotskistas)⁵⁵. A análise do encontro, pelo *Ação Socialista*, veio por meio do artigo “Pela Formação de Comitês de Fábrica”. Neste escrito, a Liga chama a atenção para uma “ruptura” no movimento operário nacional, que “finalmente” vinha à tona, graças à militância dos renovadores. “Finalmente veio o rompimento. Renovadores e Comunistas resolveram acertar as contas no Terceiro Congresso Sindical Nacional, acabando com uma unidade artificial, que não mais podia ser mantida”⁵⁶. Esta disputa se tornou crescente, e perdurou até vésperas do golpe de 1964.

Embora os comunistas buscassem controlar o radicalismo das bases por meio das *organizações paralelas*, a insatisfação operária se manifestava através de ações cada vez mais agressivas, numa escala crescente de greves e demonstrações de insubmissão por parte da classe trabalhadora. Como forma de neutralizar o cupulismo oficial, o artigo advogava pela formação e proliferação de “comitês” em todos os locais de trabalho⁵⁷. Em tom exortativo, o texto conclamava os trabalhadores brasileiros a lutar pela “constituição, em todas as fábricas e locais de trabalho, de comitês de fábrica eleitos pelos próprios operários (...)”; e pela formação de uma “central operária brasileira com representantes eleitos nas fábricas pelos Comitês Sindicais”⁵⁸.

Completando nossa análise do *Ação Socialista*, discutiremos como o referido informativo se aplicou em suas discussões sobre Governo Federal do período, gerenciado por Juscelino Kubistchek, e as posições do periódico com relação ao jogo sucessório presidencial da conjuntura. O jornal da LSI, em todas as suas edições,

⁵⁵COSTA, Sérgio Amad. Op. Cit. pp.34-46

⁵⁶ Jornal *Ação Socialista*, número 9, setembro de 1960.

⁵⁷ Os “comitês” também perpassam as estratégias políticas e revolucionárias de uma série de agrupamentos de esquerda da época, de matriz marxista-leninista ou não, mas a tendência a encampar tais aparelhos de forma mais sistemática partiu do campo trotskista. O “Programa de Transição”, documento oficial da IV Internacional, redigido pelo próprio Trotski, prevê um papel efetivo dos comitês como ferramentas de mobilização da classe trabalhadora, orientada em sentido revolucionário: “Os sindicatos, mesmo os mais poderosos, não congregam mais de 20 a 25% da classe operária que, aliás, são suas camadas mais bem qualificadas e mais bem pagas. A maioria mais oprimida da classe operária só é levada à luta em momentos especiais, os de um excepcional ascenso do movimento operário. Nesses momentos, é necessário criar organizações ad-hoc que congreguem toda a massa em luta: os COMITES DE GREVE, os COMITES DE FÁBRICA e, enfim, os SOVIETES” (grifos do autor). TROTSKI, Leon. “Os Sindicatos na época de transição”. In: “Programa de Transição”. s/p. Disponível no endereço eletrônico: <http://goo.gl/9x108X>. Acesso e download em 12/05/2014, às 16h:34min.

⁵⁸ O texto não explicita como se daria o funcionamento dos referidos “Comitês Sindicais”. Quanto aos comitês de fábrica, estes funcionariam com base na atividade de representantes laborais eleitos no próprio local de trabalho, em eleições rotativas, com postos temporários e revogáveis a qualquer momento. Para mais informações consultar: IBRAHIM. José. Op. Cit. Citação no corpo do texto: Jornal *Ação Socialista*, número 9, setembro de 1960.

esmerou-se em críticas as políticas governamentais de JK e seu grupo político. O cerne dos questionamentos se direcionava ao desenvolvimentismo em voga, e os ataques tinham por alvo toda a constelação de forças que se articulavam em torno de tal projeto político e macroeconômico.

Ao longo de seus exemplares, o *Ação Socialista* dedicou uma série de textos a Petrobrás, sempre no sentido de defender o caráter nacional e estatal da empresa (“A Burguesia quer Entregar a Petrobrás” (edição 3, 06/1959); “Avanço Imperialista sobre a Petrobrás” (edição 4, 09/1959); “O Acordo com a Esso, Outra Vitória do Imperialismo” (edição 6, 12/1959); “As “Nacionalizações” dos Trustes Petroleiros Mascaram Novo Assalto Imperialista” (edição 7, 04/1960)).

Outra bandeira do periódico da Liga foi a defesa do controle sobre a Previdência Social pela classe trabalhadora, ao tema foram dedicados os artigos: “Pela entrega da Previdência Social aos Trabalhadores (edição 3); “Situação Financeira do IAPI e a Lei Orgânica de Previdência Social” (edição 4). No último exemplar publicado do jornal, em setembro de 1960, mais uma vez se reclamou “Pela Entrega da Previdência Social aos Trabalhadores” em artigo. Aliás, tal exigência também se encontrava presente no programa da LSI, como veremos no item seguinte. Todos os textos supracitados identificaram o governo JK e seu projeto político como os grandes responsáveis pelos problemas denunciados.

A “carestia de vida”, termo usual no período, foi outro tema candente nas páginas do *Ação Socialista*, numa conjuntura de inflação, desemprego, êxodo rural, graves problemas de infraestrutura urbana, sérios conflitos no campo, inúmeras denúncias de corrupção, relacionadas sobretudo a JK e seu Plano de Metas, etc. O artigo “Lucros Astronômicos ao Lado da Miséria” discute a dimensão da crise para os assalariados.

Se ainda fosse necessário demonstrar que o desenvolvimentismo do governo JK vem sendo realizado a custa da mais brutal expropriação dos trabalhadores, através da inflação galopante, a fim de assegurar lucros astronômicos para a “burguesia progressista”, os dados abaixo, extraídos dos balanços de algumas empresas, por si o provariam.

Enquanto o custo de vida, já este ano, se elevou até aqui, a cerca de 40%, reduzindo, em igual proporção, os salários dos trabalhadores, os lucros dos magnatas industriais e latifundiários prosseguem num

crescendo vertiginoso⁵⁹.

No mesmo exemplar deste excerto, há o texto “Prepara-se Nova Ofensiva Para o Aumento da Carne”. Na mesma linha, encontramos os artigos “Comida para os Trabalhadores e Não Automóveis Para os Ricachos”⁶⁰ (edição 4, 09/1959); “A Inflação Já Devorou os Últimos Salários-Mínimos” (edição 6, 12/1959); “215% de Aumento no Custo de Vida; Exijamos Uma Escala Móvel de Salários” (edição 7, 04/1960).

O tema mais presente nas linhas do *Ação Socialista*, ao longo de sua breve trajetória, foi a sucessão presidencial⁶¹ de 1960. A LSI buscou se inserir nesse processo não apenas enquanto organização crítica e independente, em rechaço a ordem das coisas, mas procurou indicar caminhos e pautar posturas práticas em relação ao pleito que se avizinhava. No editorial “Nem Lott, Nem Jânio: Por uma Política de Classe”, executa-se uma lúcida e criteriosa análise sobre as eleições presidenciais de 1960, desmistificando-se a composição de forças em torno dos dois candidatos, trazendo luz aos diversos matizes e contradições presentes em ambos os blocos em oposição.

Certo, essa distribuição de forças entre os dois candidatos não deve ser levada a rigor, mas em termos de aproximação, dada a fluidez dos partidos políticos, que exprimem, em vez de unidades ideológicas nacionais, um conglomerado de interesses regionais, dado o

⁵⁹ O artigo apresenta o lucro líquido, no ano de 1958, das principais empresas em atuação no Brasil, nacionais e multinacionais. Para mais dados: Jornal *Ação Socialista*, número 5, outubro de 1959.

⁶⁰ O modelo fabril implementado durante o ciclo JK era concentrador de mão de obra, e sua produção se dirigia a uma pequena parcela da população, compreendida entre as classes médias e altas. As empresas postas em operação empregavam poucos trabalhadores, pagavam baixos salários, e não eram capazes de ampliar seu mercado consumidor. “Daí a tendência para capacidade ociosa e a vigência de preços elevados (para compensar a capacidade ociosa), reforçando a concentração de renda (...)”. O efeito perverso desse modelo de crescimento foi a inflação, que penalizava especialmente as classes mais baixas. Durante “os anos 1955-61: o produto real da indústria de material de transporte (incluindo a automobilística) cresceu 549,9%, o da indústria de material elétrico e de comunicações (incluindo eletrodomésticos e eletrônicos domésticos) cresceu 367,7%; enquanto isso a indústria de alimentos teve um crescimento de apenas 46,4% e o ramo têxtil apenas 28,9%”, ambas indústrias de bens salário, voltadas a classe trabalhadora, a que menos se beneficiou do crescimento proposto pelo Plano de Metas de JK. ANTUNES, Ricardo. *A Rebeldia do Trabalho (O Confronto Operário no ABC Paulista: As greves de 1978/80)*. 2ª Ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1992. p. 105-106.

⁶¹ A LSI também tentou se inscrever na política corrente por meio do candidato a vereador pelo PSB paulistano Assis Correa Neto, jornalista e ex-operário, alinhado as propostas da sigla. Correa Neto disputou o pleito de outubro de 1959, e obteve “pouco mais 700 votos”, não conseguindo ser eleito. Em seu “Programa de Ação Imediata”, o postulante afirmava que como socialista pedia o voto dos eleitores não “para desfrute de privilégios supostamente outorgados por um mandato popular e, sim, para se fazer legítimo porta-voz das mais sentidas e imediatas reivindicações do povo (...)”. As propostas de Correa Neto se basearam, em larga medida, no Programa da LSI. Para saber mais sobre Assis Correa Neto, e sobre sua participação nas eleições de municipais de 1959, consultar exemplares 4, 5 e 6 do Jornal *Ação Socialista*.

desenvolvimento desigual das várias regiões brasileiras. Se o PSD, em conjunto, pode ser considerado expressão do industrialismo, incorpora, contudo, “coronéis” latifundiários das áreas mais atrasadas. De sua parte, a UDN, além dos potentados do latifúndio cafeeiro e cacauzeiro, abarca restritos setores da indústria. Não se apresenta menos “impuro” o PTB. Haja vista seu “líder” Jango, um dos maiores proprietários de terra do Brasil. Essas considerações são, de igual modo, válidas para os pequenos partidos, exceção feita do PCB. (...)

Mas não tenhamos dúvidas: qualquer um dos dois que venha a ser eleito – é verdade que o demagogo casposo em maior medida – subordinará sua administração aos interesses da burguesia brasileira e de seus sócios imperialistas. (...) ⁶².

O trecho acima, de forma mordaz, expõe os vícios seculares da política brasileira, correntes no período em questão, e mesmo em épocas posteriores. A falta de coerência e compromisso ideológico, o espírito conciliador, de verniz hipócrita, e o pragmatismo antiético marcavam o jogo político nacional do período, e o editorial da LSI procurou desnudar tal estado de coisas. O pleito presidencial de 1959 foi especialmente permeado pelos vícios apontados no trecho acima. Em meio a um panorama pouco propenso a classe trabalhadora, de acordo com as análises da Liga, o caminho a ser seguido, proposto nos três últimos exemplares do *Ação Socialista*, era o voto em branco. Na edição de número 9 do jornal da LSI conclamava-se o “voto em branco como afirmação anti-capitalista”.

Em editoriais anteriores, a A.S. fixou, com suficiente precisão, a natureza e o caráter das duas principais candidaturas a presidência da República, nas eleições de 3 de outubro próximo. Os fatos só fizeram confirmar a apreciação da Liga Socialista Independente: Jânio Quadros e o Marechal Lott não passam de servis “instrumentos do capitalismo”, em nada alterando essa realidade a demagogia moralizante de um e o “nacionalismo” “sui generis” do outro (...).

Não há mágica que transforme burguês no Poder em servidor dos trabalhadores, mesmo que êstes, mistificados por supostos líderes, lhe sirvam abnegadamente de degrau. A questão aqui é de classe, e não de promessas, ou programas demagógicos, para fins eleitorais.

(...)

Não mais que um caminho se apresenta à parte mais esclarecida dos trabalhadores, que tem por dever indicá-lo a todos os oprimidos e espoliados: O VOTO EM BRANCO COMO FORMA DE REPULSA AOS CANDIDATOS DA BURGUESIA E AO ESTADO

⁶² Jornal *Ação Socialista*, número 3, junho de 1959.

O último exemplar do *Ação Socialista* veio a público em setembro de 1960, a um mês das eleições presidenciais que consagrariam a vitória de Jânio Quadros, em articulação com a UDN e os setores mais conservadores do espectro político nacional. A LSI também não sobreviveria por muito mais tempo. Não obstante, a lucidez e a contundência das análises observadas no *Ação Socialista* serão reativadas nas linhas do *Política Operária*, jornal que herdará não apenas boa parte dos quadros da Liga, mas também muito de suas propostas e concepções.

1.3 Projeto Programa da Liga Socialista Independente

Para efeitos de comparação, cruzaremos alguns dados, temas e conceitos, presentes no Programa da LSI, com elementos encontrados em documentos homólogos do PCB. Optamos por tal comparação tendo vista a posição deste partido na conjuntura em análise, sendo o mesmo a principal e mais antiga agremiação de viés marxista voltada a organização da classe trabalhadora brasileira. Também traçaremos paralelos com o campo trotskista, especialmente as propostas veiculadas pelo “Programa de Transição” da IV Internacional.

O Programa da LSI foi redigido por Hermínio Sacchetta e Luiz Alberto Moniz Bandeira, companheiros dos meios trotskistas. Mas Moniz Bandeira se aproximou da Liga apenas na condição de colaborador. O mesmo diz que sua opção de não engajamento direto na LSI se deu “porque entendi, como Eric Sachs, depois que o conheci, que era melhor trabalhar na moldura da Juventude Socialista, do PSB”⁶⁴, na cidade do Rio de Janeiro. Em situação semelhante se encontrava Paul Singer, colaborador da Liga, mas dirigente da JS do PSB em São Paulo.

O Projeto de Programa da LSI, redigido em 31 páginas, divide-se em três seções, que se subdividem em subitens. A primeira seção foi chamada “Declaração de

⁶³ Jornal *Ação Socialista*, número 9, setembro de 1959.

⁶⁴ Entrevista via email de Luiz Alberto Moniz Bandeira ao autor, acessado em 16/08/2013, às 09h:37min.

Princípios”, expõe a linha programática do grupo, de viés, sobretudo, trotskista, mas mesclada a elementos oriundos do leninismo e do pensamento de Rosa Luxemburgo. A seção também expõe uma breve análise acerca da conjuntura internacional, dentro das concepções da sigla, e se encerra com uma discussão sobre a situação brasileira. A segunda seção se chamou “Programa de LSI”, especificando as propostas da Liga, seus objetivos e reivindicações imediatas. A seção final, intitulada “Estatutos”, apresenta a estrutura interna da organização, suas ramificações, metas, e os direitos e deveres de seus quadros. Seguiremos, em nossa análise, a sequência apresentada pelo documento, iniciando nossa discussão pela primeira seção do Programa.

1.3.1 Declaração de Princípios

A primeira seção do Programa da LSI se inicia com a apresentação dos “objetivos históricos” da sigla, o ponto central de sua estratégia revolucionária, sendo este: “a transformação do Estado capitalista em Sociedade Socialista”⁶⁵. Não fica claro no documento como deveria se dar a *transição* em direção ao socialismo, mas as nuances trotskistas são visíveis, como veremos ao longo dessa discussão⁶⁶. A origem política dos fundadores da Liga também ajuda a confirmar o que acabamos de inferir. Isto posto, podemos concluir que o modelo de transição revolucionária da LSI passava longe do etapismo pecebista, estando mais próximo do viés *imediato e permanente* do campo

⁶⁵ “Declaração de Princípios”. In: *Projeto de Programa da LSI*. p. 3

⁶⁶ Dois conceitos centrais no pensamento trotskista são: o *programa da revolução permanente* e a teoria (também chamada de lei) do *desenvolvimento desigual e combinado*. No capítulo a tratar dos “países atrasados” (dentre estes o Brasil), no “Programa de Transição”, ambos os conceitos se encontram entrelaçados. O encaminhamento dado aos “países atrasados” foi incorporado em boa medida pelas organizações trotskistas, em suas diversas correntes. Identificamos nuances desses elementos também no Programa da LSI. Vejamos um trecho do Programa da IV Internacional, relacionado a questão posta: “Os países coloniais e semicoloniais são, por sua própria natureza, países atrasados. Mas esses países atrasados vivem em condições do domínio mundial do imperialismo. É por isso que seu desenvolvimento tem um caráter combinado: reúne em si as formas econômicas mais primitivas e a última palavra de técnica e da civilização capitalista. É isto que determina a política do proletariado dos países atrasados: ele é obrigado a combinar a luta pelas tarefas mais elementares da independência nacional e da democracia burguesa com a luta socialista contra o imperialismo mundial. Nessa luta, as palavras-de-ordem democráticas, as reivindicações transitórias e as tarefas da revolução socialista não estão separadas em épocas históricas distintas, mas decorrem umas das outras”. TROTSKI, Leon. “Os países atrasados e o programa das reivindicações transitórias”. In: *Programa de Transição*. Op. Cit. s/p. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.marxists.org/portugues/trotsky/1938/programa/cap02.htm#15>. Acesso em 12/05/2014, às 18h: 18min.

trotskista. O Programa do PCB seguia, em linhas gerais, as diretrizes apresentadas no VI Congresso da III Internacional Comunista, realizado em 1928. A Revolução brasileira se efetivaria em duas etapas, uma nacional popular, outra socialista. A primeira seria voltada a superação dos “restos feudais”, presentes no campo brasileiro, herança de nosso passado colonial, e a neutralização do imperialismo e seus agentes em nosso território. Nesse processo se desenvolveriam as forças produtivas no país, abrindo espaço para a segunda etapa do processo, marcado pela transição socialista.

Fugindo a dicotomia do PCB, que traçava o panorama internacional do período em estudo como marcado pela disputa de poder entre os blocos capitalista e socialista (soviético), as análises da LSI partem de um enfoque mais complexo. Segundo os diagnósticos da Liga, o sistema mundial contemporâneo (Anos 1950) seria marcado pelo *Capitalismo de Estado*. Contexto em que “a forma Estado Liberal” já havia “desaparecido da face da terra”, e o “poder econômico, que se contentava, antes, em controlar indiretamente o poder político, agora necessita controlá-lo diretamente e se funde com ele”⁶⁷.

Este fenômeno seria visível tanto “nos países subdesenvolvidos, como nos em que as forças produtivas alcançaram altos níveis de concentração e de técnica”. Nestes, “acentua-se a tendência de alienação, em favor do Estado, por parte da burguesia, das prerrogativas e funções que, na época do desenvolvimento orgânico do Capitalismo, eram especificamente suas”⁶⁸. Mas este “Capitalismo de Estado” não estaria restrito às economias de mercado, também estaria presente no campo socialista, ou “totalitarista”, com expresso na Declaração. Ambos os blocos mundiais se “alimentariam” e se completariam, consolidando-se enquanto “inimigos fundamentais” da Revolução proletária universal. Destarte, o socialismo teria como principais adversários, “no plano econômico, o Capitalismo, e, no plano político, o Totalitarismo”⁶⁹. No atual estágio (Anos 1950) de desenvolvimento capitalista, “o fulcro básico da luta política se deslocou decididamente para a arena internacional”. Insistindo no caráter internacional da revolução proletária, o documento infere que

⁶⁷ “Declaração de Princípios”. Op. Cit. p. 4

⁶⁸ Idem, ibidem, p. 4.

⁶⁹ Idem, ibidem, p. 7.

Conjugando, no plano internacional, os esforços da burguesia, como também das burocracias nacionais da chamada órbita soviética, na sua luta de sobrevivência contra os trabalhadores, o Capitalismo de Estado cria as condições objetivas e subjetivas para que todos os produtores diretos espoliados do mundo se reconheçam, efetivamente, como classe mundial espoliada, tornando a solidariedade internacional dos trabalhadores a alavanca central para a criação da sociedade socialista⁷⁰.

Uma das muitas temáticas proscritas pelo marxismo a emanar da órbita soviética, mas mantida pelo campo trotskista e demais grupos de oposição, foram as considerações acerca do *fim do Estado*. Sabemos que as teses leninistas, expostas na obra *O Estado e a Revolução*, tema candente na conjuntura revolucionária pós 1917, foram excluídas dos debates e projetos da União Soviética sob a direção de Josef Stalin. O que se verificou no sistema soviético foi o oposto do que se propunha na teoria marxista clássica⁷¹, ou seja, o que se viu foi um fortalecimento do Estado em proporções espantosas. As propostas da Liga iam em sentido inverso ao que se observava na URSS, e se voltavam as antigas teses que advogavam pelo fim do Estado.

⁷⁰ Com relação a URSS, assim como boa parte das organizações de matriz trotskista, a LSI advogava a tese de *Capitalismo de Estado*, em oposição à idéia de *Estado operário degenerado*, defendida pelo próprio Trotski até o fim de seus dias. Para mais informações sobre este debate, corrente nos meios trotskistas, consultar: TROTSKY, Leon. “A União Soviética e as tarefas da época de transição”. In: *Programa de Transição*. Op. Cit. s/p; BETTELHEIM, Charles. *A luta de classes na União Soviética*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983; HIRATA, Helena. “Capitalismo de Estado, burguesia de Estado e modo de produção tecnoburocrático”. Artigo disponível no endereço eletrônico: <http://goo.gl/VyW73A>. Acesso e download em: 16/05/2014, às 20h:23min. Para citação no corpo do texto: Idem, ibidem, p. 9.

⁷¹ Proposições sobre o *fim do Estado* perpassam a teoria marxista desde seus primórdios. Marx aborda este tema em seu *O dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, (“todas as revoluções aperfeiçoaram essa máquina (o Estado) em lugar de esmagá-la”), e em missiva enviada a Kugelman, em 12 de abril de 1871 (“a próxima tentativa da Revolução Francesa já não será, como antes, transferir a máquina burocrático-militar de uma mão para outra, mas esmagá-la, e essa é a condição preliminar de toda a verdadeira revolução do povo no continente europeu”). Engels, no *Anti-Dühring*, afirma que o “primeiro ato por virtude do qual o Estado realmente se constitui como representante de toda a sociedade – o ato de assumir a propriedade dos meios de produção em nome da sociedade – é, ao mesmo tempo, seu último ato independente como Estado. A interferência do Estado nas relações sociais torna-se, em uma esfera após a outra, supérflua, e, em seguida, desaparece por si mesma. O governo das pessoas é substituído pela administração das coisas e pela condução dos processos de produção. O Estado não é “abolido”, ele *desaparece*”. Lenin, em seu celebrado *O Estado e a Revolução*, infere que uma “gigantesca substituição de certas instituições por outras, de um tipo fundamentalmente diferente (...), em lugar das instituições específicas de uma minoria privilegiada (o mundo oficial privilegiado, os chefes do exército permanente), a própria maioria pode preencher diretamente essas funções, e quanto mais às funções do poder de Estado forem desempenhadas pelo povo como um todo, menor a necessidade de existência desse poder”. Dentro de suas concepções luxemburguistas-trotskistas, a LSI encampou a ideia de supressão do Estado, mas sem a etapa da *ditadura do proletariado*, substituindo esta por uma *democracia socialista*. Para mais informações sobre o tema, consultar: DICIONÁRIO DO PENSAMENTO MARXISTA. Tom Bottomore, editor; Laurence Harris, VG Kierman, Ralph Miliband, co-editores. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001. pp. 133-135

Transformando o Estado no explorador capitalista coletivo, o Capitalismo de Estado cria as condições para a organização coletiva e unificada de todos os produtores diretos espoliados em uma classe que, dentro dos limites de uma sociedade nacional, se sinta alienada por um inimigo comum e facilmente reconhecível. A partir da consciência dessa alienação, que lhe será demonstrada mais claramente pela ação libertadora do socialismo militante, a classe operária e todos os espoliados, por força de sua invencível ânsia de democracia efetiva e profunda, *eliminarão o Estado* (grifo nosso) como dominação sobre os homens para substituí-lo pela simples administração das coisas⁷².

No item a discutir especificamente a “situação brasileira”, são apresentados os dois problemas fundamentais a serem superados pelo proletariado nacional: “a questão agrária e a sujeição ao imperialismo”. É curioso notar que o diagnóstico geral do atraso brasileiro, por parte da LSI, é semelhante⁷³ ao visto no programa/estatuto pecebista, que sempre apontou seus canhões contra o latifúndio e o imperialismo. Mas o encaminhando da luta pela Liga se expressava em termos bem mais radicais, e a solução dos problemas supracitados passava, de forma imperativa, pela supressão do capitalismo.

A solução desses dois problemas – o agrário e a sujeição ao imperialismo – que, historicamente, deveria ter sido encontrada pela própria burguesia nacional, hoje, dada a fraqueza e a integração desta, nos interesses gerais da economia capitalista, constitui missão histórica da classe operária e dos trabalhadores em geral. Essas tarefas históricas, de caráter burguês, ainda não realizadas, serão resolvidas pelos trabalhadores em um processo único e entrelaçado com seus objetivos socialistas. Os passos iniciais deste processo serão dados ao concretizar-se a unidade de ação entre o proletariado urbano e rural⁷⁴.

Ou seja, as tarefas “democráticas e de libertação nacional” deveriam ser cumpridas pela classe trabalhadora brasileira, superando nossa condição de país semi-

⁷² “Declaração de Princípios”, Op. Cit. p. 9.

⁷³ “Atualmente, as tarefas principais do Partido Comunista do Brasil consistem em unir as mais amplas forças antiimperialistas e antifeudais da sociedade brasileira para derrubar o poder dos latifundiários e grandes capitalistas ligados ao imperialismo, libertar o Brasil do jugo imperialista e conquistar um regime democrático popular”. “Estatutos do Partido Comunista do Brasil” (Aprovado no IV Congresso – 7 a 11 de novembro de 1954), s/p. Disponível no endereço eletrônico: <https://goo.gl/DOFRKH>. Acesso e download em: 01/04/2014, às 21h: 50min.

⁷⁴ “Declaração de Princípios”, Op. Cit. p. 12

colonial. Revolução burguesa e socialista se entrelaçariam em um processo contínuo, *permanente*. Mas, segundo a Declaração, uma solução “puramente nacionalista é inteiramente insuficiente” para resolver as tarefas expostas acima. Apenas uma revolução em âmbito internacional daria aporte para efetivação das tarefas impostas ao proletariado brasileiro.

1.3.2 Programa de LSI

A seção *Programa de LSI* se subdivide em seis partes, e se encerra com um item destacado, intitulado “Reivindicações Imediatas”. O item I apresenta os “Objetivos históricos fundamentais” da Liga, que por sua vez foi dividido em quatro partes.

Os “Objetivos históricos...” também se iniciam com a proclamação de que o “objetivo básico da LSI é transformação do Estado Capitalista em Sociedade Socialista”. Em seguida, afirma-se que, no “terreno econômico”, a sigla buscará “tornar propriedade comum e efetiva dos produtores diretos toda a riqueza produzida pelo seu trabalho, através da socialização dos meios de produção”⁷⁵. No terreno cultural, a LSI tinha por meta a “educação da coletividade em bases democrático-socialistas”, acompanhada pela “abolição de todos os privilégios de classes ou preconceitos de nacionalidade, sexo ou raça”. O item se encerra com a proposição de que a Liga “não se destina a lutar pelos interesses coletivos de apenas um setor dos trabalhadores, mas pelos interesses de todos os que vivem de seu próprio trabalho”⁷⁶. Aqui notamos uma diferenciação em relação aos discursos tradicionais comunistas, em seus diversos matizes, sempre dirigidos a *classe operária*, ou ao *proletariado*.

O item seguinte do Programa da LSI, intitulado “II – Da organização econômica e da propriedade”, subdivide-se em cinco subitens, sendo estes: 1- Socialização, 2- Terra, 3- Indústria, 4- Comércio e 5 - Orçamento.

⁷⁵ Programa de LSI, Op. Cit. p. 13.

⁷⁶ Idem, *ibidem*.

O programa entende por Socialização “a posse e gestão dos meios de produção e de distribuição pelos próprios produtores diretos”, ou seja, os trabalhadores⁷⁷. Com relação a “Terra”, defende-se a “expropriação sem indenização de seus antigos possuidores”, sejam estes nacionais ou estrangeiros. Deverão ser organizadas “fazendas nacionais” e/ou “fazendas cooperativas”, segundo as características e o potencial econômico das regiões a serem aplicadas tais reformas. O Estado deverá dispor aos trabalhadores assistência material e técnica. O objetivo imediato de tais transformações é resolver “o problema do latifúndio”. As pequenas propriedades, sempre que necessário, serão aglutinadas a “unidades superiores”. Os pequenos proprietários agrícolas serão chamados a colaborar com o novo Estado não por meio da “coerção”, mas a partir da criação de “condições econômicas e sociais que os atraiam”⁷⁸.

As indústrias deverão ser “expropriadas”, e “nacionalizadas” quando estrangeiras, passando a “gestão direta dos trabalhadores”. A produção passará a ser planificada, em sentido democrático-socialista, também sob a intervenção direta dos trabalhadores. As medidas socializantes se completarão com a abolição dos “trustes, monopólios ou cartéis de qualquer ordem, imperialistas os nacionalistas”. Todo o Comércio será fiscalizado de perto pelo Estado, sendo o comércio exterior prerrogativa do governo socialista. Serão organizadas formas de distribuição “diretas”, por meio de “cooperativas de produtores diretos e consumidores”⁷⁹. Com relação ao Orçamento, o sistema bancário deverá ser nacionalizado, e as dívidas vinculadas ao “imperialismo” canceladas. “Os gastos públicos serão orçados e autorizados pelos conselhos, sindicatos, e outras formas de representação econômico-política dos produtores diretos, através de sua representação nas assembleias regionais e na Assémbleia Nacional”⁸⁰.

No item III, “Da organização do trabalho”, define-se que a “sociedade socialista” compreende o trabalho como “um direito e um dever social”. Os indivíduos, imbuídos dos ideais da nova sociedade, deverão oferecer a mesma “todo seu potencial produtivo, material e espiritual”. Os contratos de trabalho deverão apresentar, todos, caráter coletivo, sob fiscalização direta dos trabalhadores, por meio de seus aparelhos

⁷⁷ “Programa de LSI”. Op. Cit. pp. 13-14

⁷⁸ Idem, ibidem

⁷⁹ Idem, ibidem.

⁸⁰ Idem, p. 15.

competentes. Os sindicatos gozarão de “liberdade e autonomia”, e o direito a greve será assegurado⁸¹.

O item IV, “Da organização política”, define a Assembleia Nacional como órgão máximo do novo governo a ser estabelecido. Abaixo da Assembleia Nacional, “o poder político básico será exercido por conselhos, sindicatos, e outras formas de representação”, sempre a partir dos “produtores diretos”, em *regime pluripartidário socialista*. Por socialista, serão entendidas todas as representações de viés “anticapitalista”, sejam elas marxistas ou não. O caráter “não capitalista” das representações será definido pela Assembleia Nacional. Será garantido o sufrágio universal e secreto para todos os maiores de 18 anos. Os mandatos populares terão caráter revogável a partir de suas bases.

A Assembleia Nacional funcionará “como câmara única nacional dos representantes do povo, parlamento permanente e soberano, do qual sairá sua Comissão Executiva Colegiada, subordinada diretamente a mesma Assembléia”. Haverá separação completa entre igreja e Estado, e nenhuma religião gozará de privilégios junto ao poder popular. “A política externa será orientada pelos princípios da solidariedade internacional dos trabalhadores”, só a Assembleia Nacional poderá decidir sobre a “paz” ou a “guerra”. A estrutura federativa do território brasileiro será mantida, mas em caráter provisório. “Dentro das necessidades de planificação nacional das atividades produtivas, proceder-se-á a uma crescente descentralização administrativa, buscando fortalecer a iniciativa direta das regiões e municípios”. A defesa da sociedade socialista se objetivará por meio de milícias populares, organizadas pelos próprios trabalhadores, os “técnicos militares indispensáveis ao enquadramento dessas milícias serão designados pela Assembléia Nacional”⁸².

No item “V – Dos direitos fundamentais do trabalhador”; estão asseguradas as conquistas fundamentais dos direitos humanos, liberdade de crença, religião, reunião, direito de ir e vir. Buscar-se-á a ampliação desses direitos de modo a se garantir a plena igualdade entre os sexos. Estará assegurada a liberdade de “manifestação do

⁸¹ Idem, Ibidem.

⁸² Idem, pp. 15-16

pensamento pela palavra falada, escrita, irradiada ou qualquer outro meio de expressão”. Os direitos das crianças e adolescentes devem ser garantidos pelo novo poder. Também será garantido o “direito inalienável de lutar contra os governos, quaisquer que sejam”⁸³, que oprimam a classe trabalhadora.

O item VI trata de “Educação, Saúde e Previdência”. A educação pública e gratuita, norteadas por princípios que busquem “desenvolver ao máximo os atributos e capacidades materiais e espirituais do homem” será garantida a todos os cidadãos. O educador, seja este professor ou pesquisador, “não sofrerá nenhuma restrição na busca ou na transmissão do conhecimento”. Destarte, a “busca do conhecimento, a investigação racional e as realizações artísticas não poderão ser controladas ou impedidas, nem mesmo sob alegação de segurança do Estado”⁸⁴. Com relação à Saúde, esta estará assegurada a “toda coletividade trabalhadora”, sendo papel do Estado garantir o pleno atendimento médico-hospitalar aos cidadãos. Quanto a Previdência Social, “será dever do Estado e direito de todo indivíduo”, independentemente de sua posição na sociedade socialista. “As funções e serviços de educação, assistência e previdência, respeitadas as normas gerais de organização da sociedade socialista e seus códigos nacionais básicos, serão progressivamente descentralizados em favor da gestão direta de seus usuários e mantenedores”⁸⁵.

⁸³ Idem, p. 17

⁸⁴ Acerca do papel da educação no programa da LSI, Mabelle Bandoli tece as seguintes considerações: “O nível de detalhamento das propostas ligadas à temática da Educação merecem, a nosso ver, uma observação. Para além das filiações teóricas e políticas com determinadas correntes do pensamento marxista, a preocupação com este tema nos parece bastante sintomática da posição social dos militantes da Liga. Tendo boa parte de seus quadros provindos dos meios universitários, a agremiação estabelece um corpo de políticas específicas que é ausente nos programas de outros partidos da extrema esquerda da época. Nas reivindicações de organizações como o Partido Comunista do Brasil (PCB) e do Partido Operário Revolucionário (POR), encontramos uma dedicação maior às questões sindicais e trabalhistas, além das reivindicações no plano da reestruturação econômica em bases nacionalistas e industrializantes. O tratamento dado a essa questão, bem como a natureza das propostas se distinguem sobremaneira das usuais reclamações por ampliação do acesso da população à educação e à necessidade de formar operários para a indústria em desenvolvimento. Fala-se em aumento dos investimentos na pesquisa científica, na necessidade de uma educação humanista e em transformações no sistema de gestão das Universidades e escolas que garantissem a autonomia dessas instituições e a participação democrática da população na sua administração. Percebemos, portanto, que as especificidades programáticas da LSI em relação aos demais partidos marxistas se devem não somente à sua filiação teórica à crítica ao bolchevismo e rejeição do ideário desenvolvimentista, mas se justificam, em alguma medida, pela ocupação e pela origem social e cultural de seus militantes”. BANDOLI, Mabelle. Op. Cit. p. 59.

⁸⁵ “Programa de LSI”. Op. Cit. p. 18

O último item da seção Programa de LSI foi intitulado “Reivindicações Imediatas”, apresenta demandas a serem conquistadas ainda dentro da sociedade capitalista. A LSI afirmava que a plena implementação de seu programa socializante só se efetivaria por completo num estágio pós-revolucionário, contudo, muitas de suas reivindicações poderiam ser alcançadas desde já pelo proletariado organizado. As conquistas realizadas serviriam de impulso a uma escalada revolucionária, em sentido socialista, a ser empreendida pela classe trabalhadora. Elencamos algumas das exigências da LSI, a maioria não obtida, em favor dos trabalhadores, até os dias atuais.

- Gestão mista das empresas estatizadas, com representação operária exercida por delegados dos comitês de empresa e dos sindicatos da categoria profissional (...);
- Plena autonomia sindical e direito de greve a todas as categorias profissionais (...);
- Expropriação e nacionalização das terras não exploradas ou exploradas em flagrante contradição com o interesse público (...);
- Abolição dos monopólios de Imprensa, Rádio e Televisão, com supressão urgente dos favores oficiais concedidos a tais empresas;
- Humanização efetiva da pena, evitando-se reclusão celular mesmo na instrução do processo;
- Plano nacional de educação que vise à transferência progressiva da totalidade do sistema de ensino para o Estado, suprimindo-se o ensino particular de fins lucrativos;⁸⁶

1.3.3 Estatutos

Os estatutos da LSI seguem, em linhas gerais, o modelo organizativo do PCB e demais partidos de orientação marxista atuantes no período. Segundo Mabelle Bandoli, os traços organizativos definidos no estatuto em questão “revelam mais um projeto que

⁸⁶ Idem, pp. 18-19

uma identidade forjada na prática concreta da ação político-partidária” da sigla⁸⁷. Tal característica é central para o entendimento da LSI e de sua trajetória, traço definidor de uma agremiação ainda em fase de estruturação, distante das massas e das disputas efetivas por hegemonia nos meios aos quais direcionava suas propostas.

A seção *Estatutos* se subdivide em seis partes, sendo estas: I – A LSI, II – A Democracia Interna, III – Estrutura Orgânica da LSI, IV – Congresso e Conferência Nacional, V – Finanças e VI – Medidas Disciplinares. Os itens V e VI não apresentam diferenças substanciais se comparados a outros partidos e agremiações em atividade política na época, tratam das contribuições financeiras para a manutenção do grupo, partidas de seus quadros e simpatizantes. Os militantes da sigla deveriam contribuir, mensalmente, com uma quantia que atingisse “pelo menos 1% sobre o salário mínimo vigente”. Sobre as “Medidas Disciplinares”, exige-se respeito às “resoluções do organismo” a que se pertence e aos “órgãos superiores”, além da exigência de participação efetiva nas discussões e na condução da Liga. Fala-se em punição relativa à “conduta que desprestige a LSI”, mas não se especifica quais seriam essas condutas⁸⁸. As medidas disciplinares, sempre dentro dos princípios democráticos da sigla, vão do afastamento temporário, até a exclusão do grupo.

Os itens III e IV (Estrutura Orgânica da LSI e Conferência e Congresso Nacional) também não trazem grandes inovações referentes a modos de estruturação interna. O grupo foi subdividido da seguinte forma:

(...) A LSI é constituída a base de empresas (industriais, comerciais e agrícolas), agrupamentos (culturais, recreativos, de ensino, etc), e de territórios, observando-se a seguinte estrutura:

Reunião plenária de base e secretariado de base;

⁸⁷ BANDOLI, Mabelle. Op. Cit. p. 52

⁸⁸ Nesse ponto, o estatuto do PCB é mais específico, um traço característico de sua rigidez interna. “As organizações do Partido em todas as instâncias poderão tomar medidas disciplinares, sempre sujeitas à aprovação do organismo imediatamente superior e de acordo com as circunstâncias concretas, contra os infratores da moral do Partido (mentir ao Partido, faltar à honestidade e à sinceridade para com o Partido, incidir em calúnias, dissolução de costumes, etc.) e em virtude de faltas que o Partido considere criminosas, como o não cumprimento das resoluções dos organismos superiores, a violação do Programa e dos Estatutos do Partido ou ainda conduta que prejudique o prestígio e a influência do Partido no seio da classe operária e do povo”. “Estatutos do Partido Comunista do Brasil”, Op. Cit. s/p.

Conferência distrital e Comissão distrital;

Conferência de zona e Comissão de zona;

Conferência regional e Comissão regional

Congresso e Comissão nacional.

Isto é, o país será dividido em regiões, estas em zonas, e as zonas em distritos que abarcarão as organizações de base; a região pode compreender um Estado, vários Estados e porções de um Estado ou Estados; a zona pode compreender um município, vários municípios ou porções de um município ou municípios⁸⁹.

O PCB apresentava estruturação interna semelhante, assim como o POR, que foi mais bem sucedido no que respeita a expansão de seus quadros para outras localidades do país, deixando de ser uma organização restrita a São Paulo, algo não atingido pela LSI⁹⁰. Os quadros da Liga deveriam se imiscuir entre os diversos setores da classe trabalhadora, e por meio de células executarem seu trabalho de base. Também deveriam ter por meta atuação política nos meios culturais e acadêmicos, especialmente junto ao movimento estudantil. Como vimos, os quadros estudantis representavam a maioria absoluta nas fileiras da LSI. Ainda segundo o Estatuto, a “instância suprema” da Liga seria o Congresso Nacional, convocado de dois em dois anos, e seus “alicerces” se encontrariam em suas organizações de base⁹¹.

Os itens I – A LSI e II – A Democracia interna, tratam dos direitos e deveres dos militantes do grupo, e dos princípios organizativos que nortearam a estruturação do mesmo. O primeiro subitem dos estatutos define a Liga como uma organização “estruturada pelos princípios da *democracia interna*”⁹². Tal definição marca uma diferenciação substancial em relação aos preceitos organizativos do PCB, partido organizado a partir das premissas do *centralismo democrático* leninista. Também no

⁸⁹ “Estatutos”. Op. Cit. p. 26.

⁹⁰ Nos Estatutos do PCB, item 15, há a seguinte caracterização: “Para fins de organização do Partido, o país será dividido em Regiões, estas em Zonas e as Zonas em Distritos. Estes serão constituídos pelas Organizações de Base do Partido existentes em sua jurisdição”. Com relação ao POR, este partido conseguiu estabelecer bases, além de São Paulo (capital), na cidade do Rio de Janeiro, Niterói, Sorocaba e Curitiba. Para Estatutos do PCB: “Estatutos do Partido Comunista do Brasil”. Op. Cit. s/p; para POR: PEREIRA NETO, Murilo Leal. Op. Cit. pp. 36-47.

⁹¹ “Estatutos”. Op. Cit. p. 28

⁹² Idem. p. 25.

campo trotskista se observa maior proximidade ao modelo leninista, no entanto, torna-se difícil uma delimitação mais precisa sobre este meio, devido as suas inúmeras subdivisões⁹³. Assim sendo, concentraremos nossa análise na comparação entre os estatutos da LSI e do PCB, tendo como mote a questão da *democracia* presente nos documentos de ambos os grupos políticos.

Iniciaremos nossa discussão partindo do centralismo democrático de matriz leninista, incorporado pelo PCB desde o início de suas atividades, especialmente após a sua incorporação a Internacional Comunista e a aceitação das 21 condições impostas pelo órgão, em princípios dos anos 1920. Vejamos como tal linha organizatória se objetivava nos Estatutos do PCB de 1954:

12 — O princípio diretor em que se baseia a estrutura orgânica do Partido é o *centralismo democrático* (grifo nosso), que significa:

- a) Eleição de todos os organismos dirigentes do Partido, de baixo para cima;
- b) Prestação de contas periódica dos organismos dirigentes do Partido ante as respectivas organizações que os elegeram;
- c) Disciplina rigorosa no Partido e submissão da minoria à maioria;
- d) Caráter estritamente obrigatório das decisões dos organismos superiores para os organismos inferiores⁹⁴.

⁹³ “A concepção de Trotsky sobre o partido revolucionário não foi sempre consistente e variou em diferentes períodos históricos. Entre os trotskistas de hoje, alguns grupos subscrevem integralmente as críticas feitas por ele, em sua juventude (antes de 1917), aos rígidos princípios centralistas de Lênin e consideravam o partido como uma organização ampla e flexível. Outros, embora sem rejeitar totalmente o centralismo leninista, dão maior ênfase a forma democrática de partido, apoiando-se nos escritos de Trotsky posteriores a 1923, que correspondem a sua luta contra a ditadura burocrática do partido soviético staliniano. Outros ainda, uma minoria, aceitam rigorosamente o centralismo e reportam-se à fase mais centralista de Trotsky (1917-1923)”. Sobre esta questão, o “Programa de Transição”, redigido por Trotsky na conjuntura da formação da IV Internacional, afirma que sem “democracia interna não existe educação revolucionária. Sem disciplina não há ação revolucionária. O regime interno da IV Internacional está fundamentado sobre os princípios do **centralismo democrático** (grifo nosso): completa liberdade na discussão, total unidade na ação”. Para primeira citação em nota: DICIONÁRIO DO PENSAMENTO MARXISTA. Op. Cit. p. 395; para segunda citação, ver: TROTSKY, Leon. “Programa de Transição”. Op. Cit. s/p

⁹⁴ “Estatutos do Partido Comunista do Brasil (Aprovado no IV Congresso – 7 a 11 de novembro de 1954)”. Op. Cit. s/p

Enquanto membro do Comintern, o PCB sempre esteve sujeito às reviravoltas verificadas nos centros de poder soviético. Não obstante, a estrutura organizativa pecebista, delineada a partir dos princípios do centralismo democrático, permaneceu quase inalterada. Apesar de o centralismo preconizar uma ampla participação dos quadros na condução do partido, as decisões de cúpula acabaram se tornando uma regra. Ainda que distante do personalismo a emanar das esferas dirigentes do Kremlin, os centros decisórios do PCB, sob a batuta incontestada de Luiz Carlos Prestes e seu grupo, faziam valer suas diretrizes pouco afeitos a disposições em contrário. Tal postura se tornará explícita, dentre diversos outros exemplos anteriores, após a “Declaração de Março” de 1958, no imediato pós-golpe de 1964, e na conjuntura da expulsão da tendência que se intitulava Agrupamento Comunista de São Paulo, em 1967, grupo este liderado por Carlos Marighella.

As origens do modo de organização leninista se encontram numa série de escritos produzidos pelo líder bolchevique nos primeiros anos do Século XX, especialmente na obra *Que Fazer?*. O que se discutia no período era a continuidade da tática socialdemocrata, em busca de uma agremiação de massas, como fora possível construir na Alemanha, ou um *partido de novo tipo*, adaptado às condições de Rússia czarista. A Social Democracia alemã fora capaz de formar um partido, que num prazo relativamente curto, tornou-se uma das maiores forças políticas do país e o principal representante da classe trabalhadora no parlamento germânico. Embora a Alemanha imperial da época estivesse longe de ser uma nação democrática, encontrava-se muito a frente do modelo autocrático russo, região em que os canais de mediação entre Estado e sociedade eram restritos, quando não, inexistentes. Lênin se deu conta de que os referenciais táticos e estratégicos oriundos da socialdemocracia centro-européia não se adaptavam ao panorama russo. Os espaços de atuação para os movimentos sociais em sua pátria estavam todos vedados, havia censura e os aparatos repressivos eram duros e atuantes. De modo a reagir a esse estado de coisas, Lênin propôs a criação de um partido de novo tipo, cuja estrutura *ideal* seguisse os seguintes princípios:

- a) um partido cuja estrutura básica seja composta por revolucionários profissionais (sejam intelectuais, sejam operários), que se forjem na prática política como revolucionários profissionais;

- b) um partido que tenha uma organização estável de dirigentes e militantes, para assegurar a continuidade do trabalho;
- c) um partido em que a centralização da organização não implique na centralização do movimento; ao contrário, sua função é ampliar o movimento, transformando-o em movimento de massas
- d) um partido de vanguarda, que contenha os elementos mais avançados e combativos do proletariado, que esteja estreitamente ligados as massas e que sejam maioria na organização;
- e) um partido que tenha organismos estanques entre si, para dificultar a ação da polícia;
- f) um partido que cultive a mais ampla democracia interna, com seus organismos de direção eleitos através de delegados de cada organização partidária, que aplique unitariamente a política votada pela maioria⁹⁵.

Uma vez consolidada a Revolução Russa, e após a constituição da III Internacional Comunista, tais princípios organizacionais passaram a ser incorporados por todos os PC's organizados mundo afora, sendo que a argamassa para tal tipo de formação política foi o centralismo democrático. Mas até que ponto tais premissas foram de fato assimiladas pelos partidos comunistas ao redor do globo? Até que ponto o advento do stalinismo interferiu ou mesmo descaracterizou o modelo proposto por Lênin? A fim de nos aprofundar mais um pouco sobre este ponto, vejamos o seguinte raciocínio de Ernest Mandel, a nosso ver deveras elucidativo. O excerto trata do bolchevismo e seu esforço em edificar o partido revolucionário, em sentido leninista. Compreendemos o bolchevismo como o ponto máximo do modo de organização centralista democrático, ao menos no período anterior a Revolução Russa.

(...) o bolchevismo é, por um lado, a afirmação da necessidade estrita de organizar os comunistas num partido separado com uma disciplina e uma centralização orientadas para o objetivo revolucionário, e ao mesmo tempo, a afirmação da necessidade, igualmente absoluta, de manter a organização da vanguarda profundamente integrada à classe, no seu movimento, nas suas lutas próprias e espontâneas. O bolchevismo é ao mesmo tempo a proclamação da vanguarda com a classe, e da sua integração na classe. Como tudo o que existe, o bolchevismo é uma unidade de contrários. Se destacarmos e isolarmos um dos elementos desta unidade, o resultado será oposto ao que pretendíamos. Assim, a organização separada da vanguarda, sem uma

⁹⁵ GENRO, Tarso F.; GENRO FILHO, Adelmo. *Lênin: coração e mente*. São Paulo: Expressão Popular, 2003. pp. 27-28

ligação estreita, sem a integração real na classe, conduzirá, na melhor das hipóteses, ao sectarismo estéril e na pior de todas, ao controle burocrático e à violação do proletariado por um grupo de “dirigentes aventureiros e arbitrários”. Por outro lado, a integração dos elementos da vanguarda no movimento geral da classe sem a sua organização separada levará à dissolução da consciência comunista na consciência média da classe que é, do ponto de vista político, uma consciência pequeno-burguesa, prisioneira de preconceitos e ideias pequeno-burguesas. Ambos os desvios conduzem pois, em última análise, a abolição da verdadeira democracia proletária. Só enquanto unidade de contrários, isto é, enquanto organização separada na vanguarda mas integrada na classe, o bolchevismo pode encarnar a consciência de classe ao seu nível mais elevado, e ser um instrumento revolucionário. Esta concepção não foi originalmente formulada por Lenine. Tem contudo o mérito histórico, incontestável, de lhe ter dado uma expressão acabada. Já Marx e Engels explicaram a mesma concepção durante suas vidas (...) ⁹⁶.

Fugiria ao escopo de nosso trabalho discutir até que ponto o PCB soube mediar à unidade dialética, referente ao bolchevismo, inferida no excerto acima, ou seja, até que ponto esse partido soube se colocar enquanto “vanguarda separada” e ao mesmo tempo “integrada” a classe. Nosso objetivo é identificar os fundamentos do modo leninista e organização, visível, em diferentes graus, tanto nos meios comunistas como nos trotskistas, articulados de maneira ideal no partido bolchevique. Mesmo o PC da URSS pós-revolucionária se afastou dessas premissas, mergulhando no burocratismo stalinista. Em todo caso, tais premissas se encontram matizadas nos estatutos e no programa do PCB ao longo de sua trajetória. Feita esta breve exposição das origens e dos fundamentos do centralismo democrático, abordaremos agora uma visão alternativa a tal modo de organização, proveniente do pensamento de Rosa Luxemburgo, incorporada pelo programa da LSI.

Em resposta ao modelo leninista, exposto no celebrado *Que Fazer?*, e reforçado na obra *Um passo a frente, dois passos atrás*, lançada a público em 1904, Rosa Luxemburgo redige, também em 1904, a brochura *Questões de Organização da Social Democracia Russa*. Neste escrito, a ativista polonesa apresenta suas concepções acerca do modo de organização do proletariado, ou das massas, em sentido revolucionário. O modelo proposto nas *Questões* é um contraponto ao centralismo democrático proposto

⁹⁶ MANDEL, Ernest. Op. Cit. pp. 29-30

pela fração bolchevique do POSDR, encabeçada por Lênin⁹⁷. Nossa autora, no texto em discussão, associa os princípios organizativos leninistas a experiências históricas como o blanquismo e o jacobinismo, dando ênfase ao potencial centralista e antidemocrático latente ao leninismo, segundo sua visão. Vejamos como tal proposição foi expressa:

(...) a centralização social-democrata não pode fundar-se na obediência cega, na subordinação mecânica a um poder central. E, por outro lado, nunca se pode erguer uma parede divisória absoluta entre o núcleo do proletariado com consciência de classe, solidamente organizado no partido, e as camadas circundantes, já atingidas pela luta de classes, que se encontram em processo de esclarecimento de classe. O estabelecimento da centralização na social-democracia sobre esses dois princípios – a cega subordinação, até nos menores detalhes, da atividade de todas as organizações partidárias a um poder central, que sozinho pensa, cria e decide por todos, assim como a rigorosa separação entre o núcleo organizado do partido e o meio evolucionário que o cerca, tal como é defendido por Lenin – parece-nos uma transposição mecânica dos princípios organizativos do movimento blanquista de círculos de conspiradores para o movimento social-democrata e para as massas operárias. Talvez Lenin tenha caracterizado mais penetrantemente seu ponto de vista do qualquer dos seus adversários, ao definir seus “revolucionários social-democratas” como “jacobinos ligados à organização dos operários com consciência de classe”. Porém de fato, a social-democracia não está ligada à organização da classe operária, ela é o próprio movimento da classe operária. O centralismo social-democrata precisa, pois, ser de natureza essencialmente diferente do centralismo blanquista. Ele só pode ser a concentração imperiosa da vontade da vanguarda esclarecida e militante do operariado perante seus diferentes grupos e indivíduos. É, por assim dizer, um “autocentralismo” da camada dirigente do proletariado, é o domínio da minoria no interior da sua própria organização partidária⁹⁸.

⁹⁷ A brochura em questão também propõe um contraponto com relação ao modo de organização da Social Democracia, sobretudo em sua seção alemã. Sobre o tipo de organização verificado no SPD, vejamos o raciocínio de Maurice Duverger: “(...) No Partido Socialista Alemão (sic), antes da lei sobre as associações de 1908, as medidas restritivas adotadas por Bismark haviam levado a adoção de um sistema muito original de ligações verticais: os socialistas de cada localidade elegiam, em reunião pública, um “homem de confiança”; somente os homens de confiança constituíam a organização legal da social-democracia. Assim as seções não se comunicavam entre si, mas somente por intermédio de seus homens de confiança. Todavia, essa separação tinha antes um caráter jurídico que político: era empregada para contornar a lei, muito mais do que para obter uma homogeneidade política”. DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. p. 85-86. Tal modo de articulação foi chamado por Duverger de *ligação vertical*, voltaremos a este ponto logo adiante.

⁹⁸ No excerto acima, Rosa Luxemburgo faz menção a relação que Lênin faz entre jacobinos e bolcheviques. Tal comparação se dá na conjuntura dos debates entre bolcheviques, liderados por Lênin, e mencheviques, representados por Martov e Axelrod. Em *Um passo a frente, dois passos atrás*, Lênin associa seu grupo aos jacobinos, e seus adversários aos girondinos, em clara analogia a Revolução Francesa, sempre muito visitada pela teoria marxista, especialmente no período em análise.

Rosa Luxemburgo seguiu com suas críticas ao centralismo bolchevique em *Greve de Massas, Partido e Sindicatos*, e no pós-outubro de 1917, retomou suas advertências com a brochura *Revolução Russa*. Seu esforço sempre foi no sentido de fugir a esquematismos, ao mecanicismo muito em voga entre seus companheiros socialdemocratas filiados a II Internacional. Contra a fossilização dos conceitos, Rosa se amparava na dialética hegeliana, em contraposição ao evolucionismo de teóricos como Eduard Bernstein. Ao invés de modelos acabados, o devir, a compreensão da transitoriedade das táticas a serem empregadas no processo revolucionário. Qual seria então a função do partido socialdemocrata? Vejamos o seguinte comentário de Isabel Loureiro, amparada em *Greve de Massas*:

(...) o partido, a consciência, (...) brota da espontaneidade, indo ao mesmo tempo além dela, num processo de educação ininterrupta. O partido é resultado das lutas espontâneas e se alimenta delas. Só assim, nessa circularidade, não há o risco da ruptura entre a classe e o elemento político ativo, a vanguarda. Numa situação revolucionária – a da Rússia em 1905 –, o papel do partido “não consiste em comandar arbitrariamente, mas em adaptar-se à situação o mais habilmente possível, mantendo o mais estreito contato com a moral das massas (...)”. Ou seja, em plena revolução, o partido deve exprimir a posição do proletariado na luta, ser “porta voz”, interprete da vontade das massas⁹⁹..

Segundo as concepções luxemburguistas, a função do partido não é forjar a consciência das massas, tampouco fazer proselitismo sobre programas revolucionários estipulados de antemão. O partido não cria as condições para a sublevação do proletariado, a própria dinâmica do capitalismo tende a criar tais condições. Os militantes comunistas deveriam manter um constante trabalho de conscientização, em sentido socialista, junto à classe trabalhadora. Destarte, não haveria necessidade de uma direção centralizada, aos moldes leninistas, e sim uma organização de quadros com relativa independência de ação, mas norteados por princípios estipulados coletivamente

LUXEMBURGO, Rosa. “Questões de Organização da Social Democracia Russa”. In: LOUREIRO, Isabel. *Rosa Luxemburgo. Textos escolhidos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. pp. 40-41

⁹⁹ “É precisamente a dialética entre espontaneidade e organização que conduz os processos sociais além de toda a mecânica do automovimento e dos modos unilaterais objetivados de pensar e de se comportar; esta determina não só a lei dinâmica política da emancipação da classe proletária, mas também a estrutura da teoria que lhe é própria e cujo núcleo é a dialética materialista”. Para citação no corpo do texto: LOUREIRO, Isabel. Op. Cit. pp. 84-85; para citação em nota: NEGTE, Oskar. “Rosa Luxemburgo e a renovação do marxismo”. In: HOBBSAWM, E. (org.). *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, v.3. pp. 21-22

pelos grupos ou células aos quais pertençam. A militância socialdemocrata caberia o mérito de identificar nas conjunturas de luta o potencial revolucionário, fornecer sentido tático e organizativo as massas, e zelar para que o movimento histórico siga favorável a estas mesmas massas.

Feito este breve histórico acerca das duas concepções organizacionais que nos tocam, ou seja, o centralismo democrático leninista e o democratismo luxemburguista, vejamos como tais linhas programáticas se encontram consubstanciadas nos estatutos da LSI e do PCB. Seleccionamos, a guisa de comparação, um ponto, presente em ambos os estatutos, a fim de dar uma amostra de como se efetivava a democracia interna nas organizações em discussão. Começemos pelos comunistas. Nos estatutos deste partido, itens 20 a 22, encontra-se expressa a forma com a qual devem ser tratadas as divergências internas a sigla, de modo a evitar que o “uso abusivo da democracia interna” seja “utilizada em prejuízo do Partido e da classe operária”.

20 — Nenhum Comitê ou organização do Partido, nem seus dirigentes, têm o direito de fazer declarações ou manifestar-se publicamente sobre qualquer questão de âmbito nacional antes que o Comitê Central tenha feito declaração ou tomado decisão a respeito.

21 — Todo membro do Partido pode discutir livremente nas reuniões do Partido para expressar sua opinião sobre qualquer problema, direito que emana da democracia interna. Só assim é possível desenvolver a crítica e a autocritica e fortalecer a disciplina do Partido, que deve ser consciente. Tomada, porém, uma resolução numa organização do Partido, a discussão sobre o assunto a que ela se refere só pode ser reaberta por decisão da maioria da mesma organização ou por decisão de organismo superior. A decisão que for então adotada deve ser acatada e aplicada incondicionalmente.

É garantido aos que estiverem em desacordo com a resolução adotada o direito de apelar para os organismos superiores, inclusive o Comitê Central e o Congresso do Partido. Enquanto o apelo estiver pendente, a resolução deverá ser cumprida por todos os membros da organização que a adotou.

22 — A revisão ou discussão da política geral do Partido em âmbito nacional deve ser organizada de modo a não permitir tentativas de uma minoria de impor sua vontade à maioria do Partido, ou tentativas de constituir grupos fracionistas para romper a unidade do Partido, ou ainda tentativas de cisão que possam minar a força e a capacidade de luta do Partido. Uma ampla discussão no Partido só pode ser considerada indispensável quando:

- a) For reconhecida esta necessidade pela maioria das organizações partidárias de âmbito regional;
- b) Não houver no Comitê Central do Partido maioria suficientemente firme sobre questões essenciais da política do Partido;
- c) Embora existindo no Comitê Central do Partido maioria firme, o Comitê Central considere necessário comprovar a justeza de sua política por meio de uma discussão no Partido.

Somente deste modo é possível garantir o Partido contra o uso abusivo da democracia interna por elementos antipartidários e impedir que a democracia interna seja utilizada em prejuízo do Partido e da classe operária¹⁰⁰.

Contra essa rigidez se batiam os trotskistas desde a década de 1930, e tal ânimo acompanhou Sacchetta e os demais formuladores da LSI. Os Estatutos desta agremiação procuraram, em todos os pontos possíveis, fugir ao centralismo leninista/stalinista/pecebista. Assim sendo, o programa do grupo buscou primar pela liberdade de manifestação para seus quadros e pela abertura de um amplo espaço para debates internos, referentes aos rumos táticos e estratégicos da Liga. Vejamos como se reproduzia o democratismo de fundo luxemburguista nos estatutos da LSI:

4 – Cada membro tem o *direito* de:

Participar de todos os debates e discussões a respeito da orientação política da LSI, feitos com a finalidade de elaborar e formular decisões;

Se em divergência com a maioria, sempre que dentro do programa e dos estatutos, publicar seus pontos de vista na imprensa da LSI, ou em boletins com direito a distribuição interna;

Quando expressando uma tendência com outros companheiros, editar um boletim interno e fazer-se representar, por eleição, em bases rigorosamente proporcionais ao número dos companheiros que tem sua tendência, nos organismos dirigentes; Caracteriza-se como tendência uma opinião ou conjunto dinâmico de opiniões que não (...) ¹⁰¹ o programa e os estatutos;

Formular propostas diretamente aos organismos dirigentes, quaisquer que sejam as instâncias deles;

¹⁰⁰ “Estatutos do Partido Comunista do Brasil (Aprovado no IV Congresso – 7 a 11 de novembro de 1954)”. Op. Cit. s/p

¹⁰¹ Trecho indecifrável.

Criticar em reuniões da LSI qualquer membro e exigir, sempre que for o caso, mais espírito de militância de qualquer aderente;

Tomar parte, pessoalmente, nas discussões, sempre que se trate de exame de sua atividade e condutas partidárias¹⁰².

A LSI, através de seu programa e estatutos, procurou propiciar amplaparticipação de seus quadros nas discussões e encaminhamentos internos a sigla. Aos militantes era permitido o questionamento aberto às diretrizes da agremiação, independentemente da posição hierárquica dos mesmos. Os debates, propostas e admoestações deveriam ser públicos, não submetidos à burocratização vista nos estatutos do PCB. A imprensa da Liga deveria servir de livre tribuna para demandas partidas da militância, o mesmo servindo para os boletins de circulação interna. Outro ponto diferencial em relação a outros partidos é a aceitação de que se formem *tendências* entre a militância do grupo, possivelmente uma herança oriunda do campo trotskista, em perfeita consonância com os princípios luxemburguistas.

Mabelle Bandoli¹⁰³, citando Maurice Duverger, chama a atenção para a *horizontalidade* inerente ao esquema organizativo da LSI, em oposição ao caráter *vertical* presente no PCB. Segundo Duverger, acerca dos elos a unir setores estanques de uma mesma organização, haveria um tipo de “ligação vertical”, a que “une dois organismos subordinados um ao outro”. De acordo com esse modelo, “os grupos de um mesmo escalão não podem comunicar-se entre si senão por intermédio da cúpula”. Alternativo a este sistema, haveria os grupos de *ligação horizontal*, ou seja, aqueles que permitiam “uma ligação entre dois organismos situados no mesmo nível”, independentemente dos setores situados acima dos mesmos¹⁰⁴. Os estatutos da LSI se enquadram ao segundo tipo, garantindo “autonomia” aos organismos do grupo, sem a necessidade de uma instância superior definidora e delimitadora de atribuições.

Chamamos a atenção para o fato de a LSI ter permanecido, ao longo de sua breve trajetória, como um grupo pequeno, de maioria estudantil, com atividade quase que restrita aos meios intelectuais paulistanos. A programada inserção entre o

¹⁰² “Estatutos”, Op. Cit. pp. 24-25

¹⁰³ BANDOLI, Mabelle. Op. Cit. p. 64

¹⁰⁴ DUVERGER, Maurice. Op. Cit. p. 83

proletariado, ou entre as massas, permaneceu como projeto. A coesão interna do grupo não pode ser dissociada de suas dimensões, em se tratando de um agrupamento que não padeceu dos inevitáveis problemas de crescimento verificados em outros partidos e organizações.

O objetivo da presente discussão foi salientar o diferencial da LSI em relação a outras organizações articuladas no Brasil, situando nossa análise em grupos oriundos da constelação marxista, os mesmos que tiveram como projeto a supressão do sistema capitalista. Vimos que, em linhas gerais, os campos de força a ensejar tais movimentos partiram do marxismo-leninismo/estalinismo e do trotskismo. O que a LSI trouxe de novo foi à tentativa de consolidação de um *modus operandi* constituído a partir de ideias e propostas de Rosa Luxemburgo, algo inédito até então. O que se buscava era fugir a rigidez e aos esquematismos caros aos meios pecebista e trotskista. Embora pequeno, o grupo em questão apresentou demandas ousadas, sistematizou suas propostas em um programa surpreendentemente bem elaborado, intentando apresentar linhas alternativas aos debates travados até então. A LSI buscou renovar o debate marxista brasileiro, trazendo para as tribunas novas concepções acerca do socialismo, modos de organização, leituras conjunturais e propostas de combate à burguesia.

A democracia interna de matriz luxemburguista, presente na Liga, como veremos adiante, estará presente nos estatutos e nas diretrizes internas da futura POLOP, nosso objeto de análise. Assim como a busca por um partido voltado as massas, centrado nas bases, não hierarquizado, atento a lógica da situação histórica. Um partido determinado pelas leis da dialética, em contraposição a fossilização teórica do tradicional campo marxista brasileiro, e por que não, internacional. Até que ponto tais princípios foram incorporados pela futura POLOP é algo que buscaremos esclarecer nas linhas que seguem, antecipando que tais concepções se aglutinarão a preceitos provindos de outras duas organizações, a Juventude Socialista do PSB, e a Mocidade Trabalhista do PTB.

A Juventude Socialista do PSB

“Como é de conhecimento público, verifica-se em toda parte um processo de ruptura, de diferenciação, de dispersão e de reagrupamento, de dissolução e instabilidade orgânica, de reaglutinação e busca de novas soluções associativas que identifiquem a profunda crise que atinge a tudo e a todos que ainda pretendam manter-se ao abrigo da bandeira do marxismo. Fazemos parte deste processo e pretendemos atuar nele, influir positivamente no seu desfecho”.

(Jornal Movimento Socialista)

2. A Juventude Socialista do PSB

No capítulo pregresso deste trabalho discutimos a formação e a breve trajetória da Liga Socialista Independente, assim como seus pressupostos teóricos. O objetivo do presente capítulo é executar a mesma proposta com relação a Juventude Socialista do PSB. Como já mencionado, ambas as organizações, mais a Mocidade Trabalhista do PTB, formaram em 1961 a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária.

Nossa análise terá como referência básica o Programa do PSB de 1947, e as atas das Convenções de 1949, 1953, 1961, documentos disponíveis na coletânea *Movimento Operário no Brasil (1945-1964)*, de Edgard Carone. Consultaremos também os jornais *Vanguarda Socialista* e *Folha Socialista*, ambos vinculados ao partido em questão. Outro periódico analisado será a revista *Movimento Socialista*, informativo da JS pós-cisão, que circulou em apenas dois exemplares, no segundo semestre de 1959. Somaremos a estas fontes o artigo de Luiz Alberto Moniz Bandeira: “Notas sobre a Polop e Erich Sachs”, texto ainda não publicado, a nós muito gentilmente fornecido pelo autor. Livros e artigos acerca do tema que nos toca também serão cotejados, com destaque para os estudos *Semeando a Democracia. A trajetória do socialismo democrático no Brasil*, das autoras Miracy Barbosa de Sousa Gustin e Margarida Luiza de Matos Vieira, e *Socialismo Sociável. História da Esquerda Democrática em São Paulo (1945-1965)*, de Alexandre Hecker. Tais estudos abordam a trajetória do PSB, mas se concentram nas atividades da legenda enquanto partido político, são poucas as referências à Juventude Socialista, tema ainda não abordado em pesquisa específica.

A JS, assim como o partido que lhe servia de incubadora, apresentou uma trajetória sinuosa, repleta de rupturas e discontinuidades. A formação de uma Juventude, enquanto seção interna ao partido, foi uma questão polêmica dentro do PSB, sustentando debates internos ao longo de boa parte da trajetória da legenda, especialmente no período que abrange nosso recorte histórico. A JS sobre a qual nos debruçaremos é aquela formada na segunda metade da década de 1950, motivada, sobretudo, por Luiz Alberto Moniz Bandeira e Eric Sachs. Corrente esta que rompeu com o PSB na conjuntura dos debates em torno das eleições presidenciais de 1960, quando os socialistas se decidiram pelo apoio ao Marechal Henrique Teixeira Lott, que disputava o pleito contra Jânio Quadros. Nossa apreciação sobre a JS, atuando no Partido Socialista Brasileiro, encerra-se nesse ponto.

2.1 O Partido Socialista Brasileiro e o Socialismo Democrático

Grande parte dos estudos e pesquisas dedicados ao PSB, por nós consultados, são unânimes em apontar as origens deste partido na formação da Esquerda Democrática (ED), em agosto de 1945. Tal agrupamento político se constituiu a partir de uma *frente* que se formou nos estertores do Estado Novo. A ED foi capaz de reunir em suas fileiras militantes dos mais variados matizes políticos. O encontro a ratificar a nova organização se deu em 25 de agosto de 1945, na Rua Buenos Aires, nº 57, Rio de Janeiro, contando com a presença de 63 pessoas de diversos estados do país¹⁰⁵. Sobre a composição e a heterogeneidade de tal conjunto de forças, observemos o raciocínio de Miracy B. S. Gustin:

As incertezas do momento político nacional, recém saído de longo período ditatorial, por certo se reproduziam nos comportamentos políticos individuais e nas organizações partidárias. Somente esse raciocínio poderá explicar a presença nessa reunião de indivíduos com tendências oligárquicas, como Juracy Magalhães, liberais moderados, como Guilherme Figueiredo e Chagas Freitas, além de tenentistas, como Arnon de Melo e Felipe Moreira Lima, ao lado de socialistas definidos, como Dante Costa, Rubem Braga, ou simpatizantes do

¹⁰⁵ GUSTIN, Miracy B. S. & VIEIRA, Margarida L. M. *Semeando a Democracia: a trajetória do socialismo democrático no Brasil*. MG: Editora Contagem, 1995. p. 37

marxismo como Sérgio Buarque de Holanda, entre outros. E se não fora só a presença, acresce ainda o fato de todos eles terem assinado um manifesto político de teor nitidamente socializante, com pregação expressa contra o liberalismo econômico e o apoio veemente a candidatura Eduardo Gomes à presidência da República¹⁰⁶.

A ED surgiu num período de efervescência política, numa fase em que discursos de fundo democratizante faziam eco em nível internacional. A derrota do nazi-fascismo parecia abrir a perspectiva de conjunturas menos tormentosas em comparação com as observadas nos primeiros decênios do Século XX. Buscava-se uma recomposição das forças em atuação no cenário político global, a partir de novos atores, novos projetos, novas linhas de análise. Um rearranjo de forças, em nível mundial, de fato delineava-se, mas a essa altura a delimitação de posições ainda não se efetivara. A dicotomia que definiria os rumos de boa parte do planeta, consubstanciada na Guerra Fria, encontrava-se ainda em gestação. Tal panorama abria espaço para novas experiências e tentativas de aglutinação por parte de movimentos políticos que sobreviveram a um ciclo autoritário que perdurou por quase trinta anos. A Internacional Socialista, após o anonimato da II Guerra Mundial, retomou suas atividades, dando ainda maior ênfase à ação no plano institucional¹⁰⁷. Os grupos de viés trabalhista que se formaram nessa fase seguiram na mesma toada¹⁰⁸. A constelação trotskista também passava por um período de recomposição, contexto este que antecipava a “dispersão” que se verificaria em anos posteriores. Os PC’s vinculados a URSS viviam dias de euforia, após a espetacular vitória sobre as forças do eixo, perpetrada, sobretudo, pelo exército vermelho soviético. Contudo, como é bem sabido, tal euforia duraria pouco, e seria mitigada por uma nova onda anticomunista internacional que seria acionada a partir de 1947.

¹⁰⁶ Idem, *ibidem*.

¹⁰⁷ “Após a Segunda Guerra Mundial – a Internacional Socialista não atuou durante o conflito – operou-se, pelo menos, uma grande transformação na área européia do socialismo democrático: a herança marxista foi sacudida e os programas partidários tenderam a se afastar cada vez mais dos conteúdos que caracterizaram suas primeiras propostas. Nos anos (19)40 e (19)50, dedicaram-se sobretudo a conciliar sua atividade com os partidos da situação e assentaram firmemente a posição de não submeterem a sérios abalos a estrutura da produção capitalista. Entre as várias consequências de tal forma de atuar, os partidos socialistas europeus tenderam a cooperar com “partidos tradicionais da burguesia” e, a não ser na península escandinava e em alguns gabinetes ingleses – bastiões do socialismo no pós-guerra, supervalorizados no Brasil, (...) – tornaram-se partidos de oposição respeitados e mesmo queridos dos governos que se estabeleceram”. HECKER, Alexandre. *Socialismo sociável: a história da esquerda democrática em São Paulo (1954-1965)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP 1998. p. 47

¹⁰⁸ No próximo capítulo discutiremos mais a fundo as atividades dos grupos articulados ao trabalhismo.

Em meio a esta torrente de transformações, a palavra *democracia* se tornou o mote principal, sendo entoada por praticamente todos os ajuntamentos políticos. No Brasil, a ideia de democracia ganhava um sobre valor, visto que este país seguia sendo governado por um regime autoritário, de coloração filo-fascista. A intensa pressão partida da sociedade civil brasileira, no sentido de uma abertura democrática, galvanizou o cenário político nacional. Novas legendas foram surgindo, a maioria vinculada ao velho esquema estadonovista. O PCB, grupo político mais perseguido pela ditadura Vargas, rearticulou-se e optou por um apoio tático ao PTB, sustentando adesão ao trabalhismo varguista. Restava aos menores grupos de esquerda, dispersos em agremiações, a formação de frentes a fim de se contrapor tanto à direita ligada aos despojos do Estado Novo, quanto à esquerda vinculada ao esquema sindical corporativista formado pelo mesmo regime. A ED se dispunha a esse papel. O mote democracia serviu como amálgama a um grupo que, como vimos acima, congregou correntes distintas em suas fileiras. Na conjuntura em análise, ser de esquerda se tornou sinônimo de democrático, em oposição ao Estado Novo e a regimes de caráter autoritário, como a URSS. No manifesto da ED conferimos a aglutinação entre os termos *esquerda* e *democracia*, senão vejamos:

Democrática por seu método e seus objetivos, essa corrente política á igualmente de esquerda, porque sustenta, desde logo, que a propriedade tem, antes de tudo, uma função social, não devendo ser utilizada contra o interesse coletivo: e defende um programa de reforma econômica, inclusive uma gradual e progressiva socialização dos meios de produção, a medida que a exigirem as condições objetivas do desenvolvimento material do país. E tudo isto como expressão da vontade, da maioria, manifesta pelo processo democrático¹⁰⁹.

Outro ponto de convergência entre as correntes internas a ED foi o apoio ao Brigadeiro Eduardo Gomes nas eleições de 1945, candidatura reconhecidamente conservadora. Aqui notamos uma concessão à direita por parte desta frente, algo que não causa estranheza, dada a heterogeneidade dos signatários do manifesto da sigla, que como vimos acima, reuniu figuras como Juracy Magalhães e Sergio Buarque de Holanda. A ED se estruturou em torno de dois posicionamentos, o *anti-getulismo* e o

¹⁰⁹ “Manifesto da Esquerda Democrática”. In: CARONE, Edgar. *Movimento Operário no Brasil (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1981. p.13

anti-prestismo, condição que deu garantia a unidade inicial do movimento¹¹⁰. No agrupamento em análise, movimentavam-se marxistas egressos do trotskismo, comunistas que romperam com o PCB, socialistas, socialistas-cristãos, liberais, liberais-oligárquicos, ex-tenentistas, militares nacionalistas, etc. Esta diversidade permanecerá como uma marca entre o socialismo democrático brasileiro, sendo observada em todas as siglas vinculadas a tal constelação de forças.

O clima de agitação política verificado na capital da República de antanho também se fez presente em outras capitais brasileiras. Núcleos reconhecidamente socialistas, paralelos ao comunismo-prestismo, formaram-se em São Paulo, Recife, João Pessoa, Salvador, Belo Horizonte. Não obstante, diferentes pesquisas apontam como principais pólos de atuação socialista, além da cidade do Rio de Janeiro, os municípios de São Paulo, Recife e João Pessoa.

As origens do socialismo democrático em São Paulo se encontram no GRAC (Grupo Radical de Ação Popular), agremiação formada nas Faculdades de Filosofia e de Direito da USP, em 1942, ainda sob a ditadura estadonovista. Deste pequeno núcleo de ativistas fizeram parte Paulo Emílio Sales Gomes, Antonio Candido de Melo e Souza, Antonio Costa Correia, Germinal Feijó, Paulo Zingg, e um gráfico de origem austríaca chamado Eric Sachs¹¹¹. Este grupo se formou em torno da liderança de um professor socialista ítalo-brasileiro chamado Antonio Picarollo, que se notabilizara como militante antifascista¹¹². Alinhadas as propostas do GRAC, tentou-se articular uma “Frente de Resistência” em São Paulo, aos moldes da resistência antinazista francesa.

No ano de 1945, parte dos ativistas engajados na “resistência” paulista aderiu a UDN, outra “frente” que se formava no país. Aqueles que permaneceram em torno do GRAC, formaram então a União Democrática Socialista (UDS). A estes se reuniram trotskistas sem legenda, veteranos do PSB de 1932¹¹³, e um grupo de “intelectuais

¹¹⁰ “O “anti-getulismo” e o “anti-prestismo” foram os recursos simbólicos defensivos utilizados no período com o objetivo de prevenir uma desagregação partidária irremediável”. Neste excerto, a autora faz menção aos anos iniciais de atividade do PSB, e aponta o caráter “anti” da legenda como uma continuidade da dispersão ideológica presente nos grupos que lhe antecederam. GUSTIN, Miracy B. S. & VIEIRA, Margarida L. M. Op. Cit. p. 50

¹¹¹HECKER, Alexandre. Op. Cit. p. 65

¹¹²Idem, p. 61-65

¹¹³ O PSB em análise é o “quinto da série: o primeiro é de 1980, com França e Silva; o segundo, de 1902, com Carlos Escobar; o terceiro, de 1926, com Evaristo de Moraes; o quarto, de 1932, com Francisco

negros, interessados não só em questões político-partidárias como nos temas relativos à condição do negro brasileiro (Luís Lobato, Geraldo de Campos Freire)”¹¹⁴. Segundo Antonio Candido, a UDS era “um grupo politicamente muito consciente, de pessoas já amadurecidas. Alguns tinham vindo do “trotskismo”, outros da Juventude Comunista e mesmo do Partido Comunista, e ainda outros que não tinham vindo de lugar nenhum, eram egressos do liberalismo ou da militância estudantil contra o Estado Novo (...)”¹¹⁵. A UDS, assim como a ED, anunciava-se como um agrupamento *socialista e democrático*, em caráter de *frente*. Vejamos um trecho de seu manifesto, o documento se destinava ao “povo brasileiro”, aos “trabalhadores da cidade e dos campos”, e a “mocidade das fábricas e das escolas”.

A União Democrática Socialista se baterá pela instauração do regime socialista no Brasil, por uma democracia sem classes onde possam ter pleno desenvolvimento todas as forças produtivas do país. A realização das transformações econômicas, políticas e sociais para se atingir esse objetivo cabe ao proletariado. Todavia, no futuro próximo, o desenvolvimento do Brasil ainda se processará, nos moldes de uma democracia burguesa, que não foi atingida devido ao predomínio das oligarquias reacionárias na política brasileira. E nessa democracia, o proletariado, como força mais consequentemente democrática, terá um papel decisivo, aliando-se as forças políticas representativas das massas rurais e da pequena burguesia urbana, igualmente interessadas na efetiva democratização do país¹¹⁶.

O manifesto da UDS veio a público em junho de 1945. Embora fosse uma organização formada por quadros experientes, com grande capacidade de mobilização e

Giraldes e João Cabanas, o último é de 1947”. Moniz Bandeira faz referência a um efêmero partido socialista organizado no Rio de Janeiro em 1919, esta agremiação esteve vinculada a União Socialista, situada na capital federal, e ao Centro Socialista Internacional, localizado em São Paulo. O PSB de 1932 buscou se filiar a Internacional Socialista, sem obter sucesso. Dentre os membros deste partido estavam Nestor Peixoto de Oliveira, Isaak Isecksohn e o poeta Murilo Araújo. Este grupo publicou o periódico *Folha Nova*, posteriormente substituído por *Tempos Novos*, jornais de circulação quinzenal. Ainda segundo Moniz Bandeira, “entre 1919 e 1920, vários partidos surgiram, intitulando-se socialistas ou operários, de âmbito local e sem maiores vinculações entre si. Há notícias de um Partido Socialista Cearense, que publicava o *Ceará Socialista*, de um Partido Socialista Baiano, de um Partido Operário de Petrópolis (Estado do Rio de Janeiro), de um Partido Operário Independente e de um Partido Trabalhista, estes dois últimos no Rio de Janeiro”. Para primeiras referências: CARONE, Edgard. Op. Cit. Introdução, p. XIII. Para dados de Moniz Bandeira: MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Brizola e o Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979. pp. 14-15

¹¹⁴ GUSTIN, Miracy B. S. & VIEIRA, Margarida L. M. Op. Cit. p. 149

¹¹⁵ Idem, ibidem

¹¹⁶ O Manifesto da UDS foi assinado por uma “Comissão Provisória”, formada por Antonio Candido de Melo e Souza, Antonio Costa Corrêa, Benedito Barbosa, Celso Galvão, Carlos Engel, Eliza Romero, Germinal Feijó, Israel Dias Novais, Jacinto Carvalho Leal, Luiz Lobato, Paulo Emílio Sales Gomes, Paulo Zingg, Renato Sampaio Coelho e Rômulo Fonseca. In: CARONE, Edgard. Op. Cit. pp. 8-11

densidade teórica, a sigla em questão era um grupo reduzido, em comparação a outros movimentos em atuação em São Paulo. Sempre no intento de constituir uma frente alternativa de esquerdas, alinhada as propostas socialistas, a UDS aderiu a ED em agosto de 1945, encerrando seu breve período de atividades enquanto grupo restrito a capital paulista. Nas primeiras eleições democráticas pós Estado Novo, a ED (acrescida da UDS), sob a legenda da UDN, lançou candidatos a cargos legislativos no eixo Rio-São Paulo.

A partir de sua 2ª Convenção, realizada em agosto de 1947, a ED passou a se chamar Partido Socialista Brasileiro. As premissas gerais, de caráter democrático e socialista, presentes no Manifesto da ED, foram mantidas no programa do novo partido. Em novembro do mesmo ano, veio a público o primeiro número do jornal *Folha Socialista*, informativo da seção paulista do PSB. Em seu primeiro editorial, o periódico buscava caracterizar e diferenciar a militância socialista. Não podemos deixar de notar um certo idealismo expresso nas linhas do texto, que expõe uma pureza estranha aos meios políticos efetivos.

Ao contrário dos demais partidos, o PSB não se faz notar pelo crescimento brusco ou pela queda inesperada. O fato de não dependermos de interesses capitalistas nem devermos a nossa organização ao prestígio de líderes iluminados nos livra das aventuras oportunistas. A nossa existência e o nosso crescimento dependem da expressão e expansão das nossas idéias, por meio da militância cotidiana, teórica e prática. O socialista é um indivíduo que chegou a certas conclusões pela observação, o raciocínio e o exemplo, mas nunca pela cegueira, pelo ouvi-dizer ou pelo entusiasmo irrefletido com que tangem os rebanhos humanos. Repudiando a demagogia de massa para adotar a doutrinação raciocinada, temos a certeza de que as nossas conquistas serão lentas, mas, por isso mesmo, profundas e duradouras¹¹⁷.

Em princípios de 1948, o recém fundado PSB recebeu em suas fileiras a adesão de um grupo de militantes que se reunia em torno da liderança de Mario Pedrosa. O mesmo tentou articular, em 1945, no Rio de Janeiro, uma efêmera União Socialista Popular

¹¹⁷ Jornal *Folha Socialista*, edição nº 1, novembro de 1947.

(USP). A sigla reuniu antigos integrantes da Liga Comunista Internacionalista (LCI), dissidentes do PCB e socialistas independentes. A adesão de parte expressiva da USP possibilitou ao PSB dispor de um periódico próprio na capital federal, visto que ao partido foi entregue o controle sobre o *Vanguarda Socialista*, jornal que circulava desde 1945, sob a batuta de Mario Pedrosa. Em sua edição de número 124, vinda a público em 1º de maio de 1948, confere-se, em letras garrafais, a seguinte chamada: “Socialistas! O dever de todos é ingressar no Partido Socialista Brasileiro”¹¹⁸.

Como dito acima, os núcleos dirigentes do PSB se concentravam no eixo Rio-São Paulo, estes dois pólos apresentavam peculiaridades sempre destacadas pela historiografia referente ao tema. No Distrito Federal, sede do Diretório Nacional da legenda, destacava-se a liderança de João Mangabeira, deputado constituinte em 1934, veterano da Aliança Nacional Libertadora, tendo passando cerca de um ano nos cárceres do Estado Novo¹¹⁹. A influência de Mangabeira era secundada por Hermes Lima e Domingos Velasco (os três deputados constituintes em 1946). Neste núcleo prevaleceu um modo de atuação política de caráter mais pragmático, centrado no jogo político institucional, e nas questões candentes do momento, sobretudo temas vinculados às demandas de fundo nacionalista, tais como as lutas em torno da formação de Petrobrás.

Em São Paulo, despontava a liderança de Alípio Correa Neto¹²⁰, médico-cirurgião, fundador da Escola Paulista de Medicina, em 1935, veterano da FEB, tendo atuado no corpo de saúde expedicionário. Era descrito como um “socialista moderado”. Tanto a liderança paulista, como a carioca, eram mais de natureza formal do que efetiva. Ambas se definiam mais como elemento agregador, acima das correntes internas da

¹¹⁸ Jornal *Vanguarda Socialista*, edição nº 124, 1º de maio de 1948.

¹¹⁹ “A verdade é que o caráter de patriota e a condição de indivíduo apegado às idéias liberais, herdadas em grande parte da ligação com Rui Barbosa, e a tendência a um socialismo pragmático, faziam João Mangabeira sentir-se à vontade no tratamento dos temas nacionalistas e corresponder como poucos às expectativas da maioria dos integrantes do núcleo carioca, “socialistas instintivos ou humanitários”, mais ligados às questões de justiça social e de libertação nacional do que aos temas mais propriamente doutrinários”. GUSTIN, Miracy B. S. & VIEIRA, Margarida L. M. Op. Cit. p. 68

¹²⁰ “(...) Alípio Correia Neto, pelo fraco exercício de poder efetivo, poderia ser descrito como uma autoridade formal dentro do partido, em lugar de um líder que impusesse uma certa centralidade para as decisões cruciais da agremiação. Mais envolvidos com as rotinas partidárias e não com a reelaboração do papel da instituição segundo as exigências da conjuntura, o presidente do núcleo de São Paulo era mantido nessa função, segundo depoimento de entrevistados, em razão da preservação de relações cordiais como Diretório Nacional ao qual se aproximava por sua conduta mais conservadora”. Idem, p. 71

legenda, do que como pólos de poder. Mangabeira possuía maior carisma junto a sua base, o que dava uma coesão mais acentuada à seção carioca do PSB. Em São Paulo prevalecia um caráter um tanto disperso, o núcleo teórico do partido se concentrava em torno das linhas do *Folha Socialista*, informativo organizado por teóricos/militantes como Antonio Candido, Fúlvio Abramo, Febus Gikovate, Oliveiros S. Ferreira, dentre outros. Este grupo fornecia as características de cunho doutrinário atribuída aos socialistas paulistas. Mas esta dicotomia não se circunscrevia a limites geográficos, tendências e militantes de viés pragmático eram encontrados em São Paulo, assim como correntes de cunho doutrinário podiam ser vistas entre os cariocas.

O PSB jamais conseguiu se firmar como força política expressiva no Brasil, sendo sempre sobrepujado, entre as agremiações que se pronunciavam como de esquerda, pelo binômio trabalhismo/comunismo prestista. Tendo em vista uma maior penetração no cenário político nacional, os socialistas buscaram composições junto a outros grupos e partidos, chegando mesmo a se aproximar de lideranças ditas populistas, apesar da legendar sempre se afirmar como contrária ao “populismo-demagógico” em voga no período, tenazmente criticado nos periódicos da sigla. A pluralidade interna, verificada no seio da militância socialista, repleta de correntes e tendências, também se observava em níveis regionais. Tal características deu ensejo a formulações que fizeram menção a “vários PSB’s”.

Em Pernambuco, efetivaram-se alianças de cunho mais popular e esquerdizante, na contramão do que se passou no sudeste ao longo de toda a década de 1950. Uma composição que reuniu alas progressistas das oligarquias locais, socialistas e mesmo comunistas (articulação improvável no sudeste, na conjuntura em questão), conseguiu eleger Osório Borba em 1952. Em 1955 se formou a “Frente de Recife”, integrando socialistas, comunistas e trabalhistas, em apoio à vitoriosa candidatura de Pelópidas Silveira, quadro do PSB. Em 1958, praticamente a mesma composição ajudaria a eleger governador Cid Sampaio, com Pelópidas Silveira no posto de vice. O partido em discussão também teve participação nas célebres gestões municipais e estaduais de

Miguel Arraes¹²¹. Ainda na região do nordeste, da Paraíba despontaria a liderança de Francisco Julião, grande articulador e porta-voz das Ligas Camponesas, eleito Deputado Federal pelo PSB (por Pernambuco) em 1962.

No Rio de Janeiro, o PSB sustentou uma coalizão junto a UDN até 1957, fiel as suas proposições de combate ao “populismo demagógico”. A desvinculação do campo liberal-conservador carioca irá se efetivar após a ascensão de Carlos Lacerda na UDN. Os socialistas fluminenses conseguiram relativa representação legislativa, em nível municipal, estadual e federal. Mas não obtiveram a mesma guarida junto aos poderes executivos locais, em comparação com o que se observou em Pernambuco e São Paulo, como veremos abaixo.

Tema controverso, a adesão do PSB paulista ao janismo suscita debates até os dias atuais. O que não se discute é que tal posicionamento visava a uma maior penetração junto às massas, por parte de um partido modesto, de quadros reduzidos, mas com pretensões hegemônicas. Enquanto no Distrito Federal os socialistas disputavam espaço com o binômio PTB/PCB, em São Paulo a gama de adversários a se sobrepor era maior. Nessa capital estavam também organizados o Partido Socialista Popular (PSP), vinculado a Adhemar de Barros, o Partido Democrata Cristão (PDC) e o Partido Trabalhista Nacional (PTN), ligados a Jânio Quadros¹²². Correntes menos ideológicas do PSB, dispostas a executar uma espécie de “entrismo” no populismo, e com essa medida ampliar a representação socialista em São Paulo, optaram por se coligar a liderança carismática de Jânio Quadros.

O interregno janista, que assolou a legenda entre 1953 e 1959, afastou lideranças históricas de porte, como Antonio Candido, Paul Singer, Cid Franco, Febus Gicovate, Azis Simão, Fúlvio Abramo, Aristides Lobo, Costa Correia, João da Costa Pimenta

¹²¹ Para mais informações sobre a formação de frentes de esquerda em Pernambuco, na conjuntura acima discutida, consultar: CAVALCANTE, Paulo. *O caso eu conto, como o caso foi*. 3ª Ed. Recife-PE: EditoraGuararapes, 1980.

¹²² No Rio de Janeiro, a disputa política, durante a República Populista (1945-1964), polarizou-se entre getulismo *versus* antigetulismo, representada pela dicotomia PTB *versus* UDN. Em São Paulo não houve essa dicotomia, neste estado, a política girou sobre a órbita de líderes carismáticos, sobretudo Adhemar de Barros e Jânio Quadros. Aqui o operariado era disputado por uma miríade de pequenas legendas, tais como o PRT, PTN, PDC, PST, PSP, MTR. Tal panorama dificultava a penetração de organizações e partidos de orientação definida, fossem eles petebistas, comunistas ou socialistas. Para mais referências: BENEVIDES, Maria Victoria. *O PTB e o Trabalhismo . Partido e Sindicato em São Paulo (1945-1964)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989. pp. 18-19

(liderança operária), dentre outros. Mas estes ativistas não romperam com o partido, fazendo jus a tradição de democracia interna da sigla, mantiveram-se afastados, chegando mesmo a interromper a circulação do *Folha Socialista* entre 1955 e 1958, a espera do melhor momento para se contrapor as correntes janistas que dominavam o PSB.

A retomada dos setores ideológicos do partido, em oposição aos pragmáticos, expressa na dicotomia janistas *versus* não-janistas, efetiva-se em 1957, após ruptura com o governador Jânio Quadros. Desde sua gestão como prefeito paulistano, o político mato-grossense impunha seu estilo personalista a seus apoiadores, fazendo valer suas propostas as expensas das linhas programáticas vinculadas as legendas que lhe davam suporte. Tal situação demandava um afastamento das bandeiras históricas dos socialistas. A seguinte postura não trazia maiores problemas aos novos quadros do PSB, que adentraram a sigla pela porta do janismo. Mas aos militantes históricos, tal situação se mostrava insustentável, pois descaracterizava seu partido a ponto de reluzi-lo a condição de legenda de apoio a Quadros, como se verificava com o PTN e o PDC.

A ofensiva contra o populismo sagrou-se vitoriosa na Convenção Regional de 28 de abril de 1957, e a ruptura total com o janismo foi referendada pela Convenção Nacional do PSB realizada em abril de 1960, no Rio de Janeiro. Esta Convenção também referendou o apoio à candidatura do Marechal Henrique Teixeira Lott, para as eleições presidenciais do mesmo ano. O apoio ao militar nacionalista provocou reações adversas nas correntes internas do PSB. À direita, Alípio Correia Neto rompeu com a legenda e fundou a efêmera *Ação Socialista*, ajuntamento que manifestou apoio a candidatura de Jânio Quadros. À esquerda, parte da Juventude Socialista se afastou por se posicionar favoravelmente ao voto nulo, assunto a ser discutido no próximo item.

O ecletismo verificado no PSB desde seus passos iniciais como ED foi deixado de lado após a guinada a esquerda do partido, impulsionada pela oxigenação trazida pela a ruptura frente ao janismo. Nessa fase, os socialistas se aproximaram do trabalhismo radical petebista, do reformismo comunista, das Ligas Camponesas de Francisco Julião, da esquerda católica e da ativa militância estudantil capitaneada pela UNE. A legenda também se aproximou da Frente de Mobilização Popular e forneceu apoio tático ao governo trabalhista de João Goulart.

A guinada a esquerda por parte dos socialistas pôs o partido na mira dos grupos que se apossaram do Estado brasileiro em 1964. Na Câmara Federal, foram cassados os mandatos de Max da Costa Santos, Rogê Ferreira, Francisco Julião e Mário Lima. Destino semelhante encontrou a grande maioria dos deputados estaduais e vereadores da legenda por todo país. Na assembléia legislativa de São Paulo, Cid Franco teve o mandato cassado. Fúlvio Abramo, Costa Corrêa e Plínio Mello se evadiram do país logo após o golpe. Wilson Rahal e Febus Gikovate terminaram detidos. Em 1965, com o AI-2, a sigla foi extinta. O partido seria retomado com a redemocratização de princípios dos Anos 1980, mas sem o vigor socialista de sua fase mais radical, entre 1960 e 1964.

2.2 A formação da Juventude Socialista do PSB

A formação de uma Juventude dentro do PSB foi um tema que levantou certa divergência durante boa parte da trajetória deste partido. Diferentemente do PCB, que desde 1927 possuía uma juventude comunista¹²³ atuante, os socialistas tiveram dificuldade para constituir tal tipo seção em suas fileiras. Nos anos iniciais de atividades da sigla, até 1950, foram empreendidos esforços no sentido de atrair a juventude para os quadros do partido. Tais esforços se materializaram na tentativa de criação do Movimento dos Estudantes Socialistas do Brasil (MESB), iniciativa que tinha por finalidade “desenvolver os ideais socialistas entre a mocidade estudantil do País,

¹²³ Em suas memórias, Leôncio Basbaum afirma que os trabalhos efetivos da JC se iniciaram no 1º de Maio de 1927, e foram oficializados em agosto do mesmo ano. Sobre a composição dos membros da agremiação, em seus momentos iniciais de atividade, o veterano comunista e fundador da JC do PCB afirma que pode “afirmar que cerca de 90% dos membros da juventude comunista da época, se constituía de jovens operários de 15 a 19 anos, os quais, pelos estatutos aprovados, aos 21 anos, deveriam ingressar no Partido. (Lembro que em 1946, quando novamente se organizou a Juventude Comunista, ela se constituía em 100% de jovens estudantes)”. O site da Fundação Maurício Grabois fornece os seguintes dados acerca do incentivo a formação de Juventudes por parte do Comintern: “Do II ao V Congresso, a IC reforçou o seu caráter de “partido mundial”, deixando para trás os princípios federativos da II Internacional. A partir daí começam a ser criadas as Juventudes Comunistas, em todos os continentes. De 4 a 16 de dezembro de 1922 foi realizado o III Congresso da Internacional das Juventudes Comunistas, em Moscou, com 121 delegados de 38 organizações juvenis de distintos países. O IV Congresso da IC havia sido realizado alguns dias antes, no mesmo local. Para citação de Leôncio Basbaum: BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos: memórias*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976. p. 46. Para dados da Fundação Maurício Grabois, consultar: <http://goo.gl/vZqOuC>. Acessado em: 12/08/2015, as 20h:40min.

preparando-a para melhor defender os interesses de classe”¹²⁴. Não obstante, tal empreendimento não obteve resultados, e sua existência foi breve¹²⁵.

Mais bem sucedidas foram as atividades dos socialistas na União Nacional dos Estudantes. Entre 1947 e 1950 se deu o período que foi chamado por alguns estudiosos como “fase de hegemonia do Partido Socialista”¹²⁶ sobre a UNE. Nesse interregno, foram eleitos Roberto Gusmão, em 1947, Genival Barbosa Guimarães, em 1948, e Rogê Ferreira, no ano seguinte. Tal período marcou o início das grandes campanhas de caráter nacionalista, sobretudo o movimento “o petróleo é nosso”, apoiado pela UNE. Mas os dirigentes estudantis socialistas atuavam como membros do PSB, vinculados a grande política do partido. Direcionados especificamente a juventude seguiam os trabalhos do MESB.

Na edição de 31 de agosto de 1948, o jornal *Vanguarda Socialista* publicou um “manifesto aos estudantes”, alertando a categoria para a rearticulação de grupos integralistas entre o estudantado, e conclamando os mesmos a participarem da II Convenção Estadual do PSB paulista, a ser realizada em Campinas, em setembro do mesmo ano¹²⁷. Contudo, são escassos chamados dessa natureza, tanto nas linhas do *Vanguarda Socialista*, quando nas do *Folha Socialista*. Até finais da década de 1940, matérias e editoriais relativos ao tema em questão se relacionavam, em boa parte, as atividades do MESB. Na década seguinte, temáticas direcionadas à juventude e a arregimentação de jovens para o partido se tornaram ainda mais raras nos informativos socialistas.

Dois textos publicados pelo *Folha Socialista* ilustram bem como se dava o encaminhamento da problemática em análise entre os quadros do PSB. O primeiro foi assinado por Oliveiros S. Ferreira, intitulado “A Missão da Juventude Socialista”,

¹²⁴Jornal *Vanguarda Socialista*, edição nº 126, 18 de agosto de 1948.

¹²⁵ “O PSB sempre pretendeu organizar associações para congregar jovens. Em 1948, deu origem ao “Movimento dos Estudantes Socialistas do Brasil” que sobreviveu por um brevíssimo período. Uma precária “Juventude Socialista” funcionou no PSB-SP desde 1950 até o encerramento do Partido. Oliveiros Ferreira, Perseu Abramo e Maurício Tragtenberg eram alguns dos componentes”. HECKER, Alexandre. Op. Cit. p. 181

¹²⁶ POERNER, Arthur José. *O Poder Jovem*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

¹²⁷ Jornal *Vanguarda Socialista*, edição nº 127, 8 de agosto de 1948.

presente na edição de número sete deste periódico. Nesse artigo, o autor faz menção ao “papel” histórico das juventudes nos partidos operários, mas sempre salientando a necessidade da vinculação destes setores aos quadros ditos mais “velhos”, e por isso mais experientes. Não há menção clara a formação de uma JS no PSB, apenas orientações gerais, de cunho abstrato e voluntarista. Vejamos um trecho.

Da experiência daqueles “cruzados sem cruz” que já não tem energia suficiente para a grande luta que se deverá travar, e da combatividade e fidelidade ao ideal por parte de todos os jovens que ingressam para as fileiras do Socialismo, porque vêem nele a única saída decente para a grave crise mundial, deverá resultar essa luta e essa definição socialista. Lutar para que isso se de o mais depressa possível, é o dever de todos os jovens que militam com o Socialismo¹²⁸.

Ainda que de forma tutelada, o artigo de Oliveiros S. Ferreira advoga por uma participação mais ativa dos setores jovens na legenda. Já o texto de Aristides Lobo, “Contra a Organização de Juventudes”, publicado na edição seguinte a do artigo de Oliveiros, como o próprio título evidencia, era abertamente contrário à formação de tais grupos, de modo setorizado, nas fileiras socialistas. O autor faz referência ao “ímpeto” dos jovens, necessário para a renovação de quadros e a oxigenação do partido, mas que muita vezes pode beirar a inconsequência política, devido a pouca idade e experiência dos mesmos. Levando-se em conta tais fatores, o ímpeto,

por vezes incontrolado dos jovens militantes políticos é, assim, bastante compreensível. E é a esse entusiasmo juvenil que os partidos de todas as correntes ideológicas devem a renovação e o crescimento de seus quadros, o que vale dizer, de seu sangue e de sua carne. (...)

Existem, porém, os perigos que decorrem dessas qualidades indiscutíveis. O jovem não é ainda o homem maduro, falta-lhe em experiência o que lhe sobra em entusiasmo, está sujeito às inconstâncias da própria idade, é um perdulário de energias, torna-se frequentemente infecundo, estéril. (...)

(...)

Essa questão de idade é muito séria, não só na vida comum, mas também e particularmente no âmbito da atividade política. O Partido Socialista deve analisá-la com uma seriedade correspondente, afim de não incorrer em erros já evidenciados por todo o recente passado histórico. Nos corpos militares, nas competições esportivas, nos jogos de recreio, é natural e mesmo recomendável que uma rigorosa seleção

¹²⁸ Jornal *Folha Socialista*, edição nº 7,12 de maio de 1948

física – pois é também disto que se trata – seja o melhor critério para qualquer tarefa de organização. Em política, porém – **embora certas tarefas especiais devam de preferência ser confiadas aos jovens e as mulheres** (grifo nosso) – é inadmissível que os militantes mais velhos e em geral mais experientes trabalhem em organizações próprias, separadas, diferentes. (...)

Nada de nos organizarmos politicamente por idade. O pensamento político deve resultar de livre discussão, travada em um mesmo conjunto orgânico, entre todos os seres pensantes que façam parte de nossos quadros, sem nenhuma distinção de classe, raça, nacionalidade, profissão, sexo, idade, cor, peso, estrutura...¹²⁹

Embora extenso, o excerto exposto acima nos dá mostras da heterogeneidade existente entre os quadros socialistas. Um partido que sempre oscilou entre correntes conservadoras, prontas a alinhamentos partidários junto a figuras como Jânio Quadros e Carlos Lacerda, e grupos mais a esquerda, os mesmos que dominariam o partido em fases mais radicais da política nacional, como no quadriênio pré-golpe de 1964. Não obstante, na conjuntura em discussão, grupos de cunho mais moderado e conservador davam as cartas na legenda, e a hegemonia destes segmentos postergou a efetiva constituição de uma JS no PSB. Oliveiros S. Ferreira pode ser identificado como pertencente a tais correntes internas¹³⁰.

Na edição de número 44 do *Folha Socialista* há referências ao terceiro ano de existência da União Internacional da Juventude Socialista (UIJS)¹³¹, cuja sede se encontrava em Amsterdã, Holanda. Esta organização era vinculada a Internacional Socialista. O PSB, desde o início de suas atividades, buscou se orientar pelas diretrizes da IS, algo semelhante se processava em seus departamentos jovens¹³². Ainda em 1950,

¹²⁹ Jornal *Folha Socialista*, edição nº8, 10 de junho de 1948

¹³⁰ Oliveiros S. Ferreira se destacou como um ativo intelectual do campo conservador, sendo grande entusiasta do golpe de 1964, dentre suas obras está: *As Forças Armadas e o desafio da Revolução*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1964, escrita na conjuntura do assalto ao poder. A parte o conservadorismo presente nas palavras de Aristides Lobo, este jornalista militou em organizações de esquerda ao longo de toda sua vida, tendo passado pelo PCB.

¹³¹ Segundo o artigo supracitado, em 1947 fora rearticulada a UIJS, entidade criada em 1907, num Congresso realizado em Stuttgart, Alemanha, agremiação esta vinculada a II Internacional. A UIJS passou por uma série de cisões internas, relacionadas à criação da III Internacional, e em 1939 seus trabalhos foram interrompidos em virtude da II Guerra Mundial. A sigla retomou suas atividades a partir do Congresso da Paris, realizado em 1947. Jornal *Folha Socialista*, edição nº 44, 1º de fevereiro de 1950.

¹³² “Febus Gikovate afirmava que a tradição, e não a originalidade, era a base do socialismo de seu partido: “Não temos nenhuma intenção de improvisar ou elaborar princípios e programas independentes da realidade objetiva tanto brasileira como internacional. Pelo contrário, nossos princípios foram traduzidos dessa experiência política e social dos últimos 100 anos. É lógico que as aspirações socialistas sejam um eco das aspirações socialistas mundiais... O Partido considera-se, ao mesmo tempo, resultado

tentou-se a criação, no Rio de Janeiro, de um Movimento da Juventude Socialista, que tinha por meta organizar uma JS dentro do PSB em nível nacional. Na edição de número 51 do informativo socialista encontramos a declaração de princípios da seção a ser consolidada. A meta do grupo era se expandir para as demais regiões do Brasil, selecionamos os cinco primeiros tópicos da corrente em discussão, a fim de expor parte de suas propostas, que tinham por objetivo:

A – Difundir entre a juventude os ideais socialistas de modo a torná-la uma força de vanguarda na luta do movimento operário pela ascensão do proletariado ao poder e pela socialização da economia;

B – Preparar quadros e condições políticas para a fundação de uma Juventude Socialista no Brasil;

C – Contribuir para o esclarecimento dos principais problemas do movimento socialista em nossos dias;

D – Combater as influências reacionárias, totalitárias e alienantes com que o declínio da sociedade burguesa ameaça a juventude;

E – Lutar pela ascensão da juventude nos terrenos econômico, social, político e cultural, material e espiritual, em particular da juventude operária que há de ser o centro e o fundamento da JUVENTUDE SOCIALISTA;

(...) ¹³³.

Deste período em diante, raras serão as menções as atividades promovidas pelos quadros jovens do PSB nas linhas do *Folha Socialista* – não esquecendo que este periódico ficou inativo entre 1955 e 1958, fase da inflexão janista. As poucas palavras destinadas a este tema fizeram referências a greves e congressos estudantis, sem tomada de posição definida.

A JS sobre a qual vamos nos concentrar é a formada em 1956, época em que se deu a aproximação entre Eric Sachs e Moniz Bandeira. O primeiro, com articulações periféricas entre setores do PSB, buscava direcionar a legenda em sentido mais radical e esquerdista desde os tempos de suas atividades no GRAC. O segundo, um jovem

da experiência política e social dos últimos cem anos em todo o mundo e expressão particular das aspirações socialistas do povo brasileiro””. HECKER, Alexandre. Op. Cit. p. 48-49.

¹³³ Não obtivemos informações sobre os ativistas que mobilizaram o Movimento da Juventude Socialista no Rio de Janeiro. Jornal *Folha Socialista*, edição nº 51, 22 de maio de 1950.

militante egresso do trotskismo¹³⁴, vindo de uma família de ativistas políticos. Nas hostes socialistas, até esta data, como vimos, havia apenas uma incipiente Juventude, com pouca expressão e nenhuma independência em termos de atuação política, sem demandas específicas e subordinada aos setores mais velhos da agremiação. Sobre os passos iniciais da JS, Moniz Bandeira aponta que

As diretrizes teóricas da Juventude Socialista (Esquerda Socialista), que Erich Sachs e eu, em 1957, começamos a organizar no Rio de Janeiro, eram as mesmas da Liga Socialista Independente e de Hermínio Sacchetta, meu amigo, com quem muito aprendi e de quem nunca me afastei, até seu falecimento em 1982. Contamos, na formação da JS, com a adesão de jovens egressos da União da Juventude Comunista (UJC), entre os quais Bóris Nicolaiewsky, e lançamos o jornal *Esquerda Socialista*, do qual saíram apenas dois números, creio que em 1959. Naquele ano, segundo notícia publicada no *Correio da Manhã* e reproduzida por Leovigildo Pereira Leal, apareceu, no Rio de Janeiro, um grupo da Juventude Socialista, que celebrou o dia 1º de maio, como o Dia do Protesto, a exigir liberdade sindical, direito de greve, abolição do fundo sindical e a lembrar os Mártires de Chicago, operários executados nos Estados Unidos por haverem liderado a greve geral em favor do estabelecimento da jornada de oito horas de trabalho¹³⁵.

Aluizio Leite Filho, em entrevista a Leovegildo P. Leal, afirma que os eventos supracitados marcam a “primeira ação de massa, de agitação e propaganda, da POLOP”¹³⁶. Sobre os eventos ocorridos durante a data, o mesmo depoente comenta que foram cobertas “várias ruas do centro da cidade de bandeiras vermelhas e faixas com palavras-de-ordem propugnando a independência político-ideológica do proletariado,

¹³⁴ Karepovs e Marques Neto inferem que para Trotski, antes da formação de sua IV Internacional, “eram necessários entendimentos diretos com outras forças de esquerda, ou, então, outras formas de atuação, como a tática do “entrismo”, pela qual os companheiros de Trotski se filiariam aos partidos socialistas, com o objetivo de conquistar para suas posições os setores mais avançados desses partidos”. Este debate retornaria após o passamento de Trotski, gerando forte controvérsia entre seus seguidores organizados na IV Internacional. Com relação à JS e o trotskismo, os “entendimentos diretos” com os quadros “mais avançados” do PSB se efetivou, em boa medida, graças aos trabalhos de Moniz Bandeira. O mesmo que, em seus textos memorialistas, ou em entrevistas concedidas, não faz menção a questão do *entrismo*. KAREPOVS, Dainis; MARQUES NETO José Castilho. Op. Cit. pp. 134-135

¹³⁵ “A festa do Trabalho, 1º de maio, já foi no Brasil monopólio da ditadura getulista, que se arvorou em porta-voz do operariado. Depois, o Partido Trabalhista Brasileiro quis monopolizar a data. Mas já perdeu o monopólio. Na sexta-feira apareceu no plano o Partido Socialista Brasileiro, reforçado por um grupo de ativistas da Juventude Socialista, exigindo liberdade dos sindicatos, abolição do Fundo Sindical, direito de greve, terminando o dia com uma comemoração dos mortos de Chicago. (...)”. Citação no corpo do texto: Moniz Bandeira, Luiz Alberto. Op. Cit. p. 20. Para citação em nota: Jornal *Correio da Manhã*, 3 de maio de 1959. Apud: LEAL, Leovegildo P. Op. Cit. p. 86

¹³⁶ Idem, ibidem

denunciando a apropriação da data pela burguesia, empenhada em transformar a luta em festa de confraternização de classes. Fizemos vários comícios-relâmpago durante o dia e, a noite, fechamos com um ato comemorativo na sede do PSB”¹³⁷.

O núcleo da JS do PSB contou, ao longo de sua breve trajetória, com Eric Sachs, militante mais velho e com certa liderança intelectual sobre os demais componentes do grupo, segundo boa parte dos relatos¹³⁸. Junto ao ativista austríaco militavam Moniz Bandeira, Aluizio Leite Filho, Piragibe de Castro e Ruy Mauro Marini, os três últimos vindos da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) da Fundação Getúlio Vargas. Militando em São Paulo se encontrava Paul Singer. A JS manteve constante diálogo com grupos atuantes em diversas regiões do país, especialmente a LSI paulista e a MT mineira. Outras áreas de contato eram a Juventude Universitária Católica (JUC), o POR-T (trotskista), o Movimento Socialista Renovador (MSR), cisão do PCB liderada por Agildo Barata, a Ação Libertária (grupo de orientação anarquista, organizado em São Paulo), dentre outras agremiações¹³⁹.

Nas linhas do informativo *Folha Socialista* não há referências a JS formada em 1956. Esta corrente surgiu numa fase de redefinição interna do PSB, período em que a legenda superava a “invasão janista” e voltava a se alinhar ao socialismo anunciado em seu programa histórico. Mas o socialismo proposto pelo PSB em seus documentos e periódicos cada vez mais se mostrava moderado em excesso, isto para uma juventude que testemunhava com atenção o acirramento das lutas de classe no Brasil e no mundo. Conflitos que se objetivavam nas lutas de libertação nacional verificadas na África e na Ásia, na resistência as ditaduras e ao imperialismo que dominavam as Américas, e, sobretudo, na Revolução Cubana¹⁴⁰. É nesta conjuntura que começa circular o jornal

¹³⁷Idem, ibidem

¹³⁸ “Com Eric começa minha formação marxista” Depoimento de Aluizio Leite Filho a Leovegildo P. Leal. Idem, p. 99

¹³⁹ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. Op. Cit. pp. 20-21

¹⁴⁰ “A Revolução Cubana teve enorme impacto sobre a esquerda latino-americana e brasileira, e também sobre o Partido Socialista (...), houve uma radicalização em toda esquerda e o partido tornou-se mais socialista, mais a esquerda, obviamente mais radical em suas formulações. Em 1959, o que aconteceu em Cuba, depois das várias tentativas de guerrilha na Venezuela e no Peru, tudo isso foi acompanhado com muito interesse por nossa esquerda. Houve, inclusive, a ala do partido que se ligou diretamente aos cubanos pensando em reeditar aqui a “Sierra Maestra” (...) alguns estavam interessados, a partir de então, principalmente na luta armada e não na via eleitoral proposta pelo PSB, outros, em uma atuação eleitoral mais dinâmica e mais congruente com as teses do partido”. Depoimento de Paul Singer a Miracy Barbosa de Sousa Gustin. GUSTIN, Miracy B. S. & VIEIRA, Margarida L. M. Op. Cit.p. 107

Movimento Socialista, impulsionado pelo grupo que participara dos protestos do 1º Maio de 1959, no ainda Distrito Federal. As ideias e propostas propagadas pelo periódico da JS externavam o distanciamento crescente entre este grupo e as orientações partidárias das cúpulas do PSB. As eleições presidenciais de 1960 marcaram o *afastamento* da JS da legenda que lhe fornecia “cobertura legal”. Sobre este ponto, vejamos o testemunho da Moniz Bandeira

A Juventude Socialista (Esquerda Socialista), no Rio de Janeiro, decidiu não apoiar, nas eleições de 1960, nenhuma das candidaturas, nem a do marechal Henrique Lott, apoiada pelo PSB, nem a de Jânio Quadros à presidência da República, mas somente a candidatura do deputado Sérgio Magalhães (PTB) ao governo do Estado da Guanabara, e a de João Goulart à vice-presidência da República¹⁴¹.

Acima usamos o termo afastamento, e não cisão, visto que, amparados pelas fontes aos quais tivemos acesso, concluímos que a JS jamais se articulou enquanto corrente ou tendência interna ao PSB. Segundo depoimento de Moniz Bandeira, já citado neste trabalho, a vinculação a legenda socialista obedecia a motivações mais táticas do que programáticas. O radicalismo presente na JS constituída em 1956 não se enquadrava nas diretrizes do PSB, mesmo nas de suas alas mais esquerdistas. Isto posto, o afastamento do grupo de Sachs e Moniz Bandeira foi um processo natural, sem grandes traumas para ambos os grupos envolvidos. Uma nova Juventude foi constituída entre os quadros do partido após a saída do grupo mais radical, mas nosso recorte se encerra por aqui, sempre de acordo com nossa proposta.

Como supramencionado, Eric Sachs e Luiz Alberto Moniz Bandeira foram os grandes articuladores da JS em sua fase mais à esquerda, ao talento organizatório destes dois militantes se dará a construção da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária em 1961. Devido à posição central destes dois personagens na formação da POLOP, cremos ser necessária uma leitura mais aprofundada de suas trajetórias, muito vinculadas a nosso objeto de estudo.

¹⁴¹MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. Op. Cit. p. 21

2.3 Notas sobre Eric Sachs e Luiz Alberto Moniz Bandeira

Optamos por concentrar nossa análise nas duas lideranças em destaque, nosso recorte obedece ao cronograma por nós estabelecido, mas de certo que outras personalidades não enfocadas aqui foram importantes para o processo em discussão. Assim sendo, iniciaremos nossa exposição com a trajetória de Eric Sachs, o mais longo dirigente da POLOP.

Boa parte das informações encontradas em livros, artigos, dados e relatos biográficos e autobiográficos, relacionadas a Eric Sachs, encontram-se disponíveis no Centro de Estudos Victor Meyer¹⁴². Acerca da biografia do fundador da POLOP, há dois documentos a disposição, um currículo elaborado pelo próprio Sachs, presente em sua obra *Marxismo e Luta de Classes*¹⁴³, em anexo, e um depoimento escrito por Victor Meyer chamado: “Acerca do autor e sua obra: Ernesto Martins, Eric Czackes Sachs”¹⁴⁴. O estudo *História da POLOP. Da fundação à aprovação do Programa Socialista para o Brasil*, redigida por Leovegildo Pereira Leal, a partir de sua dissertação de mestrado, vale-se das informações presentes no Centro de Estudos Victor Meyer¹⁴⁵.

Contudo, há divergências com relação às informações propagadas por este centro de estudos, apontadas, especialmente, por Moniz Bandeira, companheiro de militância de Sachs entre as décadas de 1950 e 1960. No artigo “Farrapos de Memória. Notas sobre a POLOP e Eric Sachs”, Moniz Bandeira contesta a maioria das informações apresentadas por Victor Meyer em sua biografia sobre o ativista austríaco. Na dissertação de mestrado de Joelma Alves de Oliveira, “POLOP. As Origens, a Coesão e a Cisão de uma Organização Marxista (1961-1967)”, depoimentos divergentes sustentam os enigmas que se formaram em torno da controversa biografia de Sachs.

¹⁴² Os escritos do autor em análise estão em sua maioria digitalizados e disponíveis para download. Centro de Estudos Victor Meyer – <http://centrovictormeyer.org.br>

¹⁴³ SACHS, Érico. *Marxismo e luta de classes; questões de estratégia e tática*. Salvador-BA: EGBA, 2010. pp. 96-97. Também disponível para download no endereço eletrônico: <http://goo.gl/W06zNT>. Acessado em: 10/02/2013

¹⁴⁴ “Acerca do autor e sua obra: Ernesto Martins, Eric Czackes Sachs”. In: SACHS, Eric. *Qual a Herança da revolução russa e outros textos*. Belo Horizonte-MG: Editora SEGRAC, 1988. Disponível no endereço eletrônico: <http://goo.gl/1CRxP>. Acessado em: 29/03/2001, 19h:51min.

¹⁴⁵ Em nossa dissertação de mestrado também trabalhamos com os dados fornecidos por Victor Meyer. OLIVEIRA, Sérgio Luiz Santos de. Op. Cit. pp. 249-250

Não é nosso objetivo apresentar uma versão definitiva dos fatos que envolveram a trajetória de Eric Sachs, o que buscamos é colaborar para um melhor conhecimento acerca de sua comentada biografia, que se entrelaça a história dos movimentos sociais brasileiros entre as décadas de 1950 e 1980. Pautaremos nossa análise do socialista judeu-austriaco a partir dos estudos acima mencionados, somados a entrevistas a nós concedidas via email por Moniz Bandeira. A estas fontes acrescentaremos dados presentes no Inquérito Policial Militar (IPM) referente à POLOP, produzido pela 3ª Auditoria da 1ª Região Militar, Guanabara-RJ, ainda em 1964, documento a nós também fornecido por Moniz Bandeira.

As informações apresentadas por Victor Meyer atestam que Erich Czaczkes Sachs era o filho único de uma família judia proveniente Tchernowitz (fronteira da Áustria-Hungria com a Rússia até 1919). Teria nascido em Viena, em 1922¹⁴⁶. Seu pai, David Czaczkes, é apontado como “membro destacado da Social-Democracia austríaca e sua mãe, nascida na Rússia, conhecia de perto o Partido Bolchevique, dada a circunstância de ter um irmão militante nas fileiras do partido comunista russo”¹⁴⁷.

Em 1934 Sachs se mudou, juntamente a sua mãe, Sina Ida Czaczkes, para Moscou, e na capital da URSS passou a frequentar a Escola Karl Liebknecht. Por quatro anos morou, junto a Sina Ida, na capital russa. Neste colégio tomou contato com a teoria marxista. Convivendo com vários refugiados alemães, passou a obter informações sobre grupos que faziam oposição a Stalin, tanto na Rússia como no exterior. Sua aproximação a tais círculos lhe valeu a expulsão da União Soviética, em 1937.

¹⁴⁶ Erich Czaczkes, embora nascido na Áustria, era, (...) de ascendência ucraniana. Sua certidão de nascimento foi emitida pela Repartição Matricular da Comunidade Israelita, em Viena, e consta "sem nacionalidade", tanto no registro feito no Registro de Estrangeiros II nº 607.365, quando de sua entrada no Brasil, em 3 de junho de 1939, bem como no 2º Distrito Policial, em 15 de junho do mesmo ano, embora, em outro, conste "austríaca". Era lógico. Assim como a Alemanha e quase todos os países da Europa, a Áustria, àquele tempo, não reconhecia o princípio do *jus solis* (direito do solo), i.e., não concedia nacionalidade ou cidadania a alguém apenas porque havia nascido no seu território. O princípio dominante era o do *jus sanguinis* (direito do sangue) e seus pais eram da Ucrânia, embora também conste "sem nacionalidade" no registro de estrangeiro de Zinaida Czaczkes, nascida em Kiev, em 1892. MONIZ BANDEIRA. Luiz Alberto. Op. Cit. p. 11. O Centro de Estudos Victor Meyer apresenta uma certidão de nascimento atribuída a Eric Sachs, dando conta de seu nascimento em Viena, em 11 de março de 1922. Conferir em: <http://goo.gl/Oq9hYI>. Acessado em: 16/05/2013, às 17h:27min.

¹⁴⁷ MEYER, Victor. Op. Cit. s/p

De volta a Áustria, deparou-se com o clima de perseguição anti-semita nazista. Mãe e filho tiveram que empreender nova fuga, “com apenas dezesseis anos, já era a terceira vez em que (Sachs) se via obrigado a abandonar um país. Foge da Áustria a pé, alcançando a Bélgica através do território alemão e daí chega até a França.

Em Paris, procura Thalheimer e Brandler, os líderes da Oposição Alemã. Torna-se o mais jovem militante da KPO (Oposição Comunista Alemã) no exílio”¹⁴⁸. Mantém contato com outras personalidades de proa do comunismo internacional não soviético, como Victor Serge, e se aproxima de militantes do POUM. Mais uma vez os Czaczkas se vêem obrigados a se evadir de um país, dessa vez fugindo da expansão nazista sobre a Europa, em 1939, para se refugiar no Brasil.

As controvérsias de fundo, envolvendo a biografia de Sachs redigida por Victor Meyer, concentram-se nos Anos 1920-30, após a chegada da família Czaczkas ao Brasil as informações sobre nosso personagem se tornam menos nebulosas. Moniz Bandeira, em seus “Farrapos de Memória”, é enfático em apresentar as contradições presentes na biografia redigida por Meyer, a começar pela apresentação dos pais de Eric. Amparado em documentação, questiona o local de nascimento atribuído ao casal Czaczkas, indicado como a cidade de Tchernowitz, na fronteira da Áustria com a Rússia. Sina Ida seria na verdade Zinaida, e teria nascido em Kiev, capital da Ucrânia. Desembarcou com seu filho no Brasil em maio de 1939, seu esposo, em setembro do mesmo ano. A relação de passageiros do navio francês que trouxe David Sachs ao Brasil o apresenta como tendo 47 anos, de profissão comerciante, religião israelita, tendo vindo de Praga, então Tchecoslováquia¹⁴⁹. Sachs não faz menção ao pai como “membro destacado da

¹⁴⁸A Oposição Comunista Alemã, organizada no KPO (Partido Comunista de Oposição), formou-se a partir de divergências entre correntes comunistas locais e as novas diretrizes impostas por Stalin ao Comintern. As lideranças mais destacadas durante este processo foram August Thalheimer e Heinrich Brandler, veteranos espartaquistas dos levantes revolucionários de 1919, 1921 e 1923. O afastamento de Bukharin da direção do Partido Comunista da União Soviética acelerou o processo de cisão na Alemanha, uma vez que o dirigente soviético possuía posições políticas próximas as dos dois dirigentes supracitados, os mesmos que foram expulsos do KPD (Partido Comunista da Alemanha), formando posteriormente o KPO. O KPO foi filiado a OIC (Oposição Comunista Internacional), organização formada por Nicolai Bukharin e Alexei Rykov, movimento que obteve representação em diversos países, chegando a ter ramificações na Índia, Argentina e México. Com o recrudescimento do regime nazista, Brandler e Thalheimer se refugiaram na França, período em que supostamente conheceram Eric Sachs, com o deflagrar da II Guerra Mundial, ambos se refugiaram em Cuba. Thalheimer veio a falecer em Havana, em 1948, Brandler retornou a sua pátria após o fim do conflito mundial, e retomou as atividades do KPO, vindo a falecer em 1967. Informações no corpo do texto: Idem, ibidem. Para dados em nota: OLIVEIRA, Sérgio Luiz Santos de. Op. Cit. pp. 250-251.

¹⁴⁹ Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras – DPMAF, relação de passageiros do vapor Flórida, procedente de Gênova, desembarque em 15/09/1939. Notação SIAN: BR.AN, RIO.OL.0.RPV,

Social Democracia austríaca” em seu “Currículo”. Contudo, atesta que seus pais seriam provenientes de Tchernowitz. No mesmo documento, informa que seu pai morreu pouco tempo depois de sua chegada ao Brasil.

Outra contradição presente na biografia produzida por Victor Meyer, apontada por Moniz Bandeira, diz respeito aos eventos que levaram a saída do adolescente austríaco, juntamente a sua mãe, da URSS em 1937. O co-fundador da JS afirma que a narrativa, acerca dos eventos que envolveram os Sachs em sua passagem por Moscou

é imprecisa e contraditória, e também sem indicação de fonte. É bom lembrar que Erich Sachs, ao mudar-se de Viena para Moscou, em 1934, tinha apenas a idade 12 anos e não permaneceu quatro anos, até 1938, como escreveu Victor Meyer, que no próprio texto, abaixo, se contradiz, ao dizer que "seus contatos com os militantes da Oposição valeram-lhe a expulsão da Rússia, em 1937". Aliás, o próprio Erich Sachs contou, na autobiografia, que viveu em Moscou de "outubro de 1934 a setembro de 1937", i. e., menos de três. Provavelmente aprendeu algumas noções de marxismo, na escola soviética, mas não é crível, como narrou Victor Meyer, que um menino, entre doze e quinze anos, obtivesse, ao mesmo tempo, "informações da oposição a Stalin" e "seus contatos com os militantes da Oposição" lhe valessem "a expulsão da Rússia, em 1937"¹⁵⁰.

Em seu “Currículo”, Sachs não fornece nenhuma informação que corrobore os dados apresentados por Meyer. Acerca de sua passagem por Moscou, comenta que teria vivido nesta capital “de outubro de 1934 a setembro de 1937”¹⁵¹. Sobre sua expulsão da URSS, sustenta que “minha mãe e eu fomos expulsos da União Soviética, em

PRJ.3 – BR_RJANRIO_OL_0_RPV_PRJ_32530_d0001de0001. – Arquivo Nacional. Apud: MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. Op. Cit. p. 10-11.

¹⁵⁰ Moniz Bandeira aponta em nota, em seu artigo, os arquivos aos quais pesquisou para redigir seus “Farrapos de Memória”, atestando que as “informações sobre a imigração, naturalização etc. de Erich Sachs e família foram obtidas em pesquisas feitas, por solicitação minha, nos seguintes fundos depositados no Arquivo Nacional: Fundo/coleção documental Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras (SPMAF) cidade do Rio de Janeiro, código do fundo BO, unidade de guarda Coordenação de Documentos Escritos (CODES), número de registro de estrangeiro (RE) 15.927, prontuário que originou carteira de identidade de estrangeiro de Zinaida Czaczke. Fundo/coleção SPMAF cidade do Rio de Janeiro, código do fundo BO, unidade de guarda CODES, nº de RE 15.921, prontuário que originou carteira de identidade de estrangeiro de Erich Czaczkes. Fundo/coleção Ministério da Justiça e Negócios Interiores (MJNI), código do fundo 4T, unidade de guarda CODES, caixa nº 5.162, processo nº 12.101 / 1954, processo de naturalização de Erich Czaczkes. Fundo/coleção Série Interior - Nacionalidades, código do fundo A9, unidade de guarda CODES, processo J.384.935, código de referência 12400, notação anterior IJJ6 nº 698, requerimento de restituição de documentos anexos ao processo de naturalização de Josef Czaczkes. Fundo/coleção Série Interior - Nacionalidades, código do fundo A9, unidade de guarda CODES, processo J.217.934, código de referência 12399, notação anterior IJJ6 nº 498, processo de naturalização de Josef Czaczkes”. Idem. p.10

¹⁵¹ SACHS. Eric. Op. Cit. pp. 96-97.

decorrência dos expurgos da época”¹⁵². Não há referências sobre sua militância junto às “oposições” a Stalin. As implicações políticas que teriam levado os Sachs de roldão pelos “expurgos da época” permanecem desconhecidas. Também não há informações sobre a participação de David Czaczkes nos eventos acima discutidos.

Outro ponto controverso no texto de Meyer diz respeito à suposta convivência de Eric Sachs, na capital francesa, com os próceres da Oposição Alemã, o que teria levado a sua adesão ao KPO, além de contatos com Victor Serge e ativistas do POUM. Em seu “Currículo”, o marxista austríaco afirma que viveu na França entre junho de 1938 e maio do ano seguinte. Comenta que viveu “em diferentes lugares”, e que estudou “numa escola agrícola do governo francês”¹⁵³. Não vemos referências sobre os motivos que levaram a vinda da família para o Brasil, mas se levando em conta a conjuntura política pela qual passava a Europa do período, e a procedência dos Czaczkes, temos clareza que se tratou de uma fuga. Sobre os dados fornecidos por Victor Meyer, acerca do período francês de Sachs, Moniz Bandeira afirma que:

Não posso conceber que Erich Sachs houvesse fantasiado a história de sua vida, em conversas com Victor Meyer, se é que as teve tanto, uma vez que não o fez na pequena autobiografia do "Dicionário Político" e nada dissesse a mim, uma vez que mantivemos contacto quase que diário, durante muitos anos.

(...)

Erich Sachs tampouco contou a outros companheiros e amigos que, ainda adolescente, com 16 anos, havia realizado tais feitos, em Paris, onde deve ter permanecido muito pouco tempo, pois ele mesmo escreveu que "de junho de 1938 a maio de 1939, vivi em diferentes lugares", na França¹⁵⁴.

A partir da década de 1940 Sachs passou a viver no Brasil junto a sua mãe, como vimos, seu pai morreu pouco tempo depois de sua chegada ao Rio de Janeiro. O que motivou a vinda da família Czaczkes ao Brasil foi a presença neste país de um irmão de David, Josef, que aqui residia desde 1928¹⁵⁵. Vivendo no eixo Rio-São Paulo, Sachs

¹⁵² Idem, *ibidem*

¹⁵³ Idem, *ibidem*.

¹⁵⁴ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. Op. Cit. p. 12. Para consulta ao Dicionário Político mencionado por Moniz Bandeira acima: <http://goo.gl/5fHOxh>. Acessado em: 23/06/2015, às 17h:32min.

¹⁵⁵ “Erich Sachs falou-me, certa vez, de um tio seu, que emigrara para o Brasil. Realmente, em 24 de novembro de 1928, Josef Czaczkes chegara ao Rio de Janeiro, onde se estabeleceu como comerciante e naturalizou-se brasileiro, por decreto de 30 de julho de 1934. Em 1935 mudou o nome para José C. Chaves, transformando o Czaczkes em Chaves. E tornou-se membro da Maçonaria, havendo criado duas

aprendeu o “ofício de gráfico”, área em que atuou até 1948, em seguida trabalhando como tradutor e jornalista. Segundo o mesmo, nessa “época havia aprendido a língua portuguesa e a dominava tão bem que me transferei para a imprensa. Depois, colaborava como autônomo num jornal e, mais tarde, fui empregado com vínculos mais estáveis, sendo essa a minha profissão principal. Minha especialidade era a política, de fato e exclusivamente a política externa”¹⁵⁶. Ao longo dos Anos 1950 produziu textos para os jornais *Diário da Noite* e *Correio da Manhã*, e atuou como redator no *Jornal do Comércio*. Também trabalhou como tradutor para as Embaixadas da Áustria e da Alemanha Ocidental, no Distrito Federal.

As informações sobre a militância política de Sachs no Brasil remontam ao período de atuação da UDS paulista. Acima discutimos a formação do GRAC, grupo de oposição ao Estado Novo que se reunia na casa de Paulo Emílio Sales Gomes por volta de 1942. Este grupo aderiu a UDS, posteriormente se uniu a ED, que por sua vez, converteu-se em PSB em 1947, como visto. Os remanescentes do GRAC permaneceram mobilizados enquanto fração de esquerda no PSB, Sachs era um dos expoentes desta corrente, que também tinha entre seus membros Antônio Candido. O grupo editou um efêmero jornal chamado *Política Operária*, voltado a “agitação”, direcionado especialmente aos gráficos, categoria com a qual Sachs possuía proximidade¹⁵⁷. Ainda sobre esta etapa e as origens do GRAC, Moniz Bandeira comenta que o “professor Antônio Cândido contou-me que conhecera Erich Sachs, por volta de 1942. Ele era então funcionário da Livraria Jaraguá, na Rua Marconi 54, ponto de encontro dos intelectuais de São Paulo, nas décadas de 1940 e 1950. Essa livraria pertencia a Alfredo Mesquita e quem obteve o emprego para Erich Sachs foi o jornalista e tradutor Lívio Xavier (1900-1988)”¹⁵⁸.

grandes lojas em São Paulo, para onde se mudara. Foi ele que articulou a ida para o Brasil da cunhada Zinaida Czaczkes com o filho Erich, bem como de seu irmão David”. Idem, ibidem.

¹⁵⁶ SACHS, Éric. Op. Cit. pp. 96-97

¹⁵⁷ Sobre a criação do periódico *Política Operária*, em meados dos anos 1950, Antônio Candido comenta que: “Nós tínhamos um jornalzinho chamado *Política Operária*, e, pelo nome, já se vê a liderança (Sachs). As reuniões eram aos domingos, quase sempre na minha casa, ou na sede do Brás da Esquerda Democrática, que ficava vazia de manhã. A finalidade era agitar o Sindicato dos Gráficos por meio do jornalzinho. Os companheiros eram todos operários, salvo eu e um Assistente de Estatística da Faculdade Eduardo Câmara”. Entrevista de Antônio Candido a Revista *Teoria e Debate*, março de 1988. Apud: LEAL, Leovegildo P. Op. Cit. p. 106

¹⁵⁸ MONIZ BANDEIRA. Luiz Alberto. Op. Cit. p. 26

As informações sobre as atividades de nosso personagem nessa fase são escassas¹⁵⁹, em seu “Currículo”, não encontramos nada sobre o período. As referências aumentam a partir da segunda metade da década de 1950. O que podemos inferir a partir das fontes consultadas é que o marxista judeu austríaco permaneceu militando na órbita do PSB até a fase de sua filiação a legenda, entre 1956/1957.

O IMP instaurado contra Eric Sachs, após sua prisão poucas semanas depois do golpe de 1964, atesta que este “está filiado ao PSB desde 1956”¹⁶⁰. Em seu “Currículo, o mesmo afirma que se integrou as fileiras socialistas entre 1957/1958, nesta permanecendo “até a sua dissolução”¹⁶¹, após o AI-2, em 1965. Moniz Bandeira afirma que conheceu o ativista judeu austríaco em 1956, período em que este se encontrava “isolado” politicamente na Guanabara. Possuía então vinte anos, e vivia com seu tio, Edmundo Moniz, sobre o encontro com Sachs, comenta que “Erich devia ter 34 anos, uma vez que nascera em 1922. (...). E a nossa aproximação se deveu à afinidade de idéias que se manifestou. Ambos éramos anti-stalinistas”¹⁶². De fato, tratava-se de dois militantes formados fora da tradição comunista oficial, no Brasil capitaneada pelo comunismo-prestismo. Um formado na tradição marxista germânica, outro vindo da órbita do trotskismo.

Data desta fase a formação tanto da LSI quanto da JS. Sachs foi figura constante nas duas organizações. Deste período em diante, nosso personagem estará presente em todos os debates marxistas de ressonância em solo brasileiro. Será um dos principais articuladores da ORM-POLOP, em 1961, sempre figurando nos núcleos dirigentes do grupo. Terá participação efetiva junto às forças mobilizadas em torno das demandas

¹⁵⁹ “Conforme declarou no processo de naturalização nº 12101- 54, no Ministério da Justiça e Negócios Interiores, depositado no Arquivo Nacional, morou no Rio de Janeiro, de junho de 1939, quando chegou ao Brasil, até 1942; em S. Paulo de maio a junho de 1942; no Rio de Janeiro, de junho de 1942 a junho de 1947; em São Paulo, de junho de 1947 a junho de 1948; em Porto Alegre, de junho a dezembro de 1948; Rio de Janeiro, de dezembro de 1948 a novembro de 1950; de novembro de 1950 a maio de 1951 em Minas Gerais; em Petrópolis de maio de 1951 a outubro de 1951, quando voltou a morar no Rio de Janeiro até 1953. Não se refere que trabalho exerceu nem de que vivia. É possível que buscasse emprego”. Idem, p. 25

¹⁶⁰ IPM – 3º Auditoria da 1ª Região Militar – GM. Depoimento de Érico Czaczkes Sachs. Folhas 368/371 – Prestado em 11 de junho de 1964. Disponível nos arquivos do Superior Tribunal Militar, Rio de Janeiro-RJ. Documento a nós fornecido por Luiz Alberto Moniz Bandeira.

¹⁶¹ SACHS, Érico. Op. Cit. pp. 96-97

¹⁶² MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. Op. Cit. p. 17

populares nos agitados anos do governo João Goulart, o que lhe valerá seu primeiro encarceramento em 1964¹⁶³.

Após o desmantelamento da direção da POLOP, promovido pela vaga inicial de repressão promovida pela ditadura, com prisão e/ou exílio de boa parte de seus componentes, Eric despontará como principal liderança do agrupamento. Da antiga direção, encontravam-se exilados Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Arnaldo Mourthé e Ruy Mauro Marini. Moniz Bandeira se encontrava em situação de clandestinidade, mantendo pouco contato com seus companheiros de militância. Sachs se efetivará enquanto principal liderança da POLOP durante o IV Congresso da organização, realizado em 1967. Nesta fase vem a público seus escritos mais influentes, a série “Aonde Vamos” e “Um Programa Socialista para o Brasil”, documentos oficializados pelo IV Congresso e adotados como programa revolucionário da POLOP. O tom gradualista do programa elaborado pelo dirigente desagradou os setores da organização que defendiam a luta armada, amparados pelas propostas de Ernesto Che Guevara e Régis Debray, sobretudo os núcleos mais jovens do grupo. Como é bem sabido, tal discordância redundou em cisão, e uma série de agrupamentos revolucionários brotou da antiga ORM-POLOP.

A situação de isolamento da corrente polopista de Sachs levou a articulações junto a outras organizações marxistas, como a dissidência leninista do Rio Grande do Sul, e dessa coalizão surgiu o Partido Operário Comunista (POC), em 1968. Enquanto organizava mais uma legenda que se propunha a formar uma frente revolucionária de esquerda no país, Eric foi preso em setembro de 1969, no Rio de Janeiro. Em outubro, conseguiu fugir da prisão. Tal escapada apresentou contornos espetaculares, teria se dado por meio de uma corda, tendo o detido descido vários andares das dependências do DOPS carioca, até a chegar à rua e se evadir. O fato se deu na noite do dia 8 para o dia 9 de outubro de 1969.

¹⁶³ Sobre esta fase de sua vida, Sachs relata que: “Fui demitido de meu emprego no Ministério da Educação. Uma lei de exceção foi o fundamento para isso. Ao mesmo tempo, perdi minha ocupação na embaixada alemã. Do final de 1964 até agosto de 1967 fui processado por “subversão” por um tribunal militar de exceção. O procurador requereu contra mim uma pena de prisão com base em determinações que previam um mínimo de doze anos. Como a acusação era insustentável, fui absolvido”. SACHS, Eric. Op. Cit. pp. 96-97

Tais eventos redundaram em novas dúvidas relacionadas à trajetória de Eric Sachs. O termo de averiguação relatando a fuga, protocolado em 10 de outubro, aponta que o evadido deixou as instalações do Dops “utilizando uma corda”, material proveniente de “arrecadação feita num “aparelho”, desceu por um basculante, galgando a garagem, para finalmente chegar até a via pública”¹⁶⁴. O fundador do POC, sobre sua escapada dos órgãos de repressão da ditadura, afirma que:

Na noite de 8 para 9 de outubro de 1969, pude fugir da prisão. Procurei abrigo na embaixada do México no Rio de Janeiro. Lá recebi o assim chamado asilo diplomático. Após cinco meses, recebi salvo-conduto para viajar para o México. Residi no México até outubro de 1970. Então, viajei para a Europa. Em 17 de novembro de 1970, entrei na República Federal da Alemanha. Meu primeiro domicílio foi em Colônia (...)¹⁶⁵.

Moniz Bandeira lança dúvidas sobre a versão de Eric, e especula que o mesmo tenha obtido ajuda da embaixada da Alemanha para empreender sua fuga, contudo, não apresenta documentos que comprovem suas suspeitas.

Tudo indica que ele escapou da prisão no DOPS, do Rio de Janeiro, com a ajuda da Embaixada, que também conseguiu embarcá-lo para a Alemanha, onde, segundo sei, ele somente trabalhou como leitor na Universidade de Heidelberg. Segundo sei, da forma que ele contou que fugiu, com lençóis amarrados pela janela, é impossível, pois do outro lado do DOPS, em frente à janela, estava um botequim onde os policiais sempre se concentravam¹⁶⁶.

Victor Meyer, em sua biografia de Sachs, segue na mesma linha do “Currículo” de nosso personagem, “Em 1969, Eric foi preso pelo DOPS carioca. Conseguindo fugir da prisão, refugia-se na Embaixada da Áustria e, em 1970, pela quarta vez em sua vida, tem que abandonar um país”¹⁶⁷. Leovegildo P. Leal segue a mesma toada, e acrescenta detalhes dramáticos, indicando que o dirigente preso se evadiu “utilizando-se da mesma corda usada pela VPR na desapropriação do “cofre do Adhemar”, apreendida pelos policiais nas diligências e largada em uma cela do Dops –, consegue fugir de

¹⁶⁴ Averiguações – DOPS – S.O. – S.B. – Termo de declarações, quem presta é: Érico (sic) Czaczkes Sachs, fls. 26. DOPS – 141 - APERJ. Apud: MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. Op. Cit. p. 6

¹⁶⁵ SACHS, Érico. Op. Cit. pp. 96-97

¹⁶⁶ Entrevista via email concedida ao autor por Luiz Alberto Moniz Bandeira, acessado em 19/08/2013, as 12h:49min.

¹⁶⁷ MEYER, Victor. Op. Cit. s/p

madrugada, abrigando-se na casa de uma simpatizante da organização. Um mês depois, consegue asilo no México, em cujo consulado no Rio ingressa disfarçado de mulher”¹⁶⁸.

Não pretendemos tomar partido em qualquer das versões supracitadas, nossa meta é salientar o “enigma” Eric Sachs, cuja trajetória é envolta em episódios pouco claros. Os depoimentos apresentados nos dão conta do quão contraditória pode ser a biografia de uma personalidade histórica. Não há como negar que a fuga do dirigente, denunciada em relatório policial, é bastante controversa, como indicou Moniz Bandeira. A altura desses acontecimentos, nosso personagem tinha 47 anos de idade, tendo nascido em 1922 como atestam os relatórios policiais e sua certidão de nascimento. Há poucas notícias sobre fugas do mesmo gênero, sobretudo na conjuntura em questão, sob a vigência do AI-5, na fase mais aguda dos chamados “Anos de Chumbo”. Victor Meyer afirma que Sachs se refugiou na embaixada da Áustria, Moniz Bandeira fala em Alemanha, Eric, assim como Leovegildo P. Leal, fazem menção a embaixada do México. Como em outras passagens da trajetória do dirigente austríaco, diversas são as versões, permanecendo em aberto uma série de dúvidas, até agora não esclarecidas.

No entanto, todos os depoimentos convergem para seu exílio na cidade de Heidelberg, na República Federal Alemã, onde teria atuado como tradutor de textos. Por volta de 1970, membros do POC realizaram uma conferência em São Paulo, com o objetivo de discutir os rumos da sigla. Direções que provinham da antiga POLOP divergiam sobre o apoio dado pelo grupo a ações armadas. A corrente divergente acabou por se separar do partido, esta tendência era encabeçada, desde o exterior, por Eric Sachs, liderança contrária aos rumos tomados pelo POC, crítico ácido a luta armada, a qual chamava de “aventura pequeno-burguesa”¹⁶⁹. Articulada por Sachs, seria formada a Organização de Combate Marxista-Leninista/Política Operária (OCML-PO), agrupamento que reativou o periódico *Política Operária*, em circulação até princípios dos anos 1980.

O líder marxista retornou ao Brasil em 1980, na conjuntura da Anistia e da redemocratização. Ingressou no Partido dos Trabalhadores, outra frente de esquerda que se formava no país. O grupo de militantes que se organizava em torno do periódico

¹⁶⁸ LEAL, Leovegildo P. Op. Cit. p. 107

¹⁶⁹ REIS FILHO, Daniel Aarão & SÁ, Jair Ferreira de. Op. Cit. p. 234-235.

Política Operária seguiu o mesmo caminho. Sachs faleceu em 9 de maio de 1986, segundo Victor Meyer,

Seus últimos anos foram vividos em condições materiais extremamente precárias, virtualmente relegado ao isolamento e à miséria. Velho comunista, mais de uma vez lembrara a célebre colocação de Rosa Luxemburgo sobre o “isolamento revolucionário”. Para ele, a consciência do próprio isolamento era também a certeza do caráter circunstancial dessa situação, sobre a qual se projetava a convicção da vitória final que caberá à sua causa, à sua ideologia e à classe à qual aderiu. A história do comunismo está repleta de exemplos como esse¹⁷⁰.

Sobre o passamento do fundador da POLOP, Leovegildo P. Leal comenta que o mesmo foi

Vítima do agravamento da diabetes que o afligia há anos, morre em condições precárias de assistência no Rio de Janeiro, no Hospital do INPS de Bonsucesso, onde fora internado com o auxílio de um ex-militante da organização (já então extinta enquanto estrutura centralizada), o médico recém-formado Samuel Warth. Segundo o depoimento de Warth: “Eric morreu como um trabalhador morre nas mãos da previdência Social”¹⁷¹.

Gabriel Cohn, que conviveu com Sachs na LSI e na POLOP, tece o seguinte comentário acerca da enigmática figura do marxista austríaco, em entrevista a Joelma Alves de Oliveira

(...) Eric Sachs eu cheguei a conhecer, aquela figura severa, extremamente aplicado, nunca consegui descobrir qual era a do Eric e o que ele fazia na vida, conheci como ‘o severo militante’, uma figura muito importante, ajudou a galvanizar, foi uma conjugação de referência que permitiu trazer a tona coisas que o movimento de esquerda, digamos assim, convencional num país como o Brasil não traria. (...) o Eric me dava esta impressão de ser formado na mais dura escola da militância, inclusive da militância clandestina, ele era a figura do clandestino, discreto, usava nome de guerra, isso era incomum aqui.¹⁷² (grifos da autora)

Sobre sua convivência com o Eric, Moniz Bandeira afirma que o mesmo se tratava de uma pessoa

(...) muito inteligente, com larga experiência, habilidade e conhecimento da doutrina de Marx assim como do movimento

¹⁷⁰ MEYER, Victor. Op. Cit. s/p

¹⁷¹ LEAL, Leovegildo P. Op. Cit. p. 108

¹⁷² OLIVEIRA, Joelma Alves. Op. Cit. p. 47

socialista. Escrevia e falava português muito bem. Outrossim era um companheiro muito gentil, afável, delicado e sempre bem-humorado, uma pessoa cativante. Mais velho do que eu quase 15 anos, homem maduro e, pessoalmente, moderado, ele buscava controlar minha tendência para a agressividade. Nunca tivemos atritos, ao longo de nossa militância e trabalho. Entendíamos-nos muito bem. Guardo muito boa lembrança de Erich Sachs, com quem mantive estreita amizade pessoal, com uma convivência quase que diária, até minha ida para o exílio em 1964¹⁷³.

Acerca do afastamento entre os dois fundadores da POLOP, o mesmo depoente afirma que

sempre estimei Erich Sachs, apesar de nos afastarmos, a partir da cisão da POLOP, e creio que ele também a mim estimava tanto que, no depoimento prestado ao DOPS, em 1969, evitou me comprometer, pois eu estava no Brasil, a responder processo na 1ª Auditoria da Marinha, e nos havíamos encontrado, na Livraria Zahar, na rua México (RJ), onde acertamos evitar outros desentendimentos¹⁷⁴.

Eric Sachs foi um personagem enigmático na esquerda brasileira, contudo, não há como negar o papel central que ocupou no marxismo de “oposição” que se desenvolveu neste país a partir do período democrático pós Estado Novo. Nos combates contra a ditadura civil-militar que se apossou do poder em 1964, Sachs se fez presente, sempre dentro de suas concepções. Durante a redemocratização, seguida da formação do PT e da Central Única dos Trabalhadores, o ativista judeu-austriaco também tomou parte, sem dispor, contudo, da mesma influência que dispunha em outras etapas de sua vida. Toda uma geração de ativistas políticos foi de alguma forma influenciada por Eric Sachs, seja por suas propostas, seja pelas organizações nas quais militou, ajudou a fundar, ou dirigiu.

A outra grande liderança a participar da formação da JS, e posteriormente da POLOP, foi Luiz Alberto Dias Lima de Vianna Moniz Bandeira. Natural de Salvador,

¹⁷³ MONIZ BANDEIRA. Luiz Alberto. Op. Cit. p. 15

¹⁷⁴ Idem. p. 6-7

passou a viver no Rio de Janeiro a partir de meados dos Anos 1950, contando então com 19 anos. Como supracitado, em Salvador tentara fundar com alguns companheiros uma Liga Socialista Revolucionária. Ainda em sua fase de militância política na Bahia, aproximou-se de grupos que futuramente iriam aderir ao PSB. Era sobrinho de Edmundo Muniz, um dos pioneiros do trotskismo no Brasil, militante que fora vinculado a IV Internacional, e fizera parte da direção do periódico *Vanguarda Socialista*, ao lado de Mário Pedrosa, do qual era próximo. Assim como Pedrosa, Edmundo Moniz era contrário à caracterização da URSS como um “Estado operário degenerado”, apontando o regime soviético como um “capitalismo de Estado”, posição defendida por diversas correntes de matriz trotskista, tema já visitado nesta pesquisa.

Nessa etapa, o jovem socialista atuou como jornalista nos periódicos *Correio da Manhã* e *Diário de Notícias*. Em 1956 participou da organização da JS do PSB, e manteve contato com outros grupos, como a LSI e a Mocidade Trabalhista de Minas Gerais, atuando em parceria com Eric Sachs. Sobre seus anos iniciais na Guanabara, Moniz Bandeira informa que

Eu tinha então 20 anos de idade, morava ainda com meu tio, o escritor, jornalista e professor Edmundo Moniz, meu mestre e com quem muito aprendi, juntamente com a leitura das obras de Marx e Engels e de todos os seus principais intérpretes, social-democratas e comunistas, inclusive Stalin, desde meus 15 anos de idade. Já havia trabalhado e escrito em jornais de Salvador e, desde 1953, publicava poemas e artigos no *Correio da Manhã*, de propriedade de Paulo Bittencourt, casado com minha prima Niomar Moniz Sodré. Já então havia lançado, em 1956, um livro de poemas - *Verticais*, e estudava na Faculdade de Direito¹⁷⁵.

Moniz Bandeira foi um dos principais responsáveis pela publicação do efêmero periódico *Movimento Socialista*, sendo o diretor dos dois únicos exemplares do informativo da JS. Seus contatos políticos lhe valeram o cargo de assessor do deputado

¹⁷⁵ Graduou-se Bacharel em Ciências Jurídicas pela Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas, FBCJ, em 1960, de acordo com seu *currículo Lattes*. Para informações no corpo do texto: Ibidem, p. 17. Para informações sobre a carreira acadêmica de Moniz Bandeira: <http://goo.gl/YZtMjP>. Acessado em: 30/05/2013, às 17h:44min.

federal pelo PTB Sérgio Magalhães, a partir de 1958/59, cargo que ocupou até 1964, deixando tal ofício em virtude do golpe de Estado. Sobre sua vinculação a um deputado trabalhista, Moniz Bandeira comenta que

A candidatura de Sérgio Magalhães foi inicialmente levantada pelo PSB, após entendimentos que eu e meu tio Edmundo Moniz mantivemos com seu presidente, o jurista João Mangabeira. O objetivo foi induzir o PTB a lançá-la, contra a pretensão dos deputados Eloy Dutra e Rubens Berardo, de ganhar o apoio do PCB, que vacilava, por considerar o nome Sérgio Magalhães "radical demais", como Luiz Carlos Prestes me disse, quando fui, no princípio, negociar com ele o apoio à sua candidatura¹⁷⁶.

O jovem marxista baiano foi também diretor do jornal *Política Operária*, e um dos principais responsáveis pela manutenção financeira deste periódico. No quinto capítulo deste trabalho discutiremos mais a fundo a participação de nosso personagem na POLOP. Nos anos anteriores ao golpe redigiu obras acadêmicas como *O 24 de agosto de Jânio Quadros* (1961), e *O Caminho da Revolução Brasileira* (1962), ambas pela editora Melso. O segundo título, segundo o autor, foi oferecido como programa à POLOP, não sendo, contudo, aprovado em congresso. Moniz Bandeira acompanhou de perto os dramáticos eventos que anteciparam o golpe civil-militar de 1964, vejamos abaixo uma amostra do clima que adensava os ares do país as vésperas do assalto ao poder.

(...) segunda-feira (30/04/1964), recebi, por volta de 8hs da manhã, um telefonema de Carlos Meirelles, presidente do Conselho Nacional de Petróleo, de quem eu era particular amigo e confidente. Avisou-me que mandaria um carro buscar-me, urgentemente, e quando cheguei, ele me contou haver recebido um telefonema do presidente do Sindicato dos Revendedores de Combustível (posto de serviços) de Belo Horizonte, informando que a distribuição de gasolina àqueles postos deixara de ser feita, durante a noite e pela manhã, e, no curso do dia a cidade estaria sem condições de abastecimento. O governador de Minas Gerais, José Magalhães Pinto, da UDN, assumira o controle de todos os estoques existentes no Estado. Não tivemos dúvida de que o golpe de Estado seria deflagrado e Minas Gerais armazenava combustível para a guerra civil. Entrementes, averiguamos que o estoque de gasolina lá existente somente daria para uma semana e lhe sugeri que determinasse a imediata suspensão de qualquer remessa

¹⁷⁶ Nesta etapa, o PSB iniciava sua guinada a esquerda, após o interregno janista, o que levou a legenda a se aproximar de partidos até então rechaçados, como o PTB e o PCB, siglas que, nessa conjuntura, também passavam por mudanças internas de fundo esquerdizante. Para mais informações sobre esta fase: GUSTIN, Miracy B. S. & VIEIRA, Margarida L. M. Op. Cit. pp. 70-71. Para depoimento no corpo do texto: Ibidem, p. 21

para aquele Estado, mesmo sem consultar o ministro das Minas e Energia e o próprio presidente Goulart, que - sempre eu soube - gostava de que o responsável, se fosse urgente e necessário, tomasse a iniciativa que lhe cabia, como seu dever, antes mesmo de lhe falar. E a ordem logo foi dada¹⁷⁷.

No período inicial do regime de exceção, Moniz Bandeira refugiou-se no Uruguai, de onde voltou pouco tempo depois, passando a viver em clandestinidade no Brasil. Como vimos, Eric Sachs terminou preso logo após o 1º de abril, seguido de Ruy Mauro Marini e Arnaldo Mourthé, outras lideranças polopistas¹⁷⁸. Interrogatórios deram aos órgãos de repressão o nome de Moniz Bandeira. Vejamos o depoimento de Moniz Bandeira sobre estes fatos

Nunca briguei propriamente com Erich, pessoalmente. Apenas nos afastamos, em 1966, quando se evidenciou a delação de meu nome nos interrogatórios da Marinha e do Exército, e eu tive a prisão preventiva decretada. Eu, que residia clandestinamente em S. Paulo, e alguns companheiros, como Wilson Silva, Ana Rosa Kucinski et al., e também do Rio e MG entendemos que Rui Mauro e os demais, que se abriram quando presos pela Marinha e Exército, fossem destituídos da direção da POLOP. E Eder Sader e outros não nos atenderam e Erich os apoiou¹⁷⁹.

Para o dirigente da POLOP, as delações dos militantes detidos após o golpe inviabilizava a posição dos mesmos na organização. Esta questão somou-se a um profundo debate autocrítico que passou a ser travado nas hostes da sigla após a tomada

¹⁷⁷ Ibidem, pp. 57-58

¹⁷⁸ Os três dirigentes foram presos nos eventos que ficaram conhecidos como “guerrilha de Copacabana”, tentativa de formação de uma resistência ao golpe, a ser articulada por membros da POLOP e marinheiros apoiadores de João Goulart. Sobre o ocorrido, Ceici Kameyama, membro da POLOP durante o período, comenta que: “alguns militantes nossos foram presos com os marinheiros, na verdade não era uma preparação de guerrilha. Era mais um refúgio, a gente estava guardando o pessoal, para não ser atingido pela repressão. Só que os marinheiros estavam infiltrados por este serviço secreto da marinha e aí caiu um monte e junto foi gente nossa, em (19)64, inclusive o Rui Mauro”. OLIVEIRA. Joelma Alves. Op. Cit. p.117

¹⁷⁹ “A identificação de que Luiz Alberto Dias Lima era o mesmo Luiz Alberto Moniz Bandeira, (...) foi feita por Erico Czaczkes Sachs e Ruy Mauro de Araújo Marini, em Inquéritos Policiais-Militares (IPMs), constantes dos autos da 1ª Auditoria da 1ª Região Militar - GB, em 11 de junho de 1964 (IPM - Depoimento de Erico Czaczkes Sachs - folhas. 368-371) e da 1ª Auditoria de Marinha - GB (IPM nº 8.216/65 - Depoimento de Ruy Mauro de Araújo Marini - Folhas 120-123 - Prestado em 3 de setembro de 1964)”. Para trecho presente no corpo do texto: Entrevista com Luiz Alberto Moniz Bandeira, concedida via email ao autor em: 19/08/2013, acessado as 12h:49min. Para citação em nota: Idem, 14/08/2013, acessado as 15h:27min.

do poder pelos militares¹⁸⁰. Como vimos no depoimento acima, parte do grupo posicionou-se contrário às demandas de Moniz Bandeira, relacionadas às delações dos três dirigentes detidos. Ceici Kameyama, em entrevista a Joelma Alves de Oliveira, toma posição em favor dos três ativistas presos em Copacabana, afirmando que

quando teve a prisão da POLOP com os marinheiros no Rio, ainda em (19)64, na época o Moniz Bandeira estava no exterior, aí eles foram submetidos a torturas e uma das coisas que eles falaram que o dirigente da POLOP era o Moniz Bandeira, porque eles sabiam que ele estava no exterior. Não deveriam falar, foi um erro, mas para evitar que houvesse queda de alguém que estava atuando aqui eles colocaram a culpa no Moniz Bandeira. Moniz foi avisado e o pessoal disse “pô mais isso está errado”, depois que soubemos do fato nós avisamos o Bandeira, o Moniz Bandeira subiu pelas paredes. Quando ele voltou, ele voltou com toda força e começou a chamar o pessoal de policial e coisas assim que não dá para dizer... Tinham se comportando de modo errado, mas tinha a ressalva de que naquela época a POLOP ainda não tinha instruções de como agir perante os interrogadores e perante a tortura, nessa época foi que começou a ser produzido todo o material, utilizando inclusive experiências do movimento internacional e o comportamento em caso de repressão e tortura. Mas o Moniz a partir disso não se conformou, eu não me lembro qual foi a atitude que ele tomou, eu não sei se ele queria a expulsão deles, o fato é que ele começou a dizer que a POLOP tinha uma direção de companheiros policialescos e coisas deste tipo. Inclusive fez carta contra o Eric Sachs a ponto de dizer para os cubanos que ele era um agente do serviço de informação alemão, um verdadeiro absurdo! E depois ele se afastou, se não me engano ele chegou a fazer panfletos denunciando publicamente a POLOP e aí se rompeu relações, ele sai da POLOP (...)¹⁸¹.

Moniz Bandeira afirma que não rompeu definitivamente com Sachs, como vimos acima, e comenta que encontrou com este outras vezes após os eventos em análise. No entanto, é inegável que houve um desgaste entre o socialista baiano e boa parte dos componentes da organização que ajudara a criar. Mas o co-fundador da POLOP

¹⁸⁰ Para mais informações sobre os debates internos envolvendo a POLOP após o golpe de 1964, consultar o capítulo 3 da dissertação de mestrado Joelma Alves de Oliveira. Op. Cit. pp. 111-165; e o item 5 do 4º capítulo do estudo de Leovegildo P. Leal. Op. Cit. pp. 164-184.

¹⁸¹ Sobre as delações, Moniz Bandeira afirma que: “Não guardo mágoa de Erich nem de nenhum outro. Quando Ruy Mauro Marini retornou ao Brasil, convidei-o para lecionar no curso de pós-graduação *latu sensu*, que eu havia implantado e coordenava no Instituto Metodista Bennett, no Rio de Janeiro. Com Arnaldo Mourthé também mantenho muito boas relações e trabalhamos juntos no primeiro governo de Brizola, no Rio de Janeiro”. Para citação no corpo do texto: OLIVEIRA, Joelma Alves. Op. Cit. pp. 155-156. Para citação em nota: Entrevista via email com Luiz Alberto Moniz Bandeira, acessado em: 14/08/2013, as 15h:27min.

permaneceu no Brasil¹⁸², e terminou preso em novembro de 1969, saindo apenas em finais do ano seguinte. Sobre as posteriores perseguições que sofreu por parte do regime militar, nosso personagem afirma que

Ao sair da prisão, em fins de 1970, por ter a sentença de cinco anos anulada, contei para sobreviver com o apoio foi de Ênio de Silveira, proprietário da Editora Civilização Brasileira, meu amigo e editor. Depois, condenado, em 1972, a quatro anos de prisão, vivi clandestinamente em São Paulo, também contando com o apoio de Ênio Silveira e do empresário Gerhard Banaskevitch (Geraldo Banas), proprietário da Editora Banas, em São Paulo, bem como do advogado Aldo Lins e Silva. E, em 1973, estive quase todo o ano preso, até 23 de dezembro, ante-véspera do Natal, há 40 anos passados¹⁸³.

Após deixar a prisão, Moniz Bandeira retomou suas atividades acadêmicas e passou a lecionar na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, obtendo pouco tempo depois o diploma de doutor em Ciência Política pela USP. Após a vitória de Leonel Brizola para o governo do estado do Rio de Janeiro, em 1983, foi nomeado Diretor-Superintendente do Instituto Estadual de Comunicação (INECOM) e da Rádio Roquette Pinto. Em 1987, assumiu a cadeira de professor titular de História da Política Externa do Brasil, pela Universidade Nacional de Brasília. Consolidou-se como um dos mais ativos intelectuais do país, com vasta produção acadêmica. Também é reconhecido como poeta, tendo vários livros publicados. Embora tenha redigido obras de forte cunho político, e tenha ocupado cargos públicos, após sua saída da prisão, em 1973, não retomou à ativa militância revolucionária que marcou seus anos de juventude.

2.4 A revista Movimento Socialista

Não obtivemos acesso ao conteúdo completo dos dois únicos exemplares da revista *Movimento Socialista*, como supra-refervido, tais documentos se encontram presentes no CEDEM da UNESP, em formato digital. Todavia, o conteúdo por nós

¹⁸² “Após 1966, não me vinculei a nenhum dos grupos dissidentes, mas sempre dei apoio a todos os companheiros, porque, com a revogação de minha prisão preventiva pela Marinha, em 1967, tive condições, ao voltar para o Rio de Janeiro, onde assumi semi-clandestinamente a direção de edição da Editora Laemmert, comprada por meu amigo Antônio Sousa Sobrinho, proprietário da Editora Melso, que publicara meus primeiros livros de ensaio (...)”. Idem. Acessado em: 27/08/2013, às 14h:43min.

¹⁸³ Idem, *ibidem*

analisado permite uma leitura satisfatória acerca dos preceitos teóricos a nortear o grupo em torno da JS do PSB. A direção do periódico coube a Moniz Bandeira, que se apresentava como Luiz Alberto Dias Lima. A redação da revista teve como sede uma sala, de número 922, localizada na Avenida 13 de Maio, centro do Rio de Janeiro, “cedida pelos anarquistas”¹⁸⁴. O primeiro exemplar veio a público em 1º de julho de 1959, e o segundo em 1º de dezembro do mesmo ano. O representante da revista em São Paulo era Paulo Singer, como indicado na contracapa da mesma.

O primeiro número de *Movimento Socialista* tem como escrito inicial um breve texto apresentando as “razões e a missão” da revista. Entre diversos artigos, assinados por pseudônimos, discute-se a conjuntura política nacional e internacional. Há também uma seção dedicada a “notas e comentários”, e outra a indicações de livros e revistas, alinhados as ideias e propostas do grupo em torno do informativo. A edição se encerra com artigos de Rosa Luxemburgo (“Estancamentos e Progressos da Doutrina”), e de Isaac Deutscher (“A Tragédia do Comunismo Polonês entre as Duas Guerras”). A segunda edição segue a mesma linha da primeira, desta vez se encerrando com artigos de August Talheimer (“Marxismo e Existencialismo”), e de Manuel Agustin Aguirre (“A América Latina e a Luta Pelo Socialismo”), militante político e teórico marxista equatoriano, professor da Faculdade de Ciências Econômicas de Quito.

Dos textos a nossa disposição, selecionamos para análise os textos: “As Razões e a Missão do Movimento Socialista”, escrito em que o grupo delimita sua área e sua linha de atuação dentro do campo marxista; e “Luiz Carlos Prestes e Seus Aliados”, assinado por Eurico Mendes (pseudônimo de Sachs), artigo que marca o distanciamento político e teórico do grupo em relação ao PCB. Em seguida, discutiremos o editorial do segundo exemplar da revista: “Tendências Estadonovistas na Política Nacional”, texto que aponta a fragilidade da democracia, no período em discussão, indicando continuidades em relação ao ciclo autoritário que perdurou de 1937 a 1945, e antecipando futuras inflexões antidemocráticas, promovidas pelas forças conservadoras e reacionárias muito atuantes no cenário político brasileiro da época.

¹⁸⁴ Este mesmo endereço servirá como redação para o futuro *Política Operária*. LEAL, Leovegildo Pereira. Op. Cit. p. 87

A guisa de editorial, o texto “As Razões e a Missão do Movimento Socialista” explicita os objetivos da revista, que tinha por meta o “cumprimento de uma tarefa inadiável e intransferível: a de divulgar, debater e propagar a doutrina e os princípios do materialismo histórico e do socialismo científico”¹⁸⁵. Mas o periódico se definia como uma tribuna de debates, em sentido marxista, sem estar filiado a nenhuma organização ou partido político. “Como órgão de publicidade, *Movimento Socialista* não se liga e não responde pela orientação de qualquer organização ou grupo existente no Brasil. E muito menos se vincula a grupos, partidos ou correntes existentes no estrangeiro. Existimos para debater e propagar ideias e não como porta-vozes de ninguém, pessoa ou organização”¹⁸⁶.

Sintonizado a sua época, o editorial mostra que o grupo por trás da revista se mostra consciente ante o profundo processo de transformação pelo qual passava a sociedade brasileira da época. O tipo de desenvolvimento proposto pelo modelo desenvolvimentista atingira seus limites, e o compromisso de classes estabelecido também chegara a seus estertores. O campo socialista-marxista passava por um processo de reformulação, e nem o histórico PCB podia passar ao largo disso. O mesmo se repetia em âmbito internacional, em um meio que ainda se recuperava da hecatombe provocada pelo relatório Khrutchev de 1956. O panorama era de radicalismo crescente e de redefinição de rumos, e *Movimento Socialista* buscava interagir em tal processo, sempre procurando se vincular a classe operária, que seria o principal agente das mudanças, em sentido marxista, defendidas pela corrente em torno da revista.

Estamos profundamente convencidos de que a classe operária, para não fracassar na luta por seus objetivos específicos, para não ser arrastada a reboque como simples massa de manobra e não servir de pedestal para triunfos e êxitos da burguesia, para não se perder na mesquinhez e na estreiteza de uns pobres e limitados objetivos imediatistas e não ser obrigada a contentar-se com as migalhas e concessões do poderio crescente da burguesia nacional – enfim para que a classe operária brasileira possa desempenhar o papel que lhe cabe, tanto nacional quanto internacionalmente, ela não pode continuar privada de sua própria ideologia de classe: o marxismo¹⁸⁷.

¹⁸⁵ “As Razões e a Missão do Movimento Socialista”. In: Revista *Movimento Socialista*, edição Nº 1, 1º de julho de 1959. p. 1

¹⁸⁶ Idem, p. 3.

¹⁸⁷ Idem, p. 1.

O que a corrente em torno de *Movimento Socialista* buscava era conscientizar a classe operária, até então vista como “massa de manobra”, presa a “limitados objetivos imediatistas”, contida em suas ações pelo cupulismo e pelo reformismo a emanar do complexo comunismo-prestismo/trabalhismo. O antídoto para tal estado de coisas seria o resgate da “ideologia de classe” do proletariado, ou seja, o “marxismo”.

Em linhas gerais, as propostas do periódico socialista eram muito semelhantes as da LSI expressas em seu jornal *Ação Socialista*, que também buscava se contrapor ao bloco trabalhista-pecebista, congregando forças alternativas ao grupo hegemônico na esquerda brasileira de antanho. O campo marxista/socialista se expandia em novas correntes e tendências, e a ideia de formação de frentes perpassava boa parte dos novos agrupamentos, desejosos em unir forças em combate a seus adversários, sobretudo os situados à esquerda. *Movimento Socialista* seguia essa toada, embora não se veja convocações explícitas para a formação de *frentes* em suas páginas. Senão vejamos as seguintes linhas do editorial em análise:

Como é do conhecimento público, verifica-se em toda parte um processo de ruptura, de diferenciação, de dispersão e reagrupamento, de dissolução e instabilidade orgânica, de reaglutinação e busca de novas soluções associativas que identifiquem a profunda crise que atinge a tudo e a todos que ainda pretendam manter-se ao abrigo da bandeira do marxismo. Fazemos parte deste processo e pretendemos atuar nele, influir positivamente no seu desfecho¹⁸⁸.

Mas a revista *Movimento Socialista* procurava atuar no processo em discussão como força teórica, atirando-se ao embate de ideias, resgatando o marxismo as vulgarizações e simplificações em voga até então.

O informativo surgiu a partir de duas correntes, a JS, e um agrupamento organizado em torno da liderança de Agildo Barata¹⁸⁹. Logo se iniciou um debate programático em torno das “concepções” a nortearem o novo veículo de informação de

¹⁸⁸ “As Razões e a Missão do Movimento Socialista”. Op. Cit. pp. 1-2

¹⁸⁹ O XX Congresso do PCUS, de 1956, e as revelações dos crimes de Stalin, tiveram forte repercussão no interior do PCB, levando à dissidência do grupo de Agildo Barata. Em maio de 1957, liderados por Barata, um punhado de intelectuais, que se intitulava “Grupo Renovador”, rompeu com o PCB e formou a Corrente Renovadora do Marxismo Brasileiro, propondo a substituição do partido por uma frente que unissem nacionalistas, socialistas e comunistas dissidentes na luta por um socialismo de viés democrático. Em setembro do mesmo ano, a corrente fundou a revista *Novos Tempos*, da qual participaram diversos militantes vinculados a JS, dentre estes, Moniz Bandeira e Eric Sachs. Entrevista com Luiz Alberto Moniz Bandeira, concedida via email ao autor em: 19/08/2013, às 12h:49min.

caráter marxista. A querela foi sintetizada, nas linhas do editorial, em tornos de duas palavras, *estreiteza* e *amplitude*. Por estreiteza, entendia-se que a revista deveria se limitar ao campo marxista, embora aberta a correntes diversas dessa mesma constelação teórica. Por amplitude, defendia-se um veículo de informação aberto, não restrito ao marxismo, abrindo espaço para linhas teóricas variadas. A primeira posição foi encampada pelos militantes da JS, a segunda, pelo grupo oriundo da cisão do PCB. Os socialistas venceram o debate, e conservaram o caráter marxista do informativo.

Mas o editorial procurou se desvencilhar da pecha de *estreito*, deixando claro que também incorporava o conceito de *amplitude*, mas sempre dentro do campo do socialismo científico. Nas linhas do texto em discussão, verifica-se um esforço no sentido de se evitar qualquer forma de dogmatismo, sustentando um viés pluralista, salientando o caráter de tribuna de ideias da revista. Não obstante, a delimitação da área de atuação é definida, e em sentido marxista. Tal posição afastava o grupo do socialismo de matiz moderado do PSB. No excerto abaixo, conferimos esse distanciamento que antecipava uma inevitável cisão, ou afastamento, em relação a legenda que servia de “cobertura” a JS.

Nossa crítica é uma crítica de esquerda, do ângulo marxista, do ponto de vista dos interesses permanentes da classe operária. Assim, fique bem claro que nossa denúncia de reboquismo, a adesão às oposições burguesas em que se esmeram certos “comunistas” jamais será feia para desmoralizar e negar os direitos de existência do comunismo. Combatemos sem tréguas o que nos parece errado e funesto no que dizem e fazem (e cada um é o que faz, é medido pelas suas ações) e não pelo que dizem que são e pretendem ser. Nossa crítica à burocracia soviética, que já se revelou tão cruel e homicida, é dirigida por ser burocracia e não porque seja soviética¹⁹⁰.

O segundo artigo que nos propomos a analisar é “Luiz Carlos Prestes e Seus Aliados”, assinado por Eurico Mendes, pseudônimo de Eric Sachs. O artigo executa uma aguda crítica à política de alianças, em caráter de *frente*, proposta pelo PCB pós “Declaração de Março” de 1958. No capítulo anterior vimos que o periódico *Ação Socialista* dedicou, em boa parte de suas edições, espaço para ácidas críticas aos rumos tomados pelo PCB. *Movimento Socialista* seguiu no mesmo diapasão, fazendo coro com

¹⁹⁰ “As Razões e a Missão do Movimento Socialista”. Op. Cit. p. 4

as correntes que buscavam se consolidar enquanto força de oposição ao comunismo-prestismo.

O artigo de Eurico Mendes tem como foco o documento "Declaração Sobre a Política do Partido Comunista do Brasil", publicada no jornal *Voz Operária*, de 22 de março de 1958. O texto chama a atenção para o fato de que, em se “olhando as coisas mais de perto, a “nova linha” não é tão inédita como seus autores pretendem fazer crer. Revivendo os primeiros anos de pós-guerra, lembramo-nos de um Prestes que pregava a “União Nacional”, a aliança do proletariado com a “burguesia progressista” (...)”¹⁹¹. O autor executa um breve histórico das políticas de aliança propostas pelos comunistas desde o pós-Estado Novo. Sobre as atividades do PCB em sua fase institucional, entre 1945 e 1947, e sua proposta de “União Nacional”, o artigo aponta que os

efeitos dessa política não se fizeram esperar. Foi a crescente decepção e desilusão de largas massas de trabalhadores na cidade e mesmo no campo (o Partido impedia a formação de chapas independentes de trabalhadores rurais e de camponeses pobres e fazia “frentes” com latifundiários). Foi a deterioração do movimento proletário propriamente dito, que caía na passividade ou voltava para o trabalhismo (o Ministério do Trabalho tinha algo de material a oferecer). Finalmente resultou no isolamento do Partido Comunista da classe operária, tornando-se uma seita de composição pequeno-burguesa, cujo campo de ação mais importante estava nos setores pequeno-burgueses¹⁹².

O isolamento referido acima, somado a proscrição da legenda em 1947, levou os comunistas ao radicalismo do “Manifesto de Agosto” de 1950, distanciando o partido ainda mais de suas bases. De volta ao cenário político nacional, na segunda metade da década de 1950, segundo o autor, os comunistas-prestistas retornam ao “ponto de partida”, reeditando a “frente pelego-comunista, pretendendo vender mais uma vez a classe operária em troca de uma “aliança” – desta vez com a burguesia nacionalista”¹⁹³.

¹⁹¹ MENDES, Eurico. “Luiz Carlos Prestes e Seus Aliados”. In: Revista *Movimento Socialista*, edição N^o 1, 1^o de julho de 1959. p. 24

¹⁹² Idem, p. 25

¹⁹³ Idem, p. 26

A JS reunia em suas fileiras uma gama de ativistas em franca oposição ao PCB, o fato de boa parte destes militantes fazer parte, ou gravitar, na órbita do trotskismo, era um adicional a mais na cadeia de ressentimentos. Vale observar que a acidez das palavras de um Eurico Mendes, ou de um Sacchetta, davam-se na mesma medida nas réplicas e tréplicas partidas de seus rivais comunistas-prestistas. Neste sentido, é válido verificar a posição dos pecebistas.

A “Declaração de Março”, a parte seu viés conciliador e policlassista, estava ciente do perigo de se atrelar a classe operária aos interesses da burguesia, incidindo no “reboquismo” apontado por Mendes em seu artigo. Um alerta quanto a este risco esteve presente nas linhas do documento oficial pecebista.

O proletariado tem interesse no desenvolvimento antiimperialista e democrático consequente. A fim de assegurá-lo, ao mesmo tempo que luta pela causa comum de todas as classes e camadas que se opõem a exploração imperialista norte-americana, o proletariado defende os seus interesses específicos e os das vastas massas trabalhadoras e bate-se por amplas liberdades democráticas, que facilitem a ação independente das massas. O proletariado deve salvaguardar, por isso, a sua independência ideológica, política e organizativa dentro da frente única¹⁹⁴.

Mas o alerta acima não atenuou a crítica dos que se opunham a política pecebista, e Eurico Mendes estava entre estes. Mais uma vez recorrendo à história, desta vez a do movimento comunista internacional, o socialista cita Lênin e sua postura nos debates com a Social Democracia russa. Numa conjuntura em que também se discutia a formação de frentes, e a natureza das mesmas, o líder russo, a sua maneira contundente, defendia a independência do proletariado ante tais coalizões.

Ao assinalarem a solidariedade de tais ou quais grupos oposicionistas com os operários, os social-democratas porão sempre os operários à parte, explicando sempre o caráter temporário e condicional dessa solidariedade, acentuarão sempre a independência de classe do proletariado, que se pode erguer amanhã contra seus aliados de hoje. Dir-nos-ão: isto enfraquecerá todos os que lutam pela liberdade política no momento atual. E nós responderemos: isto fortalecerá todos que lutam pela liberdade política. Só são fortes os lutadores que se apóiam em interesses reais claramente compreendidos de determinadas classes e todo fator que obscurece esses interesses de classe, os quais já desempenham papel predominante na sociedade

¹⁹⁴ “Declaração Sobre a Política do PCB (Março de 1958)”. In: CARONE Edgard. *O PCB (1943-1964)*. Volume II. São Paulo: Difel, 1982. p. 187

moderna, servirá apenas para enfraquecer os lutadores¹⁹⁵.

O que Eurico Mendes buscava ao citar o excerto acima era comparar a postura inflexível de Lênin, diante de seus adversários, mesmo em situação de aproximação tática, algo que o socialista não enxergava em Prestes e seu programa. Traçando um breve histórico sobre a atuação do dirigente pecebista, Mendes conclui que o mesmo nunca

agiu como marxista no cenário nacional, nem em 1930, quando se refugiou num abstencionismo sectário, nem em 1935, como promotor de uma "quartelada" pequeno-burguesa, nem em 1945, quando, com sua "União Nacional", se opôs frontalmente às aspirações do proletariado brasileiro. Esperávamos em vão que tivesse utilizado os dez anos de inatividade forçada para aproximar-se da realidade brasileira de um ponto de vista marxista. Mas não só não produziu nenhum trabalho que permita supor a sua preocupação com o assunto, como também surgiu, na prática, com uma plataforma quase idêntica à que o levou à débâcle. Com uma ligeira diferença, talvez: em 1945, ainda falava da revolução agrária (em teoria) e hoje estende as mãos aos latifundiários nacionalistas e entrega a bandeira da reforma agrária a Dom Helder. Provavelmente chegou à conclusão de que tenha sido esse o sectarismo e essa parece ser a única experiência que tirou de uma década de história nacional¹⁹⁶.

Após a crítica aguda a Prestes, seu partido e sua política de coalizões, o artigo discorre sobre “como devemos colocar o problema das alianças à base da realidade da luta de classes no Brasil de hoje?”. Traçando um breve panorama sobre o Brasil do período, Mendes aponta quatro “características fundamentais” que devem ser levadas em conta ao se discutir “a questão das alianças” políticas dentro da ótica marxista revolucionária.

O primeiro ponto faz menção a uma burguesia que “chegou tarde ao cenário nacional e internacional”, uma classe que teria seu desenvolvimento “freado pelo imperialismo”. Não obstante, essa mesma burguesia se deparava com uma classe operária em crescimento, e com potencial de luta. Em segundo lugar, embora o capital

¹⁹⁵ LENIN, Wladimir. "As tarefas da Social-Democracia Russa". Apud: MENDES. Eurico. Op. Cit. p. 28

¹⁹⁶ Apesar da extrema agressividade com que se refere a Prestes, o autor do trecho supracitado afirma que não “pretendemos, no entanto, pôr em dúvida a integridade pessoal de Luiz Carlos Prestes. Sabemos que se considera "marxista-leninista", honestamente e de consciência limpa. Desconfiamos, entretanto, que cometa um equívoco — ou um "erro" como se diz em linguagem partidária (ao lado dos erros do camarada Stalin e do Sr. Plínio Salgado). Confunde ele marxismo e leninismo com uma estratégia de mero apoio à política externa da União Soviética”. Para ambos os excertos, no corpo do texto e em nota: MENDES. Eurico. Op. Cit. p. 29.

industrial estivesse em fase de superação em relação ao agrícola, “são as exportações de produtos agrários que financiam a industrialização do país”. Este ponto determinava uma “comunidade de interesses” entre os dois setores da economia brasileira, apesar de ambos os lados sustentarem rivalidades pontuais. Como terceiro ponto, indica-se que a burguesia brasileira “não tem mais disposições para soluções revolucionárias”, e por isso instrumentalizava o desenvolvimentismo em voga na época, em suas diversas ramificações. Tal ideia força servia como um elemento atenuante em relação à luta de classes. “O que essas teorias de desenvolvimento todas têm em comum, até as mais nacionalistas, é que, de um modo ou de outro, pressupõem uma colaboração do capital estrangeiro, isto é, do imperialismo, que deve ajudar a solucionar os problemas nacionais. O que varia nos diversos tons do "desenvolvimento" são as condições dessa "colaboração"”¹⁹⁷. Essa concepção é apresentada como “nada dialética”, e como algo que “elimina de antemão as possibilidades de emancipação do país mediante o desenvolvimento burguês e limita o papel da burguesia nacional a luta anti-imperialista”¹⁹⁸. O último ponto conclui que o nosso “proletariado está sob o domínio direto de partidos burgueses, trabalhistas e populistas, representando a sua reserva eleitoral. De todos os fenômenos de atraso, dos quais sofre o país, este pesa mais na política nacional. A tarefa da transformação do proletariado brasileiro de "classe em si" em "classe para si" ainda representa o problema cardeal para o movimento marxista”¹⁹⁹.

Os fatores acima elencados devem ser levados em conta ao se propor uma política de alianças policlassista. A principal meta dos movimentos que se encontravam “organicamente” ligados à classe operária era evitar que esta classe social servisse como “massa de manobra” na formação de frentes que se propunham a lutar pelo desenvolvimento do país. Fugir a qualquer tipo de “reboquismo”, seja com relação à burguesia, seja com relação a partidos políticos. E o caminho para isso passava pela construção da “independência ideológica e orgânica da classe operária”. Eurico Mendes aponta como meta o patamar em que se atingisse o “terreno das relações de classe para classe e isso dependerá: a) do grande amadurecimento do proletariado, que é uma

¹⁹⁷ Idem, p. 30

¹⁹⁸ Idem, ibidem

¹⁹⁹ Idem, p. 31

garantia contra simples adesões a posições burguesas e b) da situação objetiva dessas classes "aliadas"”²⁰⁰.

Em seguida, o artigo demonstra quais seriam os aliados mais próximos, e por isso, mais qualificados para marchar ao lado da classe operária. O primeiro destes seria o “trabalhador agrícola”, Mendes faz menção a um “despertar no campo”, e associa este despertar ao advento das Ligas Camponesas. Em seguida orienta que desde “já devemos levantar o problema da extensão da legislação trabalhista ao campo (...)”²⁰¹. O outro segmento a se conquistar seriam os setores mais a esquerda da pequena-burguesia, uma minoria deste substrato social se ligaria “diretamente ao movimento operário. No seu meio encontramos também o berço do nacionalismo militante, capaz de ser desenvolvido em antiimperialismo mais consequente”²⁰². O texto não faz menção, mas certamente tais setores poderiam ser encontrados nos meios militares, especialmente entre os de baixa e média patente. E coalizões com a burguesia? Vejamos como Mendes aborda esta delicada questão.

Se o proletariado, em princípio, ainda pode firmar certos compromissos com facções pequeno-burguesas radicais, em torno de objetivos concretos, qualquer "frente" ou aliança formal com a nossa burguesia se torna utópica. Em primeiro lugar não pode haver aliança quando um dos "aliados", o proletariado, está sendo dominado politicamente pelo outro, a burguesia. O sentido da luta é justamente o inverso, é pela emancipação da classe operária da tutela e da máquina ministerial da burguesia. Esta é hoje a dona do Estado e tem uma profunda e justificada desconfiança de movimentos populares em geral. Seria ingênuo querer supor que possa ou queira respeitar a independência da classe que representa o seu antagonista mais perigoso na sociedade capitalista. Sinal é que, quando cansada de exercer uma ditadura indireta, por intermédio do Estado Novo, desmantelou a "polaca", conservou e continua a defender com unhas e dentes aquela parte da Carta fascista, que lhe permite controlar e estrangular o movimento operário: o controle do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos²⁰³.

Isto posto, seria inviável formar uma frente em que a burguesia estivesse associada? Mais uma vez Eurico Mendes recorre a exemplos históricos, desta vez faz menção ao contexto russo de 1905, em que bolcheviques e mencheviques discutiam qual deveria ser o papel do operariado durante a Revolução. O cerne do debate era se a classe operária deveria ceder à hegemonia a burguesia russa em sua luta contra o czarismo. Evidentemente os bolcheviques advogavam pela independência e pelo

²⁰⁰ Idem, p. 32

²⁰¹ Idem, ibidem

²⁰² Idem, ibidem

²⁰³ Idem, pp. 32-33

protagonismo do proletariado. Rosa Luxemburgo, que também sempre se valeu da História em seus apontamentos, retorna a Alemanha de 1848, outro contexto revolucionário, e parafraseando Marx, em apoio a Lênin, comenta como se deu a articulação entre o operariado e a burguesia no tempo da “Primavera dos Povos”. Os mencheviques indicavam que Marx advogara por uma frente comum entre trabalhadores e patrões, em 1848. Vejamos o argumento de Rosa Luxemburgo.

Sem dúvida... — disse Rosa — que Marx apoiou a luta da burguesia com todos os meios. Mas em que constituiu esse apoio? Em que denunciava, do princípio até o fim, todas as posições dúbias e inconseqüentes, toda a fraqueza e pusilanimidade da burguesia; em que sustentava e defendia, sem a menor hesitação todas as ações de classe do proletariado... A política de Marx consistia em empurrar a burguesia até o último limite da situação revolucionária. Sim, Marx apoiava a burguesia, mas ele a apoiava com o chicote e com pontapés²⁰⁴.

É evidente que o contexto brasileiro de finais dos Anos 1950 era substancialmente diferente do cenário alemão de meados do Século XIX, ou do russo de 1905. O nosso desenvolvimento desigual e combinado nos aproximava mais do ambiente russo, do que o da pátria da Karl Marx. Nossa burguesia, como se convencionou dizer, era “débil”, e a classe operária aqui estabelecida ainda adquiria experiência de luta, recém saída de uma ditadura protofascista, mas ainda submetida a uma legislação trabalhista de fundo corporativista. Eurico Mendes (Sachs) defendia suas posições de modo tenaz, muitas vezes agressivo. A crítica frontal e aberta de Mendes a Prestes e seu partido antecipava debates que se intensificariam em anos posteriores.

O editorial do segundo número de *Movimento Socialista*, “Tendências Etadonovistas na Política Nacional”, chamava a atenção para a fragilidade da democracia brasileira de então, assediada por resquícios autoritários, não suprimidos na Carta de 1946. Na conjuntura em que o texto foi redigido, segundo seus redatores, adquiriam relevo “tendências autoritárias, antidemocráticas e liberticidas que vinham sendo geradas no bojo do processo de desenvolvimento industrial e do processo correlato de crescimento do poder político da burguesia”²⁰⁵. A partir da segunda metade da década de 1950, o modelo de desenvolvimento associado ao grande capital

²⁰⁴ Idem, p. 33

²⁰⁵ “Tendências Etadonovistas na Política Nacional” In: Revista *Movimento Socialista*, edição Nº2, 1º de dezembro de 1959. p. 1

internacional deu novo fôlego à burguesia brasileira, conferindo prevalência desta classe em relação aos setores agropecuários. Uma nova composição de forças passou a se delinear, congregando as elites dirigentes, agora dispostas a unir esforços no sentido de barrar o crescimento do movimento operário organizado.

O arranjo político desenvolvido durante o Estado Novo encontrava seus limites em uma burguesia disposta a pôr um freio às “concessões sociais” feitas a classe trabalhadora. Os setores latifundiários se encontravam em alerta perante o aumento das mobilizações no campo, insufladas por Ligas Camponesas que se alastravam pelo país. A chamada Guerra Fria iniciava uma nova fase, com um perigoso deslocamento das lutas sociais para as regiões periféricas do sistema político mundial. Nessa torrente, assistia-se a emergência de um movimento operário em ascensão, que se mostrava cada vez mais insubmisso perante os limites de um arranjo institucional que lhe fora imposto pelas elites dirigentes do país. Estas mesmas elites buscavam sustentar suas posições com base em heranças e continuidades autoritárias, presentes não apenas na sociedade brasileira, mas em dispositivos garantidos pela Constituição de 1946.

Ao longo das vicissitudes do movimento operário nesses quase 15 anos já transcorridos, o fundo do quadro permanecia o mesmo: está de pé o decreto-lei antigreve 9.070 em defesa do qual as mais altas instâncias judiciárias firmaram o tabu da jurisprudência de classe; todo o aparelho intervencionista, opressivo e ditatorial, estadonovista, do cerrado controle do Ministério do Trabalho e a legislação social elaborada durante o período de ditadura aberta foram mantidos e aperfeiçoados. Agora, quando nem a burguesia industrial e nem o proletariado são mais os mesmos de 1946, a situação sofre um novo agravamento e o choque de interesses de classe torna-se mais agudo²⁰⁶.

²⁰⁶ Com relação ao decreto 9.070, no “contexto da redemocratização de 1945, marcado no plano internacional pela vitória contra o Eixo, o Brasil tornar-se-ia signatário do acordo internacional na Conferência de Chapultepec (Cidade do México, abril de 1945), promovido pelas Nações Aliadas que se comprometeram a reconhecer a greve e a organização sindical independente como um direito democrático. (...). Todavia, dois importantes entraves institucionais ao exercício deste direito seriam erigidos. Em primeiro lugar, no texto constitucional em seu art. 158, assinala-se que seu exercício seria regulado por lei complementar (“É reconhecido o direito de greve, cujo exercício a lei regulará”), algo que nunca ocorreria ao longo daquele regime. Em segundo, em março daquele ano, antes da sanção da nova Carta (setembro de 1946), o governo Dutra baixaria o decreto 9.070, que criava todas as restrições imagináveis para a realização de uma greve. De acordo com o decreto, a atividade grevista estaria vetada aos “serviços essenciais”, cuja definição abrangia tantas atividades econômicas que à época ironizava-se que a greve só seria permitida aos “funcionários das perfumarias”. (...) Deste modo, embora a legislação vigente criasse obstáculos ao exercício do direito de greve, mais uma vez os trabalhadores não deixaram de recorrer a este recurso (exceto no período na segunda metade do governo Dutra), tornando a própria revogação do Decreto 9.070 e da regulamentação do direito de greve uma reivindicação permanente. Na

Tal panorama de agudização das lutas de classe se dava em meio à campanha sucessória para as eleições presidenciais de 1960, e *Movimento Socialista* chamava a atenção para o descompromisso dos postulantes a presidência da república para com “os direitos e reivindicações dos trabalhadores. Tudo está sendo disposto para que a campanha política da sucessão presidencial se faça sem a presença influente desses incômodos temas operários”²⁰⁷. O editorial indica que havia poucas diferenças entre os dois principais candidatos ao pleito a ser realizado no ano seguinte. Tanto o Marechal Enrique Teixeira Lott, quanto Jânio Quadros, representavam interesses que se contrapunham aos da classe trabalhadora, estando ambos os concorrentes vinculados de modo estreito a burguesia e aos setores mais conservadores e reacionários da política nacional.

A burguesia tem motivos ponderáveis para dar as candidaturas uma característica: a da autoridade, da força, da ordem, da dura lex sed lex. O candidato militar apresenta-se logo, de início, como a encarnação desses princípios; seu oponente, usando da demagogia combinada com um messianismo individualista, como “homem providencial”, acima dos partidos, é combatido justamente como um candidato a ditador capaz de governar por meio de bilhetinhos autoritários. As diferenças de estilo não chegam para esconder a identidade de métodos e de conteúdo político das candidaturas preferidas até agora. Isto exprime uma tendência e não uma coincidência²⁰⁸.

As ponderações sobre o pleito de 1960, ao menos na segunda e última edição de *Movimento Socialista*, não chegam ao radicalismo atingido pelo *Ação Socialista*²⁰⁹, com relação as mesmas eleições. Não obstante, ambos os periódicos são enfáticos em apontar os dois principais candidatos ao cargo de presidente do Brasil como representantes dos interesses das elites dirigentes do país. O editorial, demonstrando uma arguta visão acerca da conjuntura político-institucional pela qual passava a sociedade do período, inferia que a “estrutura partidária” vigente se encontrava

prática, o que ocorreu foi que os trabalhadores em suas lutas “desconheceram” essas restrições, forçando os limites daquele regime, e levando a que em diversos episódios a própria Justiça do Trabalho reconhecesse a legalidade da greve (...). Para citação em nota: MELLO, Demian Bezerra de. “O direito de greve no Brasil: uma longa luta”. Disponível no Blog *Convergência*, no endereço eletrônico: <http://goo.gl/xCUOn>. Acessado em: 11/09/2015, às 18h:31min. Para citação no corpo do texto: “Tendências Estadonovistas na Política Nacional” Op. Cit. p. 2

²⁰⁷ Idem, p. 3

²⁰⁸ Idem, pp. 3-4

²⁰⁹ A LSI, por meio de seu jornal *Ação Socialista*, em relação às eleições presidenciais de 1960, advogou pelo “voto em branco como afirmação anti-capitalista”. Ver páginas 45-47 do primeiro capítulo.

“superada”. Com base nestas considerações, alertava para a emergência de “uma corrente que chega mesmo a preconizar medidas extra-constitucionais, golpistas, para cancelar preventivamente as eleições”²¹⁰. Tais correntes, dentre outras forças, foram responsáveis pelo assalto ao poder em 1964, como é bem sabido. A revista *Movimento Socialista*, com uma lucidez e um enfoque conjuntural não visto em outras publicações do mesmo jaez, antecipava uma fase que será observada de perto pelo *Política Operária*.

²¹⁰ Desde 1954, grupos alinhados a extrema-direita nacional advogavam por soluções de força, de modo a bloquear o avanço de movimentos sociais que despontavam no cenário político do país. Alinhados a essas correntes, estavam o Clube da Lanterna, organizado por Carlos Lacerda ainda durante a gestão de Getúlio Vargas (1950-1954), a Cruzada Brasileira Anticomunista, ligada ao Almirante Penna Botto, e grupos articulados na Aeronáutica, em torno das lideranças de oficiais como o tenente-coronel João Paulo Moreira Burnier, que ganharia destaque durante o ciclo autoritário inaugurado em 1964. Tais grupos se alinhavam as diretrizes a emanar da campanha macarthista (cujo expoente era o senador estadunidense Douglas Maccarthur), fase expansiva do anticomunismo projetado a partir dos EUA. Para mais informações sobre tais grupos, consultar: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002. Para citação no corpo do texto: Idem, p.4

A Mocidade Trabalhista do PTB

*Falar a mocidade é dirigir-se ao coração palpitante do Brasil.
Ao longo de toda nossa história, a mocidade brasileira esteve sempre
na vanguarda de todos os movimentos cívicos
que empolgaram a alma da nacionalidade.
(Leonel Brizola)*

3. A Mocidade Trabalhista do PTB

O presente capítulo tem por objetivo discutir a formação e posterior adesão a POLOP por parte da Mocidade Trabalhista do PTB. Como já salientado, tal organização foi um dos três pilares que deram origem ao grupo por nós pesquisado neste trabalho, sendo os outros dois a Liga Socialista Independente e a Juventude Socialista do PSB. Assim como verificado no capítulo anterior, com relação à JS do PSB, iniciaremos nossa análise a partir da legenda que deu origem a MT, o Partido Trabalhista Brasileiro.

Há toda uma série de estudos relacionados ao PTB e ao trabalhismo no Brasil, tomaremos como referência as obras: *A Invenção do Trabalhismo*, de Ângela de Castro Gomes, “Getulismo e Trabalhismo: tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro”, da mesma autora, em parceria com Maria Celina Soares D’Araújo. Outras pesquisas por nós utilizadas serão: *Sindicatos, Carisma e Poder (o PTB de 1945 a 1965)*, também por Maria Celina D’Araújo; *O PTB e o Trabalhismo (Partido e Sindicato em São Paulo, 1954-1964)*, de Maria Victória Benevides. Em nossa análise sobre o trabalhismo brasileiro, privilegiaremos a corrente identificada com o brizolismo, ou seja, vinculada a liderança de Leonel Brizola, que foi o primeiro presidente da Ala Moça do PTB, fundada já em 1945. Acerca desta corrente, tomaremos como apoio o estudo *Brizolismo. Estetização da política e carisma*, de João Trajano Sento-Sé, e *Brizola e o trabalhismo*, de Luiz Alberto Moniz Bandeira²¹¹. Neste capítulo também usaremos como fonte “Farrapos de Memória. Notas sobre a POLOP”, texto a nós fornecido por Luís Alberto Moniz Bandeira, já referido nos capítulos anteriores.

²¹¹ Demais estudos utilizados serão adicionados à bibliografia final do presente trabalho.

3.1 O PTB e o Trabalhismo

Como dito acima, há toda uma gama de estudos e reflexões acerca do Partido Trabalhista Brasileiro e a corrente política identificada como *trabalhismo*. Não é nosso objetivo traçar uma cronologia política do PTB, apreciar seu desempenho eleitoral dentro do recorte histórico que nos toca (1945-1964), tampouco analisar sua atuação nas esferas de poder sob seu controle, seja nos âmbitos legislativo ou executivo. Nosso objetivo é identificar a posição do PTB dentro do panorama político por nós discutido, analisar os diversos matizes da constelação trabalhista brasileira, com foco no brizolismo, e como esta linha doutrinária influenciou na formação da Mocidade Trabalhista, nosso objeto de estudo.

O PTB surge no cenário político nacional durante a torrente de transformações que acompanhou o ocaso do Estado Novo. É bem sabido que o partido em discussão, assim como o Partido Social Democrático (PSD), é fruto da engenharia política engendrada pelo talento estratégico de Getúlio Vargas. A popularidade e a influência de Vargas lhe permitiram pautar a agenda eleitoral pós 1945²¹². Segundo Ângela de Castro Gomes, o poder do líder gaúcho não foi “decorrência de sua popularidade e carisma mas, ao contrário, é no exercício do poder que esses atributos são construídos através de uma eficiente campanha política e ideológica”²¹³. O comando da máquina pública permitiu a Vargas angariar apoio entre setores distintos da sociedade nacional, com relação à classe trabalhadora, organizada nos sindicatos, toda uma ofensiva propagandística foi empreendida, especialmente a partir de 1942.

A frente desse processo esteve Alexandre Marcondes Machado Filho, advogado paulista, político que se destacara como vice-presidente do Departamento Administrativo do Estado de São Paulo (DAESP), a partir de 1937. O mesmo foi

²¹² Podemos considerar o “carisma” de Vargas em sentido inverso, pois a União Democrática Nacional (UDN) se articulou como uma legenda francamente hostil ao líder gaúcho e sua linha de atuação política. No mesmo sentido, mas com viés menos radical, orientou-se o PSB, como visto no capítulo pregresso. A posição do PCB em relação a Vargas foi flutuante, indo do apoio na conjuntura do “queremismo”, até a oposição frontal nos anos iniciais do segundo governo do político de São Borja, entre 1950 e 1954.

²¹³ GOMES, Ângela de Castro; D’ARAÚJO, Maria Celina Soares. “Getulismo e trabalhismo: tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro”. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987. p. 2. Artigo disponível no endereço eletrônico: <https://goo.gl/bmNgxI>. Acesso e download em: 04/07/2015, as 19h:15min.

nomeado ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, por Vargas, em dezembro de 1941, tomando posse em janeiro do ano seguinte. Em sua gestão, não apenas deu sequência, como intensificou a implementação do controle estatal sobre as organizações sindicais. Em julho de 1942 assumiu também a pasta da Justiça, passando a acumulá-la com a do Trabalho, Indústria e Comércio. Durante seu ministério, em maio de 1943, foi estabelecida a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que sistematizava a legislação trabalhista que vinha sendo implementada desde 1930. O sindicalismo corporativista não foi efetivado no “momento autoritário por excelência do Estado Novo, mas no período de “transição” do pós (19)42, quando a questão da mobilização de apoios sociais tornou-se uma necessidade inadiável ante a própria transformação do regime”²¹⁴.

As ações de âmbito jurídico se somaram a uma ofensiva no campo ideológico, também tendo a frente o talento de Marcondes Filho, figura central na condução política do período. Tomando como inspiração a propaganda nazi-fascista, inaugurada pelo regime de Benito Mussolini, aperfeiçoada por Goebbels, e utilizada por figuras de proa como Franklin D. Roosevelt, o governo nacional, por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), também descobriu no rádio²¹⁵ uma excelente ferramenta de doutrinação ideológica. Desde seus momentos iniciais como ministro de Estado, Marcondes Filho se valeu da “Hora do Brasil”, programa de rádio diário e com transmissão obrigatória, para veicular suas propostas de viés trabalhista. Suas palestras eram semanais e duravam dez minutos, sendo este tipo de transmissão corrente até o ano de 1945. Adalberto Paranhos aponta que seriam duas,

fundamentalmente, as alegações do ministro do Trabalho para

²¹⁴ Adalberto Paranhos infere que a ofensiva político-ideológica executada por Vargas visava, “no fundo, deflagrar uma operação política que assegurasse, no que fosse possível, a manutenção do “Estado Novo” e/ou, na pior das hipóteses, que garantisse ao menos a continuidade política de Getúlio Vargas e seus aliados”. Para este autor, tratava-se de garantir o esquema de poder de Vargas e seu grupo político. Já Ângela de Castro Gomes indica que se buscava assegurar uma transição sem grandes percalços para os setores dirigentes de antanho. A que se considerar também o fato de que o artigo 187 da Constituição estadonovista previa a realização de um plebiscito a ser convocado para o ano de 1943, consulta pública que deveria deliberar sobre a continuidade do Estado Novo. Tal plebiscito acabou não se realizando devido à entrada no Brasil na II Guerra Mundial. Para citação no corpo do texto: GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 1988. p. 277; para citação em nota: PARANHOS, Adalberto. *O Roubo da Fala. Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo: Editora Boitempo, 1999. p.131.

²¹⁵ O rádio era uma excelente ferramenta de comunicação em um país em que 56,4% da população era não alfabetizada, “entre 1937 e 1944, o número de emissoras subiu de 63 para 106, enquanto os aparelhos receptores se elevou de 359.921, em 1939, para 659.762, em 1942”. PARANHOS, Adalberto. Op. Cit. p. 134.

justificar seu comportamento à “Hora do Brasil”. Devido à amplitude e à rapidez do rádio como meio de comunicação, ele era o veículo mais indicado para oferecer a massa proletária “a exata interpretação dum direito que, por não ser conquistado, mas outorgado (grifo nosso), exigia explicações para ser bem compreendido” (...). Como parte dessa tarefa de “esclarecimento” sobre uma “legislação nova”, Marcondes Filho destacava outro ponto que considerava essencial: “divulgar a orientação do Governo relativamente à vida sindical”²¹⁶.

O objetivo de Vargas era desenvolver um partido de massas, que congregasse setores da cúpula administrativa do Estado Novo, organizados especialmente nos DASP's, e setores articulados no meio sindical corporativista orientados pelo regime. Mas tal arranjo não obteve sequência. As cúpulas burocráticas do governo, capitaneados por Agamenon Magalhães, ex-interventor de Pernambuco, a frente do Ministério da Justiça a partir de março de 1945, substituindo Marcondes Filho, articularam-se para formar sua própria legenda. Agamenon Magalhães possuía inegável liderança nos meios civis e militares, e atuava como um representante das oligarquias regionais atreladas à máquina administrativa. Nesse panorama se organizou o PSD.

Não sendo possível o advento de uma legenda policlassista, segundo os planos de Vargas, Marcondes Filho passou a se dedicar a constituição de um partido que congregasse o meio sindical, que fora cuidadosamente orientado nos anos pregressos, como vimos acima. É nesse impulso que se desenvolverá o Partido Trabalhista Brasileiro, primeira agremiação de tal natureza, nacional, sob o amparo da lei, a se organizar em nosso território. O PSD visava à continuidade do aparato burocrático institucional estadonovista, e disputava com outra legenda, a UDN, corações e mentes no seio da elite nacional. O PTB deveria se bater com o PCB, legalizado na esteira da redemocratização iniciada em 1945²¹⁷.

²¹⁶ “Em relação ao público-alvo das suas palestras radiofônicas, o ministro dizia priorizar o homem simples, o trabalhador que ou desconhecia os direitos que lhe teriam sido outorgados, ou ignorava os meios a que poderia recorrer para fazê-los valer”. Idem, p. 137-138. Ângela de Castro Gomes aponta o trabalhismo varguista como uma “ideologia de outorga”, contudo, esta “outorga” não deve ser entendida como uma relação unilateral estabelecida – imposta – entre Estado e classe trabalhadora. Destarte, a “classe trabalhadora só “obedecia”, se por obediência política ficar entendido o reconhecimento de interesses e a necessidade de retribuição. Não havia, neste sentido, mera submissão e perda de identidade. Havia **pacto** (grifo nosso), isto é, uma troca orientada por uma lógica que combinava os ganhos materiais com os ganhos simbólicos da reciprocidade, sendo que era esta segunda dimensão que funcionava como instrumento integrador de todo o pacto”. GOMES, Ângela de Castro. Op. Cit. p. 195

²¹⁷ “O PTB não deve ser entendido como mera força reativa do comunismo. Por isso, pôde habilmente realizar amplas alianças políticas. De um lado, conseguia o apoio de setores conservadores, alertando para

Podemos apontar Getúlio Vargas como idealizador do PTB e Marcondes Filho como o construtor inicial da legenda, o responsável pela legalização da sigla junto ao TSE. A este também podemos atribuir o lançamento das bases do trabalhismo brasileiro, apresentadas a população por meio das emissões radiofônicas veiculadas pela Hora do Brasil. Mas o esforço teórico inicial, a elaboração do trabalhismo enquanto doutrina política e social, coube a Alberto Pasqualini. Radicado no Rio Grande do Sul, Pasqualini acabou se notabilizando mais como teórico e organizador, visto que obteve pouco sucesso nas urnas, vencendo eleições em apenas três ocasiões, sendo a mais importante no ano de 1950, quando foi eleito senador por seu estado. Suas raízes políticas – aliás, as mesmas de Getúlio Vargas – remontam as contendas rio-grandenses da República Velha, e sua linha doutrinária tem como matriz os debates internos ao Partido Republicano Rio-Grandense. Miguel Bodea aponta que no seio do PRR, a partir dos Anos 1920, passou a se desenvolver uma fração “oposicionista” imbuída de “tendências modernizantes”, a qual se vinculou o jovem Vargas. Esta corrente de fundo “modernizante” estaria expressa em cinco “áreas distintas”:

- a) na vinculação desta corrente política a um setor da oligarquia local voltado para o mercado interno e disposto a fortalecê-lo;
- b) no deslocamento gradual de seu eixo de sustentação para setores comerciais e industriais urbanos;
- c) no seu favorecimento de práticas intervencionistas e de fomento estatal;
- d) na sua fundamentação doutrinária (positivismo) e pré-disposição sócio-econômica (vinculação ao mercado interno) favorável a uma incorporação política das classes subalternas num esquema de “aliança para baixo” e, finalmente,
- e) na sua experiência de criação de uma máquina política fortemente centralizada e autoritária (PRR)²¹⁸.

A linha doutrinária, acima descrita, encontrou no Estado Novo o panorama ideal para se efetivar. A síntese destes postulados foi o *trabalhismo*. A este podemos acrescentar o *corporativismo*, expresso no tipo de relação que se estabeleceu entre

o perigo comunista, e, de outro, podia se aproximar do PC, utilizando a força de seu apelo popular”. GOMES, Ângela de Castro; D’ARAÚJO, Maria Celina Soares. Op. Cit. p. 12

²¹⁸ BODEA, Miguel. “Trabalhismo e Populismo: o caso do Rio Grande do Sul”. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 1984. p. 190.

governo e sindicatos durante a ditadura do Estado Novo, e o *trabalhismo reformista britânico*, que norteou as diretrizes políticas a emanar do pensamento de Alberto Pasqualini²¹⁹. Miguel Bodea faz menção a uma “divisão de tarefas” internas ao PTB entre as duas principais lideranças deste partido em seu decênio inicial. Vargas se encarregava da “grande política” da legenda, defendendo um projeto de caráter mais global, visando dar continuidade ao ciclo de reformas iniciado em 1930. Pasqualini se ocupava em dar suporte ideológico e doutrinário ao PTB, sigla que deveria “desempenhar o papel “educador moral” que criaria, a médio e longo prazo, a “mentalidade social” sem a qual não seria possível implantar a nova ordem trabalhista”²²⁰. A liderança do primeiro se expressava em nível nacional, enquanto o segundo se destacou no jogo político rio-grandense e nos debates internos a legenda trabalhista em discussão.

A síntese do pensamento pasqualinista se encontra em *Bases e Sugestões para uma Política Social*, coletânea de textos publicada em 1948, escritos direcionados a militância trabalhista nacional²²¹. Tais diretrizes apontam o Estado como o agente por excelência das transformações que se direcionavam ao desenvolvimento do país. O desenvolvimento proposto deveria se efetivar mediante um pacto entre as classes produtora e trabalhadora, atenuando as relações entre capital e trabalho. Crescimento econômico com justiça social, valorização do trabalho e do trabalhador, acesso pleno a cidadania e garantia de direitos. O desenvolvimento nacional garantiria a independência plena do Brasil, que passaria a se afirmar no cenário internacional como Nação autônoma. Não se fala em abolição da propriedade privada, que deveria ser respeitada.

²¹⁹ Roberto Bitencourt da Silva comenta que o “mosaico de influências” a nortear o pensamento pasqualinista perpassa o “positivismo republicano gaúcho, o catolicismo, o socialismo, a social democracia – em especial o trabalhismo britânico - e o keynesianismo”. SILVA, Roberto Bitencourt da. “Alberto Pasqualini: Trajetória Política e Pensamento Trabalhista”. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFF - Departamento de História, 2012. p. 112.

²²⁰ Idem, p. 210.

²²¹ Alberto Pasqualini lançou as bases de seu pensamento político em um discurso proferido em 1944 para uma turma de estudantes de economia da UFRGS, publicando em seguida *Um mundo baseado na cooperação*. Em março de 1945, o *Correio do Povo* publicou suas *Sugestões para uma política de governo*. Nestas sugestões, Pasqualini defendeu ideias baseadas no trabalhismo inglês e, em menor grau, na socialdemocracia européia. Após tais publicações, formou-se o Movimento Popular em Favor das Ideias Políticas e Sociais de Alberto Pasqualini. Deste, originou-se a União Social Brasileira (USB). A USB, somada ao “queremismo”, deu suporte inicial as bases populares do PTB. Para mais informações: Idem, pp. 60-112.

Pasqualini defendia um capitalismo de rosto humano, solidarista, para além das lutas de classe. O crescimento do país se atrelaria a colaboração interclassista, e não ao enfrentamento. Não obstante, o teórico em questão, dando relevo a suas influências oriundas do trabalhismo britânico, de viés reformista, não deixa de apontar o socialismo como meta a ser atingida, mas submete a transição pós-capitalista a certas condições, senão vejamos:

Pondo de lado quaisquer considerações sobre a orientação filosófica de certas formas de socialismo, mas encarando apenas o tipo de estrutura econômica que ele apresenta com o objetivo de obter a eliminação crescente da usura social ou da exploração do homem pelo homem, devemos observar que, no Brasil, não existiriam condições materiais, objetivas, nem condições psicológicas e políticas para a instituição do socialismo, isto é, não lograria aqui alcançar os objetivos visados.

(...) é preciso observar que a socialização “a posteriori” pressupõe sempre algo que se possa socializar. É necessário um certo desenvolvimento industrial, que não existe no Brasil, e que esse desenvolvimento tivesse atingido aqueles limites em que já não seria conveniente que se mantivesse sob o regime da iniciativa privada²²².

Pasqualini condiciona a passagem ao socialismo ao desenvolvimento pleno das forças produtivas, claramente influenciado pelo trabalhismo britânico, que por sua vez é tributário das teses da Segunda Internacional e seu projeto gradualista, tema de debates candentes no seio das correntes da constelação socialista/marxista nas primeiras décadas do Século XX²²³. Se em última instância se buscava uma sociedade socialista, igualitária, livre das mazelas do capitalismo individualista, qual seria o caminho para se atingir este patamar? Pasqualini tentou responder essa questão durante sua campanha para o senado, em 1950.

Como, porém, no estado atual, se poderia alcançar esse objetivo? Parece claro que os proprietários dos meios de produção, isto é, os capitalistas, não estão muito dispostos a entregá-los ao Estado.

²²² PASQUALINI, Alberto. *Bases e Sugestões para uma Política Social*. Apud: Idem, pp. 206-207

²²³ O PCB, signatário das diretrizes soviéticas, em seu programa aprovado em 1954, advogava por uma revolução em duas etapas, como vimos no capítulo que tratamos da LSI. A partir de 1958, como já referido, o PCB incorpora definitivamente o reformismo, deixando de lado qualquer proposta de cunho mais radical. Neste ponto, tanto os programas do PCB, como os do PSB e PTB, apresentavam conteúdo semelhante, o que não deixou de ensejar diversas polêmicas e cisões em finais da década de 1950 e durante todo o decênio seguinte.

Haveria, então, dois caminhos: um, pela rebelião dos próprios trabalhadores, que acabariam, pela violência, isto é, pela revolução, por tomar conta das fábricas e das empresas em geral; o outro seria um caminho pacífico, constitucional e democrático. A massa trabalhadora e os adeptos da idéia se organizariam em partido e depois de alcançarem o governo, começariam a desapropriar as fábricas e os meios de produção, indenizando os proprietários.

Temos aqui, senhores, as duas formas de socialismo; de um lado o socialismo violento, revolucionário, que pretende alcançar os seus fins pela luta de classes e pela violência e que se identifica com o comunismo. Do outro lado, o socialismo pacífico e democrático que intenta alcançar esses fins pelos processos legais e constitucionais²²⁴.

Aqui vemos outro ponto de conexão entre as ideias de Pasqualini, incorporadas por seu partido, e outras organizações ou legendas alinhadas a esquerda, sendo este o ponto a negação da URSS como exemplo de experiência socialista a ser seguido. Nesta direção convergiam trotskistas, luxemburgistas, socialistas, e, por conseguinte, trabalhistas – e a partir de 1961, também polopistas. Ao “socialismo violento” (embora não expresso no texto, claramente uma referência a URSS), contrapunha-se o “socialismo pacífico e democrático”, que poderia naturalmente ser identificado no PTB. Mas se as experiências derivadas do “comunismo” não serviam de exemplo para a classe trabalhadora brasileira, onde se encontraria o modelo a ser seguido? Pasqualini encontra tal referência no Partido Trabalhista inglês, e assim o define como inspiração para o trabalhismo autóctone:

O Partido Trabalhista inglês é de índole socialista e o seu objetivo final, como ainda o declara em seu manifesto eleitoral de 1945, é a realização de uma sociedade socialista. Em caso de vitória, propunha-se o partido, inicialmente, socializar as minas de carvão, a eletricidade, os transportes, o ferro e o aço. Este programa está sendo executado pelo governo trabalhista da Grã-Bretanha.

O trabalhismo inglês, como sabeis, não chegou ao poder pela violência, como o comunismo na Rússia e em outros países, mas pelo voto, isto é, pelos processos democráticos²²⁵.

Acima vemos outro conceito chave para a compreensão do pensamento de Alberto Pasqualini, algo que o distanciava em boa medida de seu conterrâneo de São

²²⁴ Conferência pronunciada por Pasqualini em Caxias do Sul durante sua campanha para o senado em 1950. APUD: SILVA, Roberto Bitencourt da. Op. Cit. p. 207

²²⁵ Idem, p. 208. Para mais informações sobre a trajetória do Partido Trabalhista Inglês, Labour Party, consultar site do partido: <http://goo.gl/cmtPoR>. Acessado em: 09/09/2015, às 18h:45min.

Borja, a defesa intransigente da democracia. O ativista gaúcho, junto a sua corrente oriunda da USB, não fez parte do esquema político estadonovista, posicionando-se, inclusive, contra a ditadura Vargas. Ao ingressar no PTB, após a queda do Estado Novo, Pasqualini e seu grupo eram as únicas tendências internas a legenda que vinham do campo anti-varguista. O que unia o teórico trabalhista e Getúlio Vargas era a defesa da manutenção do corpo de leis objetivado na CLT. Outros elementos a aproximar as lideranças em destaque eram a defesa de um Estado forte e interventor, políticas de cunho nacionalistas, voltadas ao desenvolvimento pleno das forças produtivas do país, a postura independente da Nação brasileira perante as potências centrais do capitalismo global, e a busca por um crescimento amparado na harmonia entre as classes sociais.

Em linhas gerais, estas são as premissas do trabalhismo brasileiro, mas esta corrente política esteve longe de se apresentar como um movimento homogêneo. Neste sentido, podemos falar não apenas em um trabalhismo, mas em *diversos trabalhisismos*, alguns com viés mais democrático, outros mais centralistas e autoritários. Alguns de cunho mais doutrinário, outros mais pragmáticos. O fato é que na doutrina em discussão, cabem todas as referências supracitadas, ou seja, uma corrente política que apresentava uma dimensão autoritária; democrática, distributivista, fisiológica, moderada, radical, reformista, socialista, liberal, estatista, cristã, caudilhesca, dentre outras definições. Até aqui procuramos identificar as raízes políticas do trabalhismo brasileiro e sua encampação pelo PTB, dando relevo para as duas principais lideranças da legenda em seus primeiros dez anos de existência. No item seguinte, discutiremos a evolução da sigla até seu fechamento, em 1965, evidenciando a proliferação de correntes e novas lideranças no partido, com ênfase no brizolismo, tendência chave para o entendimento da formação e posterior cisão da Mocidade Trabalhista mineira.

3.2 A constelação trabalhista e o brizolismo

O PTB consegue seu registro legal em 1945, na esteira da formação do quadro político-partidário que até 1965 empolgaria a arena política brasileira. O desempenho eleitoral da legenda foi crescente até seu fechamento. Em termos de legislativo federal,

foi a sigla que mais cresceu durante o recorte histórico em análise. Nas primeiras eleições pós Estado Novo, o partido obteve 22 cadeiras na Câmara Federal, ficando atrás de PSD e UDN. Em 1950, chegou à presidência da República, amparado pela liderança de Getúlio Vargas. Obteve a vice-presidência em 1956, com João Goulart, e foi peça chave no projeto de desenvolvimento associado proposto por Juscelino Kubitschek, mantendo o controle sobre o Ministério do Trabalho. Chegou novamente à vice-presidência durante o governo Jânio Quadros, e retornou ao comando da nação em agosto de 1961. As vésperas do golpe, era a segunda bancada, atrás apenas do PSD, tanto na câmara como no senado federal. Era o partido de maior proximidade junto às classes populares.

Lucília de Almeida Neves aponta três correntes a compor o PTB em sua trajetória pré-golpe de 1964: os *getulistas pragmáticos*, os *doutrinários trabalhistas* e os *pragmáticos reformistas*²²⁶. Os *getulistas pragmáticos* representavam os burocratas vinculados à máquina pública estadonovista e lideranças sindicais atreladas ao sindicalismo corporativista. Esta tendência era de caráter fisiológico e se orientava por uma composição que buscava minimizar os conflitos entre capital e trabalho, mesmo que em detrimento da classe trabalhadora. A ala *doutrinária* representava a porção mais ideológica e intelectualizada do partido, eram orientados pelos preceitos da socialdemocracia reformista européia, e buscavam dar sustentação teórica ao trabalhismo nacional. Pelo que vimos acima, Alberto Pasqualini pode ser enquadrado como o líder intelectual de tal tendência, contudo, não era o único.

Nosso recorte é arbitrário, concentramo-nos em determinadas lideranças seguindo os pressupostos de nossa pesquisa, não obstante, outras personalidades podem ser destacadas como construtores do trabalhismo no Brasil, além de Vargas, Pasqualini e Marcondes Filho. A estes podemos somar Lúcio Bittencourt (PTB/MG), Santiago Dantas (PTB/MG/RJ), Sérgio Magalhães (PTB/DF/GB) e Fernando Ferrari (PTB/RS), figuras que se destacaram como lideranças proeminentes da tendência partidária em apreciação.

²²⁶ NEVES, Lucília de Almeida, “Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)”. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. pp. 177-178

A parte o que se afirmou acima, não se pode questionar o fato de Vargas e Pasqualini serem os grandes construtores do PTB, e em torno destas duas lideranças se formaram as duas tendências identificadas por Lucília de Almeida Neves. Seguindo a subdivisão proposta por esta mesma autora, após a saída de cena dos dois mentores iniciais da legenda (Vargas em 1954, e Pasqualini logo em seguida, para se tratar de uma enfermidade que tiraria sua vida em 1960), formou-se uma terceira corrente, a *pragmático reformista*, mesclando as duas anteriormente citadas. Tal corrente

veio a oxigenar o trabalhismo e o PTB com a equação nacionalismo e reformismo, movendo-se no terreno de uma concepção mais autônoma para o movimento dos trabalhadores. Igualmente inspirada nas experiências e nas propostas de Vargas e de Pasqualini, teve em João Goulart (PTB/RS) e em Leonel Brizola (PTB/RS) os seus representantes mais expressivos na cena política nacional. Uma geração que sucedeu às lideranças originárias do PTB, assimilando conhecimentos socializados e práticas encetadas tanto no interior do partido quanto nas funções ocupadas pelos “mestres” em demais instâncias sociais e políticas. Nesse sentido, é legítimo argumentar que o partido teve a capacidade de se perpetuar para além da figura de Vargas. O realismo e o idealismo político se fundem nessa ala. Convergem, nada obstante, para uma concepção partidária ativa em relação às bases eleitorais – concepção sobremaneira sintonizada com a tendência doutrinária. Não se limitando apenas a canalizar e a representar as demandas do seu eleitorado, essa ala esforçou-se por enquadrar e moldar seu público em torno de determinados valores e idéias políticas (...)²²⁷.

Pelo que vimos até aqui, o centro estratégico e doutrinário do PTB se situou no Rio Grande do Sul, deste estado surgiram às principais lideranças da legenda entre 1945 e 1964. Aqui se verificou uma polarização política entre PTB e PSD²²⁸, a terceira sigla do período com ressonância nacional, a UDN, teve pouca representatividade nessa região. Após a retirada de cena dos “pais fundadores”, uma nova geração brotou do mesmo

²²⁷ SILVA, Roberto Bitencourt. “O PTB (1945-1964): suas tendências políticas internas e a hegemonia do diretório sul-riograndense”. In: *Revista Perseu*. nº7, ano 5, 2011.p. 188

²²⁸ Entre 1947 e 1963, PSD e PTB se revezaram no comando do estado do Rio Grande do Sul, os primeiros elegeram três governadores (Walter Jobim, 1947-1951; e Ildo Meneghetti, por duas vezes, 1955-1959 e 1963-1966), o segundo elegeu dois governadores no período (Ernesto Dorneles, 1951-1955; e Leonel Brizola, 1959-1963).

ambiente político da dupla Vargas/Pasqualini. Dessa geração fizeram parte João Goulart, que acabou por assumir a direção do partido, após 1954, e Leonel Brizola, que disputará com o primeiro a liderança sobre a agremiação, na esteira do “carisma”²²⁹ herdado pelo fundador máximo da sigla. A influência da seção gaúcha petebista foi marcante sobre o Diretório Nacional, situado no Distrito Federal da época.

Acima vimos os pilares da doutrina trabalhista sul-rio-grandense, indicados por Miguel Bodea, assentados nas tradições políticas advindas do PRR, por sua vez mescladas a elementos provindos do positivismo-castilhismo-borgismo. Dentre os componentes básicos desta tradição política, encontram-se o autoritarismo e o centralismo, práticas marcantes no modo de organização partidária do PTB. Segundo Maria Celina D’Araújo, “em comparação com a UDN e o PSD, o centralismo do PTB era gritante”²³⁰. A rigidez petebista fez desta sigla a primeira em número de apelos ao TSE na fase em discussão, e o Diretório Regional de São Paulo foi o alvo preferencial das inclinações centralistas do partido²³¹.

Além do Rio Grande do Sul, o Distrito Federal também se firmou enquanto pólo de poder entre as fileiras petebistas. Neste se encontrava o Diretório Nacional da legenda, além de um Diretório Regional bastante ativo. No Rio de Janeiro também se observou a maior polarização política e as campanhas mais acirradas. Em princípio a dicotomia se deu entre comunistas e anticomunistas, tempo em que mesmo o PTB se posicionava ao lado da UDN em oposição ao PCB. Após 1947, com a proscrição da

²²⁹ Acerca do fator “carisma” – por diversos autores identificado como componente fundamental na trajetória do PTB, em sua fase pré 1964 – Maria Celina D’Araújo infere que o “carisma como base da organização partidária leva a uma ênfase extremada na importância dos laços pessoais entre os seguidores e o líder, constituindo-se em irrefreável força contra a adoção de práticas administrativas que ameacem a base relacional do poder no seu interior. Mas a inevitabilidade do desaparecimento do líder fundador também exige a definição de formas de convivência interna que assegurem a sobrevivência do partido. Este é o dilema do partido carismático: como rotinizar o carisma do líder fundador, transformando o carisma “pessoal” em “oficial” e transferindo para o partido a lealdade antes devida ao líder. Desaparecer como coletividade organizada é o preço da incapacidade de institucionalizar-se. Se o partido carismático seguir a via da institucionalização, esta pode ocorrer de duas formas. A primeira é a estruturação burocrática, através da qual o partido abandona seu espírito missionário e adota rotinas e regras impessoais de funcionamento. Pode também tradicionalizar-se pelas mãos dos seguidores mais fiéis, que reivindicam para si a prerrogativa de dar continuidade à obra do líder fundador, disseminando seu exemplo de ideário. A memória do líder seria o cimento através do qual o partido obteria unidade e continuidade”. D’ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, Carisma e Poder. O PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 19

²³⁰ Idem, p. 86-87

²³¹ Idem, Ibidem

legenda comunista, a disputa migrou para contenda entre trabalhistas–getulistas *versus* udenistas. Mas o anticomunismo sempre foi uma constante nas campanhas da UDN, e após a morte de Getúlio Vargas, tal sentimento passou a ser o mote de tal agremiação, chegando ao paroxismo às vésperas do golpe de 1964. O PTB seguiu um caminho inverso, e sua guinada a esquerda o aproximou dos comunistas. Tal aproximação foi marcante, sobretudo, no DF do período, como veremos mais a frente.

São Paulo foi um caso a parte dentro do jogo político-eleitoral da época. Neste estado não se delineou a dicotomia entre PTB e PSD, vista no Rio Grande do Sul. Tampouco se desenvolveu o antigetulismo encampado pela UDN carioca, insuflado por Carlos Lacerda e seus signatários. No contexto paulista, verificou-se a diluição do trabalhismo entre uma série de pequenos partidos, orientados por lideranças carismáticas locais, especialmente Adhemar de Barros, Hugo Borghi e Jânio Quadros²³². Da composição junto a estas lideranças provinciais o PTB sempre dependeu, tendo em vista o voto operário, fundamental para a vitória de Vargas em 1950, e para as de João Goulart em 1956 e 1960.

Maria Victória Benevides²³³ elenca uma série de fatores que indispunham o PTB paulista junto ao Diretório Nacional da legenda, o primeiro deles seria o fato deste estado possuir o maior contingente de operários sindicalizados do país. Tal situação representava uma ameaça a hegemonia dos diretórios nacional e rio-grandense, que efetivamente controlavam a sigla. Um partido de massas em São Paulo inevitavelmente entraria em choque com o arranjo de poder estabelecido nas hostes petebistas. Outra questão era a grande influência que o PCB possuía sobre os trabalhadores paulistas, organizados em sindicatos fortes e atuantes, sobremaneira independentes para o viés centralista das forças que comandavam a legenda. Esta situação foi especialmente sensível durante os Anos JK, quando o PTB – então liderado por João Goulart – buscava atenuar as relações entre capital e trabalho nos centros industriais do país²³⁴, em

²³² O PTB paulista disputava o apoio da classe trabalhadora com o Partido Social Progressista (PSP, ligado a Adhemar de Barros); Partido Social Trabalhista (PST); Partido Trabalhista Nacional (PTN, ligado a Hugo Borghi e Jânio Quadros); Partido Republicano Trabalhista (PRT); Partido Orientador Trabalhista (POT); Movimento Trabalhista Renovador (MTR).

²³³ BENEVIDES, Maria Victória. *O PTB e o Trabalhismo. Partido e sindicato em São Paulo (1945-1954)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

²³⁴ Segundo dados apresentados por Maria Victória Benevides, o diretório paulista do PTB era o que menos verbas, proporcionalmente, recebia do Diretório Nacional do partido, o que prejudicava o desenvolvimento da legenda no estado de São Paulo. *Idem* p. 22-23

consonância com o pacto político do período. Outro elemento, aqui já mencionado, era concorrência com uma série de pequenos partidos de recorte trabalhista, orientados por lideranças como Adhemar de Barros e Jânio Quadros. O caráter disperso do trabalhismo paulista também se verificava internamente ao PTB local, subdivido em uma série de correntes, fugindo ao centralismo das cúpulas do partido²³⁵.

Em Minas Gerais, o PTB não obteve um desempenho semelhante ao visto no Rio Grande do Sul ou Rio de Janeiro (especialmente na Guanabara), mesmo se compararmos o contexto mineiro ao paulista, também não se vê grande sucesso político-eleitoral. Neste estado, dominado por elites tradicionais, oriundas do Partido Republicano Mineiro, a máquina administrativo-burocrática, construída durante o Estado Novo, foi a principal fiadora do poder local²³⁶. Aqui, a disputa se dava junto a UDN, entre 1945 e 1966, esta legenda, contraposta ao PSD, dividiu o comando do estado. Por duas vezes a UDN se sobrepôs a hegemonia pesedista e conseguiu eleger representantes seus para o governo estadual. Logo nas primeiras eleições pós Estado Novo, elegeu Milton Campos (1947-1951), e na década de 1960 foi a vez de José de Magalhães Pinto (1961-1966), governante que se notabilizou como um dos principais articuladores do golpe civil-militar. Ao longo dos Anos 1950 o PSD comandou politicamente Minas Gerais, com destaque para Juscelino Kubitschek, governador entre 1951 e 1955. Pouco antes do AI-2, o PSD ainda conseguiu eleger Israel Pinheiro (1966-1971) para o governo do estado.

A parte o exposto acima, o PTB mineiro apresentou algumas lideranças de destaque, como Lucio Bittencourt, um dos grandes articuladores da legenda no estado, eleito deputado federal em 1950, e senador em 1955, falecido precocemente em um acidente de avião no mesmo ano de sua vitória para o senado. Pela região também se elegeu outro cardeal petebista, Santiago Dantas, por duas vezes promovido a deputado

²³⁵ “É possível reconhecer o trabalhismo sindicalista, da militância democrática de Salvador Lossaco ao corporativismo de Miguel Reale; o trabalhismo nacionalista de Euzébio Rocha e Leônidas Cardoso; o trabalhismo “só Vargas” de sua sobrinha neta Ivete; o trabalhismo “só populismo” de Hugo Borgui (o líder “marmiteiro”); o trabalhismo “comunista” dos apoiados por Prestes, além do puro trabalhismo da democracia social, de Coutinho Cavalcante e Rubens Paiva, entre outros”. Idem, p. 101

²³⁶ “Minas Gerais não teve (...) nenhum fenômeno populista de tipo “janismo” e “ademarismo”. As velhas oligarquias pesaram muito no estado de compromisso característico da composição de forças no período, mais ainda a nível local que nacional. (...) A força política das antigas elites aparece, mais claramente, quando Minas lidera o movimento (sic) de 1964”. SOMARRIBA, Maria das Mercês Gomes; VALADARES, Maria Gezica; AFONSO, Mariza Rezende. *Lutas Urbanas em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Editora Vozes, 1984. p. 39

federal (1958 e 1962), embora fosse natural do Rio de Janeiro. Como nas demais regiões do país, a força política do PTB se consolidou nas localidades de maior concentração operária, nas Minas Gerais tais pólos se encontravam na grande Belo Horizonte e em Juiz de Fora.

Ainda está por se fazer um estudo sistemático sobre o desempenho petebista no estado de Minas Gerais. Com relação a Juiz de Fora, há o trabalho de Maria Andréa Loyola, *Os Sindicatos e o PTB*²³⁷, estudo de caso que aborda a evolução sindical no município entre 1945 e 1964, dando relevo a atuação de Clodesmidt Riani, o mesmo que as vésperas do golpe era a principal liderança sindical do país. Também relacionado a Riani e ao contexto político juizforense, temos o artigo “Trabalhismo e História: um percurso nas memórias de Clodesmidt Riani”²³⁸, por Alexandre Peixoto Heleno.

Podemos afirmar que o PTB foi um partido fraco em Minas Gerais, ao menos ao longo da maior parte do período que nos toca. Não obstante, assim como se verificou em todo país, na primeira metade dos Anos 1960, o desempenho petebista em solo mineiro foi crescente. Os trabalhistas souberam se adaptar ao tradicional jogo político local, e por meio de coligações exploraram as contradições entre as forças políticas que dominavam o estado. Pelo trecho abaixo podemos identificar o processo em análise:

(...) há um declínio acentuado e firme das coligações puras entre os partidos tradicionalmente conservadores e uma tendência de infiltração nos partidos de tradição local das legendas cidadinas. O agente maior desta penetração é o PTB, cada vez mais presente no interior. Este partido, que em 1947 participava de 27 prefeituras, em 1958 o faz em 94, apresentando ainda o maior índice de crescimento no estado. Traduz isto uma libertação do eleitorado de seus dirigentes clássicos e a admissão da orientação política por elementos estranhos ao meio tradicional. A renovação se dá especialmente nos municípios onde mais ativa é a revolução industrial e, conseqüentemente, maior a migração de mão-de-obra; é a quebra lenta mas firme da força do

²³⁷ LOYOLA, Maria Andréa. *Os Sindicatos e o PTB. Estudo de caso em Minas Gerais*. (Cadernos CEBRAP nº 35). Petrópolis-RJ: Editora Vozes/CEBRAP, 1980.

²³⁸ Pouco antes do 1º de abril de 1964, Clodesmidt Riani era “presidente do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), duas das maiores organizações classistas de nossa história. Quando ocorreu o golpe, ele ocupava o cargo de deputado estadual do Estado de Minas Gerais, pelo Partido Trabalhista Brasileiro. Foi preso e torturado, mas nunca desistiu das lutas dos trabalhadores do Brasil”. HELENO, Alexandre Peixoto. “Trabalhismo e História: um percurso nas memórias de Clodesmidt Riani”. In: *Revista Perseu*, Nº 6, Ano 5, 2011. p. 12

coronel (...)²³⁹.

Outro pólo de inserção trabalhista foi Belo Horizonte, capital circundada por municípios de forte concentração industrial. O ciclo de agitação política que contagiou todo o país antes do assalto ao poder pelos militares também galvanizou a capital mineira, palco de intensa mobilização, tanto por parte dos setores operários, quanto dos setores estudantis, além de movimentos de cunho popular²⁴⁰. O fraco histórico de mobilização popular em nível local, em comparação a outras capitais, como a Guanabara, Recife, Porto Alegre e São Paulo, foi compensado na fase em discussão. De Minas Gerais partiram lideranças que se destacaram no meio operário sindical (como vimos acima com o exemplo de Clodesmidt Riani), e no meio estudantil, impulsionado por uma geração que se notabilizou no comando da UNE em seu período de maior combatividade. Na capital mineira se articulou a seção local da Mocidade Trabalhista do PTB, mas antes de discutimos a formação deste grupo, faz-se necessário uma apreciação sobre a principal corrente política a empolgar o mesmo, o brizolismo.

Há farta bibliografia²⁴¹ referente a Leonel Brizola e a corrente política denominada brizolismo, o que pretendemos aqui é situar tal linha doutrinária dentro do panorama por nós analisado. Acima vimos a definição de Lucília de Almeida Neves acerca das tendências a compor os quadros petebistas nos primeiros vinte anos de existência do partido. Em princípio *getulistaspragmáticos* e *doutrinários trabalhistas*, seguidos pelos *pragmáticos reformistas*. A geração que substituiu as lideranças de Getúlio Vargas e Alberto Pasqualini no PTB teve como próceres João Goulart e Leonel Brizola, ambos alinhados a terceira corrente apontada por Lucília de Almeida Neves. O

²³⁹ LADOSKY, Waldermar. “Evolução das instituições políticas em Minas Gerais”. IN: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Nº 14, jul. 1962. Apud: SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A Democracia Interrompida*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2001. p 165.

²⁴⁰ Ver: “Surgimento e Evolução do Associativismo de Base em Belo Horizonte”. In: SOMARRIBA, Maria das Mercês Gomes; VALADARES, Maria Gezica; AFONSO, Mariza Rezende. *Op. Cit.* pp. 30-54

²⁴¹ FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.). *A Força do Povo: Brizola e o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Alerj, CPDOC/FGV, 2008; SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo: estetização da política e carisma*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1999; MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Brizola e o Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora Civilização, 1979; BRAGA, Kenny; SOUZA, João B. de; DIONI, Cleber; BONES, Elmar (coord.). Leonel Brizola: Perfil, discursos, depoimentos (1922/2004). Porto Alegre: Assembléia Legislativa do RS, 2004; FERNANDES, Vinícius dos Santos. “A emergência de um líder nacionalista A atuação parlamentar de Leonel Brizola entre os anos de 1947 e 1953”. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2013; TAVARES, Tânia dos Santos. “Grupo de Onze: a esquerda brizolista (1963-1964)”. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

primeiro ocupando os postos de maior destaque e orquestrando a grande política da sigla. O segundo atuando como mobilizador popular, dando relevo às correntes mais radicais do trabalhismo brasileiro.

Brizola iniciou sua carreira política ainda jovem, quando cursava engenharia em Porto Alegre, de origem humilde, alicerçou suas convicções junto aos movimentos estudantil e sindical. Alinhou-se ao trabalhismo varguista na conjuntura do queremismo, sua aproximação ao líder sindical José Vecchio²⁴² o levou as fileiras do PTB. Em seus anos iniciais, as bases populares do PTB gaúcho eram compostas por operários sindicalizados e estudantes, a frente destes se encontrava Brizola.

O radicalismo político de Brizola o acompanhou durante toda sua trajetória de homem público, desde seus anos iniciais como deputado estadual pelo Rio Grande do Sul, passando por sua gestão como prefeito de Porto Alegre, e governador do mesmo estado, quando se projetou para o restante do país. Quando o PTB chegou ao governo nacional, o brizolismo se sobrepôs as demais tendências do partido em escala crescente, levando de roldão mesmo João Goulart, nos estertores de seu mandato. A ousadia do líder gaúcho empolgava sobretudo os mais jovens, em uma fase de ebulição política que incidia em nível internacional.

Ao menos até a primeira metade da década de 1960, a postura de Brizola o credenciava como a opção mais radical e de maior potencial revolucionário em atuação no tabuleiro político brasileiro. Mas sua retórica também gerava desconforto ante as demais correntes petebistas, de viés mais moderado, trazendo dificuldades para as articulações políticas da legenda. João Trajano Sento-Sé define a ambivalência do trabalhismo brizolista nos seguintes termos:

O trabalhismo emergente, capitaneado por Brizola, não era menos ambíguo e carente de sistematização do que fora até então. Ao contrário, era e pretendia ser pura ação, iniciativa na direção de reformas profundas, tanto no âmbito estrutural quanto institucional. Talvez sua principal marca diferenciadora fosse a desconfiança e a inquietude que causava em setores da burguesia industrial, em parte da classe média e nas oligarquias agrárias. Seduzia, com sua retórica mobilizadora, camadas da esquerda, mas inviabilizava

²⁴² Para informações sobre José Vecchio e sua atuação no meio político sul-rio-grandense, consultar: HEINZ, Flávio M. (org.). *Os 170 Anos do Parlamento Gaúcho* (Volume III). O Parlamento em Tempos Interessantes. Breve perfil da Assembleia Legislativa e de seus deputados – 1947-1982. Disponível no endereço eletrônico: <http://goo.gl/ds3gIW>. Acessado em: 19/10/2015, às 19h:03min.

virtualmente alianças que, mesmo frágeis, sustentaram parte do crescimento político mais fortemente identificado com o trabalhismo, o PTB. Chegava, inclusive, a causar mal-estar no interior do próprio partido²⁴³.

Pelo que podemos depreender do acima exposto, o trabalhismo brizolista era mais um guia para a ação do que uma corrente doutrinária. Tal impetuosidade era um problema para a grande articulação petebista, tendo a frente Jango e seus signatários de maior experiência. Não obstante, para a juventude, tal postura era vista como referência e exemplo a ser seguido. Brizola manteve vínculos estreitos com os setores jovens alinhados ao PTB, até mesmo porque, como vimos, iniciou sua carreira política militando no movimento estudantil gaúcho, além de ser ele próprio um político bastante jovem, tendo chegado ao governo do Rio Grande do Sul com apenas 36 anos, em 1958. A articulação de Brizola junto aos mais jovens se dava especialmente por meio das “Alas Moças” petebistas, posteriormente chamadas de “Mocidades”, questão que veremos com mais detalhe no próximo item.

3.3 Ala Moça, Mocidade Trabalhista e MT de Minas Gerais

No capítulo anterior, vimos os debates em torno da constituição de “juventudes” vinculadas a partidos políticos nacionais. Comentamos também as origens de tais organismos, muitas vezes ligados a entidades internacionais, como as juventudes comunista e socialista. O PTB também abrigou em suas fileiras agremiações dessa natureza. São escassas as referências sobre os setores jovens trabalhistas, boa parte das informações se encontram em relatos biográficos ligados a figura de Leonel Brizola. Coube a este a presidência da Ala Moça do PTB, fundada logo em 1945, junto com a legenda a lhe fornecer abrigo.

O centro estratégico do grupo, assim como se dava com o próprio PTB, localizava-se em Porto Alegre. Em seus primeiros anos de atividade, a militância da Ala Moça ficou praticamente restrita a capital gaúcha. Nas eleições estaduais de 1947, o grupo conseguiu eleger deputados para a Assembléia sul-rio-grandense, com destaque

²⁴³ SENTO-SÉ, João Trajano. Op. Cit. p. 101

para as vitórias de Leonel Brizola e Sereno Chaise²⁴⁴. A agremiação trabalhista conseguiu grande popularidade entre os estudantes do estado, especialmente junto aos da capital.

Na V Convenção Nacional do PTB, realizada em 1952, encontro que marca o início da ascensão de João Goulart na legenda, a Ala Moça passa a se chamar Mocidade Trabalhista. Um incipiente trabalho de expansão para as demais localidades do país passou a ser efetuado. Contudo, em nenhuma outra região do Brasil a MT atingirá a influência política conquistada no Rio Grande do Sul. O grande responsável por tal influência foi, sem dúvida, Leonel Brizola. O segundo setor jovem do partido a ganhar algum destaque, além da seção gaúcha, foi a MT de Belo Horizonte.

Em finais dos Anos 1950, a capital mineira passava por um intenso processo de transformação econômica e social. Este processo foi acelerado após a Segunda Guerra Mundial, entre 1940 e 1960, a população da cidade foi de 207.936 a 683. 908 mil habitantes, apresentando uma média de crescimento de 6,21% ao ano.²⁴⁵ Para tal impulso, foi de fundamental importância o Plano de Recuperação e Fomento da Produção, elaborado em 1947. Este plano “listou um conjunto de projetos e programas que cobria praticamente todas as atividades econômicas e assistenciais”²⁴⁶.

No entanto, as atenções dos poderes locais se concentraram na industrialização da região, relegando a segundo plano projetos de infraestrutura urbana e assistência a população. Tal opção de desenvolvimento cedo mostrou seus frutos, passando a região da grande Belo Horizonte de 10 indústrias com cerca de mil empregados, em 1947, a 82 indústrias com cerca de 14 mil operários a altura de 1960²⁴⁷. Crescimento industrial e populacional foram concomitantes, mas a concentração das atenções sobre o primeiro, por parte dos poderes públicos, gerou distorções até então desconhecidas para os

²⁴⁴ Para mais informações sobre a Ala Moça gaúcha: Revista História Oral. Entrevista com Sereno Chaise. V. 17, nº. 1, pp. 267-302, 2014.

²⁴⁵SOMARRIBA, Maria das Mercês Gomes. *et. alii. Op. Cit.* p. 37.

²⁴⁶Idem, p. 36

²⁴⁷ “O crescimento industrial significou também crescimento urbano, notadamente via migrações, com conseqüente necessidade de provisão de serviços para a população. Mas essa não era uma área prioritária para o poder público. O importante era criar condições para a expansão da indústria. Quanto a política urbana, prevaleceu o total “laissez-faire””. Ibidem, p. 37

habitantes da capital mineira. Um dos resultados desse processo foi a favelização²⁴⁸ verificada no município.

Politicamente, Belo Horizonte também se encontrava em processo de formação. O centro político-estratégico do estado ainda se situava na região de Ouro Preto, onde se encontravam os tradicionais “caciques” do tradicional jogo político mineiro. O fato do prefeito e dos representantes legislativos de Belo Horizonte serem nomeados pelo governador era um fator a mais de desmobilização para os locais. No entanto, após a redemocratização pós Estado Novo, a cidade adquiriu o direito de escolher seus representantes. Podemos observar as transformações que atingiram o estado pela postura do PCB com relação à capital mineira a partir de 1945. Dimas Perrin, quadro comunista designado para a região, informa que o trabalho do partido só começou a “dar frutos” em finais da década de 1950²⁴⁹.

Período este em que Belo Horizonte já se encontrava plenamente integrada ao xadrez político brasileiro. Não apenas como caudatária dos centros mais tradicionais de poder, mas como pólo de mobilização e proposição de alternativas políticas, sociais e culturais, com ressonância nacional. Destacamos duas correntes de mobilização que muito contribuíram para a ebulição política local: os movimentos de moradores de favelas, que chamaram a atenção da sociedade civil belo-horizontina de antanho, e os grupos ligados à esquerda católica, que não se restringiram ao panorama local, levando suas proposições para todo o país.

Embora o Plano de Recuperação e Fomento da Produção contemplasse serviços de infraestrutura urbana, voltados especialmente às camadas menos favorecidas da população, pouco se investiu neste setor. Largas parcelas da classe trabalhadora belo-horizontina, atraídas ao município pelo surto de crescimento mencionado acima, encontravam-se sem nenhum tipo de assistência por parte dos poderes públicos. Os pejorativamente identificados como “favelados” passaram a povoar os morros situados

²⁴⁸ “Entre 1955 e 1965, o número de habitantes nas favelas passou da ordem de 36.432 para 119.799 (...)”. OLIVEIRA, Samuel Rodrigues de. “O movimento de favelas de Belo Horizonte e as representações do passado”. In: Revista Temporalidades. Belo Horizonte-MG: Vol. I, Nº 1, março de 2009. p. 86. Disponível no endereço eletrônico: <http://goo.gl/31FZiJ>. Download e acesso em 09/09/2015, as 15h:28min.

²⁴⁹ DIMAS PERRIN, entrevista ao *Centro de Estudos Mineiros*. Apud: OLIVEIRA, Samuel Rodrigues de. “Trabalhadores Favelados: identificação das favelas e movimentos sociais no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte”. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2014. pp. 260-261

nos arredores da capital, sem acesso a serviços essenciais como água, luz e saneamento básico, vivendo sob a constante ameaça de remoção. Contra esse estado de coisas, no período em análise foram organizadas as Uniões de Defesa Coletiva, as UDC's.

Em 1959, as diversas UDC's organizadas na capital mineira formaram a Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte (FTFBH). A FTFBH se constituiu sob influência de comunistas, socialistas, trabalhistas e representantes do clero progressista²⁵⁰. Mas esta entidade soube agir com independência em relação aos grupos que tentavam cooptá-la, defendendo as demandas dos trabalhadores "favelados", agora representados por militantes vinculados organicamente as comunidades²⁵¹. A FTFBH se inseriu no jogo político belo-horizontino, somando forças aos demais grupos organizados na região, atraindo a simpatia de setores das classes médias locais, sobretudo entre os estudantes. As atividades da Frente de Belo Horizonte foram crescentes até o 1º de abril de 1964, após essa data, a entidade representativa dos moradores das favelas do município foi considerada subversiva e proscrita²⁵². Não obstante, as mobilizações dessa agremiação chamaram a atenção de amplos setores da sociedade civil local para os graves problemas de infraestrutura urbana existentes na cidade.

Como visto, Belo Horizonte não possuía o histórico de mobilizações políticas visto em outras capitais e centros industriais brasileiros. Na década de 1950, a cidade ainda era um misto de metrópole e município interiorano. Neste ambiente, o papel da igreja católica era marcante, e não foi de modo passivo que os representantes do clero local viram o crescente processo de agitação política que contagiou a região a partir de

²⁵⁰ "(...) é importante salientar que no âmbito do movimento dos "trabalhadores favelados" organizados pela FTFBH, assim como nos sindicatos e na luta pela reforma agrária em Minas Gerais, existia uma união entre as esquerdas comunista, trabalhista e católica. As trajetórias das lideranças no movimento de "trabalhadores favelados" sinalizam para a heterogeneidade de posições políticas articuladas no associativismo civil em pauta". OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. "Movimento dos "trabalhadores favelados" e o Morro do Querosene: uma análise do trabalho de narrativa de Vicente Gonçalves sobre as décadas de 1950 e 1960". In: Revista do CPDOC. Edição nº 8 Ano V. Disponível no endereço eletrônico: <http://goo.gl/vnHXQE>. Download e acesso em: 09/09/2015, as 15h: 43min.

²⁵¹ Por meio "dessas alianças político-partidárias com as esquerdas, a FTFBH marcou uma posição no jogo político. Para além de interferir na dinâmica política em geral, o movimento social adquiria relevância na plataforma reformista e nacionalista, demarcando um lugar específico para abordar o direito de moradias nas favelas – tema nem sempre reconhecido pelos políticos e análises sobre o tema". Idem, p. 267

²⁵² "Logo após a mudança de regime, (...) a Federação de Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte (FTFBH) é colocada sob intervenção federal, que dura até agosto, quando se decreta a sua extinção por ter sido, após inquérito policial-militar, considerada subversiva". In: SOMARRIBA, Maria das Mercês Gomes; Et alii. *Op. Cit.* p. 46.

meados dos Anos 1950. Instigada pelos ventos progressistas que incidiam sobre o catolicismo, os sacerdotes locais optaram por participar de modo ativo nas transformações que chegavam as suas paróquias. É neste panorama que se destacaram figuras como o Arcebispo Dom Cabral, e os padres Lage e Agnaldo Leal²⁵³.

Ao padre Lage foi creditada a criação das primeiras Associações de Defesa Coletiva (ADC), que futuramente se converteriam em “União”, entidades que buscavam congregar e organizar os trabalhadores de Belo Horizonte e arredores, especialmente os moradores de favela. Além do trabalho assistencial, pautado por referências como aquelas oriundas do pensamento do padre belga Leon Joseph Cardijn, baseadas nas premissas *ver, julgar e agir*, os sacerdotes locais também buscavam limitar a influência da militância comunista em suas paróquias.

Na capital mineira também se verificava forte atuação de entidades estudantis católicas, como a JUC, organização alinhada ao catolicismo progressista²⁵⁴. As correntes que buscavam modernizar a igreja católica e lhe dar uma faceta mais humana e popular foram chamadas por Michael Lowy de “cristianismo de libertação”. Sobre os postulados destas tendências, que faziam convergir elementos cristãos e marxistas-socialistas, o teórico que iniciou suas atividades na LSI infere que:

Tal fenômeno foi possível pois, (...), existem algumas “afinidades culturais” entre o marxismo e o cristianismo. Contudo, “não se trata de um processo unilateral” e sim de “uma interação dinâmica, “dialética”, que pode levar em certos casos a uma simbiose ou mesmo fusão”. Segundo este autor, algumas dessas “afinidades culturais” seriam: “1) a adesão a valores transindividuais e comunitários, em oposição ao individualismo liberal; 2) uma doutrina de tipo humanista/universalista (ecumenismo, internacionalismo); 3) a crítica ao capitalismo e ao liberalismo econômico, em nome de valores ético-sociais; 4) a simpatia ou solidariedade com o pobre e o oprimido; 5) uma utopia do futuro como “reino” de justiça e paz, liberdade e

²⁵³Para mais informações sobre as ações dos sacerdotes supracitados, que se destacaram nos movimentos populares e assistenciais de Belo Horizonte e região, ver: OLIVEIRA, Samuel Rodrigues de. Op. Cit. pp. 260-62.

²⁵⁴ A JUC surgiu vinculada a Ação Católica, “apostolado de leigos promovido pela alta hierarquia da Igreja católica em todo mundo, a partir dos anos (19)30. A AC foi criada no Brasil em 1935 pelo bispo do Rio de Janeiro Dom Sebastião Leme (...). A base para sua fundação foi o Centro Dom Vital, inspirado pela Action Française”. Em princípio a AC brasileira assumiu posições conservadoras, aproximando-se da AIB, somente após a II Guerra Mundial este movimento se alinhou ao “clero progressista”. A JUC seguiu os passos da AC, por volta de 1950, “passou a organizar-se nacionalmente (...), tornando-se um movimento social significativo, sendo por isso comemorado seu “surgimento” nessa data, embora existisse anteriormente”. RIDENTI, Marcelo. “Ação Popular: cristianismo e marxismo”. Op. Cit. p. 229

3.4 A cisão com o PTB

As peculiaridades acima descritas definiram o cenário político belo-horizontino não apenas na conjuntura em análise, mas consolidaram-se como uma característica local. O histórico de mobilizações políticas e populares na capital mineira era algo recente, diferentemente do eixo Rio-São Paulo – de forte tradição operária e sindical, com um ativismo comunista que remetia aos Anos 1920, além de toda a sucessão de revoltas populares que por diversas vezes tomaram estas cidades – Belo Horizonte ainda era um terreno a se conquistar. Aqui, comunistas, socialistas, trabalhistas e católicos disputavam espaço e procuravam se afirmar²⁵⁶. Destarte, a falta de bases consolidadas dificultava a conquista de hegemonia por parte dos grupos e organizações supramencionados. O caminho natural sempre foi a composição, o equilíbrio e a união de forças.

É neste ambiente que se formou a geração que chegou ao comando da UNE em sua fase mais combativa. Aqui também se desenvolveu a Ação Popular, grupo de forte atuação no meio estudantil, o mesmo que futuramente iria fornecer quadros para a luta armada. Nesta capital se formou os Comandos de Libertação Nacional (COLINA), na fase aguda de resistência a ditadura. Da seção mineira da POLOP brotou a porção mais combativa da organização, com o discurso mais radical e maior proximidade junto aos movimentos populares. Esse radicalismo remetia aos anos da MT.

Segundo Theotônio dos Santos, a “Mocidade Trabalhista do PTB mineiro se formou pelo ano de 1957”, composta por “um grupo de independentes de esquerda

²⁵⁵ LÖWY, Michael. “Cristianismo da libertação e marxismo”. Apud: OLIVEIRA, Sérgio Luiz Santos de. Op. Cit. p. 58

²⁵⁶ A que se salientar que movimentos e grupos de “direita” também atuavam na cidade, boa parte destes vinculados ao clero conservador, ou as tradicionais elites mineiras. A parte a ebulição política em sentido progressista, verificada no período em discussão, grupos conservadores dominavam o estado e a capital mineira. Vânia Bambirra, em entrevista a Leovegildo Pereira Leal, faz menção a um ataque a uma concentração de estudantes de esquerda, ocorrida no DCE da Universidade de Minas Gerais (UMG, posteriormente UFMG), na zona central de Belo Horizonte, promovido por integralistas, em meados de 1959. Para mais informações: LEAL, Leovegildo Pereira. Op. Cit. pp. 102-103

ligados sobretudo ao movimento estudantil”²⁵⁷. Desse grupo ganharam destaque o próprio Theotônio, além de Vânia Bambirra, Vinícius Caldeira Brant, Jair Ferreira de Sá, Herbert de Souza (Betinho), dentre outros. A MT foi mais um grupo de ativistas a galvanizar o ambiente político belo-horizontino, num período de grande efervescência. A seção jovem mineira do PTB, assim como se verificava nas demais mocidades trabalhistas do país, alinhava-se as propostas de Leonel Brizola.

Desde o início de suas atividades, o grupo esteve presente nas contendas populares relacionadas não apenas ao meio estudantil, também soube atuar junto aos trabalhadores moradores de favela, operários e mesmo camponeses. Referindo-se a fase de atuação dos mineiros na POLOP, mas resgatando as atividades pré Congresso de Jundiaí, Vânia Bambirra, em entrevista a Leovegildo Pereira Leal, indica que foi “em Minas que a POLOP conseguiu desenvolver uma atividade mais abrangente no período pré e pós fundação, com presença destacada no movimento estudantil, de favelados, operário (marceneiros e metalúrgicos) e camponês”²⁵⁸. A atuação da MT em seu estado lhe conferiu destaque entre as demais seções jovens do PTB, o que valeu ao mineiro Vinícius Caldeira Brant a presidência nacional da Mocidade Trabalhista.

A radicalização dos mineiros se deu *pari passu* a de outras forças populares em atividade no período. Mesmo o trabalhismo brizolista se mostrou estreito para um grupo de jovens que desejava alterar de modo contundente as estruturas de sua realidade. O primeiro passo nessa direção, ou seja, o início do afastamento entre boa parte dos militantes da MT mineira, e a direção do partido que lhes fornecia guarida, efetuou-se nas articulações para as eleições municipais de 1960. Sobre estes eventos, Theotônio dos Santos afirma que o grupo lançou

um candidato a prefeito muito ligado a nós e considerado marxista que foi Fabrício Soares. Nossa vitória na convenção municipal pegou de surpresa o diretório regional do PTB que anulou nossa convenção e lançou outro candidato à prefeitura. Os católicos que esperavam lançar o padre Lage (que foi proibido pela hierarquia católica e os deixou sem candidato) não gostavam da candidatura de Fabrício por ser marxista e mostraram suas diferenças ideológicas. Isto levou à articulação dos marxistas independentes que terminaram formando a

²⁵⁷ Entrevista via email concedida ao autor por Theotônio dos Santos, acessado em 08/01/2014, às 19h:30min.

²⁵⁸ LEAL, Leovegildo Pereira. Op. Cit. p. 101

POLOP em 1961 enquanto a ala católica formou a Ação Popular²⁵⁹.

A conjuntura narrada acima marca o início de um processo de decantação entre a jovem militância engaja nas lutas sociais belo-horizontinas. A definição de posições se deu primeiramente entre os grupos orientados pelo catolicismo progressista, cada vez mais combativo e a esquerda. Obteve relevo nessa ala a liderança de Vinícius Caldeira Brant, aluno do curso de Ciências Econômicas da UMG, um dos fundadores da AP em 1962, eleito presidente da UNE neste mesmo ano. Brant e seu grupo preferiram permanecer na órbita do catolicismo, embora sua militância ultrapassasse em muito os limites impostos pelo pensamento cristão²⁶⁰.

Apesar de já se encontrar em marcha o processo que levaria a cisão do grupo com o PTB, a MT se engajou nas eleições presidenciais de 1960 ainda sob o guarda-chuva trabalhista. A orientação partida das cúpulas do partido era de apoio a chapa Henrique Teixeira Lott-João Goulart, para presidente e vice, mantendo a bem sucedida parceria PSD-PTB, fundamental para a relativa estabilidade verificada nos anos JK. No capítulo anterior vimos que a JS se recusou a apoiar qualquer candidato a presidência no pleito de 1960, restringindo-se a campanha para o legislativo, ajudando na vitória do deputado federal petebista Sérgio Magalhães, e manifestando simpatia por João Goulart na vice-presidência. A LSI defendeu boicote absoluto com relação a cargos no executivo.

A MT agiu de forma diferente, manifestando um pragmatismo que levaria consigo para as fileiras da POLOP. As articulações para o apoio a chapa Lott-Jango se deram no Rio Grande do Sul, então governado por Leonel Brizola. Data dessa fase a inflexão mais radical de um líder trabalhista no âmbito político-institucional brasileiro. Há cerca de um ano antes, Brizola encapara a Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense, filial da American and Foreign Power Company (Amforp). Tal ambiente de

²⁵⁹ Entrevista via email concedida ao autor por Theotônio dos Santos, acessado em 08/01/2014, as 19h:30min.

²⁶⁰ Vinícius Caldeira Brant, bem como boa parte dos militantes lotados na AP, adeririam a resistência armada a ditadura civil-militar. Em princípio, os setores mais radicais se reuniram na Ação Popular Marxista-Leninista, posteriormente, estes se cindiram e uma porção – dentre estes Brant – se uniu ao Movimento Revolucionário Tiradentes. A outra fração do grupo somou forças ao PC do B, a maioria tomando parte na Guerrilha do Araguaia. Vinícius Caldeira Brant foi preso em setembro de 1970, permanecendo detido até 1973. Durante a fase da Anistia, uniu-se ao PT e a CUT, figurando entre os fundadores das duas agremiações. Para mais informações sobre Brant e a AP: RIDENTI, Marcelo. “Ação Popular: cristianismo e marxismo”. Op. Cit.; SALES, Jean Rodrigues. “Partido Comunista do Brasil: Definições Ideológicas e Trajetórias Políticas”. In: RIDENTI, Marcelo; AARAO REIS, Daniel (Org). *História do Marxismo no Brasil*. (Vol. 6) Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2007.

combatividade e insubmissão seria essencial para a “cadeia da legalidade”, cerca de um ano depois, movimento que garantiria a posse de João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros. Na conjuntura em questão, o líder trabalhista gaúcho buscava angariar apoio junto à juventude de seu partido, e orientar o PTB em direção as suas propostas de cunho radical. A ocasião para isso foi o Congresso da Mocidade Trabalhista, realizado no Rio Grande do Sul, em princípios de 1960. É neste evento que Vinícius Caldeira Brant chega a presidência nacional da MT. Sobre a organização do encontro, Otavino Alves, operário marceneiro, futuro quadro da POLOP, indica que nessa

época discutia-se uma intervenção no PTB e, ao mesmo tempo, um projeto político de combate ao reformismo. O Leonel Brizola bancou o Congresso da Mocidade Trabalhista no Rio Grande do Sul, foram quatro pessoas de Belo Horizonte: o Vinícius, o Pedrinho, um menino da JOC (Juventude Operária Católica), ligado ao Sindicato dos Têxteis, e eu. Quem bancou as passagens de avião foi o Santiago Dantas (...) ²⁶¹.

Sobre a participação da MT mineira nas eleições presidenciais de 1960, Theotônio dos Santos afirma que neste pleito “apoiamos o Marechal Lott para presidente e eu era o vice presidente do Comitê Juvenil Pró Lott. Eu falei em nome da Juventude na Cerimônia Nacional de lançamento da candidatura de Lott que se realizou em Belo Horizonte e a Mocidade esteve presente fortemente no Comício de lançamento de Lott na sua cidade natal em Minas”²⁶². Mas o engajamento da juventude trabalhista belo-horizontina não foi suficiente para angariar apoio ao candidato do PSD, que não venceu na capital, tampouco no restante do estado mineiro.

Dentre as diversas organizações de esquerda em atividade no país, o discurso antiimperialista foi ponto pacífico, e nesta linha de argumentação, os EUA eram vistos como o grande agente das forças antinacionais em ação na América Latina. No Brasil, Leonel Brizola se consagrou como o campeão no embate contra os representantes dos interesses estadunidenses. Em âmbito continental, os revolucionários da Sierra Maestra ocupavam tal posição. No próximo capítulo veremos que o grande interesse pela revolução cubana só se alastrará de fato após 1961, quando a ilha rebelde se colocará

²⁶¹ Entrevista Otavino Alves da Silva. *Revista Teoria e Debate*, edição nº 24, 01/03/1994. s/p. Fonte: <http://goo.gl/ujteO>. Download e acesso em: 11/09/2015, às 14h: 05min.

²⁶² Entrevista via email concedida ao autor por Theotônio dos Santos, acessado em 08/01/2014, às 19h:30min.

sob a órbita de influência soviética, em claro desafio a Washington. Na virada da década de 1950, o exemplo cubano se somava a outros de insubmissão verificados no Brasil, Argentina, Venezuela, Peru, Nicarágua, etc.

Contudo, entre uma fração da MT o exemplo da ilha caribenha não era apenas um fato de relevância continental, mas também um estímulo. De acordo com Vânia Bambirra, a “Revolução Cubana foi o grande guarda-chuva ideológico” a abrigar os setores descontentes da MT e militantes do movimento estudantil local²⁶³. O viés institucional e legalista dos grupos que comandavam o PTB não cabia nos sonhos de uma geração que cada vez mais adquiria consciência sobre a realidade nacional – e internacional. O trabalhismo brizolista, embora radical e insinuante, não rompia os limites de jogo político-institucional brasileiro. O próprio Brizola se colocaria além desses limites nos meses que antecederam o assalto ao poder em abril de 1964.

A essa altura, ano de 1960, Eric Sachs e Luiz Alberto Moniz Bandeira já se encontravam num adiantado processo de arregimentação de quadros para o novo agrupamento político que intentavam formar. Ambos mantinham contatos freqüentes com a LSI, intercambiando idéias e propostas e produzindo textos em conjunto. Estavam a frente de uma tendência interna a JS em processo de afastamento do PSB, e avançavam no diálogo junto a uma série de correntes e quadros independentes, buscando também a adesão de comunistas-pecebistas em situação seccional. Aluizio Leite Filho, quadro da JS com fortes conexões no movimento estudantil, fez a ponte entre o grupo de militantes mineiros lotados na MT e as correntes de esquerda do eixo Rio-São Paulo em estágio de aproximação.

Vânia Bambirra afirma que a MT “não foi mais que uma fachada legal”²⁶⁴ para o grupo, assim como verificado entre os ativistas da JS em relação ao PSB. Como vimos acima, mesmo o brizolismo se mostrava moderado em demasia para a corrente em análise. As informações e fontes disponíveis indicam que o afastamento do grupo ante o PTB, que lhes fornecia suporte legal, efetuou-se sem grandes traumas.

No próximo capítulo discutiremos as contribuições que as três principais organizações formadoras da POLOP forneceram ao grupo. Por ora, destacaremos alguns pontos específicos a MT mineira que a diferenciavam das duas outras agremiações a

²⁶³LEAL, Leovegildo P. Op. Cit. p. 100

²⁶⁴Idem, p. 102

formar a organização que nos toca, a LSI e a JS. Jacob Gorender, em seu estudo *O Combate nas Trevas*, descreve a POLOP como um grupo restrito “ao meio intelectual e à produção teórica, sem conseguir penetração nos movimentos de massa”²⁶⁵. Mais a frente veremos que tal informação precisa ser matizada, pois a organização em análise soube penetrar no movimento estudantil, operário, camponês, e mesmo entre os militares de baixa patente.

Em Minas Gerais, a representatividade nos “movimentos de massa” descrita por Gorender atingiu dimensões não vistas nas demais seções regionais da POLOP. E este ativismo foi herança direta da militância belo-horizontina dos tempos da MT, da JUC, do DCE da UMG e da FTFBH. Este foi o ponto principal a chamar a atenção dos organizadores do Congresso de Jundiaí. Um dos organizadores do encontro se referiu aos jovens mineiros como um agrupamento com “boa experiência na articulação estudantil e mobilização de massa”²⁶⁶.

Vale salientar o fato da MT ingressar à *frente* ORM-POLOP livre dos rancores e sectarismos presentes nos debates concentrados no eixo Rio-São Paulo, distantes das contendas a envolver pecebistas e trotskistas. Como visto, mesmo a proximidade junto ao trabalhismo era algo relativo no grupo. Tal posição dava maior abertura a coalizões livres dos preconceitos verificados em outras praças, e esta postura se evidenciará nas ações do grupo em sua fase polopista. A própria adesão dos mesmos a POLOP obedeceu aos princípios em exposição. O pragmatismo herdado dos dias de MT também estará presente nos debates que darão ensejo a primeira cisão da POLOP, em 1967.

A Mocidade Trabalhista do PTB prosseguiria com suas atividades, mas novamente seu centro de gravidade se restringiria ao Rio Grande do Sul. Sereno Chaise²⁶⁷, brizolista veterano da Ala Moça, chegaria a prefeitura da Porto Alegre em 1963, com forte apoio da MT local. As seções jovens do PTB seriam extintas junto com a legenda, após o AI-2, em 1965.

²⁶⁵ GORENDER, Jacob. Op. Cit. pp. 40

²⁶⁶ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. Op. Cit. p. 51

²⁶⁷ *Revista História Oral*. Entrevista com Sereno Chaise. Op. Cit. Ver também o site do Partido Democrático Trabalhista, que reclama para si a herança das atividades da Ala Moça e da Mocidade Trabalhista no período pré 1964. <http://goo.gl/KXSSr2>. Acesso em: 17/09/2015, às 18h: 05min.

O Amálgama – ou a composição das três fontes da ORM-POLOP

Proporcionar linha e direção à luta; adaptar as táticas a serem utilizadas em cada fase e em cada momento da luta política de tal modo que toda a força disponível do proletariado, já sublevado e ativo, encontre expressão no plano de batalha do partido; cuidar para que as táticas a serem aplicadas pelos socialdemocratas sejam decididas e inteligentes e que nunca fiquem abaixo do nível exigido pela real relação de força, mas, sim, que supere esse nível; (...). Essa direção vai se transformando em direção especializada²⁶⁸.

(Rosa Luxemburgo)

4. O Amálgama – ou a composição das três fontes da ORM-POLOP

Os dicionários definem o termo amálgama como “mistura; fusão de coisas ou pessoas distintas que forma um todo”. Valemo-nos de tal definição para caracterizar a formação da ORM-POLOP. Mas nossa definição trabalha mais com a ideia de “mistura”, a compor “um todo”, constituído por grupos distintos, e menos com o conceito de “fusão”. A organização em estudo, a parte todas as iniciativas no sentido de se efetivar enquanto partido político, visando atingir as massas, permaneceu como um movimento disperso, regionalizado, com alguns elementos de coesão. Dentre estes, podemos destacar as páginas do periódico *Política Operária*, tribuna de debates e guia para a ação a nortear as concepções da sigla. Outro elemento, nesse sentido, foram os Congressos realizados pelo grupo, iniciativas que intentavam conferir maior coesão ao movimento. Nas páginas que seguem, procuraremos identificar pontos que evidenciem nossa linha de análise.

Dentro do recorte histórico que nos toca, a sigla formada em 1961, na cidade de Jundiá, sempre apresentou um certo caráter de provisoriedade. O que nos leva a tal conclusão é o fato do grupo não ter apresentado um programa definido até 1967, ano de sua primeira cisão. A ORM-POLOP se constituiu enquanto *frente*, a partir da união entre agrupamentos distintos, e trabalhou pela ampliação do grupo, buscando diálogo junto a outras organizações atuantes no período.

²⁶⁸ LUXEMBURGO, Rosa. “Greve de Massas, Partido e Sindicato”. In: BOGO, Ademar. *Teoria da Organização Política* (Vol. 1). São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 294

Nos primeiros capítulos discutimos a formação e os pressupostos teóricos das três siglas que deram origem ao grupo em apreciação. No presente capítulo, analisaremos como se efetivou o amálgama por nós salientado, levando em conta a ideia de “mistura”, e não de “fusão”. Tomaremos como base para nossa discussão o periódico *Política Operária*, e documentos de circulação interna a agremiação, especialmente aqueles relacionados aos quatro congressos pré-cisão. Seguiremos cruzando tais dados com estudos já realizados sobre o tema, além de entrevistas e textos memorialísticos, dando continuidade a metodologia empregada nos capítulos pregressos.

4.1 O Congresso de Jundiaí e a articulação inicial

Os estudos por nós salientados no capítulo introdutório²⁶⁹ trazem informações detalhadas acerca do Congresso de Jundiaí, ocorrido em fevereiro de 1961. Nosso objetivo aqui é analisar como se estruturou a POLOP em seus anos iniciais de existência, e como se ajustaram (amalgamaram) os grupos a lhe compor. Outra tarefa será identificar a estabilidade dessa frente, levando em conta permanências e descontinuidades, relacionadas aos pólos organizativos do grupo. Por fim, buscaremos identificar até que ponto as subdivisões internas a sigla foram cruciais para sua posterior cisão. Como já mencionado, dividimos a história da organização em questão, em seus primeiros seis anos de existência, em duas fases, tendo o golpe de 1964 como elemento divisor das etapas, de acordo com nossa linha de análise.

Em meados de 1960, Eric Sachs, militante veterano com trânsito entre diversos grupos de orientação marxista, especialmente no eixo Rio-São Paulo, lançou uma convocatória no intento de se formar uma nova frente de organizações. Um novo agrupamento que oxigenasse o debate marxista nacional e se dirigisse a classe operária, em sentido efetivamente classista e revolucionário. A convocatória, em tom mordaz, denunciava o fracasso das organizações marxistas (ou de esquerda) atuantes no cenário político brasileiro até então.

²⁶⁹ Ver páginas 14-16

Em todos os debates realizados até agora, chegamos à conclusão de que a tarefa principal dos marxistas brasileiros consiste na formação de um partido independente da classe operária. Concordamos que os assim ditos "Partidos Operários", ou a "esquerda", como é popularmente chamada, não preenchem essa função no cenário político do país. O PC falhou na tentativa de se tornar o partido do proletariado brasileiro, o PSB nunca teve essa preocupação e o PTB não passa de uma agência da burguesia no meio dos trabalhadores²⁷⁰.

Mas a tarefa de se construir um “partido independente da classe operária” não poderia se efetivar apenas pela “reunião” de indivíduos ou grupos organizados, algo já tentado por diversas vezes até então. Sachs concebia o partido a ser formado enquanto “organismo vivo”, dinâmico, além da burocracia e do cupulismo caros aos movimentos revolucionários brasileiros e internacionais. Daí a ênfase na necessidade em se “construir” esse partido, a partir de quadros plenamente conscientes das premissas a serem seguidas, voltados ao trabalho de base, imbuídos de uma “linguagem comum”, atentos as concepções de democracia interna a orientar e moldar o agrupamento revolucionário a ser constituído. Vejamos como estas ideias foram sintetizadas na “Convocatória” redigida por Sachs:

Já declaramos por diversas vezes que a mera reunião de tantos e quantos indivíduos, ou mesmo grupos existentes que resolvam "fundar" um partido, não representa ainda uma solução. Isso criaria um mero rótulo, como já foi tentado em tantas dúzias no passado, sem deixar traços. O surgimento de um partido do proletariado brasileiro será um acontecimento de alcance tão profundo, que mudará não só o panorama político do país como toda a sua história futura. Tal acontecimento não se dará por um ato meramente formal, que não tenha outra base do que a vontade subjetiva de revolucionários. Um partido é um organismo vivo, com problemas mais complexos. Ele consiste não somente de nome, estatutos e de um programa adotado. Ele existe na medida em que disponha de órgãos de base, que levem a luta para adiante, e essas bases são compostas de quadros. E já que pretendemos romper com a tradição de um partido burocrático, constituído de cima para baixo, dividido numa direção que pensa (ou recebe ordens de fora) e uma base que executa, devemos colocar a premissa da existência de um mínimo de quadros com experiência revolucionária, para que o novo partido possa funcionar democraticamente e para que a base possa de fato determinar a "linha" (grifo nosso). Pressupõe isso ainda que esses quadros falem uma linguagem comum, que encarem os fenômenos da luta de classes sob um ângulo comum e que tenham pelo menos tanto em comum, para

²⁷⁰ “Convocatória para o I Congresso da Polop”. Rio de Janeiro, 24 de julho de 1960. p. 1. Documento disponível em formato digital no Centro de Documentação e Memória da UNESP e no Centro de Estudos Victor Meyer.

que uma minoria se possa submeter à decisão da maioria, sem que isso se choque com as suas concepções revolucionárias de princípio²⁷¹.

Mais a frente discutiremos as concepções organizacionais apontadas por de Sachs no excerto acima, por ora vamos ver as tarefas imediatas propostas pelo documento em apreciação, expressa em três eixos programáticos, sendo estes:

- Temos de criar um programa para um partido operário no Brasil. Não vejo essa tarefa como simples elaboração de um documento. Antes de chegar a esse ponto, teremos de estudar e interpretar a realidade brasileira sob um ângulo marxista e teremos de analisar a situação mundial, e, não por último, assimilar boa parte da experiência da luta de classe em escala internacional. Na medida que prosseguimos nessa obra, forneceremos ao movimento revolucionário metas mais claras e permitiremos aos militantes interpretar os problemas diários sem perder de mira o objetivo final.
- Temos de dedicar todo o nosso esforço e aproveitar todas as possibilidades para recrutar jovens militantes operários para a organização. Já dissemos que não somos um partido e nem pretendemos aparentá-lo. Todavia, o que temos é de dar exemplo, em miniatura, de um futuro partido operário e, nesse sentido a questão da composição social do grupo é aguda para nós.
- Procurar influir, em cada momento da luta e com os meios que temos à disposição, sobre o desenrolar das lutas de classes no país. No presente momento significa isso que temos de encontrar meios de propagar as nossas opiniões sobre os setores mais avançados e de maior importância do proletariado. E temos de fazer isso, independentemente do fato deles já aceitarem ou ainda rejeitarem as conclusões do marxismo revolucionário. O que importa é que eles tomem conhecimento e que se lembrem delas em todas as crises, que virão²⁷².

Ao se referir as “tarefas imediatas” da nova frente a ser formada, Sachs reforça o caráter de “construção” do movimento, que em princípio deve se dedicar ao recrutamento de “jovens operários” para a sigla, mesmo que estes ainda rejeitem as “conclusões do marxismo revolucionário”. Também vemos menção ao desenvolvimento de um “programa” para o “partido operário”, que não deve se limitar a “simples elaboração de um documento”, devendo brotar a partir do movimento vivo do

²⁷¹ Idem, ibidem

²⁷² Idem, p. 5

agrupamento, após o mesmo refinar suas concepções por meio de rigorosa análise das realidades tanto nacional quanto internacional, sempre sob o ângulo marxista.

Por fim, Sachs faz menção ao meio de divulgação das ideias do grupo, cita a breve experiência da revista *Movimento Socialista*, órgão da JS, e indica que tal trabalho

continuará, mas já não é o bastante. Já se impõe a necessidade de um órgão, que apareça mais freqüentemente, se dirija a um público mais vasto e seja mais atual. Como consequência, sairá o jornal. Este abrirá novas possibilidades, mas simultaneamente imporá maiores exigências. Requer uma presença maior da nossa parte nos diversos setores da vida política do país, maior consequência na aplicação das nossas soluções e uma certa mudança de estilo no nosso trabalho²⁷³.

A "Convocatória" redigida por Sachs atenderam: a Juventude Socialista (Paul Singer, Piragibe de Castro, Luiz Alberto Moniz Bandeira, Eric Sachs, dentre outros); uma fração da LSI (Emir Sader, Eder Sader, Michael Löwy, Gabriel Cohn); e da Mocidade Trabalhista de Belo Horizonte (Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Juarez Guimarães de Brito). Egressos da União da Juventude Comunista (UJC), em processo de cisão. Uma delegação vinda da Bahia, composta por representantes do sul do estado e militantes de Salvador, com destaque para os estudantes José Luiz Pamponet e Almicar Baiardi²⁷⁴. Um grupo de estudantes vindos da EBAP, próximos da JS no Rio de Janeiro, representados por Ruy Mauro Marini, Aluizio Leite Filho e Simon Schwartzman.

Parte da LSI²⁷⁵ não aderiu à nova organização, assim como parte da MT mineira. Michael Lowy, em entrevista a Joelma Alves de Oliveira, afirma que "a maioria da LSI não aderiu à POLOP, apenas eu, os irmãos Sader e mais algum que não me lembro. Nós achamos que era tempo de superar os pequenos grupos e unificar a esquerda marxista, em cima de uma estratégia socialista, do apoio à Revolução Cubana e da crítica em relação ao stalinismo e o nacional-reformismo do PCB"²⁷⁶. Otavino Alves da Silva, marceneiro de origem baiana, egresso do PCB, a altura presidente do sindicato de sua

²⁷³ Idem, ibidem

²⁷⁴ MIRANDA, Orlando. Op. Cit. p. 2

²⁷⁵ Dentre os membros da LSI a não ingressar na POLOP esteve Hermínio Sachetta, principal liderança da agremiação paulista. Moniz Bandeira afirma que a razão, "certamente, foi a desconfiança que Hermínio Sachetta tinha de Erich Sachs desde os anos 1940". Em entrevista via email ao autor, o mesmo Moniz Bandeira afirma que Sachetta suspeitava que Sachs fosse um agente dos serviços secretos soviéticos. MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. Op. Cit. p. 22; email enviado em: 10/12/2013, às 08h:55min.

²⁷⁶ OLIVEIRA, Joelma Alves. Op. Cit. p. 51

categoria em Minas Gerais, próximo a MT, também ingressou na POLOP. Segundo suas palavras, dos “operários só fui eu”²⁷⁷.

Do Congresso de Jundiaí também participaram membros do Partido Operário Revolucionário – Trotskista (POR-T), que não aderiu as propostas da POLOP. Como convidados estiveram presentes “um membro do PS (Partido Socialista) espanhol no exílio”²⁷⁸, Marcos Kaplam, que posteriormente seria professor da Universidade Autônoma do México, e o argentino Silvio Frondizi, dirigente de um pequeno grupo chamado Praxis/Movimiento de la Izquierda Revolucionaria (MIR), de tendência trotskista, existente em Buenos Aires²⁷⁹.

A presença de convidados estrangeiros no evento evidencia o caráter internacional de tal tipo de iniciativa, ou seja, a convergência de correntes de esquerda em oposição aos tradicionais PC’s alinhados a URRS e sua política. Michael Lowy faz menção a “três períodos” na história do marxismo latino- americano. O primeiro, verificado entre os Anos 1920 a 1930, Lowy chamou de “período revolucionário”, ainda sob o impacto das revoluções européias. Ao segundo chamou “período stalinista”, marcado pela hegemonia soviética e sua proposta de “revolução por etapas”, que definia a fase corrente como “nacional-democrática”, em vigor de 1930 até finais dos Anos 1950. O terceiro foi identificado como “novo período revolucionário”, fase que se estenderia da década de 1960 em diante, e teria como catalisador a Revolução Cubana. Etapa esta que “vê a ascensão (ou consolidação) de correntes radiais, cujos pontos de referência comuns são a natureza socialista da revolução e a legitimação, em certas situações, da luta armada, e cuja inspiração e símbolo, em grau elevado, foi Ernesto Che Guevara”²⁸⁰.

²⁷⁷ Otavino Alves da Silva, entrevista a revista *Teoria e Debate*, Op. Cit. s/p

²⁷⁸ LEAL, Leovegildo Pereira. Op. Cit. p. 122

²⁷⁹ “(...) Silvio Frondizi (1907-1974), historiador e sociólogo marxista (próximo ao trotskismo), constitui uma pequena organização que será a primeira chamada MIR, Movimento da Esquerda Revolucionária. Pensador original e vigoroso, autor de importantes trabalhos filosóficos, econômicos e políticos (*La integración mundial del capitalismo*, 1947; *El Estado moderno*, 1954; *La realidad argentina*, 1955-56, *Interpretación materialista dialéctica de nuestra época*, 1960, etc), advogado de guerrilheiros presos pelo regime militar argentino (1966-1973), Silvio Frondizi será assassinado em 1974 por um grupo terrorista de extrema direita (Tríplice A)”. LOWY, Michael. *O Marxismo na América Latina. Uma antologia de 1909 até os dias atuais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 1999. p. 229

²⁸⁰ Idem, p. 9

Organizações como a POLOP e o MIR argentino²⁸¹ estão inseridas nesse processo. Relacionando a torrente de transformações a incidir sobre a América Latina, e o movimento partido da Sierra Maestra, Ruy Mauro Marini infere que a “gestação da esquerda revolucionária brasileira e latino-americana – particularmente na Argentina, no Peru, na Venezuela e na Nicarágua – não é, como se pretende, efeito da Revolução Cubana, mas parte do mesmo processo que deu origem a ela – independentemente de que passe a sofrer forte influência sua, nos anos (19)60”²⁸².

A Organização Revolucionária Marxista – Política Operária passa a existir oficialmente em janeiro de 1961. A essa altura, Jânio Quadros já governava o país, e seus métodos pouco ortodoxos desconcertavam todas as correntes do espectro político nacional. A Revolução Cubana acelerava seu processo de socialização, para incômodo do Pentágono. No Brasil, os movimentos operário, estudantil, camponês, e de militares de baixa patente, intensificavam suas atividades políticas, assustando as classes conservadoras nacionais. Tratou-se de um período de efervescência política crescente, poucas vezes visto em nossa história.

O que a organização formada no Congresso de Jundiaí buscava era interferir de modo ativo nesse processo, e direcioná-lo segundo suas propostas revolucionárias. Mas para tanto, um paciente trabalho de conscientização deveria ser efetuado junto às classes trabalhadoras, especialmente os operários da cidade e do campo. Não descuidando dos setores médios, sobretudo aqueles organizados nos meios estudantil e militar. Tal empreitada se consolidaria as expensas dos tradicionais partidos e movimentos voltados às classes populares: comunistas, socialistas, trabalhistas, socialistas-cristãos, dentre outros. Destarte, o novo agrupamento deveria refinar suas concepções, visando o debate teórico junto a estes mesmos movimentos, de modo a apontar suas contradições e limitações em termos marxistas e revolucionários.

Segundo Moniz Bandeira, em princípio o agrupamento se identificava como Organização Revolucionária Marxista (ORM), para fugir a pecha de leninista, ou

²⁸¹ Ouve outras organizações que se apresentavam como MIR, com ou sem ligações diretas a versão argentina, grupos homônimos se organizaram na Venezuela e no Chile. Para mais informações. Idem.

²⁸² MARINI, Rui Mauro. “Memória Ruy Mauro Marini”. Texto disponível no site da UNAM, para consulta: <http://goo.gl/CMHeF1>. Download e acesso em: 05/10/2015, às 19h:24min.

mesmo trotskista, sempre no sentido de se apresentar como algo novo no cenário marxista nacional, não preso a metodologias e estatutos desgastados. A designação Marxista delimitava o campo teórico da sigla, mas não a amarrava a linhas estratégicas e táticas fechadas como as verificadas nos meios comunista-prestista, nos movimentos alinhados a IV Internacional, ou congêneres. Não há indicação precisa sobre quem indicou a sigla ORM, contudo, com relação ao nome Política Operária, título do periódico da organização, as fontes são unânimes em indicar Eric Sachs como autor. Ainda de acordo com Moniz Bandeira, a sigla

se tornou mais conhecida, posteriormente, como POLOP, devido ao título da revista - Política Operária, dado por sugestão de Erich Sachs (não recordo quando), com base no título de um jornal do KPD-O, publicado entre 1930 e 1932, e adotado pelo Gruppe Arbeiterpolitik, que surgiu em Bremen, em 1947, e Herinch Brandler pretendeu revigorar, com seu retorno à Alemanha em 1949. Entretanto, entre 1916 e 1919, o mestre de escola Johann Knief (1880-1919) já havia publicado um jornal, com esse mesmo título - Arbeiterpolitik, em Bremen, como expressão da esquerda radical (Linksradikalen) da social-democracia, e juntou-se ao Spartakusbund, que Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht lideraram²⁸³.

Em seus anos iniciais de existência, a POLOP teve como centro estratégico a cidade do Rio de Janeiro, aqui era editado o jornal da sigla (embora o mesmo fosse impresso em São Paulo), e nesta capital se concentravam as principais lideranças do grupo. Um punhado de quadros, oriundos em boa medida da LSI, militavam em São Paulo. Em Minas Gerais atuavam os egressos da MT, e em Salvador, especialmente no meio estudantil, militavam quadros que aderiram a POLOP na época de sua fundação, em 1961. Entre 1962 e 1963, Rui Mauro Marini e Theotônio dos Santos foram integrados como professores na Universidade de Brasília, o que estendeu a

²⁸³ No capítulo em que discutimos a JS, vimos que em meados dos Anos 1950, Eric Sachs, atuando no GRAC, chegou a editar um pequeno e efêmero jornal intitulado *Política Operária*. Quanto à revista/jornal *Política Operária*, Moniz Bandeira atesta que a mesma foi “legalizada e o título registrado em meu nome, como diretor-responsável, da mesma forma que *Movimento Socialista*. Ambas, para efeitos legais, tinham como sede o endereço da Editora Germinal, na Av. 13 de Maio, 23, s. 922, Rio de Janeiro, pertencente a um amigo meu e de meu tio Edmundo Moniz, o anarquista português, Roberto das Neves (1907-1981), que fugira para o Brasil em 1940, perseguido pela ditadura de Antônio de Oliveira Salazar”. Em São Paulo, o correspondente do periódico era Eder Sader, e o endereço, indicado no primeiro exemplar do *Política Operária*, era Praça Carlos Gomes, nº 109. Em Belo Horizonte, correspondente e endereço são: Guido de Souza Rocha, Avenida Afonso Pena, nº 323, sala 7. Para citação no corpo do texto: MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. Op. Cit. pp. 22-23. Para informações em nota, idem, pp. 31-32. Para dados acerca do periódico *Política Operária*: jornal *Política Operária*, edição nº1, janeiro de 1962.

representatividade da organização a Capital Federal. Até 1964, o grupo teria capilaridade no Rio Grande do Sul e Goiás.

No núcleo estratégico polopista atuavam os já salientados Eric Sachs e Moniz Bandeira, a estes podemos acrescentar Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Eder Sader, Paul Singer e Michael Lowy. Junto ao movimento estudantil, merece destaque Aluizio Leite Filho, com fortes articulações no DCE da UFMG e na URFJ, bem como ligações na UNE, o que garantirá a POLOP importante presença nos debates e mobilizações estudantis ao longo da década de 1960.

No meio operário, destacou-se Otavino Alves da Silva, presente no Congresso de Jundiaí, quadro lotado na região da grande Belo Horizonte. Na grande São Paulo a sigla também obteve alguma representação no meio operário, entre 1967 e 1968 quadros polopistas distribuíam na região de Osasco um periódico/panfleto intitulado *Movimento Operário*. Militantes do grupo em análise participaram da articulação da “greve de julho”, última paralisação de envergadura verificada no período²⁸⁴. Na região industrial de Belo Horizonte e arredores circulava um jornal produzido pela militância polopista conhecido como *Comitê da Fábrica*, cujos organizadores estiveram presentes na construção da grande greve de Contagem, ocorrida em abril de 1968.

A organização obteve algum êxito no diálogo com os militares de baixo e médio escalão, muito atuantes no período que antecedeu o golpe de 1964. Tal categoria recebeu bastante espaço nas linhas do *Política Operária*. Especialmente em São Paulo e Belo Horizonte, a proximidade junto aos militares será crucial para as articulações tanto da VPR, quanto dos COLINA, após os rachas de 1967, cisões estas diretamente ligadas a questão da resistência armada a ditadura civil-militar, como veremos adiante.

4.2 A estruturação interna e os alicerces da organização

4.2.1 O modo inicial de organização

²⁸⁴ OLIVEIRA, Sérgio Luiz Santos de. Op. Cit. pp. 205-229

Feito este breve balanço organizacional, discutiremos a estruturação e os alicerces a formar a ORM-POLOP, ou seja, a base sobre a qual se constituiu o corpo organizativo e doutrinário da sigla. Partiremos de sua estrutura interna, aqui se buscou um modo de organização que seguisse a premissa básica do grupo: a renovação. Tratou-se de fugir ao tradicional centralismo-democrático do campo leninista-trotskista. Neste ponto, identificamos o principal legado da LSI na POLOP, o modo de organização luxemburguista, baseado nos preceitos da democracia socialista. No capítulo dois deste trabalho discutimos as diferenças entre o centralismo democrático leninista e as propostas de organização partida de Rosa Luxemburgo, contrapondo os estatutos do PCB e da LSI²⁸⁵.

Embora de modo não formalizado, tais preceitos foram incorporados pela POLOP, especialmente em sua fase pré-golpe de 1964. Moniz Bandeira comenta que a organização em análise, após sua composição durante o Congresso de Jundiaí, “não adotou as normas do centralismo-democrático, do bolchevismo, por ser tão somente adequadas às circunstâncias da Rússia, sob o despotismo czarista. Ainda que admirássemos Lênin, partilhávamos da crítica de Rosa Luxemburg ao bolchevismo e ao encaminhamento que ele imprimiu à revolução russa e terminou por gerar o stalinismo”²⁸⁶. Ainda sobre esta questão, Gabriel Cohn, em entrevista a Joelma Alves de Oliveira, afirma que “a referência política que se tinha pelo menos nesta fase de transição da Liga Socialista Independente para a POLOP era, pelo menos na minha lembrança, era a tradição da Rosa Luxemburgo, uma orientação marxista revolucionária com forte conotação democrática”²⁸⁷.

Dentre as principais colaborações por parte da POLOP para o campo marxista brasileiro, identificamos seu modo de organização interno, desenvolvido a partir das propostas de democracia socialista advindas do pensamento de Rosa Luxemburgo. Iniciado com a incipiente LSI, tal modelo de *ligação horizontal*²⁸⁸ ganhou ressonância atrelado a um grupo com representação nacional, e apresentou-se como alternativa ao desgastado centralismo-democrático leninista a emanar do campo prestista-trotskista,

²⁸⁵ Ver páginas 57-65

²⁸⁶ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. Op. Cit. p. 40

²⁸⁷ OLIVEIRA, Joelma Alves de. Op. Cit. p. 91

²⁸⁸ DUVERGER, Maurice. Op. Cit. p. 83

muito mais calcado no *centralismo* do que na *democracia*. Mais adiante veremos que este modo de organização não se efetivou sem questionamentos.

4.2.2 *Transição imediata ao socialismo*

Um dos principais alicerces, no que respeita a estruturação da POLOP, enquanto movimento revolucionário de cunho marxista, era a proposta de *transição imediata ao socialismo*, em contraposição ao modelo *etapista* encampado pela constelação comunista-pecebista. Neste ponto não se vê nada de inédito, visto que a proposta em discussão já perpassara diversas organizações de cunho trotskista formadas no Brasil, desde o PSR, formado na década de 1940 por Hermínio Sacchetta, até o POR, constituído no decênio seguinte, não deixando de mencionar a própria LSI. O diferencial em relação à POLOP é o fato do grupo não se identificar como trotskista e não se vincular formalmente a nenhuma corrente internacional vinculada a este campo. Tal postura contribuiu para consolidar seu viés independente e legitimou o caráter frentista da sigla. A POLOP foi a organização que logrou dar maior ressonância a proposta de transição imediata ao socialismo, ao menos até o período em análise.

Na edição de número I do jornal *Política Operária*, a proposta em questão vem expressa sem tergiversações em seu editorial de estréia, vejamos o trecho final do escrito.

Um movimento operário liberto da tutela interna e externa não pode deixar de desfraldar a bandeira da luta pelo socialismo neste país. Não pode deixar de opor aos desenvolvimentistas a alternativa do desenvolvimento socialista para enfrentar os problemas insolutos da chamada realidade nacional. **A luta pelo socialismo como única resposta possível à miséria da política burguesa, tem de ser iniciada nesta terra** (grifo nosso). A penetração desse objetivo entre as largas massas de assalariados é o único meio de evitar que o lugar vago, deixado pelos demagogos de ontem, os Getúlios, os Ademares, os Jânios, seja novamente preenchido por políticos da classe dominante. No Brasil de hoje, a luta aberta e indisfarçada pelo socialismo é uma condição indispensável para a elaboração de uma estratégia e uma tática do seu movimento operário — é própria

premissa da tomada de consciência de classe de seu proletariado²⁸⁹.

As ideias acima expostas remetem as teses tanto da LSI, quanto da JS. Com relação a MT, tais propostas não encontraram grande resistência por parte de um agrupamento que tinha na Revolução Cubana seu grande modelo inspirador. A premissa da transição socialista imediata também se faz presente na “Convocatória” redigida por Sachs antes do Congresso de Jundiaí. “O que diferencia a nossa situação da dos revolucionários do século passado, é que a luta pelo socialismo, o programa máximo, está hoje na ordem do dia em escala mundial, e mais tempo, menos tempo, far-se-á sentir na política nacional”²⁹⁰.

Estas perspectivas têm sua origem na teoria da Revolução Permanente de Trotski, enquadram o Brasil como um país já tipicamente capitalista, controlado por uma burguesia associada ao grande capital internacional, isto posto, as tarefas revolucionárias seriam de libertação nacional e supressão do capitalismo, num processo simultâneo e contínuo. Não são levadas em conta ideias do tipo “restos feudais”, “etapas transitórias”, “burguesia antiimperialista”, e demais propostas a emanar do pensamento pecebista. As teses polopistas enquadravam o Brasil como um país industrializado, onde a contradição fundamental era a que contrapunha proletariado e burguesia, e não “nação” e “anti-nação”, outro pressuposto isebiano-pecebista. Um país onde se sobrepunham todas as etapas do desenvolvimento capitalista global, indo do que havia de mais avançado ao mais atrasado em termos de cultura e tecnologia. Vejamos como estas ideias vêm sintetizadas no “Programa de Transição” trotskista.

Os países coloniais e semicoloniais são, por sua própria natureza,

²⁸⁹ Em seu *Programa de Transição*, documento básico da IV Internacional, redigido pelo próprio Trotski, parte-se da premissa de que a “Internacional Comunista enveredou pelo caminho da social-democracia na época do capitalismo em decomposição, quando não há mais lugar para reformas sociais sistemáticas nem para a elevação do nível de vida das massas, quando a burguesia retoma sempre com a mão direita o dobro do que deu com a mão esquerda (impostos, direitos alfandegários, inflação, deflação, carestia da vida, desemprego, regulamentação policial das greves, etc.), quando cada reivindicação séria do proletariado, e mesmo cada reivindicação progressista da pequena burguesia, conduzem inevitavelmente além dos limites da propriedade capitalista e do Estado burguês. A tarefa estratégica da IV Internacional não consiste em reformar o capitalismo, mas em derrubá-lo. Seu objetivo político é a conquista do poder pelo proletariado para realizar a expropriação da burguesia”. Tal premissa foi encampada por todos os grupos que de alguma forma estiveram vinculados a constelação trotskista. Para citação no corpo do texto: *Jornal Política Operária*, Nº 1, janeiro de 1962. Para citação em nota: TROTSKY, Leon. “Programa mínimo e programa de transição”. In: Op. Cit. s/p.

²⁹⁰ “Convocatória para o I Congresso da POLOP”. Op. Cit. p. 5

países atrasados. Mas esses países atrasados vivem em condições do domínio mundial do imperialismo. É por isso que seu desenvolvimento tem um caráter combinado: reúne em si as formas econômicas mais primitivas e a última palavra de técnica e da civilização capitalista. É isto que determina a política do proletariado dos países atrasados: ele é obrigado a combinar a luta pelas tarefas mais elementares da independência nacional e da democracia burguesa com a luta socialista contra o imperialismo mundial. Nessa luta, as palavras-de-ordem democráticas, as reivindicações transitórias e as tarefas da revolução socialista não estão separadas em épocas históricas distintas, mas decorrem umas das outras²⁹¹.

É dentro dessa perspectiva que se desenvolveu o pensamento polopista. Antenados aos debates de sua época, os teóricos da organização avançaram nestas análises, e somaram-se ao grupo de pesquisadores vinculados aos estudos sobre a *teoria da dependência*²⁹², destacando-se na ala mais a esquerda do referido campo.

4.2.3 O papel central da classe operária no processo revolucionário brasileiro, sindicatos e comitês

Pecebistas e trotskistas sempre conferiram prevalência ao proletariado em seus respectivos programas, mesmo os trabalhistas davam destaque a tal classe em seus documentos. A POLOP seguiu nessa toada, mas imprimiu um caráter mais radical e imediato as suas propostas. A classe trabalhadora, tendo a frente o operariado, amparado pelos camponeses e por setores radicalizados das camadas médias, deveria

²⁹¹ TROTSKY, Leon. “Os países atrasados e o programa das reivindicações transitórias”. In: “Programa de Transição”. Op. Cit. s/p.

²⁹² Segundo Vânia Bambirra, “la teoría de la dependencia debe entenderse como la aplicación creadora del marxismo-leninismo a la comprensión de las especificidades que asumen las leyes de movimiento del modo de producción capitalista en países como los latinoamericanos, cuya economía y sociedad, conformadas después de la destrucción de las sociedades indígenas, fueron productos del desarrollo del modo de producción capitalista primero en Europa, en seguida en Estados Unidos, y son *redefinidas* en función de las posibilidades estructurales internas, vale decir de la diversificación del aparato productivo”. Os quadros polopistas que se destacaram como expoentes da teoria da dependência, em sua ala mais comprometida com os postulados marxistas de cunho revolucionário, são: Rui Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra. BAMBIRRA, Vânia. “Teoría de la dependencia: una anticrítica”. Artigo publicado em: Cátedra Che Guevara - Coletivo Amauta. Ciudad de México: Ciudad Universitaria, 1977. p. 9. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.amauta.lahaine.org>. Acesso e download em: 06/07/2013, às 19h:12min.

guiar o processo de transição pós capitalista no Brasil. Tal ideia-força vem expressa no primeiro editorial do *Política Operária*:

(...) Uma renovação da esquerda no país só poderá se dar quando for apoiada, conscientemente, na classe operária. Num país como o Brasil, com três milhões de operários industriais, nenhum movimento de esquerda poderá viver e crescer à margem da classe operária. É esta que fornece o campo de ação e os objetivos de luta a milhares de jovens do movimento estudantil que hoje procuram imprimir novos rumos à política nacional. É ela capaz de agrupar em torno de si os milhões de camponeses que despertam para a vida política, e dar consciência à sua luta. É igualmente o movimento operário o único capaz de mobilizar as camadas mais radicais da pequena burguesia, como as desorientadas massas de eleitores de Quadros, abandonadas pelo seu Presidente²⁹³.

A união de forças entre os distintos setores da classe trabalhadora era ponto pacífico entre as organizações marxistas e revolucionárias nacionais, em seus diversos matizes. O que se buscava era a constituição de uma “classe para si”, consciente de suas tarefas. O que a POLOP propunha, como forma de efetivar o velho postulado marxista, era o reforço no trabalho de *base*, de modo a fugir ao já tradicional cupulismo presente nas organizações operárias brasileiras, de viés marxista ou não. O meio apontado para se contornar as cúpulas sindicais foi a formação de *comitês*, organizados diretamente pelos trabalhadores em seus setores de produção.

No primeiro exemplar do *Política Operária*, por meio do artigo convocatório “Por Uma Frente Única dos Trabalhadores da Cidade e do Campo”, vemos referências a “Comitês de Empresa” e “Comitês Populares”, voltados a “defesa mais eficiente do nível de vida das massas”²⁹⁴. Este tema irá perpassar toda a literatura polopista, e estará presente nos documentos produzidos em suas conferências e congressos. Nas “reivindicações imediatas”, redigidas nas “Diretrizes Para Uma Política Operária. Resoluções do 2º Congresso da POLOP”, realizado em 1963, vemos a recomendação

²⁹³ Jornal *Política Operária*, Nº 1, janeiro de 1962, p. 1

²⁹⁴ Na edição de número 9 do periódico *Ação Socialista*, temos o artigo “Pela Formação de Comitês de Fábrica”, no texto vemos a exortação pela constituição, “em todas as fábricas e locais de trabalho, de comitês de fábrica, eleitos pelos próprios operários da fábrica”. Para citação em nota: Jornal *Ação Socialista*, Nº 9, setembro de 1960, p. 2. Para citação no corpo do texto: Idem, p. 2

para a “formação de Comitês Populares de Luta contra a Carestia, nas fábricas e nos bairros, entre as donas de casa e consumidores em geral (...)”²⁹⁵.

Ainda em 1963, o documento de circulação interna “As Tarefas da Esquerda Perante o Novo Governo Burguês”, orientava a criação de “Comitês Populares Contra a Carestia, União de Defesa Coletiva, Associações de Bairro, Sociedades de Defesa de Cuba, Comitês de Empresa (...)”²⁹⁶. No mesmo ano, uma densa análise do meio sindical brasileiro é apresentada no artigo “O Crescimento do Movimento Operário e as Tarefas da Vanguarda”, texto redigido por Eric Sachs (sob o pseudônimo Eurico Mendes), publicado na sétima edição do *Política Operária*. O item 7 do artigo traz o título “Chegou a Hora dos Comitês de Empresa”. A questão foi abordada de modo mais aprofundado no “Programa Socialista para o Brasil”, o documento infere que as bases para a formação do proletariado revolucionário no Brasil

devem ser os próprios locais de trabalho. O movimento sindical de cúpula serve aos desígnios do reformismo e da burguesia. Uma pequena fração burocratizada fala pela classe e amortece os conflitos de classe. Os pelegos falam pela classe enquanto ela não fala por si mesma, enquanto a voz dos operários nas fábricas não intervém na luta política. Organizar os operários em Comitês de Empresa é, assim, mobilizar a classe independentemente das instituições ministeriais que a burguesia procura revesti-la e controlá-la. O nível de luta dos Comitês de Empresa refletirá naturalmente o nível atingido pela classe em cada local; mas não há dúvida de que a sua constituição contribuirá para fazer avançar essa mobilização. Livres e ligados diretamente à classe, tais comitês são o instrumento básico para sustentarmos a luta econômica e política da classe operária. Também na organização sindical se fará sentir essa política de base; travaremos a luta sindical na perspectiva de libertação dos sindicatos do controle do Estado burguês²⁹⁷.

Pelo último parágrafo do excerto acima exposto vemos que embora houvesse ênfase na tarefa de se formar comitês, o trabalho dentro dos sindicatos não estava descartado. Buscava-se chegar ao controle dos sindicatos a partir de suas bases, especialmente por meio dos comitês de empresa²⁹⁸. Aqui encontramos mais um paralelo

²⁹⁵ DIRETRIZES PARA UMA POLÍTICA OPERÁRIA. Resoluções do 2o Congresso da POLOP – 1963. Disponível em formato digital no Centro de Estudos Victor Meyer

²⁹⁶ “As Tarefas da Esquerda Perante o Novo Governo Burguês”. Boletim 8, 1963. Documento disponível em formato digital no Cedem da UNESP.

²⁹⁷ REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. Op. Cit. pp. 139-140

²⁹⁸ Uma das experiências mais bem sucedidas nesse sentido, ou seja, a conquista do sindicato a partir das bases, foi objetivada pela Comissão de Fábrica da Cobrasma, empresa metalúrgica localizada em Osasco,

com o “Programa de Transição”, que estipulava a mesma estratégia para a militância alinhada as teses da IV Internacional. O documento trazia como “princípio inquebrantável” a necessidade de se atuar nos sindicatos, de modo instrumental, de maneira coerente com as proposições do programa trotskista. Nesse sentido, segundo o texto, “o auto-isolamento capitulador fora dos sindicatos de massa, equivalente à traição da revolução, é incompatível com a militância na IV Internacional”²⁹⁹.

Uma síntese das propostas polopistas para o meio sindical estão presentes no já referido artigo “O Crescimento do Movimento Operário e as Tarefas da Vanguarda”. Coerente com as teses da organização, o texto advoga pela independência da classe operária, e esta independência passa pela conquista da “liberdade sindical”. Tal emancipação só se efetivará, segundo o documento, após a supressão da tutela mantida pelo Ministério do Trabalho e sua legislação herdada do Estado Novo. O texto vê como positiva a busca por uma Central Sindical, e identifica no Comando Geral dos Trabalhadores um avanço rumo à autonomia da classe. Não obstante, são apontados os limites na atuação da CGT, uma vez que suas proposições não tocavam no “problema da legislação sindical propriamente dita, na questão do domínio das associações de classe pelo Ministério do Trabalho”, e na “questão da liberdade sindical”³⁰⁰.

Marcelo Badaró Mattos chama a atenção para o fato da POLOP “não se posicionar contra o imposto sindical” nas Resoluções de seu II Congresso, pondo-se em oposição apenas ao fundo sindical, as comissões de enquadramento, os direitos de intervenção e dissolução de sindicatos por parte do Ministério do Trabalho, e o controle financeiro executado pelo Banco do Brasil³⁰¹. A proposta polopista acerca deste ponto é exposta de modo mais detalhado no já referido artigo de Eurico Mendes “O Crescimento do Movimento Operário e as Tarefas da Vanguarda”. No item 6 deste texto, intitulado “Uma experiência falha”, é citada uma iniciativa partida dos setores renovadores sindicais, muitos destes articulados ao meio cristão, no sentido de se abolir o imposto sindical. Mendes indica que tal supressão deve ser de caráter gradativo, dado

tema por nós abordado em nossa dissertação de mestrado. Para mais informações sobre esta experiência, consultar: OLIVEIRA, Sérgio Luiz Santos. Op. Cit. pp. 178-205.

²⁹⁹ TROTSKY, Leon. “Os sindicatos na época de transição”. In: Op. Cit. s/p.

³⁰⁰ Revista *Política Operária*, edição Nº 6, março/setembro de 1963. p. 51

³⁰¹ MATTOS, Marcelo Badaró. Op. Cit. pp. 203-204

o pouco desenvolvimento em termos de organização e estrutura por parte do operariado organizado no país. Sendo assim, o “não posicionamento contra o imposto sindical” identificado por Mattos se efetiva em termos táticos, atento a “situação objetiva” do proletariado nacional. De modo a cotejar de modo claro a questão, vejamos um trecho do raciocínio exposto no artigo.

A campanha contra o imposto, encontra, sem dúvida, repercussão e isto pelo simples fato de o desconto de um dia de trabalho por ano, provocar o descontentamento da imensa maioria dos trabalhadores. Trata-se, porém, do descontentamento de uma imensa massa amorfa, que, em sua grande maioria, está fora de qualquer organização operária. Se pudéssemos dirigir-nos diretamente a essa massa, organizá-la e liderá-la na luta, tal campanha teria razão de ser. A vanguarda revolucionária, todavia, não dispõe ainda desses recursos. Para levar essa massa à luta, para liderá-la e organizá-la é indispensável a atuação militante ativa das bases e dos quadros médios sindicais. E estes, em sua grande maioria, hesitam em tocar no problema do Imposto enquanto não existir uma Central Sindical, que tenha possibilidades e recursos financeiros para sustentar sindicatos mais fracos. Não podemos ter interesse em erguer entre nós e essas forças sindicais uma barreira sobre assunto que não compensa. Pois o Imposto, em última instância, não é a causa e sim efeito da situação sindical. Com sindicatos livres dos controles financeiros e demais tutelas do Ministério, a própria burguesia se apressará em aboli-lo. Ela não costuma financiar a nossa luta de classe³⁰².

4.2.4 Os trabalhadores do campo

Com relação ao campesinato, ou aos “trabalhadores do campo”, como expresso na literatura polopista, define-se tal grupo social enquanto componente fundamental nas propostas frentistas partidas da organização em estudo. No primeiro exemplar do *Política Operária* vemos em letras garrafais: “Por Uma Frente Única dos Trabalhadores da Cidade e do Campo”. A semelhança da literatura pecebista e trotskista³⁰³, as teses

³⁰² Revista *Política Operária*, edição Nº 6, março/setembro de 1963. p. 52

³⁰³ “As massas camponesas, sobretudo as camadas mais oprimidas e exploradas, têm interesse em profundas transformações na estrutura agrária e na emancipação econômica do País, constituindo o aliado fundamental do proletariado na revolução anti-imperialista e antifeudal”. O Programa de Transição trotskista segue na mesma toada, colocando os camponeses junto a “pequena burguesia” urbana, definindo-os como aliados em potencial. “As seções da IV Internacional devem, sob a forma mais concreta possível, elaborar programas de reivindicações transitórias, para os camponeses (pequenos

polopistas enquadravam os trabalhadores do campo como “aliados” da classe operária urbana. Vimos que a POLOP partia de uma avaliação diferente da do PCB em suas análises sobre o estágio de desenvolvimento capitalista pelo qual passava o Brasil. As teses sobre os “restos feudais” no campo eram rechaçadas, a economia nacional era definida como plenamente capitalista, e o mesmo se aplicava ao campo. O trabalhador rural era identificado como proletário, ou proletarizado, e o avanço do capitalismo no campo despojava toda uma categoria de pequenos produtores, restando aos mesmos apenas a venda de sua força de trabalho, seja campo, seja nos grandes centros urbanos.

O tema em apreciação foi exposto de maneira mais densa na tese “O Movimento Camponês no Brasil”, aprovada no II Congresso. Após discorrer sobre a “penetração do capitalismo no campo”, vista como “lenta, mas progressiva”, o texto aponta três efeitos perniciosos para os trabalhadores do meio rural, sendo estes: “1.º) uma maior acumulação da propriedade da terra; 2.º) o rompimento das relações de produção tradicionais, através de vastas camadas camponesas; 3.º) a intensificação do desemprego disfarçado e as constantes migrações dentro do campo e para as cidades”³⁰⁴. Em linhas gerais, a discussão polopista acerca deste tema não sofreu grandes alterações, e foi incorporada ao primeiro programa aprovado pela sigla, em 1967³⁰⁵.

O texto redigido para o II Congresso da organização se concentra na emergência das Ligas Camponesas, e enxerga nestas o elemento de maior potencial revolucionário presente entre as classes trabalhadoras do campo. Críticas são feitas a postura do PCB diante das Ligas, aos olhos da sigla vista como instrumental, empenhada apenas em alinhar as demandas rurais a grande política do partido. De acordo com o documento, “embora a premissa organizativa do PC fosse, em princípio, correta — enquanto procurava formar no campo quadros partidários e células do Partido — pecava pelas

proprietários) e a pequena burguesia urbana, correspondentes às condições de cada país. Os operários de vanguarda devem aprender a dar respostas claras e concretas às questões de seus futuros aliados”. Para citação da Resolução pecebista: “Resolução Política do V Congresso. Partido Comunista Brasileiro”. Op. Cit. s/p. Para Programa de Transição: TROTSKY, Leon. “A aliança dos operários e camponeses”. In: Op. Cit. s/p.

³⁰⁴ A tese em questão foi publicada na edição de número do informativo polopista. Revista *Política Operária*, edição N° 6, março/setembro de 1963. p. 46

³⁰⁵ REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. Op. Cit. pp. 139-140

deficiências fundamentais do Partido, devido ao seu caráter oportunista e de cúpula, à ausência de critérios no recrutamento e às deficiências na formação de quadros”³⁰⁶.

Limites também são apontados com relação à prática política de Francisco Julião, o grande articulador da Ligas. Líder este apontado como “agitador social”, “socialista”, “pequeno burguês” e “honesto”. Porém, sua metodologia de ação lhe conferia contornos “messiânicos”, suas experiências bem sucedidas verificadas no nordeste foram alaistradas para todo território nacional, sem que houvesse qualquer “organização séria que se empenhasse em estudar as condições de um trabalho consequente no campo”. Foi então

que Julião e o grupo que o cercava resolveram generalizar definitivamente as experiências limitadas que tiveram. Foram criados estereótipos em torno da figura do camponês, de suas condições de luta, do seu individualismo e de sua força revolucionária. O caráter agitativo das Ligas encobria a incapacidade de seus fundadores de orientá-las para uma forma de luta mais consequente, isso porque, devido à ausência de uma organização revolucionária consequente que orientasse o trabalho, tudo passou a girar em torno do mito Julião³⁰⁷.

Dentre os estereótipos supra-referidos, está a limitação da luta camponesa a posse da terra, objetivada na questão da Reforma Agrária, esta por sua vez articulada as Reformas de Base, tema candente no período. A tese chama a atenção para a posição do “assalariado” agrícola, elemento nada desprezível nas contendas do campo, e indica que o grupo reunido em torno de Julião “se preocupava apenas com as forças passíveis de uma agitação a curto prazo, descuidando-se dos assalariados — elemento fundamental para o encaminhamento socialista da questão agrária, devido ao caráter proletário de suas reivindicações — e fugindo à formação política, não deu os passos necessários para a organização efetiva do movimento camponês”³⁰⁸.

Para se superar o impasse no campo, que segundo o documento se encontrava estado de “crise”, recomenda-se que se intensifique a organização dos trabalhadores rurais dentro das premissas do “marxismo-leninismo”, de acordo com as concepções defendidas pela POLOP. A tese reforça o caráter de frente do processo revolucionário a ser empreendido. Destarte, “somente o campesinato organizado e unido à classe operária poderá barrar o caminho desse reformismo burguês e impor as suas próprias

³⁰⁶ Revista *Política Operária*, edição Nº 6, março/setembro de 1963. p. 43

³⁰⁷ Idem, *ibidem*.

³⁰⁸ Idem, p. 43

soluções, dentro de um programa que exprima os interesses dos trabalhadores brasileiros³⁰⁹.

Até seu segundo Congresso, a POLOP, com relação à questão camponesa, concentrou seu enfoque na liderança de Francisco Julião e nas atividades das Ligas Camponesas. Nas páginas do *Política Operária* podemos observar este percurso, já na primeira edição do periódico foi publicada uma entrevista coletiva de Julião que, segundo o jornal, “a imprensa burguesa não publicou”. Em tom desafiador, o líder camponês afirmava que “o capitalismo não tem mais nada a oferecer ao povo”³¹⁰.

Na terceira edição do informativo polopista foi publicada a “Carta de Ouro Preto”³¹¹, a partir de um discurso proferido pelo mesmo Julião, onde foram expostas as intenções das Ligas Camponesas. Em sua quinta edição foi publicado um chamamento³¹² para uma coalizão de forças de esquerda que deveria unir a POLOP, o Partido Comunista do Brasil e o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), liderado por Francisco Julião. Mais a frente discutiremos melhor esta iniciativa, que acabou não se concretizando devido a divergências teóricas e organizacionais entre as agremiações envolvidas.

Embora tenha apresentado propostas buscando coalizões e efetivado análises aprofundadas acerca da questão “camponesa” no Brasil, a penetração da POLOP entre os trabalhadores organizados no meio rural foi praticamente inexistente. A aposta na liderança de Francisco Julião se mostrou equivocada e foi abandonada ainda sob a vigência das diretrizes do II Congresso da organização³¹³. A dificuldade de inserção no campo, por parte de uma sigla de viés urbano e operário foi flagrante.

³⁰⁹ Idem, pp. 46-47

³¹⁰ Jornal *Política Operária*, 1^o edição, janeiro de 1962. p. 6

³¹¹ Idem, 3^o edição, maio de 1962. p. 8

³¹² Revista *Política Operária*, 5^o edição, janeiro-fevereiro de 1963. p. 49

³¹³ Na edição de número sete do *Política Operária*, no artigo “Problemas dos Trabalhadores do Campo”, assinado por Arnaldo Mourthé, vemos o seguinte raciocínio em relação as Ligas Camponesas: “As Ligas Camponesas, antes de conseguirem se firmar nacionalmente como organização de massas, entraram em crise. Crise normal de movimento de massa que amadurece para a fase superior, a fase de organização, superando a fase inicial de agitação de problemas, apenas agravada por falta de uma organização revolucionária capaz de conduzi-las nesse momento difícil. A liderança pequeno-burguesa que elas possuíam, desorganizada e com uma visão deformada do processo político brasileiro, foi incapaz de conduzi-las nos momentos difíceis, precipitando e agravando a crise com atitudes aventureiras e irresponsáveis”. O número sete do informativo polopista marca o início do distanciamento do grupo de Francisco Julião, figura constante no *Política Operária* em suas primeiras edições, esta liderança

4.2.5 O papel dos estudantes

Dados recolhidos pelas pesquisas e investigações realizadas pelo Projeto “Brasil: Nunca Mais”, relativos a organizações revolucionárias, atuantes entre os anos 1960-1970, trazem os seguintes números acerca da composição interna da ORM-POLOP: estudantes, 26,2%; militares de baixa patente, 20,0%; profissionais liberais ou com formação superior, 15,5%; professores, 13,8%; trabalhadores manuais urbanos, 3,7%³¹⁴. Aqui encontramos o maior ponto de intersecção entre os três grupos que deram origem a POLOP. Nos capítulos pregressos vimos que LSI, JS e MT eram agremiações compostas majoritariamente por estudantes. Mesmo a LSI, que diferentemente das siglas socialista e trabalhista, não se constituiu enquanto seção jovem de determinado partido, também era uma organização formada, em sua maioria, por estudantes.

A edição número 1 do *Política Operária* convoca os trabalhadores para o “I Encontro de Operários, Estudantes e Camponeses”³¹⁵, a ser realizado nos dias que antecedessem o 1º de Maio de 1962, concluindo-se no dia dos trabalhadores. A proposta partia da UNE e da UBES. Em linhas gerais, esta será a plataforma polopista para o meio estudantil. Tal setor deveria atuar como *linha auxiliar* do proletariado no processo revolucionário brasileiro. Esta leitura não era exclusiva da POLOP, outras forças, como

praticamente desaparece das linhas do jornal desta edição em diante. Jornal *Política Operária*, 7ª edição, outubro de 1963. p. 22

³¹⁴ Os dados levantados pelo Projeto “Brasil: Nunca Mais” são parciais, nomes repetidos são excluídos, sabe-se que diversos militantes atuaram em mais de uma organização, também havia flutuação entre quadros e grupos, muitos mudando de sigla mais de uma vez, além das inúmeras fusões e cisões. Não deixando de considerar ativistas que se exilaram, ou permaneceram no anonimato durante os anos de perseguição mais intensa por parte da ditadura. Com relação à POLOP, os processos datam, sobretudo, do período pós AI-5 (1968), fase em que esta organização foi desmembrada por uma série de cisões internas. Verificando-se as organizações que deram sequência a POLOP, vemos que a composição de quadros não passou por grande alteração, prevalecendo o elemento estudantil, senão vejamos: VPR (20,5% profissionais liberais ou com formação superior; 19,7% estudantes; 11,5% professores; 10,6 trabalhadores manuais urbanos; 7,4 militares de baixa patente), COLINA (51,0% estudantes; 15,7% profissionais liberais ou com formação superior; 9,8% empregados, 7,8% funcionários públicos), POC (40,6% estudantes; 17,9% professores; 14,6% profissionais liberais ou com formação superior), VAR-Palmares (33,2% estudantes, 12,9% profissionais liberais ou com formação superior, 6,6% professores). Apenas na VPR os processados não eram de maioria estudantil. “Projeto Brasil Nunca Mais”. Apud: RIDENTI, Fernando. Op. Cit. p. 276-276.

³¹⁵ Jornal *Política Operária*, 1ª edição, janeiro de 1962, p. 5.

a AP e o PCB³¹⁶, pensavam de modo semelhante. O que se debatia era a profundidade da atuação do movimento estudantil, e até que ponto este segmento podia se converter em vanguarda revolucionária.

Embora a POLOP fosse uma organização eminentemente jovem, pouco espaço é concedido ao movimento estudantil nas linhas do periódico da organização. Também nos documentos redigidos a partir das Conferências e Congressos do grupo vemos poucas referências a tal segmento. Na edição de número quatro do *Política Operária*, temos o maior espaço reservado ao tema, visitado em três artigos: “Novo Impulso Estudantil” (assinado por Vânia Bambirra), “CPC: Uma Frente Estudantil” (não assinado), e “Reforma Universitária: Questão Política” (assinado por Emir S. Sader). O texto de Vânia Bambirra expõe de modo mais definido as posições polopistas acerca da questão. Neste, as críticas se direcionam ao cupulismo presente no movimento estudantil, ao distanciamento das bases, e ao reformismo das propostas, a guisa do que se observava entre os operários e demais grupos a gravitar na órbita pecebista. Vejamos a conclusão do artigo, que resume as posições polopistas sobre o tema em análise.

Acreditamos que só há um meio pelo qual o movimento estudantil estará de fato contribuindo para o avanço do processo revolucionário brasileiro. Este caminho é a democratização do movimento estudantil. Que nenhuma definição de posição política seja tomada antes de estar gravada na consciência da grande maioria do estudantado brasileiro. É preciso acabar com as cúpulas, os conchavos, os “slogans” vindos de cima para baixo e substituí-los por uma vanguarda cujas palavras de ordem serão cumpridas determinando o avanço incontido do processo de tomada de consciência objetiva dos vastos setores universitários para a liquidação de toda estrutura sobre a qual está assentada a universidade burguesa³¹⁷.

De acordo com Joelma Alves de Oliveira, no movimento estudantil se encontrou “talvez o que podemos chamar de melhor inserção da organização nos anos de 1961 e

³¹⁶ “A aliança básica seria, pois, a dos operários e camponeses, já que são os mais importantes para a luta. O movimento estudantil, como as outras camadas, unir-se-á quando esta espinha dorsal já estiver assentada na luta, com condições de dar a ela uma direção correta. Hoje a maioria dos estudantes concorda com essa idéia: a do movimento estudantil ser uma **força auxiliar** nessa luta” (grifo nosso). Tanto a UEE-SP (e outras uniões estaduais, assim como agremiações secundaristas), quanto a UNE, foram controladas por correntes vinculadas a setores jovens da AP e do PCB ao longo dos Anos 1960, com participação secundária de outras organizações, como a POLOP. *Jornal da UEE- SP*, julho de 1968. Apud: VALLE Maria Ribeiro. *1968: o diálogo é a violência. Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1999. p. 232

³¹⁷ *Jornal/Revista Política Operária*, 4^o edição, outubro de 1962, p. 14

1962”³¹⁸. O grande articulador da POLOP no meio estudantil, nos anos supra-referidos, foi Aluizio Leite Filho. Moniz Bandeira também faz referência a este personagem, e comenta que o grupo “começou a crescer em meio à radicalização que se aguçou, sobretudo na segunda metade de 1963. Tinha uma boa participação na UNE, fazendo o vice-presidente, na chapa eleita, mediante a aliança com a Ação Popular (cristã), costurada por Aluizio Leite Filho, desde 1960, bem como no DCE da UFMG e na UERJ”³¹⁹. Em São Paulo, o principal centro de atuação da POLOP foi a Faculdade de Filosofia da USP. Theotônio dos Santos, acerca da representação polopista na UNE, indica que a sigla obteve

não a presidência, pois ela foi para a Ação Popular (AP) que nós apoiamos naquela época (...). Só tínhamos a vice-presidência, nunca tivemos a presidência da UNE, mas tínhamos um peso dentro da UNE, menor porque o PC era muito forte, a AP vinha crescendo e trazendo gente que vinha da direita se radicalizando com uma posição de esquerda e isso permitiu formar uma nova maioria na UNE muito importante para o peso que a UNE teve. Se bem que do ponto de vista prático nós não tínhamos força, vamos dizer pra colocar assim em confrontação aberta com os comunistas, mas através destas alianças a gente conseguiu construir um movimento bastante mais radical do que o Partido (Comunista) gostaria, muito mais à esquerda³²⁰.

Como verificado em toda estrutura da organização, a política da sigla para o movimento estudantil teve que ser reorientada após o golpe civil-militar de 1964. A reorganização pós ditadura acabou por dar maior relevo aos setores jovens da POLOP, numa conjuntura em que os líderes mais experientes da organização se encontravam em situação de prisão, clandestinidade, ou exílio. A ascensão dos mais jovens redundará em questionamentos aos articuladores mais velhos do grupo, dando ensejo a série de rachas que atingirão não apenas a POLOP, mas todos os movimentos de viés revolucionário articulados no país. Retornaremos a este ponto mais adiante.

4.2.6 A participação no jogo político institucional

³¹⁸ OLIVEIRA, Joelma Alves. Op. Cit. p. 80.

³¹⁹ MONIZ BANDEIRA, Luis Alberto. Op. Cit. p. 51

³²⁰ Emir Sader, em entrevista a mesma autora, afirma que a POLOP comandou “durante muitos anos o grêmio da Faculdade de Filosofia da USP”. OLIVEIRA, Joelma Alves. Op. Cit. p. 80-81.

Outro ponto em comum, com algumas nuances, a unir LSI, JS do PSB e MT do PTB, foi a questão da participação no jogo político institucional do período, encampada pelas três siglas. Em seu exemplar de número quatro, o periódico *Ação Socialista* conclamava seus leitores a referendar apoio a candidatura de Assis Correa Neto, candidato a vereador pelo PSB paulistano, concorrendo a câmara de vereadores do município de São Paulo. Apesar de se engajar no pleito municipal, a LSI defendia o boicote aos postos superiores da gestão política nacional, especialmente a nível federal, o que se pode depreender pelo editorial “Nem Lott, Nem Jango: por uma política e classe”³²¹. As outras duas agremiações a formar a POLOP, como próprio nome indicava, constituíram-se enquanto setores ligados organicamente a legendas consolidadas no meio político nacional.

As eleições de 1960 demarcaram um ponto de distanciamento entre os três grupos em análise, a LSI, como vimos, orientava-se por uma participação na política institucional em âmbito local. A JS manteve seus vínculos com o legislativo federal³²², mas se negou participar das eleições presidenciais de 1960, na esteira dos socialistas de São Paulo, adotando a postura “nem Lott, nem Jânio”. A MT esteve organicamente ligada ao PTB em todos os seus níveis, mantinham ligações, como vimos, com Santiago Dantas, e tinham como referência o trabalhismo radical brizolista. No pleito de 1960, apoiaram a chapa Lott-Jango.

Já em situação de POLOP, a postura do agrupamento foi de maior distanciamento crítico em relação a política institucional, com análises mais voltadas ao âmbito federal. Na segunda edição do jornal do grupo, conferimos um pronunciamento favorável a proposta de formação de uma “Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo” (apresentada na primeira edição do *Política Operária*) pelos deputados petebistas Sérgio Magalhães e Almino Afonso. Na terceira edição do informativo polopista, vemos

³²¹ Jornal *Ação Socialista*, edição Nº 3, julho de 1959.

³²² Moniz Bandeira, apesar das origens trotskistas-socialistas, tinha vínculos estreitos com os setores mais a esquerda do PTB, sendo assessor do deputado federal petebista Sérgio Magalhães, membro do “grupo compacto” trabalhista, e um dos próceres da Frente Parlamentar Nacionalista. Segundo o mesmo autor, a “candidatura de Sérgio Magalhães foi inicialmente levantada pelo PSB, após entendimentos que eu e meu tio Edmundo Moniz mantivemos com seu presidente, o jurista João Mangabeira. O objetivo foi induzir o PTB a lançá-la, contra a pretensão dos deputados Eloy Dutra e Rubens Berardo, de ganhar o apoio do PCB, que vacilava, por considerar o nome Sérgio Magalhães “radical demais”, como Luiz Carlos Prestes me disse, quando fui, no princípio, negociar com ele o apoio à sua candidatura”. Para mais informações: MONIZ BANDEIRA, Luis Alberto. Op. Cit. p. 21

o editorial “São Paulo Ensaia a Frente Única dos Trabalhadores”, texto em apoio à candidatura de Cid Franco, pelo PSB, ao governo paulista, candidatura esta apontada como de “esquerda”, destinada a enfrentar os “candidatos da classe dominante”³²³. A partir de seu quarto número, agora em formato de revista, as discussões se dirigem mais a projetos e plataformas, e menos a indivíduos. Não se vê mais apoio nominal a candidatos ou legendas.

Em se tratando dos próceres da política nacional do período, ligados a órbita trabalhista, mais especificamente João Goulart e Leonel Brizola, a posição também foi de distanciamento crítico, sempre no sentido de pressão por uma administração pública popular, à esquerda e nacionalista, com viés antiimperialista. Com relação a Brizola, no próximo item veremos a posição do grupo sobre seu chamamento para a formação da Frente de Mobilização Popular, apontada como “reformista” pela POLOP³²⁴.

Acerca de João Goulart, também se verifica ênfase na crítica ao “reformismo” praticado, de acordo com grupo, por seu governo. Tal admoestação pode ser vista já na época da campanha pelo plebiscito que definiria a volta ao presidencialismo ou não. No artigo “O Plebiscito: um Não as Esquerdas”, assinado por J. Pedro Xavier, é identificada uma espécie de onda reformista a circundar João Goulart, o PTB, e a “Velha Esquerda”.

Cabe agora uma pergunta: podem os revolucionários aproveitar-se da vaga reformista da burguesia? Sim, naturalmente. Não só podem, como são obrigados a fazê-lo, pois a política revolucionária do operariado é feita não nas nuvens mas sobre as condições sociais existentes. A necessidade de transformações estruturais não é um problema particular da burguesia mas sim de todo o sistema; a possibilidade ou não da burguesia de promover essas transformações decide sua continuidade como classe dominante. Sendo as "reformas de base" uma necessidade geral do sistema, uma classe que se propõe à tomada do poder não pode, em hipótese alguma, abster-se de participar de sua solução. O que se deve discutir, portanto, não é o

³²³ Jornal *Política Operária*, edição nº 3, maio de 1962, p. 2.

³²⁴ A parte as críticas, quadros polopistas, especialmente Moniz Bandeira, guardavam certa proximidade com líder gaúcho, fato que contribuía para manutenção do grupo. Segundo Moniz Bandeira: “No início do ano (1964), Brizola, a meu pedido, solicitou à Gráfica Americana que imprimissem *Política Operária*, como semanário, a preço de custo. Erich Sachs, nas declarações prestadas ao DOPS, em 1969, refere-se à transformação da revista em semanário, impresso na Gráfica Americana, a partir de janeiro de 1964, mas evitou comprometer meu nome e o apoio de Brizola, e informou que a tiragem era de 5.000 a 10.000 exemplares, distribuídos “comercialmente por uma firma local e o dinheiro recolhido da para cobrir parte das despesas de impressão””. MONIZ BANDEIRA, Luis Alberto. Op. Cit. p. 55

aproveitamento ou não das necessidades reformistas da burguesia, mas sim a forma desse aproveitamento. Enquanto os reformistas do campo operário propõe um apoio aos planos de reforma da burguesia, os revolucionários mostram a necessidade da elaboração de um programa operário socialista de transformações sociais³²⁵.

Esta foi a tônica da crítica ao governo João Goulart, cuja gestão era enquadrada como reformista e vulnerável as pressões burguesas e imperialistas. O período era visto como de efervescência política e de mobilização popular crescente, aberto a uma ofensiva revolucionária, desde que se garantisse a independência da classe trabalhadora. As críticas ao governo trabalhista de antanho iam nesse sentido, objetivavam-se mais como pressão construtiva do que como oposição destrutiva. Não obstante, nos estertores do governo João Goulart, a postura crítica da POLOP se acentuou, e a manchete do último exemplar do periódico da sigla antes do golpe de 1964 foi a seguinte: “Jango quer dividir a esquerda e frear movimento de massa”³²⁶.

4.2.7 A questão das frentes

Elemento estrutural a POLOP, a proposta de formação de *frentes* foi outro ponto herdado dos grupos que deram origem a esta organização. Tal plataforma foi uma constante nos debates da esquerda nacional, especialmente no período posterior a redemocratização de 1946, como vimos nos capítulos anteriores. O cerne deste debate se deu junto ao PCB, partido que reorientava suas diretrizes de caráter frentista³²⁷. O

³²⁵ Jornal *Política Operária*, edição nº 5, janeiro-fevereiro de 1963. p. 13

³²⁶ Jornal *Política Operária*, edição nº 12, fevereiro-março de 1964. p.1.

³²⁷ A altura do V Congresso do PCB, processava-se uma transição nas esferas de influência do partido, havendo uma migração do PC da URSS, fragilizado após seu XX Congresso e suas consequências, em direção ao Partido Comunista Italiano (PCI), que se consolidava como o maior PC organizado no Ocidente, suplantando a tradicional predominância soviética. Os comunistas italianos desenvolveram uma linha tático-estratégica que ficou conhecida como *eurocomunismo*. Segundo Marco Mondaini, a “via européia ao socialismo”, ou seja, o eurocomunismo, resultou da ampliação do consenso inicialmente formulado em torno, por um lado, da necessidade de uma escolha autônoma pelos partidos comunistas do caminho para o socialismo a ser seguido, e, por outro lado, da opção pela idéia de que socialismo e democracia se auto-implicavam como que numa relação umbilical, devendo estabelecer entre si uma relação de consubstancialidade”. Acerca do PCB, SEGATTO e SANTOS apontam que os “comunistas brasileiros liam (e alguns publicistas seus até mobilizavam) textos do PCI que naquele momento já traziam os temas da reforma do capitalismo e do vínculo entre democracia e socialismo. Pelo menos desde os debates de 1956-1957, vêem-se publicados na imprensa pecebista vários escritos dos comunistas italianos, como informes, artigos oficiosos, até longos materiais de (Palmiro) Togliatti, então grande formulador da via democrática ao socialismo na Itália”. Para informações sobre as influências italianas no

ponto nevrálgico da contenda teórica dizia respeito à participação de burguesia nacional no processo revolucionário brasileiro. Os grupos refratários ao PCB se batiam por composições entre organizações de esquerda, com penetrações nos setores médios, e algum diálogo com burguesia, mas sem fugir as suas propostas de fundo anticapitalista. O PCB buscava uma união inter-classes, tendo como meta o desenvolvimento das forças produtivas, preparando o terreno para a futura transição socialista. Nesse ínterim, tanto o proletariado quanto as classes produtoras se beneficiariam do processo em marcha.

No capítulo a tratar da LSI vimos que Hermínio Sacchetta, já nos Anos 1930, foi um dos pioneiros na crítica a esse tipo de composição, o que lhe valeu sua expulsão das fileiras pecebistas em 1939. Já atuando na LSI, por meio do *Ação Socialista*, foi mais uma vez enfático na crítica a formação de frentes junto a burguesia³²⁸. Eric Sachs, por meio da revista *Movimento Socialista*, no artigo “Luiz Carlos Prestes e seus aliados”, tece duras críticas a nova proposta de frente a emanar da polêmica “Declaração de Março” de 1958³²⁹.

Esta questão foi retomada a partir do segundo exemplar do *Política Operária*, no editorial “Frente Única – Frente de Classe”. Mais uma vez a contenda se dá contra o PCB e suas propostas de união policlassista. O texto é uma resposta ao artigo “Frente das Esquerdas ou Frente Única Nacionalista e Democrática”, assinado por Marco Antônio Coelho, publicado por *Novos Rumos*, na edição de 2 a 8 de fevereiro de 1962³³⁰. O ponto crucial do debate dizia respeito ao papel da “burguesia nacional” nas coalizões a serem construídas. Marco Antonio Coelho defende uma composição junto aos setores “nacionalistas” presentes na burguesia autóctone, por se tratar “de um aliado

PCB: SEGATTO, José Antonio; SANTOS, Raimundo. “A valorização da política na trajetória pecebista”. IN: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (Org). *História do Marxismo no Brasil* (Vol. 6). Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2007. pp. 28-29. Para informações sobre o eurocomunismo: MONDAINI, Marco. “Há trinta anos, o eurocomunismo”. Artigo disponível no endereço eletrônico: <http://goo.gl/vSsNgy>. Acesso e download em 11/10/2015, às 15h:42min.

³²⁸ Ver artigo “Aparência e realidade na crise do PCB”, jornal *Ação Socialista*, N° 8, agosto de 1960, texto já discutido no primeiro capítulo.

³²⁹ Ver páginas 111-116

³³⁰ No primeiro editorial do *Política Operária* temos o chamamento a uma composição de forças no texto “Por uma Frente Única dos Trabalhadores da Cidade e do Campo”. A este apelo, de acordo com o editorial do segundo exemplar do periódico em questão, respondem de forma positiva Almino Afonso e Sérgio Magalhães, que representavam, segundo o escrito, a “esquerda do trabalhismo”. Ainda no mesmo texto, “igualmente positiva foi a reação em alguns círculos do PSB”, e mesmo o PCB “não se isentou dos debates”. Jornal *Política Operária*, N° 2, abril de 1962, p. 2

na revolução anti-imperialista e anti-feudal que, mesmo inconseqüente, tem de ser apoiado"³³¹. Na frente pecebista havia espaço para as classes trabalhadoras da cidade e do campo, para os setores médios (estudantes, intelectuais, quadros avançados dos setores militares), e para a burguesia nacionalista. A hegemonia da frente proposta deveria, em princípio, caber a burguesia aliada, mas no desenrolar do processo deveria migrar para o proletariado.

“A hegemonia dentro da frente única deve caber à classe operária. Mas esta hegemonia não se impõe tão somente porque o desejamos. A conquista dela (que ainda não se deu) está presa a maior ou menor força da classe operária, ao nível da sua organização, à sua consciência de classe, e acima de tudo a uma justa orientação política”³³².

As propostas pecebistas eram condizentes com os “Estatutos” do partido, publicados após o V Congresso comunista, realizado em 1960. Nestes, a participação do proletariado na frente não está condicionada a sua situação de dirigente, tal posição deveria ser conquistada ao longo do processo revolucionário. O artigo de Marco Antonio Coelho referenda tais proposições, expressas nos “Estatutos” do partido nos seguintes termos.

A classe operária, através de sua vanguarda comunista, não condiciona sua participação na frente única a uma prévia direcção do movimento. A hegemonia do proletariado deve ser conquistada como resultado de um processo de luta árduo e paulatino, durante o qual a classe operária forja sua unidade, estabelece uma sólida aliança com os camponeses — seu aliado fundamental — e defende acertadamente os interesses comuns de todas as forças que participam da frente única. A direcção do movimento passará às mãos da classe operária, à medida em que os elementos conciliadores forem isolados, como consequência de suas atitudes de compromisso em relação ao inimigo, e as massas se convencerem, por sua própria experiência, de que somente o proletariado, sob a direcção do Partido Comunista, é capaz de conduzir até o fim a luta pela libertação nacional e pelas transformações democráticas³³³.

³³¹ Jornal *Política Operária*, Nº 2, abril de 1962, p. 2

³³² Idem, *ibidem*.

³³³ “Resolução Política do V Congresso. Partido Comunista Brasileiro”. Op. Cit. s/p.

A resposta polopista parte do questionamento a referida “burguesia nacional” e seu suposto papel nas lutas “antiimperialistas”. Dirigindo-se diretamente a Marcelo Antonio Coelho, o editorial aponta que o autor

consagra grande parte do seu artigo ao esforço de provar que certo setor da burguesia brasileira é anti-imperialista. Não define esse setor, não nos diz quais são as forças em jogo. Pela sua argumentação, pode-se concluir, todavia, que se trata da parte da burguesia que apóia a Petrobrás, a criação de indústrias estatais como a Cia. do Vale do Rio Doce, Volta Redonda, a F.N.M., etc. Ora, medidas de capitalismo de Estado estão sendo apoiadas pela burguesia, ou parte dela, quando reforçam a economia capitalista (e não só no Brasil). Daí a provar que essa burguesia é anti-imperialista ou revolucionária, falta, porém, muito. Poderá mostrar, simplesmente, que certos e importantes setores da burguesia nacional estão em choque com a política norte-americana, que eles têm reivindicações próprias, que desejam melhorar a sua posição "dentro do sistema de colaboração com o imperialismo americano". Todas as conferências inter-americanas o demonstram - sejam elas econômicas, como a primeira, ou políticas, como a segunda Conferência de Punta del Este. Mas, toda vez que o sistema imperialista (ou o interamericano) é ameaçado, encontramos a burguesia nacional e o imperialismo no mesmo campo de defesa da civilização Cristã-Occidental. A divergência é de métodos e de custos de defesa³³⁴.

Em seguida, o editorial retrata exemplos históricos, citando a mensagem enviada por Marx e Engels ao “Comitê Central da Liga dos Comunistas”, na conjuntura dos levantes da “Primavera dos Povos”, meados do Século XIX, passando em seguida para o panorama russo pré-revolução de 1905, quando da cisão entre bolcheviques e mencheviques. Por fim, o texto chama a atenção para as reiteradas tentativas por parte do PCB de aproximação junto à burguesia nacional, em princípio apontada como “democrática”, em seguida “progressista”, e na fase em apreciação, “nacionalista”.

A situação concreta é esta: durante quase duas décadas os expoentes da esquerda no país falam e agem em termos de alianças e frentes com a burguesia. Primeiro com a burguesia democrática, depois com a progressista e agora com a nacionalista. Em função dessa política, a formação de uma classe operária independente, socialista e anti-capitalista foi abandonada³³⁵.

A formação de uma classe operária independente, socialista e anti-capitalista foi o objetivo central da POLOP, ao longo de sua trajetória, em suas diferentes fases. No período em discussão, esta proposta passava pela formação de uma frente de classe,

³³⁴ Idem, *ibidem*

³³⁵ Idem, *Ibidem*

cabendo ao proletariado e hegemonia no referido processo. O editorial se concluiu com a indicação de que só “o reagrupamento de toda a esquerda por uma Frente Única de classe é capaz de dar às massas operárias a necessária confiança em sua ação para lançar-se na luta política”³³⁶.

O tema em questão foi uma constante ao longo das edições do *Política Operária*. Na edição de número 3 do periódico polopista, vemos novamente o assunto por meio do artigo “São Paulo Ensaia a Frente Única dos Trabalhadores”. Na edição nº 4, em formato de revista, agora trimestral, a questão é retomada no artigo “Para onde vai o proletariado brasileiro”. Na edição Nº 5 temos “O Papel das Esquerdas no Brasil” (assinado por Luis Cayo), “Pela União do Marxistas Revolucionários”, e “O Plebiscito: um “Não” às esquerdas” (assinado por J. Pedro Xavier). No Nº 6 conferimos “Por Uma Frente de Esquerdas Revolucionária” e “ Aliança com a Burguesia ou Unidade Revolucionária” (assinado por Luis Cayo). No nº 7 temos “Por Uma Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo”, e os documentos: “Carta aberta ao PCB” e “ Por Uma Frente de Esquerdas Revolucionária”. Na edição Nº 8, novamente em formato de jornal, agora semanal, há o editorial “Por um governo revolucionário dos trabalhadores da cidade e do campo”. Na edição Nº 12, março de 1964, as vésperas do golpe, publicou-se o editorial “Classe Operária e Movimento Camponês”.

O tema em apreciação perpassa praticamente todos os exemplares do *Política Operária*, e aparece diluído em outros artigos e editoriais não citados. Como dito, a POLOP se constituiu como uma frente, e ao longo de toda sua trajetória trabalhou para ampliar sua composição de grupos, sempre dentro de suas concepções marxistas e revolucionárias.

4.3 O II Congresso e a reorientação organizacional

Em princípios de 1963, a ORM-POLOP realizou seu segundo Congresso, visando um balanço de suas atividades efetivadas até então, e o delineamento de novas táticas a serem empregadas pela organização. As discussões sobre o II Congresso se iniciaram

³³⁶ Idem, Ibidem

em uma Conferência, realizada em julho de 1962. Dentre diversos debates, o tema da formação de frentes retornou as tribunas da organização. Iniciaremos nossa análise sobre a nova fase polopista a partir deste ponto.

Em 6 de janeiro de 1963, foi realizado um plebiscito para decidir pela continuidade ou não do sistema parlamentarista, inaugurado em 1961, na conjuntura da renúncia de Jânio Quadros. Como é bem sabido, a maioria absoluta dos votantes optou pela volta ao presidencialismo, colocando João Goulart efetivamente no comando da Nação. O grande responsável pela campanha e pela consequente vitória do presidencialismo foi Leonel Brizola. Tal posicionamento deu força ao político gaúcho, e o credenciou como principal liderança na esquerda institucional do país. A essa altura, Brizola era deputado federal pela Guanabara, eleito pelo PTB em 1962, com votação recorde. Coube a ele o protagonismo na formação da Frente de Mobilização Popular³³⁷, agrupamento de movimentos, agremiações e partidos vinculados a esquerda e ao nacionalismo. Esta iniciativa se configurou num período de acirramento dos conflitos de classe no país, visto que a essa altura a direita também se mobilizava, preparando o terreno para o assalto ao poder que ocorreria em 1964.

A principal bandeira da FMP eram as Reformas de Base, tema candente no período. A POLOP foi convidada a participar da união de forças populares proposta. Por meio de uma Declaração Política, redigida durante a II Conferência Extraordinária da organização, realizada em julho de 1963, a POLOP rejeitou o convite feito pelos representantes da FMP. Há um hiato entre o Congresso da sigla, realizado em janeiro, e a Conferência Extraordinária, ocorrida em julho do mesmo ano. As fontes não nos permitiram esclarecer este ponto, mas em se tratando de uma organização constituída a partir de vários agrupamentos, certamente a questão não foi definida sem debates. A rejeição a participação na Frente foi justificada nos seguintes termos:

³³⁷ Compunham a FMP: a “União Nacional dos Estudantes (UNE), os operários urbanos, através da CGT; a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI); o Pacto de Unidade e Ação (PUA); Confederação Nacional dos Trabalhadores das Empresas de Crédito (CONTEC); os subalternos das Forças Armadas como os sargentos do Exército e da Aeronáutica, marinheiros e fuzileiros navais com suas associações; facções das Ligas Camponesas; grupos da esquerda revolucionária como a AP, o PORT e segmentos de extrema esquerda do PCB; a intelectualidade de esquerda com o Comando Geral dos Trabalhadores Intelectuais (CGTI), bem como políticos do Grupo Compacto do PTB e da Frente Parlamentar Nacionalista; a esquerda do PSB; o grupo político de Miguel Arraes e os nacional-revolucionários, que, no PTB, seguiam a liderança de Leonel Brizola”. Para mais informações sobre a FMP: FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 325.

6. (...) O comportamento da Frente de Mobilização Popular, através da qual as lideranças tradicionais de esquerda procuraram adaptar-se as novas condições criadas pelo radicalismo político, evidenciou que os compromissos que tem com as classes dominantes e seu apego aos velhos métodos de atuação não as habilitam a responder as aspirações da massa trabalhadora.

7. A experiência está mostrando, portanto, a necessidade de se colocar em novos termos as lutas políticas do país, a fim de que expressem realmente as relações de classe que hoje prevalecem. São cada vez mais maduras as condições para uma política independente da classe operária. Isto significa trazer ao cenário nacional uma perspectiva do proletariado para a solução dos problemas brasileiros, em contraposição as alternativas burguesas existentes. Os fatos demonstram que tal política não poderá ser levada a cabo pelas lideranças reformistas e que se faz mister o surgimento de novos quadros, diretamente ligados as massas populares. Um fracasso da esquerda, perante esta tarefa, deixará as massas desorientadas e descontentes, a mercê de qualquer aventura bonapartista ou fascista³³⁸.

A recusa polopista foi coerente com sua proposta de desenvolver uma “política independente” para a classe operária. Não obstante, esta postura contribuiu para o isolamento de uma organização que tinha como meta construir um “partido revolucionário”, em caráter de frente. Visando romper seu isolamento nas esquerdas, nas Resoluções retiradas dos trabalhos do II Congresso, ratificadas na II Conferência Extraordinária, foi aprovada a formação de uma Frente de Esquerda Revolucionária (FER), como alternativa a FMP, vista como reformista.

Embora fosse de caráter geral, buscando angariar apoio de setores descontentes, organizados no campo marxista, a chamamento para a composição da nova frente, publicado na 5ª edição do *Política Operária*, dirigiu-se aos “companheiros do Partido Comunista do Brasil e do Movimento Revolucionário Tiradentes”. Três foram os elementos, segundo o texto, a motivar o chamamento dos dois movimentos supra-referidos. “Em primeiro lugar, pela composição de seus quadros, na maioria operários, camponeses, estudantes e intelectuais. Em segundo lugar, por sua unidade de concepção

³³⁸ Embora se negasse a participar a FMP enquanto organização, a POLOP abriu espaço para seus quadros participarem dessa Frente em caráter individual, divulgando suas propostas, especificamente as de sua plataforma frentista, objetivadas na FER. A recomendação era para que “os militantes da POLOP que atuam de forma individual na FMP levarem o programa e as palavras de ordem da FER, procurando conquistar para essas posições os setores mais consequentes da FMP; a POLOP não participará da FMP enquanto organização”. Para citação no corpo do texto: Declaração Política da II Conferência Extraordinária. São Paulo, julho de 1963. Documento disponível no acervo digital do Cedem da UNESP. Para citação em nota: Resolução do Comitê Nacional (395) – Belo Horizonte: agosto de 1963. p. 1 e 2. Apud: OLIVEIRA, Joelma Alves de. Op. Cit. p. 95

sobre o caráter da Revolução brasileira. Em terceiro, pela aceitação, por parte dos três grupos, do instrumento teórico fundamental para essa Revolução, que é o marxismo-leninismo”.³³⁹.

Na edição de número 6 do periódico polopista o assunto volta a ser debatido, agora de forma mais detalhada, com a apresentação de uma “plataforma de luta”, com pontos definidos, voltados “a formação de uma Frente da Esquerda Revolucionária, à base de um programa de ação amadurecido em ampla discussão”. Dentre os pontos propostos pela “plataforma de luta” estão o combate ao alto “custo de vida” ao qual a classe trabalhadora era submetida. O texto também propõe a luta pela “autonomia sindical”; por uma reforma educacional plena, reforma agrária, combate ao imperialismo, apoio incondicional a Cuba, etc³⁴⁰.

Na edição de número 7 do *Política Operária* é feito um balanço sobre os efeitos da proposta de criação da FER, onde se conclui que no meio estudantil o chamamento vinha colhendo frutos. Segundo o texto, no Congresso da UNE realizado no ano corrente, “elementos da POLOP, PC do B, independentes, descontentes da AP e descontentes do PCB”³⁴¹ se uniram nas entabulações acerca da nova frente proposta. Este movimento antecipava o agrupamento de “todos os elementos realmente revolucionários do movimento estudantil”, que deveriam ter como meta “incentivar sua extensão para o setor operário e camponês”³⁴². A parte o otimismo apresentado nas linhas do periódico polopista, a proposta de constituição da FER permaneceu como projeto, não ultrapassando as barreiras teóricas e organizacionais dos grupos que a deveriam compor.

Debruçando-nos um pouco mais sobre as teses do II Congresso da POLOP, outro ponto deve ser destacado: a apresentação de novas propostas em termos de organização interna. Vimos acima que a sigla se constituiu, a partir do Congresso de Jundiaí, como uma organização de estrutura interna horizontal, com viés luxemburguista, afastando-se do centralismo democrático em voga nas demais agremiações de cunho marxista. Após executar um breve balanço sobre os dois anos de atuação do grupo, o documento

³³⁹ O outro grupo supra-referido é a própria POLOP. Jornal/Revista trimestral *Política Operária*, Nº 5, janeiro/fevereiro de 1963. p. 51

³⁴⁰ Jornal/Revista trimestral *Política Operária*, Nº6, março/setembro de 1963. p. 8.

³⁴¹ Jornal/Revista trimestral *Política Operária*, Nº7, outubro de 1963. p. 36.

³⁴² Idem, ibidem

redigido durante o II Congresso conclui que a POLOP, a parte suas contribuições teóricas ao campo marxista revolucionário brasileiro, pouco crescera em termos numéricos.

Tal debilidade também se apresentava em termos organizativos. “Grupo novo, dispondo de quadros e recursos em escala limitadíssima e de nenhuma influência no movimento de massas, além de lutar ainda por sua própria consolidação, a POLOP enfrentava sérias dificuldades para atuar praticamente”³⁴³. Dentre os fatores a explicar tal estado de coisas, o documento apontava que “o caráter excessivamente flexível da organização interna da POLOP levou-a a apresentar aspectos amadorísticos de sua atuação”, e isto estava ligado à “diversidade de origem do nível ideológico dos grupos que a compunha”³⁴⁴. O que as discussões travadas no II Congresso visavam era justamente superar esse impasse. Neste sentido, foram estipuladas algumas “tarefas” a serem executadas pelos quadros da sigla no “plano organizatório”, dentre as quais:

- a) Reordenação interna, que introduza o princípio de especialização do Comitê Nacional; crie coordenações nacionais para os principais setores de trabalho de massa; e reforce a disciplina da Organização, dentro do centralismo democrático (grifos nossos);
- d) Discussão e propaganda das diretrizes do Congresso, visando estabelecer as bases para o Programa Socialista;
- e) Sistematização do trabalho de recrutamento, visando a ampliar os efetivos da Organização e a modificar, pela inclusão de quadros operários, sua composição; definição precisa de simpatizante;
- f) Formação de bases, nos Estados considerados estratégicos (Pernambuco, Rio Grande do Sul e Estado do Rio) e reestruturação de Bahia e Goiás, irradiação, a partir dos Órgãos já existentes, para zonas próximas, visando, a formação de bases;
- h) Intensificação e padronização do programa de formação de quadros, sob orientação do Comitê Nacional;
- i) Profissionalização de quadros, sob responsabilidade direta e exclusiva do Comitê Central³⁴⁵.

Após dois anos de atuação, a POLOP já conquistara algum respeito junto ao meio marxista nacional, propusera debates, composições, e se consolidava como pólo

³⁴³ *As Tarefas da Política Operária*. Teses aprovadas no 2º Congresso da Política Operária – Janeiro de 1963. p.1.

³⁴⁴ Idem, ibidem.

³⁴⁵ Idem, pp. 2-3

alternativo a constelação pecebista. Nos meios acadêmicos, a organização ganhava destaque pela densidade de suas análises, que já demandavam respostas por parte dos informativos comunistas, como vimos acima com o *Novos Rumos*. Mas tal estado de coisas sucedera com a LSI e a JS, agrupamentos pequenos, com alguma penetração nos meios acadêmicos, porém restritos a um punhado de intelectuais. Esta situação era insatisfatória para um grupo com pretensões hegemônicas como a POLOP.

As tarefas acima expostas definem que os entraves ao crescimento da POLOP enquanto organização era seu caráter disperso, descentralizado, sua deficiência organizativa e o preparo insatisfatório de seus quadros. Para superar tal estado de coisas, direção centralizada, padronização e profissionalização de quadros. O documento também fala em reforço das “bases”, concentrando o trabalho de recrutamento junto ao operariado, sobretudo. Ainda nesse desiderato, as “tarefas” apontam a necessidade de expansão para outras regiões do país, com destaque para “Pernambuco, Rio Grande do Sul e Estado do Rio”, além da reestruturação das bases em “Bahia e Goiás”.

Conferimos maior destaque ao item “a” das referidas “tarefas”, e sublinhamos duas palavras, que a nosso ver conferem uma mudança substancial em relação às diretrizes delineadas no primeiro Congresso polopista, sendo estas: “Comitê Nacional” e “centralismo democrático”. Segundo Joelma Alves de Oliveira, conceitos e “noções como ‘centralismo democrático’, ‘disciplina interna’, ‘marxismo-leninismo’, aparecem, (...), pela primeira vez no conjunto das literaturas da POLOP”³⁴⁶. De fato, como vimos na Convocatória de Sachs, fala-se em “romper com a tradição de um partido burocrático, constituído de cima para baixo, dividido numa direção que pensa (ou recebe ordens de fora) e uma base que executa”³⁴⁷. A Convocatória também recomendava a “existência de um mínimo de quadros com experiência revolucionária, para que o novo partido possa funcionar democraticamente e para que a base possa de fato determinar a “linha””³⁴⁸.

As fontes as quais tivemos acesso não nos permitiram definir com precisão quais correntes internas ao grupo passaram a advogar pela adoção de práticas centralistas, o que podemos inferir é que tal proposta não deixou de suscitar debates. Vejamos dois

³⁴⁶ OLIVEIRA, Joelma Alves de. Op. Cit. p. 89

³⁴⁷ “Convocatória para o I Congresso da Polop”. Op. Cit. p. 1.

³⁴⁸ Idem, ibidem.

trechos de entrevistas concedidas a Joelma Alves de Oliveira, que evidenciam diferentes posições relacionadas a questão do modo de organização interna da organização.

Gabriel Cohn, militante egresso da LSI, comenta que a POLOP

(...) decididamente não era uma organização de tipo leninista, o problema de encontrar a forma mais eficaz de organização e implantar essa forma numa liderança não era o jeito da POLOP. Provavelmente com este aspecto democrático você não vai encontrar outra, com posições firmes em relação aos seus princípios, mas não ficava cultivando ortodoxia, quando eu falo da referência em Rosa, mas ninguém ficava com a bandeirinha da Rosa³⁴⁹.

Ceici Kameyama, militante que aderiu a POLOP quando esta organização já se constituía, pós Congresso de Jundiaí, acerca do tema em apreciação, afirma que o grupo se organizava a partir de

(...) um mecanismo tradicional do centralismo democrático, mas a democracia de verdade, não era um centralismo que era decidido fora do país. Toda decisão nacional passava pelas discussões nas células, por plenárias ou pela reunião regional e depois pelo Congresso, isso era uma das questões fundamentais. Alguns critérios como a democracia mais ampla possível que pudesse ser, o centralismo na ação, este era um critério que a gente adotava. Como era uma organização pequena, na fase anterior ao golpe, embora houvesse alguma preocupação em formar células, grupos menores para atuar em cada local, ainda se realizavam plenárias gerais e em cada região. Agora depois do Golpe, a organização se tornou bem mais rígida³⁵⁰.

Pelo acima exposto, notamos que se tratou de um tema polêmico dentro da organização. Poderíamos tomar como hipótese, sobre o debate em análise, a origem dos quadros e associá-los as suas considerações. Destarte, os militantes provindos da LSI teriam mais aptidão pelo modo de organização horizontal, dado o seu viés luxembuista, e os oriundos da MT teriam mais afinidade com estruturas de fundo mais vertical, visto terem vindo das fileiras petebistas, que como vimos, primavam pela centralidade. Mas tal leitura se mostra por demais mecanicista. O depoimento de Ceici Kameyama evidencia isso, em se tratando de um quadro organizado em São Paulo, área de influência da LSI. O depoimento de Emir Sader, militante paulista egresso da LSI, nos dá o tom da complexidade da questão. O mesmo argumenta que a expectativa de seu grupo era de que “constituíssemos um partido no sentido da idéia de Lênin, um

³⁴⁹ OLIVEIRA, Joelma Alves de. Op. Cit. p. 91.

³⁵⁰ Ibidem, 92

partido de vanguarda, que tem um setor dedicado profissional que está sempre na luta, (...). Nós reivindicávamos um Lênin, coerente com a Rosa e coerente com Trotski”³⁵¹.

Lênin, Trotski e Rosa Luxemburgo, eis a composição a dar ensejo ao amálgama que foi a POLOP em seus anos iniciais de atuação, e de certa forma, ao longo de toda sua trajetória. Podemos acrescentar a esta mistura o trabalhismo brasileiro, e o castrismo-guevarismo a emanar da Revolução Cubana. Estes elementos perpassaram as diversas correntes internas a POLOP, e influenciaram, em graus distintos, alas e quadros da sigla. Mas como supracitado, não podemos associá-los de forma mecânica a origem política das correntes polopistas, tampouco a suas origens geográficas. O que se deu foi uma intensa circulação de ideias e recomposição de posições, independentemente de origens. Os quadros organizados em Minas Gerais, devido ao relativo distanciamento dos centros decisórios do grupo, mantiveram posições mais afins, porém sem rupturas mais sérias em relação às demais seções polopistas, ao menos até o golpe de Estado³⁵², evento que suscitou toda uma reestruturação em termos organizacionais na agremiação.

4.4 Do golpe de Estado a cisão

O III Congresso da POLOP foi realizado durante os eventos que redundaram no assalto ao poder em 1º de abril de 1964, concluindo-se já em situação de clandestinidade. A essa altura, ainda se buscava consolidar as proposições advindas do II Congresso, especialmente as relativas ao modo de organização do grupo. O

³⁵¹ Ibidem, 91

³⁵² A POLOP foi uma das organizações que mais seriamente discutiu – e antecipou – a possibilidade de um assalto ao poder no país nos meses que antecederam o 1º de abril de 1964. Marcelo Badaró Matos faz referência ao editorial da edição de número 7 do *Política Operária*, de outubro de 1963, de acordo com a análise polopista: “um governo de “autoridade” e anti-popular” seria uma “necessidade objetiva da burguesia brasileira no presente momento. A raiz desta necessidade está na própria crise econômica que seu regime (de João Goulart) gerou e hoje se alastra”. No artigo “Reformismo e Fascismo”, publicado na edição de número 10 do *Política Operária*, janeiro/fevereiro de 1964, faz-se um alerta sobre a mobilização promovida pela extrema direita nacional, e o recrutamento de setores da pequena burguesia em sentido fascista, preparando o terreno para um possível golpe. No exemplar de número 12, de fevereiro/março de 1964, último antes do golpe, uma nota denunciava a invasão de um apartamento localizado em Salvador, seguida da prisão de dois militantes polopistas, Evandro Gomes de Brito, e Cleomathson Torres de Carvalho. Na ação, exemplares do periódico do grupo, estocados no referido apartamento, foram apreendidos. Para citação de Marcelo Badaró Matos: MATOS, Marcelo Badaró. Op. Cit. p. 220

centralismo democrático foi efetivamente incorporado pela POLOP em situação ditatorial, a conjuntura determinou sua prevalência. O modelo luxemburguista cedeu lugar ao leninista. A proscrição política e a repressão crescente foram cruciais para a maior rigidez organizatória do grupo.

A POLOP foi das primeiras organizações a empreender alguma tentativa de resistência ao golpe, e estas articulações marcaram uma parceria junto a certos setores militares que perduraria nos anos seguintes³⁵³. Tais eventos de resistência (ou tentativa de) ficaram conhecidos como “Guerrilha de Copacabana”, intento rapidamente desbaratado pela repressão³⁵⁴. Após estes ocorridos, o cerco da repressão se intensificou contra o grupo. Por volta de julho de 1964, três lideranças da organização foram detidas pelo CENIMAR, sendo os mesmos: Eric Sachs, Ruy Mauro Marini e Arnaldo de Assis Mourthé. Em depoimento prestado a 1^o Auditoria Militar da Marinha, os três depoentes fizeram menção a Moniz Bandeira (que a essa altura se encontrava no Uruguai), apontando-o como liderança da POLOP e principal responsável pela publicação do *Política Operária*, assunto já visitado por nós neste trabalho³⁵⁵.

Moniz Bandeira, como vimos, era assessor do deputado federal Sérgio Magalhães, este por sua vez ligado a Leonel Brizola e um dos próceres da FMP. As ligações de Moniz Bandeira com os setores mais radicais do trabalhismo inevitavelmente o colocavam na alça e mira da repressão, mas o desgaste entre as lideranças polopistas foi inevitável. Dos implicados na questão, apenas Eric Sachs permaneceu em atividade política na POLOP, Arnaldo Mourthé e Ruy Mauro Marini³⁵⁶

³⁵³ A POLOP foi a organização de maior proximidade com os movimentos nacionalistas militares, nas linhas do *Política Operária* amplo espaço foi concedido a esta categoria, sobretudo após 1963, ano de grande ebulição entre os quadros subalternos das forças armadas. A partir do número sete do informativo polopista, o “movimento dos sargentos” passou a ser analisado com bastante atenção. Na edição e número oito, Ruy Mauro Marini assinou o artigo “O Movimento dos Sargentos e o Avanço da Luta de Classes”. Nos exemplares 10, 11 e 12, foi publicado um longo artigo dividido em três partes, assinado por Sgt. Márcio Peres, intitulado: “As Lutas de Classe e as Forças Armadas”, análise conjuntural sob a ótica dos militares vinculados a FMP.

³⁵⁴ Para mais informações sobre a “Guerrilha de Copacabana”, consultar: GORENDER, Jacob. Op. Cit. pp.138-139; e OLIVEIRA, Joelma Alves de. Op. Cit. pp. 116-118.

³⁵⁵ Ver páginas 104-106

³⁵⁶ “Depois de escapar de ser preso, em maio, caí finalmente, em julho, em mãos do CENIMAR. Em setembro, beneficiado por *habeas corpus* do STF (que a Justiça militar negara, anteriormente), fui sequestrado pela Marinha e entregue ao Exército, em Brasília, por conta de outro processo que se movia por lá. Repeti o itinerário Justiça militar-STF e obtive, em dezembro, novo *habeas corpus*, que desta vez foi acatado. Embora por pouco tempo: não houvesse eu deixado a cidade, discretamente, horas depois da minha libertação, eu teria sido preso novamente. Após um período de clandestinidade de quase três meses, quando a pressão policial-militar sobre meus companheiros e minha família tornou-se pesada, a

seguiram para o exílio. Theotônio dos Santos, junto a sua companheira Vânia Bambirra, na conjuntura do golpe trabalhando e militando em Brasília (UNB), exilaram-se após breve período de clandestinidade³⁵⁷.

O núcleo mais visado da organização se encontrava no Rio de Janeiro, a deflagração da “Guerrilha de Copacabana” intensificou as atenções dos aparatos de repressão sobre o grupo. Tal situação deu maior relevo a outras praças onde a sigla estava organizada. No segundo capítulo vimos que Moniz Bandeira e Eric Sachs se distanciaram após delações deste ao CENIMAR. Apelos para a expulsão do austríaco, por parte de Moniz Bandeira, foram rechaçadas especialmente pelos quadros polopistas lotados em São Paulo, com destaque para os irmãos Sader e Ceici Cameyama³⁵⁸.

O fato é que toda uma reconfiguração política se processou na POLOP após o golpe civil-militar de 1964. O amálgama promovido em 1961 começou a se desfazer em situação ditatorial. Os núcleos mais afeitos a participação institucional perderam espaço no grupo, o estado de exceção imposto pelas elites dirigentes do país bloquearam as ligações da sigla junto aos poderes instituídos, algo que era essencial para a manutenção do periódico *Política Operária*, por exemplo.

Longe de qualquer leitura esquemática, as fontes por nós analisadas nos permitem identificar algumas nuances em termos de visão e metodologia política por parte das lideranças e quadros organizados na POLOP. Concentramos nossa análise nas duas mais atuantes lideranças mobilizadas na sigla, Moniz Bandeira e Eric Sachs. Ao primeiro, atribuímos a tendência mais *pragmática* da organização. A este estavam vinculadas as ligações políticas com os setores a esquerda do PTB e PSB, além de outros grupos afins – organizados institucionalmente ou não. Também a manutenção do

ponto de forçar um dos meus irmãos a passar também à clandestinidade, asilei-me na Embaixada do México, no Rio, e viajei para esse país, um mês depois”. MARINI, Ruy Mauro. Op. Cit. p. 9

³⁵⁷ “Em Abril de 1964, eu fui demitido sumariamente da Universidade de Brasília o que me levou a dois anos de clandestinidade, passados em São Paulo, como dirigente nacional da ORM - Política Operária (POLOP). Em 1966, fui condenado pelo Tribunal Militar de Juiz de Fora como “mentor intelectual da penetração subversiva no campo”. Por crime tão estapafúrdio fui condenado a 15 anos de prisão. Em consequência, fui obrigado a buscar o exílio no Chile, então uma estável democracia de mais de um século e meio”. SANTOS, Theotônio dos. Memorial. p.3. Disponível no endereço eletrônico: <https://goo.gl/HW9n2m>. Acesso e download em: 03/11/2105

³⁵⁸ “Erich, tentando salvar a POLOP, colocou-se ao lado de Eder e nos afastamos. Eu tinha muito peso político e ideológico. E foi Ceici Kameyama que evitou ruptura total da POLOP em 1966, porque, tendo muita calma, pediu aos grupos que esperassem para o Congresso a realizar-se em 1967, quando então a POLOP praticamente se espatifou (...)”. Entrevista via email concedida ao autor por Luiz Alberto Moniz Bandeira, acessado em 27/08/2013, as 14h:43min.

jornal polopista, a rede de contatos que era essencial para os trabalhos do grupo (aparelhos, espaços para a realização de encontros, conferências e congressos, etc), e o diálogo junto a outros movimentos articulados no exterior, sobretudo na América Latina. A Sachs podemos atribuir o viés *doutrinário* da POLOP, a maior produção de textos e reflexões, e o esforço pela manutenção do ideário marxista na sigla.

Mas como já referido aqui, a POLOP não se resumia as duas lideranças supramencionadas, havia também Aluizio Leite Filho (UNE), Otavino Alves da Silva (Movimento Operário), Teotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini (Universidade de Brasília), mais os ativistas organizados no DCE da UFMG, no CA da Faculdade de Filosofia da USP, dentre outros. O fato é que dos articuladores de primeira hora da organização, apenas Eric Sachs e Eder Sader permaneceram em atividade, em situação clandestina, durante a fase que nos toca. Os demais, sendo ativistas mais visados pela repressão, ou se exilaram, ou permaneceram no país com capacidade de movimentação reduzida, o que dificultava suas atividades na sigla.

Neste contexto que desponta a liderança de Eric Sachs, agora o mais antigo e experimentado quadro polopista, contando com a proximidade teórica e programática de militantes articulados em São Paulo (Eder Sader, Ceici Cameyama). Na Guanabara, o cerco da repressão dificultava as atividades do grupo. Em Belo Horizonte, a nova situação e as dificuldades de comunicação com as seções polopistas articuladas no eixo Rio-São Paulo trouxeram a tona e potencializaram antigas divergências programáticas. É nesse panorama que se iniciaram os trabalhos para o IV Congresso da organização.

Por volta de 1966, tanto a POLOP, quanto outras organizações de fundo revolucionário (marxistas ou não) começaram a se recuperar do choque inicial trazido pela razia punitiva dos primeiros meses pós-golpe. Nas hostes polopistas, um intenso debate passou a ser travado entre as correntes internas ao grupo. O primeiro foco de divergência, entre o novo núcleo dirigente polopista e demais correntes da sigla, deu-se em torno da questão de uma Assembléia Constituinte a ser consolidada por meio de um movimento popular de pressão, visando por um término ao regime dos militares.

Com é bem sabido, o assalto ao poder em 1964 foi definido por seus executores como uma medida provisória, visando restaurar a “ordem”, para em seguida devolver o poder aos civis. Não foi isso o que aconteceu, mas a altura dos debates em análise, tal

possibilidade ainda se apresentava como viável. Propostas neste sentido, como as que defendiam a formação de uma nova Assembléia Constituinte, passaram a ser debatidas pela esquerda nacional, e POLOP tomou parte em tais debates. O principal pólo da organização a defender esta proposta foi o de Belo Horizonte.

Por meio do artigo de circulação interna “A Propósito da Constituinte”, datado de abril de 1966, assinado por Ernesto Martins (Sachs), membro da Direção Nacional, é firmemente criticada a proposta partida da seção mineira. Ernesto Martins traça um breve histórico sobre conjunturas em que propostas semelhantes às partidas de Belo Horizonte vieram à baila, e analisa a aplicabilidade ou não de tal medida, indo dos contextos revolucionários russo e alemão, nas primeiras décadas do Século XX, até os debates que antecederam o 1º de abril de 1964. Nesse sentido, Sachs infere que a

palavra de ordem da Assembléia Constituinte, nas atuais condições, só pode corresponder aos interesses de uma facção da classe dominante que, embora descontente com os rumos tomados pelo regime depois de abril, deseja sair do impasse sem comoções sociais, sem pôr em perigo os seus privilégios e resolver o problema constitucional "em família", sem a presença de uma esquerda militante. Seria mais uma tentativa de restabelecer o equilíbrio da nossa sociedade burguesa-latifundiária, e justificar a intervenção armada do Exército com uma cobertura constitucional e legalista³⁵⁹.

A resposta da seção mineira veio por meio do texto “Por Uma Constituinte de Todo o Povo”, neste, são elencados os motivos que definiriam a aplicabilidade da proposta, destarte,

a planificação de uma campanha pela Constituinte terá, em primeiro lugar, que ser entendida dentro de um quadro global que objetive, antes de mais nada, denunciar abertamente as contradições do sistema capitalista de exploração e levar avante a propaganda do socialismo. Em segundo lugar deve subentender a existência de um programa mínimo a ser cumprido pelo governo a ser instalado em substituição a ditadura militar. Finalmente, terá de conjugar todo o plano de ação de massas com a sua autodefesa, apoiada, fundamentalmente, na luta de guerrilhas³⁶⁰.

A querela em torno da Assembléia Constituinte foi postergada para um próximo congresso a ser realizado. Entre 1966 e 1967, foi intensa a circulação de documentos internos entre os Secretariados Regionais e o Diretório Nacional polopista, com foco na

³⁵⁹ SACHS, Eric. “A Propósito da Constituinte”. p. 2

³⁶⁰ “Por Uma Constituinte de Todo o Povo”. Apud: OLIVEIRA, Joelma Alves de. Op. Cit. pp. 134

seção mineira. Nesta fase se dá a grande produção teórica de Eric Sachs, com destaque para: “Classes e Estado: Democracia e Ditadura (Subsidio para a discussão do Programa)”, a série “Aonde Vamos” (dividida em quatro partes), e a apresentação do “Programa Socialista para o Brasil”. A produção de Sachs era uma resposta aos focos de divergência que surgiam nas fileiras de sua organização, e a busca por uma definitiva orientação programática, em se tratando de um grupo que a pelo menos cinco anos discutia a formulação de um programa, até então não apresentado.

O panorama em questão era bem diferente do verificado em 1961. O país se encontrava em regime de exceção e o cerco da repressão vitimara boa parte do grupo, especialmente seus quadros mais experientes. Esta situação estancava as seções polopistas distribuídas pelo país, dificultando o contato entre o DN e os SRs, abrindo espaço para divergências, tornando o grupo um mosaico de tendências locais. O IV Congresso, precedido por dois anos de intensos debates, tinha por meta traçar uma linha comum de orientação tática e estratégica a ser seguida por todas as seções da organização. A nova conjuntura demandava maior reforço em termos de centralização, e o DN, com Sachs a frente, reclamava para si a liderança sobre a POLOP. Nestas circunstâncias se iniciaram os trabalhos do IV Congresso polopista, realizado em setembro de 1967, na cidade de Santos, São Paulo.

Orlando Miranda, como representante da seção polopista de Salvador, participou do Congresso na condição de delegado. Comentando o evento que presenciou *in loco*, acerca das tendências em debate, comenta que no encontro se constituíram três alas oposicionistas, em relação ao DN, sendo estas: “a) a oposição de Minas, defendendo um “governo nacional-democrático” com base na luta por uma “constituinte democrática e soberana”; b) a oposição da Guanabara, que defendia a centralidade da luta no combate ao imperialismo, c) e uma ala de São Paulo, que se opunha a proposta de governo de transição, defendendo a luta direta pela ditadura do proletariado”³⁶¹.

³⁶¹ Raul Villa (Eder Sader), comentando as três linhas programáticas formadas antes da realização do Congresso, argumenta que foi apresentado um projeto de “libertação nacional, pregando uma estratégia de guerra prolongada no campo, apresentado por uma minoria do Rio; outro de Revolução Democrática e Nacional, apresentada pelo SR de Minas. Um terceiro projeto, anunciado pela minoria de S. Paulo recém-ganho pelo foquismo [que] apresenta um conjunto de teses que se limitavam a transcrever as posições das OLAS (reunida em agosto em Havana), logrando com isso aglutinar as outras tendências de oposição”. VILLA, Raul. Apud: OLIVEIRA, Joelma Alves. Op. Cit. p. 149. MIRANDA, Orlando. “Fragmentos de

Ao longo do Congresso, permeado por acalorados debates, houve uma redefinição dos projetos apresentados pelas três correntes que se formaram em oposição ao DN. Os grupos dissidentes de Belo Horizonte, Guanabara e São Paulo se reuniram em posição contrária ao “Programa Socialista para o Brasil”, apresentado pelo núcleo dirigente da organização. Orlando Miranda, que se posicionou favoravelmente ao “Programa” apresentado pelo DN, comenta que

Durante o Congresso houve uma reviravolta nas propostas das oposições. A de Minas substituiu a tese inicial por outra, de conteúdo foquista. A oposição da Guanabara também substituiu sua tese por outra baseada nas posições de Régis Debray. A ala paulista não chegou a apresentar tese alguma. Todavia, as três facções terminaram atuando no Congresso em frente única, com base no novo projeto de Minas. Na votação final, foi aprovado o Projeto de Programa Socialista, defendido pelo núcleo central da direção³⁶².

No próximo capítulo analisaremos com mais vagar o PSPB redigido por Sachs, por ora veremos como se deu a dispersão entre a militância polopista. O “Programa” apresentado por Sachs venceu por margem apertada (16 votos contra 14), o que estimulou as tendências antagônicas em relação ao DN a fomentarem cisões na sigla. E foi o que de fato aconteceu. Mas a dispersão não se efetivou segundo a composição oposicionista formada no IV Congresso, o grupo contrário ao PSPB também se dividiu em facções distintas.

A POLOP perdeu boa parte de seus quadros estudantis, contagiados pela vaga de radicalismo do período. O que se passou com a organização em estudo também se verificou no PCB, na AP, e outras organizações. Setores mais jovens se mostravam insatisfeitos com o gradualismo presente nos programas e linhas de atuação tático-estratégicas sustentados por seus grupos de militância. Novos ventos sopravam no cenário revolucionário internacional, somemos a isso a impetuosidade de uma geração que viu os projetos de seus guias mais velhos naufragarem com o golpe de 1964.

A dispersão foi inevitável. Identificamos como causas principais para a cisão da POLOP: 1) a recusa em se aceitar o PSPB, de viés moderado, embora abrindo espaço para a luta de guerrilhas. O cerne da questão era a posição em que se encontrava a luta

Memória da POLOP na Bahia”. p. 12. Disponível no endereço eletrônico: <http://goo.gl/Sk6qur>. Acesso e download em: 11/10/2015, às 21h:28min.

³⁶² Idem, pp. 12-13

de guerrilhas no Programa, posta como secundária, em apoio a uma resistência que deveria ter como foco o operariado urbano, a frente dos trabalhadores rurais e demais aliados de classe. Seções como a de Belo Horizonte aplicavam maior centralidade a guerrilha no processo revolucionário que defendiam, a semelhança dos quadros oposicionistas de São Paulo. 2) a centralização proposta pelo grupo reunido em torno da liderança de Eric Sachs, cuja nova posição na POLOP não foi bem digerida por diversas seções e tendências internas a organização, sobretudo as articuladas em Belo Horizonte. 3) a nova situação ditatorial, em um regime cujos canais de diálogo com a sociedade eram mínimos, e tendiam a se restringir em escala crescente, o que aliás, de fato, verificou-se no ano seguinte. A nova conjuntura abria espaço para linhas revolucionárias mais radicais, e escritos como os de Mao Tse Tung, Ernesto Che Guevara e Régis Debray estavam a disposição, abrindo novas perspectivas em termos tático-estratégicos.

Consolidado o racha, novas composições se constituíram. A POLOP, apesar de ter ampliado seus quadros nos últimos anos, seguia como uma agremiação pequena, com pouca penetração nos movimentos de massa, agora tolhida por um Estado de exceção. Um grupo que acabara de perder grande parte de seus ativistas, restrito a poucos núcleos no centro-sul do país e no nordeste. Fazendo um balanço sobre os acontecimentos recentes, ligados as cisões não apenas na POLOP, mas também no PCB, foi redigido pelo CN, em novembro de 1967, o documento “As Razões da Frente de Esquerda Revolucionária”. Neste, é feito um breve histórico dos motivos que levaram ao racha das fileiras polopistas – sob a ótica do CN –, também há considerações sobre as correntes em situação de cisão dentro do PCB, e mais uma vez vemos o chamamento a formação da FER. O documento se endereçava ao Comitê Estadual e Comitê Municipal (leninista) do Rio Grande do Sul (PCB), e ao Comitê Secundarista da Guanabara (Dissidência), também vinculado aos pecebistas.

O texto reforça a proposição em ser formar um “partido revolucionário”, de caráter independente, dirigido e orientado, em sentido marxista, pela classe trabalhadora nacional. Aqui temos outro ponto de divergência com os setores mais radicais que deixaram o grupo. A proposta de se constituir um partido revolucionário soava demasiadamente gradual para as correntes desejosas em partir imediatamente para ação

armada contra a ditadura. O reforço no trabalho cotidiano de arregimentação de bases, a construção de vínculos mais efetivos junto aos movimentos populares, a paciente cooptação das camadas médias, fundamental para a construção de um sólido partido revolucionário, não seduzia mais uma geração que tinha pressa. Nesse debate, a posição da guerrilha era central. Mas tanto o PSPB, quanto o documento em análise, abarcavam a guerrilha como tática subordinada ao Partido em construção, nesse sentido, o texto inferia que

4. Nenhuma vanguarda será verdadeiramente revolucionária se não abrir o caminho da destruição da máquina policial-militar que garante a opressão sobre os trabalhadores. A constituição dum partido revolucionário e a insurreição operária passam, nas condições do país, pela guerra de guerrilhas que, contando com o potencial de luta no campo, sela a aliança operário-camponesa e desgasta política e materialmente o poder burguês-latifundiário.

Na estratégia militar da Revolução a guerrilha terá um papel de destaque por garantir a continuidade da ação numa guerra que assumirá inevitavelmente um caráter prolongado de dimensões continentais contra o potencial bélico do imperialismo. Mas desde o início a guerrilha terá que se dirigir às massas trabalhadoras e em especial à classe operária, dando-lhe a direção e o estímulo para sua luta de classe. Ao colocar a questão do poder revolucionário o foco guerrilheiro já cumprirá sua primeira função, de elevar o nível da luta política do proletariado³⁶³.

Sachs e a nova direção da POLOP advertiam sobre o “caráter prolongado” da luta a ser empreendida pelas forças revolucionárias. Nesse sentido, a luta guerrilheira deveria estar enquadrada dentro da “estratégia militar da Revolução”, e não se desenvolver enquanto estratégia geral, ou central. Aqui a guerrilha não se apresenta como “motor da revolução”, segundo a definição de Che Guevara, mas como mais um de seus componentes. Tal modalidade estaria associada ao esforço de construção do partido revolucionário, o verdadeiro “motor” do processo empreendido. O pensamento de Régis Debray, partindo das reflexões de Che Guevara e Fidel Castro, passava ao largo de teses como as defendidas no PSPB. Deste autor veio boa parte das ideias a empolgar os setores jovens tanto da POLOP quanto do PCB, e outras agremiações. Acerca do papel do “partido” no processo revolucionário corrente na América Latina do período, Debray infere que situar “a guerrilha sob a dependência estratégica e tática de um partido que não transforma radicalmente a sua organização normal em tempos de

³⁶³ “As razões da frente da esquerda revolucionária”. p. 5.

paz, ou situar a guerrilha como uma ramificação da ação do Partido, traz como consequência uma série de erros militares mortais”³⁶⁴.

Para Debray e signatários, o Partido se forjaria na ação, de modo empírico. Buscava-se romper com as antigas modalidades de organização revolucionária, vistas como ultrapassadas, burocráticas, dirigidas a inevitáveis fracassos. Exemplos históricos, segundo o autor de *Revolução na Revolução*, deixavam isso claro. No Brasil, país que recentemente assistira a um retumbante fracasso das esquerdas, tal diagnóstico se mostrava deveras objetivo. Mas para o DN, as proposições de Debray aplicavam-se apenas a Cuba, não se efetivariam num país de dimensões continentais como o Brasil, com uma realidade política, econômica e social distintas da ilha caribenha. Assim sendo, a posição do DN seguiu coerente com a meta de se construir um partido efetivamente revolucionário no país.

5. A constituição na etapa atual de uma frente da esquerda revolucionária é vista por nós como um passo na construção do partido marxista-leninista. Ao enfrentarmos as tarefas presentes de mobilização da classe através da propaganda e da agitação, da organização pelas bases, e da própria luta revolucionária; ao convocarmos todos os verdadeiros comunistas e os militantes da revolução proletária — a se unirem a nós em torno desse programa de ação, pensamos caminhar para a construção do partido revolucionário da classe operária³⁶⁵.

Ao novo chamamento do DN para a formação da FER aderiu apenas a Dissidência Leninista, corrente do PCB gaúcho, formada entre 1965 e 1966, a partir de um punhado de estudantes³⁶⁶. O que restou do núcleo dirigente da POLOP, encabeçado por Eric Sachs, mais algumas células e quadros esparsos, somados a DL gaúcha, formou o Partido Operário Comunista (POC), sigla que incorporou as teses do PSPB. Em 1968 voltou a circular, em formato de jornal, o periódico *Política Operária*, agora

³⁶⁴ “Uma vez mais, apesar de todas as experiências adquiridas até hoje, são criadas instituições antes dos fatos. Movimentos revolucionários insipientes ou grupos reduzidos somando algumas dezenas de homens, elaboram, antes de entrarem em ação, organogramas mais complexos e mais difíceis que os de um ministério, cheios de Comandos, Direções e Comissões, como se a seriedade de um movimento revolucionário fosse medida pelo número das suas subdivisões. As formas de organização precedem ao conteúdo a ser organizado. Por quê? Porque as pessoas não se libertaram ainda da velha obsessão, e crêem, apesar de tudo, que a consciência e a organização revolucionária devem e podem sempre, preceder a ação revolucionária”. Para citação no corpo do texto: DEBRAY, Régis. *Revolução na Revolução*. São Paulo: Centro Editorial Latino Americano, s/d. p. 50. Para citação em nota: Idem, p. 65

³⁶⁵ “As razões da frente da esquerda revolucionária”. p. 5

³⁶⁶ RIDENTI, Marcelo. “Esquerdas Armadas Urbanas”. In: Op. Cit. p. 119

apresentado como “Órgão Central do Partido Operário Comunista”. Em sua primeira edição como informativo do POC, as linhas do jornal informavam que a nova organização recentemente constituída seguia defendendo “a linha da revolução proletária e socialista”, empenhando-se em “levar já à prática os princípios que a POLÍTICA OPERÁRIA sempre defendeu no combate ideológico ao reformismo e que a Dissidência LENINISTA levantou nos debates internos que a distinguiram no velho partido”³⁶⁷.

A seção mineira da POLOP se reuniu com remanescentes do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), formado por militares vinculados a liderança de Leonel Brizola na conjuntura do golpe civil-militar de 1964. A este grupo coube a tentativa de construção da Guerrilha de Caparaó, iniciativa desbaratada pela repressão em 1967, antes mesmo da entrada em ação por parte do movimento. Nesse mesmo ano, a sigla passava por um processo de afastamento do campo brizolista, buscando se rearticular junto a outras organizações, dando prosseguimento a suas atividades guerrilheiras. Da união entre quadros oriundos das cisões de POLOP e MNR mineiros surgiu os Comandos de Libertação Nacional (COLINA)³⁶⁸.

A seção paulista cindida com o DN seguiu percurso semelhante a da mineira, articulando-se com remanescentes do MNR organizados em seu estado. Além dos militares nacionalistas, os polopistas somaram forças ao Grupo de Osasco, um punhado de estudantes-operários que ganharam muito destaque em São Paulo nas lutas contra a ditadura no atribulado ano de 1968³⁶⁹. Deste novo amálgama surgiu a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Em 1969, COLINA e VPR se juntariam para formar a Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares). Das três siglas, a única a constituir seu programa com base no PSPB foi a VAR-Palmares.

A composição reunida em 1961, no Congresso de Jundiá, cindiu-se de modo irreversível em 1967, durante o IV Congresso da POLOP. Dos três grupos a formar a organização em estudo, a MT parece ter seguido uma trajetória mais uniforme. Seus

³⁶⁷ Jornal *Política Operária*. Nº 17, maio de 1968. p. 1

³⁶⁸ “Um dos principais núcleos do racha da POLOP saiu de Minas, tendo à frente Ângelo Pezzutti da Silva, Juarez Guimarães de Brito, Maria do Carmo Brito, Carlos Alberto de Freitas e Jorge Batista Filho”. Deste grupo sairá boa parte do núcleo central dos COLINA, organizado em 1968. GORENDER, Jacob. Op. Cit. p. 140

³⁶⁹ Para mais informações sobre o Grupo de Osasco e a formação da VPR, consultar nosso trabalho de mestrado: OLIVEIRA, Sérgio Luiz Santos de. Op. Cit. pp. 230.282

componentes militaram na POLOP de modo mais coeso, e esta coesão esteve presente a altura da cisão. Dos quadros estudantis da seção local, a grande maioria aderiu ao racha³⁷⁰. A JS carioca se subdividiu, parte seguindo nas fileiras polopistas, parte aderindo aos COLINA, outro tanto ingressando em outras organizações. Quanto aos remanescentes da LSI, os poucos que permaneceram na militância política seguiram na POLOP, e posteriormente no POC.

Sendo amálgama, e não fusão, a POLOP comportou em suas hostes correntes e tendências distintas. Em situação de normalidade institucional, a uniformização em termos organizacionais e tático-estratégicos permitiria uma maior lentidão, devendo ser decantada ao longo evolução política da sigla. Mas a nova situação imposta pela ditadura forçou o grupo a se readaptar, e as antigas indefinições ainda em processo de debate interno tiveram que ser definidas. A ausência de tempo, espaço e segurança para se travar um debate mais tranqüilo e qualificado definiu os novos rumos da POLOP. O caminho inevitável foi a cisão, mas como visto, a luta da militância polopista prosseguiria, agora dispersa em diversos grupos e orientações tático-estratégicas.

³⁷⁰ Otavino Alves da Silva, quadro operário da seção mineira da POLOP, comenta que devido “à divisão, o pessoal avaliou que eu tinha que voltar para Minas, para organizar o que tinha sobrado da POLOP: o Nilmário Miranda, o José Antonio (estudante de engenharia), um que usava o nome de guerra de Lima, uma menina que hoje mora em Guarulhos, a Iara e os marceneiros que tinham sobrado”. SILVA, Otavino Alves da. Op. Cit. s/p.

A Propósito do Programa

A premissa verdadeiramente revolucionária para a formação de classe do proletariado é dada pela argumentação socialista trazida por propagandistas e agitadores e preparada por teóricos vindos de outras classes, da pequena-burguesia e da própria burguesia. Essas teorias, na medida em que “penetram nas massas, se tornam força material” mudando a posição e a atitude da classe operária
(Eric Sachs, *Aonde Vamos*)

6. A propósito do programa

No último capítulo discutimos o IV Congresso da POLOP e a polêmica em torno do Programa Socialista para o Brasil, redigido por Eric Sachs, e como as controvérsias em torno deste documento redundaram na cisão do grupo. Vimos também que o evento apenas potencializou um processo de afastamento e redefinição de rumos que se processava na organização, sobretudo após a nova situação de clandestinidade. Neste capítulo, analisaremos o PSPB, e traçaremos uma comparação entre este documento e outros programas revolucionários. Também discutiremos a influência que o texto de Sachs teve sobre outras organizações formadas a partir da cisão da POLOP.

O PSPB, aprovado no IV Congresso da POLOP, em setembro de 1967, foi confirmado em um quinto encontro, realizado em abril de 1968, data em que os remanescentes da cisão de Santos fundaram o POC, organização que tomou como documento oficial o programa redigido por Sachs. O mesmo texto foi incorporado pela Organização de Combate Marxista Leninista – Política Operária (OCML–PO), cisão do POC, grupo constituído em abril de 1970. Boa parte das premissas do PSPB foram adotadas pela VAR-Palmares, sigla formada num Congresso realizado em Teresópolis, ocorrido entre agosto e setembro de 1969.

O documento em questão foi dividido em seis partes: I – A Luta de Classes em Escala Internacional, II – As Lutas de Classe no Brasil, III – Por Um Brasil Socialista, IV – Por Um Governo Revolucionário dos Trabalhadores, V – As Tarefas da Vanguarda e VI – A Guerra Revolucionária. Dos grupos que deram origem a POLOP, apenas a LSI apresentou um programa tão completo, com contextualizações em escala local, regional e global, análise histórica do desenvolvimento capitalista no Brasil, defesa do caráter socialista da transição a ser construída e definições estratégica e tática do processo. Mas o texto, diferentemente do Programa da LSI, não apresenta um estatuto a ser seguido

pelos componentes da organização. Pelo discutido no capítulo pregresso, a partir de documentos de circulação interna, e dos debates travados no IV Congresso polopista, podemos inferir que o modo de organização interna previsto, mas não apresentado pelo PSPB, seguia as premissas do centralismo democrático de matriz leninista. Tais premissas foram incorporadas pelo POC³⁷¹.

O item I, “A Luta de Classes em Escala Internacional”, foi dividido em sete subitens, sendo estes: 1. A situação mundial, 2. O imperialismo, 3. O mundo socialista, 4. O mundo subdesenvolvido, 5. Coexistência pacífica e luta de classes, 6. O socialismo e a era atômica e 7. A revolução cubana e a América Latina. O item busca traçar um panorama geopolítico do período, centrado no conflito bipolar que então incidia sobre humanidade, potencializado pela ameaça nuclear. Uma divisão entre os blocos capitalista (imperialista, sob as rédeas dos EUA) e socialista é efetuada, e o equilíbrio instável entre os dois campos em oposição é salientado.

Situado entre os dois blocos hegemônicos estaria o “mundo subdesenvolvido”, cenário de disputas dentro do panorama bipolar de antanho. Em meio a esta disputa estaria a América Latina, assediada pelo poderio bélico e econômico dos EUA, porém arejada pela recente Revolução Cubana, o que abria novas perspectivas em termos revolucionários, visto que o exemplo da Sierra Maestra “mostrou as massas exploradas que a única forma de libertação absoluta do jugo imperialista consiste na derrubada da própria classe dominante (...)”³⁷².

O item em análise se inicia com a constatação de que, na época de sua redação, o mundo se encontrava “na época do confronto final entre o velho regime capitalista e as forças que lutam pelo socialismo”³⁷³. O enfoque leninista de Sachs, acerca da conjuntura internacional de sua época, tem como base a *teoria do imperialismo*, concebida pelo líder dos bolcheviques entre 1912 e 1916. Segundo Luciano Gruppi, “no momento em que o imperialismo se manifesta em toda sua plenitude, com a guerra

³⁷¹ Para mais informações sobre o POC e sua estrutura interna, conferir nosso trabalho de mestrado: OLIVEIRA, Sérgio Luiz Santos. Op. Cit. pp. 262-266

³⁷² SACHS, Eric. Apud: REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. Op. Cit. p. 124

³⁷³ Idem, p. 116

mundial, entra-se numa fase de lutas revolucionárias; a relação entre imperialismo e revolução se faz estreita”³⁷⁴.

Assim como no panorama pré-revoluções russas de 1917, de acordo com o dirigente polopista, a situação verificada nas décadas posteriores a II Guerra Mundial se apresentava como um período de ebulição revolucionária, em escala ainda maior do que a conferida na época de Lênin. Exemplos atuais são apresentados, evidenciando que “o movimento revolucionário continua se expandindo”, sendo flagrante “nos pântanos do Vietnã, nas selvas do Congo, nas montanhas da Venezuela”. Destarte, o autor constata que um, “entre três seres humanos, vive e trabalha sob sociedades onde se edifica o socialismo”³⁷⁵. A diferença de 1917, não se tratava mais de edificar a primeira nação organizada com base nos alicerces socialistas-marxistas e sim constituir novas e mais avançadas experiências. Havia um precedente. Os erros das empreitadas recentes, somados as especificidades locais (no caso, a América Latina), apresentavam-se como elementos positivos para as novas transições pós-capitalistas a serem empreendidas.

Sem nos alongarmos muito na questão do imperialismo e seu potencial revolucionário, cabem mais algumas observações sobre este ponto. A leitura de Sachs parte de pressupostos leninistas, mas vimos que seu marxismo heterodoxo recebeu insumos do pensamento de Rosa Luxemburgo, Leon Trotski, da Oposição Alemã, dentre outros. É estranho ao pensamento leninista³⁷⁶ pressupostos como o apresentado por nosso autor no PSPB, em relação ao “confronto final” entre capitalismo e socialismo, ou ideias direcionadas a questão do “colapso do sistema”, “derrocada”, etc. A análise de Lênin parte da “análise concreta da situação concreta” de sua conjuntura política, econômica e social. A concepção de Sachs que vincula imperialismo e fase agônica do capitalismo tem mais proximidade com o Programa de Transição da IV

³⁷⁴ GRUPPI, Luciano. *O Pensamento de Lênin*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 127

³⁷⁵ Doravante, indicaremos em nota o texto de Sachs por suas iniciais. PSPB. p. 124

³⁷⁶ Acerca da obra *O imperialismo*, Tarso Genro e Adelmo Genro Filho observam que tal estudo “mostra uma incrível vitalidade, configurando-se numa previsão quase profética do desenvolvimento geral do capitalismo. No entanto, nesse período (pós Revolução Russa) o capitalismo tornou-se bem mais complexo, novos fenômenos econômicos, políticos e sociais apareceram. O livro de Lênin não pretendia, não foi, nem deve ser considerado um ponto final na questão. Muitos estudos foram realizados e inúmeras obras foram escritas desde então – e outras tantas ainda são necessárias – porém, as mais fecundas buscaram, indiscutivelmente, o trabalho de Lênin como referência fundamental (...)”. GENRO, Tarso; GENRO FILHO, Adelmo. Op. Cit. p. 97

Internacional, redigido por Trotski nos Anos 1930³⁷⁷. Assim como *O Imperialismo*, tal escrito também foi concebido em panorama diverso ao vivido por Sachs. Mas os três autores supracitados, Lênin, Trotski e Sachs, associam à queda do capitalismo a ação consciente da classe trabalhadora revolucionária, passando ao largo do reformismo socialdemocrata, que vinculava a derrocada do sistema vigente a causas mais estruturais que políticas.

Mas na conjuntura do PSPB havia uma ameaça que não pairava sobre a humanidade a altura de 1917, e esta ameaça estava relacionada ao poderio nuclear de um punhado de nações, fato este não previsto pelos estudiosos marxistas até então. O perigo de uma hecatombe nuclear era real, e não podia deixar de ser ponderado. Sachs divide sua apreciação sobre o tema em duas análises, na primeira, parte de considerações acerca de um possível conflito interimperialista, a guisa do ocorrera entre 1914 e 1945. O dirigente polopista aponta tal hipótese como remota, e para justificar sua assertiva apresenta a categoria da *cooperação antagônica*, desenvolvida pelo teórico alemão, e também um dos líderes do KPO, August Thalheimer, autor pouco conhecido no Brasil até os dias de hoje. Uma das primeiras publicações a visitar o pensamento de Thalheimer foi a revista *Movimento Socialista*, como conferimos no segundo capítulo deste trabalho. Na segunda edição do informativo teórico da JS foi publicado o artigo “Marxismo e Existencialismo”, redigido pelo veterano do KPO. Acerca da cooperação antagônica, observemos o raciocínio de Victor Meyer, militante polopista próximo a Sachs.

O filósofo alemão August Thalheimer escreveu, em 1946, um ensaio sobre as relações entre os Estados capitalistas centrais depois da Segunda Guerra. Thalheimer punha em relevo um novo fator que estaria subordinando, desde então, os conflitos interestatais: a consolidação do bloco socialista, em especial o fortalecimento militar da União Soviética. O novo elemento introduzia na cena mundial uma polaridade fundamental, a cisão do mundo entre dois blocos envolvidos em dinâmicas socio-econômicas expansivas e opostas. Em

³⁷⁷ “Os falatórios de toda espécie, segundo os quais as condições históricas não estariam “maduras” para o socialismo, são apenas produto da ignorância ou de um engano consciente. As premissas objetivas da revolução proletária não estão somente maduras: elas começam a apodrecer”. TROTSKI, Leon. Op. Cit. s/p. Poderíamos arrolar a essa discussão a “teoria do colapso”, presente no pensamento de autores como Karl Kautsky, Eduard Bernstein e Rosa Luxemburgo, mas fugiríamos em demasia ao escopo de nossa análise. Para mais informações em torno dessa controvérsia, consultar: SWEEZY, Paul Marlor. *Teoria do desenvolvimento capitalista: princípios de economia política marxista*. (série Os Economistas) São Paulo: Abril Cultural, 1983. pp. 153-169.

tais circunstâncias, as tradicionais contradições entre potências capitalistas, conquanto preservadas, passavam a conter-se nos limites de uma cooperação entre elas. A ambiguidade subjacente a essa situação levou Thalheimer a elaborar o conceito de cooperação antagônica: cooperação entre os países capitalistas, apesar dos antagonismos existentes entre eles. O conceito é bastante elucidativo quanto aos rumos da diplomacia mundial no pós-guerra³⁷⁸.

Mas a ideia de cooperação antagônica se dirigia as relações entre as tradicionais potências imperialistas, no contexto de reconstrução pós Segunda Grande Guerra. Contudo, o cerne do conflito internacional do período se situava na bipolaridade que separava EUA e URSS, consubstanciada na Guerra Fria. Aqui começamos a discutir a segunda análise de Sachs sobre o tema, acima salientada por nós. O dirigente austríaco aponta o perigo de um novo conflito de dimensões globais como real, o “medo de uma nova guerra que hoje domina boa parte do mundo atinge proporções inéditas com o surgimento de novas armas, de um potencial destrutivo inimaginado no passado”³⁷⁹. Porém, este fantasma não deveria ser encarado como uma barreira no caminho da revolução socialista. Para driblar tal estado de coisas, o PSPB preconizava linhas de atuação tático-estratégicas dirigidas aos dois campos, de maneira a reorientá-los em sentido efetivamente revolucionário.

Sachs posicionava seu programa (assim como Sacchetta o fizera com relação a LSI) em posição de equidistância em relação a bipolaridade do período. Passava ao largo, obviamente, ao modelo de sociedade de mercado e consumo defendido pelos EUA. Por outro lado, verificamos uma avaliação crítica em relação ao bloco socialista. Mas seu posicionamento apresentava contornos bem menos radicais do que os encetados por determinadas correntes do campo trotskista, sendo que muitas destas sequer encaravam a URSS como um estado operário, mesmo que *degenerado*.

³⁷⁸ “José Luís Fiori, em trabalho recente, parece sustentar um ponto de vista semelhante ao afirmar que a competição ideológica e militar entre Estados Unidos e União Soviética explica o caráter complacente da hegemonia americana sobre o mundo capitalista depois da Segunda Guerra. As exigências da Guerra Fria levaram os Estados Unidos a exercerem efetivamente o papel de centro hegemônico, no sentido gramsciano do termo, gerando-se momentos bastante significativos em que os seus interesses nacionais específicos deixaram-se subordinar às necessidades do conjunto do sistema, exatamente por causa da principalidade assumida pela conflagração entre blocos”. MEYER, Victor. “Tensões Interestatais: o declínio da cooperação antagônica”. Artigo publicado pela *Gazeta Mercantil*, em 27 de março de 1998. Disponível no Centro de Estudos Victor Meyer: <http://goo.gl/F178Hr>. Acesso e download em: 14/11/2015, às 20h:06min.

³⁷⁹ PSPB, p. 122

Com relação ao mundo socialista, o documento infere que este também passava “por contradições internas” na fase em questão. As “duras condições” que teriam levado a “cabo a revolução soviética, submetida ao isolamento e ao assédio imperialista, produziram um controle burocrático sobre o primeiro Estado Operário, que afetou, em seguida, as relações entre os partidos comunistas e entre os países socialistas”. Devido a isso, o “internacionalismo proletário”, que visava “a unidade da revolução mundial, foi substituído pela submissão dos partidos dos países capitalistas aos partidos já no poder”.

A saída para tal situação seria um resgate do “internacionalismo proletário”, esvaziado a partir do período estalinista. O cenário ideal para a retomada do princípio revolucionário supra-referido se encontrava no “mundo subdesenvolvido”, que assim como a Rússia de inícios do Século XX, representava o “elo mais fraco da cadeia imperialista”. Caberia, então, as forças revolucionárias edificadas nos países mais atrasados em termos de desenvolvimento capitalista reorientar o avanço global do socialismo, e direcioná-lo em sentido efetivamente marxista-leninista, resgatando o viés internacionalista desta corrente. “Muito mais que as divergências e, mesmo, que as conciliações das direções reformistas, pesará a longo prazo o denominador comum do socialismo e da luta contra um mundo imperialista hostil e inconciliável. O papel hoje dos marxistas-leninistas nos debates internos é o de travá-los na perspectiva da unificação do campo socialista em termos dos princípios revolucionários”³⁸⁰.

Em relação ao campo capitalista, alinhado aos EUA, o documento critica a tática de “coexistência pacífica” defendida pelo PCB e demais partidos comunistas alinhados a órbita soviética. Antes de apreciarmos a posição de Sachs, vejamos qual era a postura do PCB sobre essa questão. Os pecebistas se batiam contra os adeptos do combate frontal ao imperialismo, temerosos ante o potencial de destruição que poderia ser desencadeado. Em sentido oposto, conclamavam que os trabalhadores deveriam lutar, ao lado da URSS, “contra a eclosão da terceira Guerra Mundial”, advogando em nome da paz e imprimindo um caráter democrático a sua luta.

Apoiando todos os povos que lutam pela libertação nacional, pela democracia e pelo progresso social, a União Soviética e o movimento comunista internacional esforçam-se por limitar os focos de guerra,

³⁸⁰ PSPB, p. 119-120

paralisar o braço do agressor imperialista, impedir, com o apoio de todos os que lutam pela paz, o desencadeamento de nova guerra mundial, que seria uma catástrofe termo-nuclear. O reforçamento da paz e a distensão internacional, como o demonstra a experiência dos últimos decênios, é justamente o terreno mais favorável para o avanço dos movimentos de libertação nacional e do progresso social³⁸¹.

Sachs questiona os pressupostos pecebistas-soviéticos, em sua visão, a luta revolucionária, que era de dimensões internacionais, processava-se também internamente as potências imperialistas. Em verdade, este conflito se objetivava no embate geral entre burguesia e proletariado, verificado em todas as nações organizadas a partir do modo capitalista de produção. Destarte, a melhor estratégia a se seguir seria o reforço das lutas de classe em escala internacional, especialmente nos países mais industrializados. Desta forma se colocaria em xeque a ameaça de holocausto nuclear, visto que o conflito se expandiria como uma guerra civil mundial. Com essa proposta o PSPB procurava superar a tática de “coexistência pacífica” defendida pelos comunistas.

A "coexistência pacífica", porém, não pode ser aplicada nas relações entre países dominados e dominadores, nem nas relações entre classes de um mesmo país.

A única garantia contra uma guerra mundial é a luta de classes em escala mundial — dentro de cada país — contra o imperialismo, é o surgimento de novas revoluções socialistas, é o progresso da revolução mundial³⁸².

O segundo item do PSPB, “As Lutas de Classes no Brasil”, foi dividido em quatro subitens: 1. O desenvolvimento capitalista, 2. A questão agrária, 3. A integração capitalista no Brasil e 4. O caráter da revolução.

O primeiro tópico do item em discussão se inicia com a constatação de que o Brasil, a altura do escrito, já podia ser enquadrado como um país “capitalista e industrial”, dotado de moderno “parque industrial”, que juntamente ao setor do comércio e dos transportes responderia por “50% da produção global, contra apenas 26% da produção agropastoril”³⁸³. Tal desenvolvimento “trouxe consigo o crescimento

³⁸¹ “A Discussão para o VI Congresso”. IN: CARONE, Edgard. *O PCB (1964-1982)*. São Paulo: Difel, 1982. p. 57-58

³⁸² PSB, p. 121-122

³⁸³ Sachs não indica as fontes dos números que cita, mas todas as pesquisas e estudos a abordarem o desenvolvimento industrial do período são unânimes em indicar o agudo crescimento do setor industrial brasileiro, em contraposição ao baixo crescimento do setor agrário. Para citação no corpo do texto: Idem,

da classe operária e o amadurecimento da contradição entre capital e trabalho”. Indício do “amadurecimento” dessa “contradição” seria a discrepância de crescimento verificada entre o “lucro bruto” dos empresários, que crescera “76%” entre 1955 e 1959, acrescido a uma produtividade do trabalho que ascendera em “37%”, em contrapartida a uma elevação real dos salários que ficara em torno de “15%”. O motor principal destas contradições seria a “herança colonial e agrária, que a burguesia não pode destruir radicalmente”, somado a “dominação imperialista sobre o país”³⁸⁴.

A denominação do Brasil como país capitalista e industrializado, sob domínio da burguesia, não era novidade no pensamento de Eric Sachs, desde seus primeiros artigos, como “Luis Carlos Prestes e seus aliados”³⁸⁵, (assinado como Eurico Mendes), publicado na edição de número um do *Movimento Socialista*, vemos estas proposições. Aliás, tal perspectiva era corrente entre os membros da POLOP, figurando como elemento de unidade em termos de análise do desenvolvimento capitalista brasileiro.

Podemos conferir o que foi afirmado acima em artigos como “Apontamentos Sobre a Revolução Brasileira” (assinado por A. Pinto), publicado na edição de número cinco do *Política Operária*. Luis Alberto Moniz Bandeira, em *O Caminho da Revolução Brasileira*, também define o desenvolvimento econômico do Brasil de forma semelhante: o “Brasil entrou decididamente no caminho do capitalismo e, embora o seu desenvolvimento se processe de forma irregular, complexa e combinada, não se pode enquadrá-lo mais na categoria dos países atrasados”³⁸⁶. Como já mencionado neste

p. 125. Para dados acerca do crescimento industrial do período, consultar: BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. *Desenvolvimento e Crise no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1972. p. 45-46

³⁸⁴ PSPB, p. 125

³⁸⁵ “Evidentemente não estamos mais em 1930, nem em 1935 e nem mesmo em 1945. O país passou por uma fase de expansão industrial — e continua passando em ritmo mais moderado — que não permite mais falar em termos de simples economia agrária. O desenvolvimento econômico completou, até um certo grau, a obra da revolução de 1930. A burguesia está no poder e lidera a coligação das classes dominantes. A tarefa fundamental da revolução burguesa, a de destruir o domínio político do campo sobre a cidade foi solucionada de um modo burguês-reformista. E outra solução a nossa burguesia não está mais em condições de apresentar e nem disposta a fazê-lo”. SACHS, Eric. “Luis Carlos Prestes e seus aliados”. In: *Movimento Socialista*, edição Nº 1, p. 30

³⁸⁶ A obra de Moniz Bandeira em apreciação foi redigida como proposta de Programa para a POLOP em 1962, contudo, não foi aprovada em Congresso como documento oficial da organização. Segundo Moniz Bandeira, a ideia inicial sobre o caráter socialista da revolução brasileira partiu de sua pena, a “fundamentação do caráter socialista da revolução no Brasil, com base em levantamento econômico e dados estatísticos do início dos anos 1960, foi de fato feita por mim, em *O Caminho da Revolução Brasileira*, livro publicado em 1963 pela Editora Melso”. Para citação no corpo do texto: MONIZ BANDEIRA.

Luis Alberto. *O Caminho da Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro – Guanabara: Editora Melso, 1963. p. 46.

trabalho, tais ideias se contrapunham as teses pecebistas, especialmente aquelas decantadas desde 1958, que preconizavam uma revolução de caráter burguês, democrático e nacional. “Mesmo não liquidando a exploração dos operários pela burguesia, a revolução nacional e democrática abre caminho para a vitória do socialismo”³⁸⁷. Tanto a POLOP, quanto as organizações derivadas da IV Internacional, eram francamente contrárias a esta proposta.

O segundo subitem do item em análise discute a “questão agrária” no Brasil dos Anos 1960, expondo as contradições do meio rural nacional, e ao mesmo tempo dando relevo ao potencial revolucionário presente neste espaço. O tópico lança mão de alguns números para evidenciar as disparidades existentes nesse ambiente. Amparado em dados do “recenseamento de 1960”, Sachs aponta que “2,2% dos estabelecimentos comerciais agrícolas abarcavam 59,02% das terras ocupadas no país”. O que indicava a predominância dos latifúndios. Em contrapartida, “89,39% dos estabelecimentos” ocupavam “20,2% da área total, sendo que mais da metade daqueles 89,39% é constituída de propriedades de 20ha, ou seja, de estabelecimentos insuficientes para a manutenção de uma família camponesa”. Assim sendo, o “domínio latifundiário no Brasil – que se manifesta no baixo aproveitamento da terra – amortece o crescimento capitalista no país”.³⁸⁸

A leitura de Sachs passa ao largo das teses dualistas advindas do campo pecebista-cepalino³⁸⁹, que trabalhavam com a ideia de “restos feudais”, em oposição a setores desenvolvidos dentro do sistema capitalista nacional. Nesse sentido, o latifúndio não seria um “elemento exterior ao sistema capitalista constituído no país”, como queriam os comunistas, o que havia de fato era uma

complementaridade entre a burguesia industrial e o latifúndio: as altas

Para	citação	em	nota:	MONIZ	BANDEIRA.	Luis
Alberto.	Op. Cit.	p. 37				

³⁸⁷ “A Discussão para o VI Congresso”. In: CARONE, Edgard. Op. Cit. p. 71

³⁸⁸ PSPB, p. 126-127

³⁸⁹ Francisco de Oliveira, outro crítico ao modelo dualista cepalino, infere que no “plano teórico, o conceito de subdesenvolvimento como uma formação histórico-econômica singular, constituída polarmente em torno da oposição formal de um setor “atrasado” e um setor “moderno”, não se sustenta como singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. Por outro lado, a oposição na maioria dos casos é tão-somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado “moderno” cresce e se alimenta da existência do atrasado, se se quer manter a terminologia”. OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica a razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Editora Boitempo, 2003. p. 32

taxas de exploração vigentes no campo serviram para auxiliar a acumulação de capital para o desenvolvimento industrial. Ou através da rede bancária, ou através de inversões diretas feitas pelos fazendeiros ou, ainda, pela mediação do Estado, as indústrias cresceram alimentadas pela exploração latifundiária³⁹⁰.

Estando descartado o caráter estanque das teses pecebistas-cepalinas, a identidade de lutas entre os trabalhadores da cidade e do campo seria uma só, complementar e comum, demandando uma maior unicidade entre os dois setores que formavam o proletariado brasileiro. Destarte, Sachs aponta que a

aliança que se fez entre a burguesia e o latifúndio fez-se acompanhar da identidade de interesses entre os trabalhadores da cidade e do campo, criando as condições sociais para a aliança entre operários e camponeses. Não há dúvida de que a desigualdade entre as condições existentes nas várias porções do território nacional imporá soluções específicas para cada região. Mas a base econômica da produção agrícola brasileira — latifúndio do café, do açúcar, do algodão, do cacau etc. — pelo grau de capitalização realizado já oferece as condições para a sua transformação em grandes unidades coletivas. Onde o desenvolvimento das forças produtivas for insuficiente para tal avanço, a posse da terra pelos camponeses, acompanhada de formas cooperativas, realizará a destruição do latifúndio³⁹¹.

Feito o diagnóstico da questão agrária nacional, e apontadas medidas no sentido de se superar tal estado de coisas, em sentido revolucionário, Sachs analisa em seguida “a integração imperialista no Brasil”, no subitem 3. Neste tópico nosso autor dá relevo a suas influências leninistas, discutindo a questão a partir de insumos provindos de *O Imperialismo, fase superior do capitalismo*, estudo seminal de Lênin. Sachs inicia seu raciocínio diferenciando o tipo de dominação externa que se processava no país, a drenagem de recursos nacionais não se dava mais com base na exportação de *commodities*, e sim pela via da “exportação de capitais”. Nossa burguesia, retardatária em comparação as suas homólogas do centro do sistema capitalista global, “não encontrou outro remédio senão associar-se aos capitais imperialistas”.

Alguns números comprovavam esta assertiva: em “1960 era de 90% o controle estrangeiro sobre a indústria automobilística, 82% sobre a eletricidade, 70% sobre a de máquinas etc., e tudo indica que os números tenham crescido de lá pra cá”³⁹². Como

³⁹⁰ PSPB, p. 127

³⁹¹ Idem, pp. 127-128

³⁹² Ibidem, p. 129

vimos, o PSPB foi redigido entre 1966 e 1967. Além da exportação de capitais, os baixos salários pagos aos trabalhadores brasileiros, garantidos pela repressão da ditadura a todas as formas de organização laboral, era outro atrativo para o “domínio imperialista”.

Mas a “monopolização sofrida pela economia nacional”, por parte dos trustes internacionais, tendia a acentuar “todas as contradições do capitalismo”. O tipo de indústria poupadora de mão-de-obra, voltada ao consumo das classes média e alta, empregava poucos operários e destruía “as condições de sobrevivência dos pequenos produtores autônomos”. O principal efeito dessas distorções seria o aumento do “exército industrial de reserva”, que garantia a depressão dos “salários ao mais baixo nível”. Por tudo isso, o imperialismo seria a “ante-sala da revolução social”, como observara Lênin, baseado no contexto russo das primeiras décadas do Século XX. Com base na conjuntura brasileira de meados da década de 1960, Sachs lança o prognóstico de que estaríamos em vias de adentrar em nova fase revolucionária, impulsionada pelas contradições do estágio imperialista em que nos situávamos. Para confirmar sua assertiva, o dirigente polopista lança duas constatações:

em primeiro lugar, ao integrar definitivamente todo o mundo ao domínio do capital, ao revolucionar todas as áreas do globo e subordiná-las à necessidade do lucro, amadurecem as condições internacionais para a revolução socialista. E, em segundo lugar, porque aguça as contradições inerentes ao sistema capitalista: a contradição entre o crescimento da produção e do consumo, a contradição entre o caráter privado da apropriação e o caráter social da produção³⁹³.

No quarto tópico do item em discussão, “O caráter da revolução”, Sachs reforça o postulado polopista que apontava o Brasil como um país fundamentalmente capitalista, embora arrebanhado pela dominação imperialista, e controlado por uma burguesia associada que negociava poder junto aos setores latifundiários nacionais. O autor apresenta uma série de dados que indicavam que o país passava por uma aguda crise, mas uma crise tipicamente capitalista, a primeira em nossa história que teria sido “produzida no interior do próprio sistema”³⁹⁴. A estagnação econômica seria um reflexo

³⁹³Ibidem, p. 130

³⁹⁴ “O produto nacional que na década de (19)50 alcançou a taxa média de crescimento anual de 5,2% apontou claros sinais de declínio a partir de (19)62, tendo crescido em apenas 1,6% em (19)63, 3,1% em

do modelo de desenvolvimento encampado pelas elites dirigentes nacionais. Aqui não vemos um conflito que oporia “nação e anti-nação”, como afirmavam as teses pecebistas. “A contradição fundamental da sociedade brasileira é aquela que põe em choque burguesia e proletariado”. O tipo de desenvolvimento capitalista proposto no Brasil trazia “como consequência natural a carência de mercado interno, a baixa produtividade agrícola, a sangria de capitais, a inflação e a exploração violenta das massas trabalhadoras”³⁹⁵.

Nessas condições, não haveria meios de se desenvolver as forças produtivas do país nos marcos do modo de produção capitalista, como verificado nas economias pioneiras deste sistema. “Quando o imperialismo tomou conta das regiões mais atrasadas do globo e as integrou no mundo capitalista na qualidade de regiões dependentes, ao mesmo tempo cortou suas possibilidades de repetir o processo de desenvolvimento trilhado pelas nações capitalistas avançadas”³⁹⁶. Destarte, o único caminho viável para a classe trabalhadora nacional (e mundial, especialmente nas nações subordinadas ao imperialismo), em direção a um modelo de desenvolvimento que a integrasse de fato, seria o socialismo.

O terceiro item do PSPB, “Por Um Brasil Socialista”, foi subdividido em três tópicos: 1. O socialismo no Brasil, 2. Socialismo e revolução são inseparáveis, 3. O caminho passa pela ditadura do proletariado.

No primeiro subitem Sachs esclarece o que ele (e sua organização) entendiam por socialismo no Brasil, e as “premissas materiais” que definiriam a aptidão do país para a transição a tal sistema. O texto define como “Brasil socialista” uma ordem social em que “os meios de produção” pertençam a toda a sociedade, a produção seja “planificada” de acordo com os interesses da classe trabalhadora, e não “pela ganância do lucro”. Um sistema em que “as máquinas estejam a serviço do homem”, e não o

(19)64, e 3,9% em (19)65. (...) Nos anos (19)66 e (19)67, justamente como efeito da intensificação da exploração sobre a classe operária e da concentração e centralização de capitais, a produção apresentou uma relativa recuperação, embora bem diminuta, com taxas de 4,4% e 4,5%”. Sabemos que a partir de 1968 o Brasil viveu o período do chamado “milagre econômico”, com taxas de crescimento anual em torno de 10%, desenvolvimento este sustentado por empréstimos junto ao grande capital internacional, que deu suporte a um breve ciclo de desenvolvimento dependente que se encerraria em 1973, como é bem sabido. Ibidem, p. 131

³⁹⁵ Ibidem, p. 131

³⁹⁶ Ibidem, p. 132

contrário, em uma sociedade onde não haja exploradores e explorados, onde “todos os homens desfrutem igual e livremente do progresso e das riquezas comuns”³⁹⁷.

As condições objetivas para uma transição pós-capitalista estavam dadas no Brasil, país que já dispunha de “um parque industrial cuja potencialidade não está sendo aproveitada, dispõe de terras ricas para serem cultivadas racionalmente e possui trabalhadores à procura de trabalho”. O caminho seria retirar os “meios de produção” das mãos dos “capitalistas, latifundiários e especuladores”, e destiná-los ao “povo brasileiro”. Em seguida o autor cita exemplos de “povos e países, então menos desenvolvidos que o Brasil de hoje – Rússia de 1917, China de 1950, Cuba de 1959”. Nações que souberam dar o “passo decisivo” rumo ao socialismo, “libertando-se da exploração capitalista e imperialista”³⁹⁸.

No tópico seguinte, “Socialismo e revolução são inseparáveis”, Sachs reforça a definição do Brasil enquanto país capitalista, marcado por contradições que opunham “capital e trabalho”, “burguesia (nacional ou estrangeira) e proletariado”. Um país administrado por elites que comandavam o “Estado segundo seus interesses e necessidades particulares” de classe, à custa da “exploração do trabalhador”. Nesse sentido, a nação vivera sob uma ditadura disfarçada da burguesia antes do golpe de 1964, seguida de uma ditadura de fato, sem máscaras, após o início do regime militar autoritário. Mas os dirigentes golpistas lançavam mão de uma série de estratégias para legitimar sua “democracia” junto a população, recorrendo a meios institucionais como eleições periódicas, uma pretensa “harmonia dos três poderes”.

Tais medidas eram apenas invólucros para ocultar o “monopólio exercido pela burguesia pelo seu poder econômico”, garantido por “intermédio de rádios, TV, jornais etc., e a ajuda do voto de cabresto”, que permitiam a manutenção de um congresso “dócil” aos interesses empresariais e latifundiários, e “hostil às aspirações das massas trabalhadoras”. Deve-se acrescentar a restrição de voto aos “analfabetos e soldados” e a exclusão dos comunistas do processo eleitoral, o que definia nosso sistema como uma perene “democracia para a burguesia e uma ditadura real para os trabalhadores”³⁹⁹.

³⁹⁷ Ibidem, p. 133

³⁹⁸ Ibidem, p. 134

³⁹⁹ “Quando as contradições de classe tornaram-se agudas e as classes dominantes tiveram que se descartar mesmo das normas democráticas vigentes, apelaram para o poder militar. Para manter seus privilégios, ameaçados pelo movimento popular que crescia, as classes dominantes preferiram a ditadura

No outro pólo da sociedade brasileira estaria o proletariado, que crescia *pari passu* ao desenvolvimento do capitalismo no país. A classe que produzia as riquezas, mas que se encontrava aviltada em seus direitos políticos, cada vez mais explorada pela burguesia. Esta “posição objetiva da classe operária” a tornava “receptiva a uma concepção materialista e dialética da luta de classes, ao marxismo-leninismo”, o que a convertia em “líder natural de todo o movimento dos trabalhadores da cidade e do campo que desalojará as classes dominantes no processo revolucionário”⁴⁰⁰.

O tópico três indica que “O caminho passa pela ditadura do proletariado”, se os regimes burgueses sempre se caracterizaram como ditaduras de classe, caberia aos trabalhadores se apossar do Estado e redefini-lo segundo suas necessidades. “O proletariado vitorioso terá, antes de tudo, de quebrar e destruir esse aparelho estatal burguês-latifundiário” que sempre serviu aos interesses das elites dirigentes.

Mas o proletariado não pode desistir, de todo, do Estado. O proletariado no poder terá de assegurar o seu domínio contra a resistência das velhas classes exploradoras que fomentarão a contra-revolução interna e que, principalmente, recorrerão à reação externa. Para vencê-las, para superar a herança do velho regime, para mobilizar os recursos populares para a construção do socialismo, será necessário, durante certo tempo a formação de um Estado Operário que exercerá a Ditadura do Proletariado⁴⁰¹.

aberta”. Friedrich Engels, na Introdução a edição alemã de 1891 de *A Guerra Civil na França*, de Karl Marx, infere que: “Na realidade, porém, o Estado nada mais é do que uma máquina para a opressão de uma classe por outra e isso, bem entendido, não menos numa república democrática do que na monarquia”. Citações no corpo do texto e em nota: Ibidem, p. 135

⁴⁰⁰ Idem, ibidem

⁴⁰¹ “Para Marx, o traço distintivo e aspecto mais significativo da Comuna de Paris – “a forma política, finalmente descoberta, sob a qual realizar a emancipação econômica do trabalho” (*A guerra civil na França*, parte III) – estava no fato de, ao contrário de todas as revoluções anteriores, ela ter começado a desmontar o aparelho de Estado e a dar poder ao povo: “toda a iniciativa até então exercida pelo Estado foi colocada nas mãos da Comuna”, cujo conselho municipal era eleito pelo sufrágio universal e da qual a maior parte dos membros “eram naturalmente trabalhadores, ou representantes reconhecidos da classe operária”. “A Comuna devia ser um órgão de trabalho – e não um órgão parlamentar – executivo e legislativo ao mesmo tempo.” (...) Essa visão da ditadura do proletariado como sendo tanto uma forma de regime como uma forma de governo encontrou sua mais forte expressão em *O Estado e a Revolução*, de Lênin, escrito às vésperas da Revolução de Outubro de 1917 e inspirado de perto na análise da Comuna de Paris feita por Marx. O livro de Lênin, porém, não trata de um importante problema relacionado com o conceito, qual seja o papel do PARTIDO. Há, claramente, uma diferença muito grande entre “ditadura do proletariado”, de um lado, e “ditadura do proletariado sob a direção do partido”, de outro. E foi a última fórmula que prevaleceu, tanto na teoria como na prática, na União Soviética”. Vale ressaltar que todos os partidos a gravitar na órbita da URSS, à altura do PSPB, não trabalhavam mais com a ideia de ditadura do proletariado, buscando atingir e exercer o poder por meios democráticos e institucionais. Para citação no corpo do texto: Idem, p. 136. Para citação em nota: BOTTOMORE, Tom. Op. Cit. pp. 183-184

O tópico se encerra com a exortação de que a “revolução socialista não poderá se concluir no Brasil independentemente da revolução mundial”. Uma vez completos todos os estágios necessários da transição pós-capitalista, e instituído um regime socialista de fato, a humanidade não precisaria mais de um Estado centralizador de poder, podendo então suprimir o mesmo, atingindo o nível do comunismo⁴⁰². Este estágio se efetivaria após o domínio planetário do modo socialista de produção.

Na medida em que estiver assegurado o caminho socialista, na medida em que desaparecer o perigo da reação interna e externa, a revolução socialista renunciará ao seu Estado. Na medida em que desaparecerem as contradições de classe com a construção socialista interna e mundial, a Ditadura do Proletariado será superada e o Estado dos trabalhadores brasileiros definhará. A República Socialista do Brasil integrar-se-á numa sociedade comunista universal⁴⁰³.

O quarto item do PSPB, “Por Um Governo Revolucionário dos Trabalhadores”, também foi dividido em três tópicos, com os subitens: 1. A revolução dos trabalhadores, 2. A frente dos trabalhadores da cidade e do campo, e 3. O governo revolucionário dos trabalhadores.

Vale ressaltar que das organizações em combate a ditadura civil-militar, a POLOP foi a que melhor indicou qual deveria ser o papel da classe trabalhadora no processo revolucionário proposto. Na esteira do PSPB, apenas o POC (que na verdade foi uma continuação da POLOP sob outro nome) e a VAR-Palmares (que abrigava em seus quadros diversos militantes de origem polopista) delimitaram de modo mais concreto o papel do proletariado em seus respectivos programas.

O subitem 1, “A revolução dos trabalhadores”, comenta a situação de momento em que vivia o proletariado nacional, oprimido por uma ditadura de classe, burguesa, que se valia de um “regime forte” para empurrar o ônus da crise econômica para as camadas mais baixas da população. “Reerguer a taxa de lucro à base da exploração dos trabalhadores foi a palavra de ordem das classes dominantes que deu sentido ao golpe

⁴⁰² Vimos que a LSI também trabalhava sob a perspectiva da abolição do Estado após estágios mais avançados de socialismo. Conferir nas páginas 50-51 deste trabalho.

⁴⁰³ PSPB, p. 137

de abril”. Exatamente por isso, no “caminho da revolução socialista no Brasil coloca-se, como primeiro passo, a luta pela destruição das bases sociais da ditadura”⁴⁰⁴.

No segundo tópico, “A frente dos trabalhadores da cidade e do campo”, tema mais que visitado nas linhas do *Política Operária*, Sachs novamente ressalta a necessidade da união entre todos os setores das camadas assalariadas do país em defesa de seus direitos. Verificando o panorama da época, ressalta-se que os sindicatos “permaneciam sob controle ministerial”, o direito de greve seguia “praticamente suspenso”, as “reivindicações salariais controladas”, e o sistema eleitoral se caracterizava como uma “grotesca farsa”. Por todo esse estado de coisas, não restava outra opção a classe trabalhadora brasileira a não ser se opor frontalmente ao regime burguês autoritário⁴⁰⁵.

A formação do “proletariado revolucionário” brasileiro deveria ter como “base” os “próprios locais de trabalho”. Aqui vemos outro tema que acompanhou as diretrizes políticas da POLOP desde seus primeiros momentos, a ideia de ação pela base, como fuga a todo tido de cupulismo. Mais uma vez se recomenda a formação de “comitês de empresa”, ligados “diretamente a classe”. Tais comitês seriam “o instrumento básico para sustentarmos a luta econômica e política da classe operária”. O tipo de organização empreendido nos locais de trabalho teria efeito sobre as entidades laborais. “Também na organização sindical se fará sentir essa política de base; travaremos a luta sindical na perspectiva de libertação dos sindicatos do controle do Estado burguês”⁴⁰⁶.

A se somar a frente capitaneada pelo operariado urbano, estariam os trabalhadores do campo (“assalariados puros, parceiros, meeiros, pequenos camponeses, etc”), a estes deveria se direcionar uma “vanguarda armada”, que deveria mostrar “o caminho concreto da destruição dos seus opressores”, ou seja, as oligarquias rurais, e também estreitar os laços da aliança junto aos “operários industriais”. Outro componente da frente seria a “pequena burguesia”, “vacilante por sua posição na sociedade”, mas composta por setores proletarizados, passíveis de serem arregimentados. Há menção ao movimento estudantil, de “grande tradição de luta da

⁴⁰⁴ Idem, pp. 137-138

⁴⁰⁵ Ibidem, pp.139

⁴⁰⁶ Idem, 139-140

América Latina”, seguidos dos soldados, cabos e marinheiros, que poderiam ser “ganhos para a frente dos trabalhadores”⁴⁰⁷.

O tópico se encerra com uma crítica a proposta de formação de frentes partidas do campo reformista “pequeno burguês”, de objetivos “puramente liberais”, voltados a uma pretensa “redemocratização” com base em “amplos movimentos de opinião pública”, e em “divisões verticais do exército com setores progressistas contra setores entreguistas”. A essa altura já se iniciavam as discussões em torno da formação de uma “frente ampla” contra a ditadura, congregando distintos grupos em oposição ao regime. É bem sabido que esta composição reunia, sobretudo, forças políticas que apoiaram o golpe de 1964, mas que se viram de fora do arranjo de poder então estabelecido.

Na periferia da frente atuava o PCB, alvo das críticas de Sachs. Na edição de número XXVI do jornal *Voz Operária*, o editorial “As Tarefas Táticas da Luta Contra a Ditadura no Brasil”, assinado por Alfredo Castro, trazia as proposições frentistas defendidas pelo campo pecebista. Vejamos um trecho do texto:

Do ponto de vista tático, a atual tarefa das forças de oposição consiste em unir-se e organizar-se, sem discriminações nem impulsos revanchistas, a fim de isolar cada vez mais a ditadura e criar premissas para sua derrota. (...) O Partido Comunista se esforça no sentido de que o povo brasileiro tenha um Governo progressista. Mas compreende que o Governo que substituíra a ditadura refletirá a correlação de forças existentes no momento de sua formação. Seria errôneo impor esquemas prejudiciais à ampliação das forças que se dispõem a combater a ditadura⁴⁰⁸.

A frente proposta pelos comunistas era de caráter plural, não classista, aberta a todas as forças que se dispunham a “combater a ditadura”. O PCB seguia com sua plataforma democrático-burguesa, buscava restituir a composição política pré-1964. Contra isso Sachs, a POLOP, e mesmo correntes internas ao próprio partido de Prestes se batiam. Na frente pecebista havia espaço para setores da burguesia nacional, das oligarquias rurais, das classes médias, mesmo os conservadores (UDN), frações das

⁴⁰⁷ A seção polopista de São Paulo, a altura da veiculação do PSPB, já realizava um trabalho de orientação política junto a militares do quartel de Quitaúna, algo semelhante se dava na seção mineira da organização, desta proximidade surgirão em 1968 a VPR, em São Paulo, e os COLINA, em Belo Horizonte, como já discutido aqui. Idem, ibidem.

⁴⁰⁸ Jornal *Voz Operária*, XXVI edição, 1^o de Março de 1967. p. 2

forças armadas, do clero, etc. Não fica muito claro qual o papel a ser desempenhado pela classe trabalhadora. Quanto a este ponto, o PSPB é mais claro.

A esquerda revolucionária, verificando que a única garantia para a conquista das liberdades para os trabalhadores está na destruição mesma das bases sociais do golpe, baseia sua luta na revolução dos trabalhadores contra o regime. Nesse processo a classe operária deve liderar as amplas lutas dos camponeses, dos assalariados em geral, dos soldados e marinheiros, que fazem parte do potencial revolucionário do país⁴⁰⁹.

O subitem 3, “O governo revolucionário dos trabalhadores”, traz um esboço do como deveria ser governo proposto pelo PSPB. O texto deixa claro que não havia no momento condições de se detalhar a forma de gestão, mas o “conteúdo de classe” da mesma “deveria ser definido desde já”. Com isso se buscava evitar que os trabalhadores fossem atraídos para projetos “reformistas e populistas, destinados justamente a evitar a revolução socialista”⁴¹⁰. Visando, ou melhor, tendo “por missão demolir os pilares da reação”, o novo regime revolucionário, em transição para o socialismo, “deverá tomar as seguintes medidas básicas:

- Destruição final das atuais forças armadas organizadas para a repressão contra as classes populares; organização de milícias dos trabalhadores.
- Encampação dos monopólios imperialistas e nacionais; planificação dos setores básicos da economia.
- Nacionalização da terra e liquidação do latifúndio; organização de cooperativas, fazendas coletivas e entrega da terra aos camponeses, de acordo com as condições locais.
- Completa liberdade de organização e manifestação para as classes trabalhadoras.
- Política externa antiimperialista e de solidariedade ativa aos movimentos revolucionários, principalmente da América Latina.
- Retirar dos grandes capitalistas o controle da grande imprensa.
- Convocação de um Congresso eleito pelos trabalhadores da cidade e do campo, como base política do novo regime.

⁴⁰⁹ PSPB, p. 141

⁴¹⁰ Idem, ibidem.

- Medidas drásticas de combate à carestia e de elevação do nível de vida do povo, como confisco dos estoques dos especuladores, controle operário dos preços, elevação geral dos salários e congelamento dos preços⁴¹¹.

A quarta parte do PSPB se chamou “As Tarefas da Vanguarda”, por sua vez também subdividida em três subitens: 1. A formação do partido revolucionário da classe operária, 2. Partido e classes e 3. A frente de esquerda revolucionária”.

No tópico 1 mais uma vez vemos Sachs reclamando a emergência da constituição de um “partido revolucionário”, tema recorrente em sua pena desde a fase pré POLOP, como podemos conferir em sua “Convocatória”, discutida no capítulo pregresso. Tal postura era coerente com sua orientação acima de tudo leninista e de referencial bolchevique. A construção de um partido que guiasse o processo revolucionário a ser desencadeado no Brasil era uma premissa básica para Sachs. Caberia, então, a este mesmo partido “coordenar todas as formas de luta contra a ditadura e o imperialismo, na cidade e no campo, legais, clandestinas e armadas, para o assalto final das massas trabalhadoras contra a sociedade burguesa-latifundiária”⁴¹².

Neste ponto cabe uma comparação com as outras organizações em combate aberto e clandestino a ditadura. Já fizemos referência neste trabalho ao organograma produzido por Daniel Aarão Reis Filho com relação aos grupos guerrilheiros atuantes no Brasil, sobretudo durante os Anos de Chumbo. Vimos que quatro organizações, em militância nos anos anteriores ao golpe de 1964 (PCB, desde 1922; PC do B, fundado em 1962; POLOP e AP) foram as bases para os futuros agrupamentos que pegariam em armas contra o regime militar a partir de 1968. Em linhas gerais, a *estrutura partido* foi encampada pela maioria das siglas guerrilheiras, ao menos em seus respectivos programas. A trajetória dos grupos de resistência foi de fôlego curto, e já em meados da década de 1970 tombavam os últimos militantes, pondo fim ao ciclo da luta armada no Brasil. Exatamente por isso, mesmo entre as siglas que advogavam pela construção do partido revolucionário, não foi possível a formação de tal aparelho. Mas houve grupos que se notabilizaram por postergar a constituição de partidos para fases mais adiantadas

⁴¹¹ Ibidem, p. 142

⁴¹² Ibidem, p. 144

da luta revolucionária, concentrando-se em ações de propaganda armada. Destes, destacamos a ALN, a Nova VPR⁴¹³, e os COLINA.

Dos grupos voltados a ação, o que obteve maior ressonância foi a ALN, aliás, a palavra “ação” vinha expressa já no nome da organização. Este grupo foi constituído sob a liderança dos veteranos comunistas Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira, em 1968. No ano anterior, parte seção paulista do PCB se reuniu no “Agrupamento Comunista de São Paulo”, corrente em cisão com o CC capitaneado por Prestes. Os motivos centrais do descontentamento desta facção com os núcleos centrais do partido diziam respeito ao excesso de “burocratismo” e “cupulismo” de uma legenda que desde 1964 colecionava reveses. Acrescente-se a isso os aspectos legalistas das propostas de combate a ditadura partidas das hostes pecebistas. O Agrupamento Comunista de São Paulo (futura ALN), orientado pelas teses da OLAS, defendia a passagem imediata ao combate armado a ditadura. Dentro deste prisma, a luta deveria se concentrar, ao menos em seus estágios iniciais, em seus aspectos tático-militares, não havendo a necessidade de um partido que coordenasse o processo, tal aparelho deveria brotar da luta, da ação. Vejamos mais de perto tais premissas.

Nossa estratégia é partir diretamente para a ação, para a luta armada. O conceito teórico pelo qual nos guiamos é o de que a ação faz vanguarda. Seria para nós imperdoável perder tempo organizando uma nova cúpula, lançando os chamados documentos programáticos e táticos e fazendo novas conferências, de onde surgiria outro Comitê Central, com os vícios e deformações já por demais conhecidos⁴¹⁴.

A Nova VPR se orientava por concepções semelhantes às supra-referidas, tinha por meta concentrar a luta em seus aspectos militares, abrindo mão de estruturas partidárias na fase inicial dos embates. Nesse sentido, caberia a guerrilha catalisar a “oposição social existente em oposição política através da luta armada”, e nesse processo, essa mesma “oposição social” se converteria em “vanguarda política”. Durante essa escalada, “todo o potencial de revolta do povo poderá ser canalizado

⁴¹³ Em nossa dissertação de mestrado, dividimos a trajetória em VPR em duas fases, uma inicial, a partir de sua formação em 1968, e uma segunda fase, logo após a cisão de Teresópolis, em 1969, quando parte desta organização se uniu aos COLINA e formou a VAR-Palmares. Um setor da VPR, sua porção mais militarista, liderada pelo capitão Carlos Lamarca, optou por não aderir à nova sigla devido a seu programa de viés mais político e menos militar. Este segmento reativou a VPR, para efeitos de diferenciação, optamos pelo termo “Nova VPR”, pois se tratou de uma nova organização, diferente da fundada em 1968. Para mais informações: OLIVEIRA, Sérgio Luiz Santos de. Op. Cit. pp. 232-282

⁴¹⁴ MARIGHELLA, Carlos. *Escritos de Carlos Marighella*. São Paulo: Editora Livramento, 1979. p. 137

porque existe uma alternativa. Só a partir daí haverá condições de construção de um partido nacional – na própria luta – resultado da unidade daqueles que souberam de fato gerar uma vanguarda”⁴¹⁵.

Os COLINA adotaram postura semelhante a da ALN, o documento básico desta organização foi “Concepção da Luta Revolucionária”, texto que trouxe como epígrafe a seguinte frase atribuída a Lênin: “... um marxista tem que tomar em conta a vida viva e não pode continuar aferrando-se à teoria de ontem...”⁴¹⁶. Podemos interpretar esta epígrafe como uma alusão as diretrizes propostas por Sachs no PSPB, que redundaram na cisão de POLOP em 1967. No capítulo anterior vimos às divergências que levaram a seção mineira polopista a romper com o DN, a questão da estrutura partido foi um dos pontos a ensejar a ruptura⁴¹⁷.

Os COLINA (assim como a VPR de São Paulo e outras siglas guerrilheiras do período) orientavam-se pela teoria do foco, de viés guevarista-debrayista, linha tático-estratégica que concentrava a luta na dinâmica da guerrilha. Dentro dessas concepções, o documento-programa dos COLINA inferia que “o fundamental, hoje (abril de 1968), é que se assegure a guerrilha, desde o seu início, as condições de sobrevivência física. O trabalho político, a própria luta o fará”⁴¹⁸.

Concluindo este ponto, vale ressaltar ao menos duas organizações egressas da POLOP que não tomaram como eixo principal concepções derivadas do guevarismo-debrayismo. A primeira delas foi o POC, na verdade uma solução de continuidade da POLOP, debilitada após as cisões de 1967. O programa revolucionário do grupo articulado por Sachs em abril de 1968 incorporou as teses do PSPB.

O segundo grupo que salientamos aqui é a VAR-Palmares, sigla formada em setembro de 1969. O programa da VAR-Palmares incorporou diversos elementos do PSPB, tais como: a centralidade do proletariado no processo revolucionário nacional, a ênfase nos trabalhos de base (em sindicatos rurais e urbanos, nos comitês de fábrica, nas

⁴¹⁵ O teórico da Nova VPR foi Ladislav Dowbor (codinome Jamil Rodrigues), a época um jovem economista formado pela Universidade de Lausanne na Suíça. “A Vanguarda Armada e as Massas na Primeira Fase da Revolução”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. Op. Cit. p. 289

⁴¹⁶ “Concepção da Luta Revolucionária”. In: Idem, p. 172

⁴¹⁷ Ver páginas 195-196.

⁴¹⁸ “Concepção da Luta Revolucionária”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. Op. Cit. p. 199

entidades estudantis), passagem imediata ao socialismo, e conjugação da luta guerrilheira com outras formas de resistência. Nas orientações táticas da VAR-Palmares, a “conjuntura” deveria determinar quais formas de luta deveriam ser definidas como “principais e secundárias”⁴¹⁹. Com relação à estrutura partido, o programa da organização em análise seguiu as premissas básicas do PSPB, senão vejamos:

O proletariado tem que estar politicamente coeso e militarmente organizado a fim de dirigir a luta revolucionária em todos os níveis, de um ponto de vista de classe. Essa coesão e organização são realizadas pelo partido revolucionário do proletariado (grifo nosso), pois somente sob a hegemonia do proletariado o poder em construção se efetivará. E essa hegemonia será assegurada na hipótese da existência de sua firme direção política e ideológica, através do seu partido.

Dirigindo o exército revolucionário, através de diretrizes políticas firmes, que expressem a hegemonia do proletariado no seio das alianças de classes, o partido se fortalece e assegura ao movimento revolucionário uma firme linha de classe⁴²⁰.

O segundo tópico do item, “Partido e classes”, reforça a necessidade de vinculação estreita entre aparelho e bases, e põe ênfase no trabalho de politização e conscientização entre as classes trabalhadoras. Mais uma vez vemos a caracterização do proletariado como elemento central no projeto revolucionário de Sachs, que sem desprezar o papel das vanguardas no processo, aponta a classe trabalhadora como agente fundamental na transição a ser efetivada. O coroamento desse projeto seria a vinculação orgânica entre seu programa socialista e o proletariado. Nesse desiderato, são indicadas formas de “resistência mais elementar contra a exploração capitalista”, ações no âmbito da produção, como meio de “luta econômica”, são elencadas. “Cada campanha salarial, cada greve, cada operação tartaruga é uma luta parcial que servirá ao movimento revolucionário para transformar a solidariedade de classe em consciência de classe”⁴²¹.

As lutas políticas e econômicas deveriam se entrelaçar no cotidiano de resistência do proletariado, ensejando o caráter de classe do conflito a ser efetuado em escala crescente. “Mas essa luta só será travada consequentemente por um proletariado que

⁴¹⁹ Para mais informações sobre esta questão, consultar: OLIVEIRA, Sérgio Luiz Santos de. Op. Cit. pp. 282-308

⁴²⁰ “Programa da VAR-Palmares”. In: Idem, p. 349

⁴²¹ PSPB, p. 145

tenha se libertado da tutela ideológica da burguesia e que tenha assimilado, em diversos níveis, a teoria do socialismo científico, como foi elaborada e desenvolvida pelo marxismo-leninismo”⁴²². Aqui mais uma vez Sachs reforça sua identidade marxista-leninista, linha político-estratégica que a época do lançamento do PSPB se encontrava muitas vezes subsumida em diversos programas revolucionários que reivindicavam a mesma matriz teórica. O tópico se encerra frisando que somente “a constante luta ideológica, fundamentada na teoria do marxismo-leninismo, pode, de um lado, transformar esses elementos (a classe trabalhadora) em revolucionários e, de outro, repelir as ideologias pequeno-burguesas que, na prática, visam amarrar novamente o proletariado à política burguesa”⁴²³.

O subitem 3, “A frente de esquerda revolucionária”, revisita um dos temas mais presentes nas linhas polopistas, visto e revisto desde a Convocatória redigida por Sachs em 1960. Tema também recorrente nas edições do *Política Operária*, e mesmo um assunto (uma necessidade) que perpassou programas e propostas de diversas organizações (armadas ou não) atuantes no período. Por meio de seu PSPB, Sachs mais uma vez buscou entabular aproximações, buscando ampliar o leque de adesões a sua proposta. Destarte, apresentou no documento uma “plataforma”, dirigida a “esquerda revolucionária”, com os seguintes “pontos de princípio”, a serem aceitos por aqueles que desejassem unir forças em torno de seu projeto. Tais premissas eram:

- reconhecimento do caráter socialista da revolução no Brasil;
- reconhecimento da hegemonia do proletariado e da formação de uma frente dos trabalhadores da cidade e do campo como premissa da revolução;
- luta por um partido revolucionário que lidere a classe operária, à base da teoria do marxismo-leninismo;
- reconhecimento da luta armada e, especificamente, da luta de guerrilhas (grifo nosso);
- organização da classe operária nos lugares de trabalho, e desenvolvimento de uma agitação revolucionária na classe⁴²⁴.

⁴²² Idem, ibidem

⁴²³ Idem, p. 146

⁴²⁴ PSPB, p. 147

Por fim, o último item do PSPB, “A Guerra Revolucionária”, discute a questão da luta armada no processo revolucionário brasileiro, mais especificamente, discute-se a aplicação da guerrilha na luta empreendida contra a ditadura. Há certa polêmica em torno deste tema. Vimos que ao longo das publicações do *Política Operária* foi concedido amplo espaço para discussões, reflexões e análises acerca da Revolução Cubana. Não obstante, com relação ao emprego da guerrilha, a postura do periódico e de seus signatários sempre foi cautelosa. Na edição de número dois do *Política Operária*, em artigo não assinado, a opinião do grupo sobre o tema pode ser resumida pelo seguinte trecho:

Difícilmente o caminho cubano se repetirá em futuro próximo, na América. Em primeiro lugar porque a revolução criou fatos consumados. Começando como movimento rebelde pequeno-burguês encontrou seu caminho como revolução socialista. Sob esse impacto qualquer novo movimento já começará em nível mais alto. Em segundo lugar – e isso é decisivo – o fator surpresa com que o Movimento 26 de Julho pode contar (a dúvida sobre o caráter de tais movimentos) desapareceu. Atualmente qualquer tentativa das mais modestas, de reformas por baixo, estará impregnada, para a burguesia, do cheiro do comunismo. A burguesia latino-americana e o imperialismo estão alertas. Podem divergir no modo como tratar a questão Cubana, mas são uníssonos na decisão de não tolerar uma nova experiência desse gênero. Isto, por si só, já muda toda a estratégia da revolução latino-americana⁴²⁵.

Em linhas gerais, esse era o pensamento da POLOP com relação à Revolução Cubana, vista como uma experiência inspiradora, mas de difícil repetição no continente. Em se tratando do Brasil, país de dimensões continentais e de economia mais complexa, a tarefa se mostrava praticamente inviável, dentro dos preceitos do Movimento 26 de Julho. A primeira reflexão mais aprofundada sobre o tema, vinda do campo polopista, partiu de Moniz Bandeira, em seu livro “O Caminho da Revolução Brasileira”. Seguindo raciocínio semelhante ao que seria empreendido por Sachs no PSPB, o dirigente polopista subordina o sucesso da guerrilha a sua conexão a movimentos de massa organizados nos centros urbanos, na linha de *lutas combinadas*. Vejamos um trecho de suas proposições:

A tática insurrecional, na sua elaboração, toma por termo, precipuamente, não só as condições políticas das diferentes classes, mas, também, a diversidade de formas econômicas e sociais que

⁴²⁵Jornal *Política Operária*, edição N^o 2, abril de 1962. p. 11

marcam a paisagem do Brasil. A guerrilha encontraria campo fácil de operação no Nordeste e na região central, mas teria pouca ou nenhuma possibilidade de sucesso, se não contar, paralelamente, com a ação das massas organizadas nas cidades. Um foco insurrecional poderia criar condições revolucionárias, desde que, no caso, as massas proletárias, tendo à frente uma vanguarda, consciente, estejam em condições de aproveitá-las. Senão a burguesia, dispondo de todo o poderio industrial, não teria maiores embaraços para esmagá-lo. As guerrilhas, num país de economia complexa como o Brasil, não conseguirão afetar a espinha dorsal das classes dominantes, se não vierem acompanhadas pela ação nas cidades, como a greve geral, que resulte no estrangulamento dos pontos vitais e nevrálgicos da máquina do Estado⁴²⁶.

A questão da guerrilha seguiu latente não apenas na POLOP, mas em toda a esquerda brasileira de viés revolucionário até o golpe de 1964. Tal tema retornou de modo mais contundente já em situação ditatorial. Como já discutido aqui, a questão atingiu seu ponto máximo de ebulição na conjuntura do IV Congresso da POLOP em 1967. A ideia força de uma resistência armada a ditadura foi ganhando corpo entre os setores mais jovens de distintas organizações que se dispunham a combater o regime civil-militar. Não foi diferente na POLOP, vimos no capítulo anterior que o cerne do debate, sobretudo junto à seção de Belo Horizonte, deu-se em torno do *foquismo* defendido pelos mineiros, linha que empolgava também parte da seção paulista. A maneira como a tática de guerrilha veio exposta no PSPB não agradou as correntes mais jovens e apressadas em empreender de imediato a luta armada, em caráter vanguardista, postergando maiores conexões junto aos movimentos de massa e deixando para depois a constituição do partido revolucionário.

Assim como Moniz Bandeira, Eric Sachs subordinava à tática guerrilheira as lutas de massas do proletariado no campo e na cidade. No item análise, Sachs mais uma vez externa a premissa de que a “revolução no Brasil será proletária ou deixará de ser revolução”. Em seguida, adianta que se tratava de “uma luta prolongada, mas a internacionalização da luta no Brasil, com a notória aliança entre o imperialismo ianque e as burguesias nativas da América Latina para enfrentar a revolução aberta ou latente, dará um caráter prolongado à fase armada da revolução brasileira”⁴²⁷.

⁴²⁶ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. Op. Cit. p. 179

⁴²⁷ PSPB, p 147

Neste ponto, o documento se chocava com o imediatismo foquista, desagradando boa parte dos quadros da organização. No processo proposto, caberá a guerrilha realizar, desde o início, “em miniatura, a Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo”. Tal modalidade de combate “potencializará a voz da vanguarda clandestina em todo o país, preparando o reagrupamento das forças das classes revolucionárias para a luta final”. Sachs pega emprestado de Che Guevara a ideia da formação em “miniatura” da frente proletária, indicando que o objetivo tático da guerrilha será levar a revolução até os grandes centros urbanos. “Da instalação do foco até a insurreição do proletariado da cidade, haverá um caminho prolongado, mas será um caminho só, com um objetivo traçado: a Revolução dos trabalhadores brasileiros no caminho do socialismo.”⁴²⁸ O item se encerra com a tradicional exortação, em letras maiúsculas: PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS!

O último item do PSPB se mostra mais conciso e menos aprofundado em termos de análise do que os demais presentes no mesmo documento. Na série de artigos “Aonde Vamos”, o tema em questão é apreciado com mais vagar. Vejamos o trecho abaixo, embora extenso, traz a perspectiva de Sachs acerca dessa problemática de modo mais claro.

(...) temos de enquadrar o problema da guerrilha no quadro geral da luta de classes no País. A guerrilha não pode SUBSTITUIR a luta de classes. Tem de fomentá-la, aguçá-la, tem de polarizar as forças existentes. Tem de repercutir, conseqüentemente, sobre o comportamento e a atuação dessa classe que consideramos revolucionária, destinada a alterar as relações de forças sociais. Se nós consideramos que essa classe mais conseqüente no processo revolucionário do país é o proletariado, isso determina as condições concretas para o desenrolar da luta de guerrilha.

Um dos aspectos fundamentais dessa realidade nacional é o fato de a INICIATIVA POLÍTICA e a DECISÃO FINAL dos grandes problemas políticos estarem nas mãos de classes urbanas. A atual ditadura representa um governo burguês, independente das concessões que se faça aos aliados latifundiários. Ela foi preparada nas cidades, precedida por movimentos de massas - as “marchas de família”, e a mobilização das classes médias reacionárias de Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro - e ela terá de ser derrubada nas cidades. O caminho da revolução - tanto quanto o da reação - passa pelo campo. Se a burguesia, nos momentos decisivos (sem falar das eleições do passado) mobiliza as forças reacionárias rurais, o proletariado só pode

⁴²⁸ Idem, p. 148

vencer em aliança com o potencial revolucionário do campo. Isso em si já justifica a guerrilha. Esta realizará, desde o início, em miniatura, a aliança operário-camponesa. Em escala nacional, porém, só atingirá esse objetivo se tiver clareza do papel que as classes desempenham na sociedade brasileira, se souber fazer uso do potencial revolucionário existente.

Embora nas atuais condições de reagrupamento político da esquerda revolucionária do país a guerrilha possa preceder ao partido, a formação deste se torna indispensável no decorrer da luta, como uma condição para a vitória do movimento revolucionário. De outro lado, não temos dúvida que esse partido surgirá e endurecerá com as perspectivas de luta, que uma guerrilha politicamente consciente oferecerá aos quadros revolucionários dispersos no País⁴²⁹.

Pelos trechos dos documentos acima expostos vemos que Sachs introduz em seu programa revolucionário a tática de guerrilha, mas a subordina a uma série de fatores. Sua estratégia geral segue sendo a de revolução proletária, unindo trabalhadores da cidade e do campo, em caráter prolongado, organizada por um partido que deverá coordenar a luta em suas distintas fases. A guerrilha seria apenas mais uma das táticas empregadas para desgastar o regime burguês ditatorial. Somar-se-ia a greves, comissões de fábrica, manifestações de massa, etc. Exatamente este ponto desagradou às correntes que concebiam a guerrilha como o carro chefe do processo revolucionário a ser empreendido no Brasil.

A questão da guerrilha praticamente não aparece nos escritos de Eric Sachs até o PSPB, e mesmo posteriormente tal tema não pareceu ser uma prerrogativa para nosso autor. Durante o período de atuação do POC, houve ações conjuntas com grupos armados de São Paulo, mas logo esta questão se tornou marginal nos esquemas táticos propostos por Sachs, suscitando outros rachas entre seus signatários. Para corroborar nossa hipótese acerca do ponto em discussão, vejamos outro excerto que externa uma nova virada nas teses do dirigente polopista acerca da luta de guerrilhas.

A luta armada, em termos marxistas, sempre foi e continua sendo inseparável da estratégia geral da revolução, que pode ser desenvolvida levando em conta os fatores materiais da luta de classe, as conjunturas, altas e baixas, do desenvolvimento da sociedade. Isso diz respeito igualmente a forma peculiar de luta armada, o foco guerrilheiro. Isolado do contexto geral da luta de classes, tende a substituir o movimento de massas, em vez de catalisá-lo e dez anos de

⁴²⁹ SACHS, Eric. “Aonde Vamos”. pp. 43-44. Documento disponível no site do Centro Victor Meyer: <http://goo.gl/beXIz0>.

experiências latino-americanas assim o demonstram. O fato de nós sabermos que a revolução é um ato violento e que se realiza por intermédio de uma luta armada, não quer dizer que ser revolucionário é ter atividade de violência e viver com a arma na mão. Querer que os quadros “sejam atraídos pela violência que nos caracteriza”, é regredir para uma atitude anarquista primária, é não ter aprendido nada do marxismo-leninismo e ter esquecido o pouco que sabia.

Traduzido isto para a situação atual do Brasil, significa que não há luta armada no país e não há situação que a justifique do ponto de vista da luta proletária. O que há é a tentativa de substituir a luta de classes por ações armadas de grupos isolados das massas. E seu isolamento das massas é o preço da sua sobrevivência como grupos armados⁴³⁰.

Como mencionado no início deste item, a questão da adoção da luta de guerrilhas por Sachs suscitou certa polêmica entre os pesquisadores sobre o assunto. Antes de apresentarmos nossa hipótese, vejamos como distintos estudiosos se referiram a essa problemática.

Jacob Gorender, em seu estudo pioneiro “Combate nas Trevas”, acerca do tema em discussão, afirma que Sachs, de “maneira dubidativa”, combina “a guerrilha rural a luta proletária. Visivelmente a contragosto, Ernesto Martins expressou, no Aonde Vamos?, os impasses da conciliação entre o corpo doutrinário da POLOP e o foquismo”⁴³¹.

Daniel Aarão Reis Filhos discute o conceito de *foco catalisador*, suas conclusões são semelhantes às de Gorender. Seu comentário sobre a questão da guerrilha nos documentos da POLOP-POC definem o amálgama por ele chamado de foco catalisador como uma “original, sofisticada e estranha síntese entre a ortodoxia marxista e a heterodoxia da Revolução Cubana”⁴³².

Marcelo Badaró Mattos comenta que no PSPB havia “uma tentativa de conciliar suas (de Sachs) posições clássicas em defesa da insurreição operária como forma da revolução com a crescente influência do modelo do foco guerrilheiro (...)”. Mais adiante, o mesmo pesquisador infere que a “tentativa de conciliar as posições

⁴³⁰ MARTINS, Ernesto. “Teoria e Prática”. In: FREDERICO, Celso. *A Esquerda e o Movimento Operário (1964-1984)*. SP: Editora Novos Rumos, 1987. p. 345

⁴³¹ GORENDER, Jacob. Op. Cit. p. 139

⁴³² REIS FILHO, Daniel Aarão. “Classe Operária, partido de quadros e revolução socialista. O itinerário da Política Operária – POLOP (1961-1986)”. In: Op. Cit. p. 62.

tradicionais da organização com a pressão, de parte significativa de suas bases, pelo desencadeamento imediato das ações armadas não teria sucesso”⁴³³.

Leovegildo Pereira Leal, ex-militante polopista, foge da ideia de que o dirigente austríaco teria aderido a proposta foquista por pressão das bases, e aponta o PSPB como promotor de uma “síntese” entre a “insurreição e o foco”⁴³⁴.

Trabalhamos com a ideia de que Eric Sachs adotou o princípio do foco guerrilheiro por pressão das bases, especialmente por parte de seus setores oriundos do meio estudantil. O fenômeno da guerrilha em meados da década de 1960 era uma realidade em boa parte do continente latino-americano. A Conferência da OLAS, realizada em 1967, salientava tal fenômeno. Uma série de símbolos internacionais galvanizava tal perspectiva, como as heróicas empreitadas de Ernesto Che Guevara na África e na Bolívia, as mesmas que o levariam a seu trágico desfecho. Havia também o exemplo da resistência do povo vietnamita contra o poderio militar dos EUA, angariando apoio em diversas partes do globo, assim como as recentes lutas de libertação nacional verificadas no continente africano. Some a isso a divulgação de estudos que definiam o foco guerrilheiro como a melhor forma de combate a exércitos regulares, com destaque para os escritos de Che Guevara e Régis Debray, não deixando de mencionar teóricos asiáticos como Mao Tsé Tung e Giap. No Brasil, a ditadura iniciada em 1964 dava sinais claros de que não deixaria o poder tão cedo, e o fechamento do regime vinha se efetivando em escala progressiva.

O apelo à resistência armada era quase irresistível entre as correntes mais radicais da esquerda organizada no país, e nem Sachs pôde passar ao largo disso. Mas como já referido aqui, sua concessão a guerrilha observava condições rígidas, e fugia a centralidade daquelas facções que intentavam subordinar a luta a esta tática. Aqui se encontrou o nó a separar as diversas seções da POLOP, e afastou a organização capitaneada por Sachs de boa parte de seus setores mais jovens.

⁴³³MATTOS, Marcelo Badaró. Op. Cit. p. 217

⁴³⁴ LEAL, Leovegildo Pereira. Op. Cit. pp. 166-167

Considerações Finais

Na virada entre as décadas de 1960 e 1970, efetivou-se no Brasil um fechamento quase absoluto do sistema político nacional. Os aparatos de repressão da ditadura adotaram a metodologia de *eliminação física* das organizações em combate armado ao regime civil-militar. Tornou-se impraticável o exercício de oposição ao governo da autocracia burguesa que dominava a nação, os que não tombaram ante a fúria punitiva do regime, encontravam-se presos, exilados, ou forçados ao silêncio. Contudo, na segunda metade da década de 1970, a ditadura iniciou sua distensão lenta, gradual e segura. Todo o processo de abertura política se deu sob as rédeas dos mesmos grupos que se apossaram do poder em 1964. Como é bem sabido, o saldo mais visível dessa transição imposta foi a Lei da Anistia e a manutenção dos golpistas em diversos setores do aparelho de estado brasileiro.

A parte o acima exposto, esse mesmo período assistiu ao ressurgimento das lutas populares e a toda uma recomposição de forças entre as esquerdas nacionais. Na fase da “abertura política”, diversas lideranças que se encontravam exiladas iniciaram seu retorno, veteranos de todos os matizes da esquerda, muitos fora do país desde 1964. Assim se deu com os antigos ativistas da POLOP, alguns militando em suas cisões, como a OCML-PO e o MEP, outros atuando em outras siglas, e mesmo alguns afastados da militância organizada. Houve também aqueles que não se exilaram, permanecendo no Brasil, mas sem atividades políticas, destes, muitos passaram pelos cárceres da repressão.

Embora o processo de abertura política tenha sido conduzido, pelo alto, pelas forças civis e militares que ainda dominavam o país, uma série de movimentos genuinamente populares passou a se organizar, buscando intervir de alguma forma na vaga de transformações pelas quais passava o Brasil. Da região do ABCD paulista, principal centro industrial brasileiro, brotou um vigoroso movimento operário. Em meio ao ressurgimento dos movimentos sociais populares, mais uma vez propostas para a formação de *frentes* vieram a baila. Destas propostas frentistas, a que obteve maior êxito se consubstanciou, sem dúvida, no Partido dos Trabalhadores.

Daniel Aarão Reis Filho elencou três forças principais a formar o PT: novas lideranças sindicais, como “Luis Inácio Lula da Silva, José Cicote, Henos Amorina, presidentes dos sindicatos de Metalúrgicos de São Bernardo, Santo André e Osasco; Paulo Skromov, do sindicato dos coureiros; Jacó Bitar, dos petroleiros de Campinas;

Olívio Dutra, dos bancários de Porto Alegre”⁴³⁵. A segunda força, segundo Reis Filho, partiu das organizações de esquerda, das quais, várias pegaram em armas contra a ditadura. Dentre estas estavam grupos trotskistas, como a “Convergência Socialista”, além de “grupos remanescentes de organizações que haviam participado da luta contra a ditadura militar: Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil/ALA-PC do B, Ação Libertadora Nacional/ALN, Ação Popular Marxista-Leninista/AP-ML, Partido Comunista Brasileiro Revolucionário/PCBR, Movimento de Emancipação do Proletariado/MEP”⁴³⁶. A terceira força veio do cristianismo de libertação, a partir de movimentos que se organizavam “nas *comunidades eclesiais de base*, as CEBs, que se espalhavam, dezenas de milhares, pelo país, animadas, muitas, pela fé militante da *teologia da libertação* (...)”⁴³⁷. Além das agremiações a aderir ao PT, uma série de intelectuais de renome deram suporte a nova frente, tais como Mário Pedrosa, Antonio Candido, Lélia Abramo, Paulo Freire, Sérgio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes, etc.

Outro importante quadro experimentado da esquerda brasileira a aderir ao PT foi Eric Sachs, que retornara ao Brasil por volta de 1980. Vimos que do exterior Sachs liderou a cisão do POC que deu origem ao MEP e a OCML-PO, sigla esta sob a batuta do velho dirigente polopista, a mesma que retomou as linhas do já tradicional *Política Operária*. Mas a OCML-PO, diferentemente do MEP, não participou das articulações iniciais do PT, sua adesão ao novo partido se efetuou gradualmente, após uma série de discussões internas. No artigo “De que tipo de organização precisamos”, Sachs expõe qual o papel a ser desempenhado por sua corrente nas fileiras petistas.

Tomando as condições concretas nas quais estamos desenvolvendo a nossa militância, impõe-se a conclusão de que só podemos atuar como uma organização de quadros. Estamos longe ainda da perspectiva da formação de um partido comunista de massas. Uma das particularidades da situação criada com a “abertura”, e isso é novo e positivo, é que atuamos no seio de organizações de massas, como o PT e as Oposições Sindicais, que até certo ponto refletem o nível de consciência da classe operária. Nossa atividade nesses organismos de massas não visa “conquistá-los”, nem ocupar postos de comando, mas contribuir para que amadureçam, na medida em que o proletariado

⁴³⁵ REIS FILHO, Daniel Aarão. “O Partido dos Trabalhadores – trajetória, metamorfoses, perspectivas”. Núcleo de Estudos Contemporâneos/NEC, Universidade Federal Fluminense/UFF, 2007. p. 2. Disponível no endereço eletrônico: <http://goo.gl/idsVEs>. Acesso e download em: 15/01/2016, às 20h:26min.

⁴³⁶ Idem, p. ibidem

⁴³⁷ Idem, p. 3

colha nova experiência nas lutas cotidianas. Não se trata, portanto, da afamada tática do “entrismo”, mas de uma luta a prazo, à qual temos que adaptar ainda a estrutura da O. Ainda não criamos uma estrutura adequada à situação, mas temos de partir de premissas de que não deve ser rígida demais para que nos isole nos organismos de massas, nem deve afrouxar até um ponto em que nós nos dissolvamos nas massas. Essa estrutura tampouco pode ser projetada na mesa: terá que ser resultado da experiência que colhermos na luta⁴³⁸.

Pelo excerto acima vemos que Sachs buscava se valer do PT enquanto aparelho político, como suporte para a atividade política de sua organização. O texto deixa claro que tal iniciativa não se configurava como “entrismo”, ou seja, a OCML-PO não tinha pretensões hegemônicas dentro das fileiras petistas, buscava sim um meio de inserção junto aos movimentos sociais, sobretudo nos meios operários, base do PT e também das Oposições Sindicais. Mas da forma como o partido em discussão se desenvolvia, congregando operários urbanos e rurais, contando com a adesão de importantes setores das classes médias, como os bancários, somados a uma gama de intelectuais de porte e renome, não estaria se formando com o PT o tão aguardado “partido revolucionário”, figura constante nos textos polopistas desde 1961? O trecho acima exposto é de um artigo redigido em 1981, dois anos depois essa discussão prosseguia, e os debates sobre a questão do PT e sua possível conversão em “partido revolucionário” persistiam, senão vejamos.

O surgimento do PT mudou a situação e colocou o problema da formação do partido revolucionário em uma perspectiva mais concreta. Não é que o PT já seja o partido revolucionário, ou que esteja nas vésperas de sua transformação em semelhante partido. Mas o PT, produto legítimo das lutas de classe no país, ofereceu-se como instrumento indicado para levar avante o processo de amadurecimento e organização política da classe. Nenhum processo é linear. Já tratamos das dificuldades surgidas quando o elemento ideológico pequeno-burguês pretende colocar-se na liderança do partido. Mas, na medida em que o PT tome pé na classe, na medida em que o operariado participe politicamente da vida do partido e se identifique com ele, se criarem as condições para superar a liderança e a tutela pequeno-burguesa. Isso não se dará sem conflitos, lutas internas e prováveis cisões, mas é nesse terreno que temos que desempenhar o nosso papel ativo, e esse papel só poderá ser desempenhado eficientemente em escala nacional por uma Organização nacional de comunistas. Quer dizer que a formação do partido revolucionário nessa fase de luta não pode ser uma palavra de ordem. Levantá-la,

⁴³⁸ SACHS, Eric. “De que tipo de organização precisamos”. Texto publicado no Boletim Interno nº 20 da Secretaria Nacional da OCML – PO, em outubro de 198. Disponível no endereço eletrônico: <http://goo.gl/hJppj2>. Acesso e download em: 20/07/2014, às 15h:28min.

agora só teria o único efeito de nos isolar, de nos caracterizar como fração e restringir a nossa influência. Não é nem uma palavra de ordem propagandística e sim um objetivo estratégico⁴³⁹.

Em 1983 o PT já se apresentava como uma opção viável em termos eleitorais, ampliara suas bases, e conquistara importantes posições no poder legislativo nacional⁴⁴⁰. Em suas fileiras, uma miríade de correntes, oriundas de grupos diversos, abrangendo todo o espectro da esquerda nacional, disputava espaço. Dentre os quadros e tendências em atuação no partido, podia se encontrar militantes de todas as classes sociais, mas a predominância pertencia ao operariado. Neste mesmo ano houve a fundação da Central Única dos Trabalhadores, antiga meta do meio sindical brasileiro. Dois anos depois se daria o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ou MST, organização vinculada ao PT.

Era dentro dessa constelação de forças que os remanescentes da POLOP buscavam atuar, defendendo suas proposições. Sachs não via na legenda formada a partir das greves do ABCD a objetivação do “partido revolucionário”, mas a frente constituída em sua órbita fornecia “uma perspectiva mais concreta” nesse sentido, era um passo a frente na busca de tal intento, pelo que se pode depreender do excerto acima exposto. O PT representava um “instrumento” que levava adiante o “processo de amadurecimento e organização” da classe trabalhadora brasileira após um período de obscurantismo e desmobilização forçada. Mas o artigo também alerta para a luta interna ao partido, e indica a necessidade em se superar a “tutela pequeno-burguesa”, garantindo a hegemonia do “operariado”, para que o PT “tome pé na classe”.

O PT ainda tomaria parte nas lutas de massa pelas “Diretas Já”, e participaria ativamente do processo de elaboração da Constituição democrática de 1988. Mas Sachs não tomaria parte destes processos, como vimos, o velho militante comunista faleceu

⁴³⁹ MARTINS, Ernesto. “O PT e o Partido Revolucionário”. Texto escrito por Eric Sachs em 1983, para discussão interna entre os militantes da PO em Recife-PE. Disponível no endereço eletrônico: <http://goo.gl/nerGsa>. Acesso e download em: 21/01/2016, às 17h:21min.

⁴⁴⁰ Em 1982, no entanto, na primeira experiência eleitoral, o PT demonstrou um apetite formidável para alcançar, através do voto, postos e posições em assembleias e governos de Estado. Lançou candidatos ao governo de quase todos os Estados da Federação, assim como centenas de militantes, por toda a parte, candidatavam-se a assentos nos diversos parlamentos – municipais, estaduais e federais – câmara e senado. Os resultados, considerando-se a inexperiência e a falta de recursos e de tradição, não foram medíocres. O PT elegeu oito deputados federais, 12 estaduais e 117 vereadores em todo o país, além de alcançar importantes votações para os governos dos Estados, destacando-se a votação de Lula, embora derrotado, para o governo do Estado de São Paulo. REIS FILHO, Daniel Aarão. Op. Cit. pp. 6-7

em maio de 1986, tendo passado os últimos meses de sua vida em condições precárias, afastado da militância e praticamente isolado politicamente. Os quadros organizados na OCML-PO se “diluíram” no PT. Neste partido, dos egressos dos quadros polopistas, ganharam destaque os irmãos Eder e Emir Sader (oriundos da LSI), Paul Singer (quadro da JS), Fernando Pimentel, Luiz Dulci, Raul Pont, Nilmário Miranda, Otavino Alves da Silva, Marco Aurélio Garcia (quadro do POC), dentre muitos outros não citados neste trabalho.

Mas nem todos os egressos da POLOP optaram por se vincular ao PT, uma expressiva parcela de militantes, dos quais a maioria afastados desta organização desde meados da década de 1960, aproximaram-se do campo trabalhista-brizolista. Destes, damos destaque a Luiz Alberto Moniz Bandeira, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Dilma Rousseff.

Na torrente de mobilizações e articulações políticas que marcou o período da “abertura”, antigas lideranças cassadas pela ditadura começaram entabular negociações visando seu retorno ao país. Este retorno implicava na retomada de aparelhos políticos neutralizados em 1964. Dentre estas lideranças estava Leonel Brizola, de capital político incontestado. Sua meta era retomar o antigo PTB, dando novo fôlego ao trabalhismo radical de matriz varguista, adaptado as novas circunstâncias. Mas o projeto de controle sobre o PTB naufragou após manobra jurídica imposta pela ditadura, que ainda dava as cartas⁴⁴¹. Atuando sob o PDT, Leonel Brizola venceu a conturbada eleição de 1982 para

⁴⁴¹ O PTB foi entregue a Ivete Vargas, sobrinha de Getúlio Vargas, que se aproximou do campo conservador paulista, transformando o partido em uma agremiação vinculada a correntes conservadoras e retrógradas do campo político brasileiro. A solução encontrada por Brizola e seus signatários foi a criação do Partido Democrático Trabalhista. O site do PDT descreve a conjuntura da criação da legenda nos seguintes termos: “O PDT – Partido Democrático Trabalhista surgiu em 17 de junho de 1979, em Lisboa, fruto do encontro dos trabalhistas no Brasil com os trabalhistas no exílio, liderados por Leonel Brizola. Seu objetivo era reavivar o PTB (...). Desse encontro, ao qual esteve presente o líder português Mário Soares, representando a Internacional Socialista, saiu a Carta de Lisboa, que definiu as bases do novo partido. “O novo Trabalhismo” – dizia o documento – “contempla a propriedade privada, condicionando seu uso às exigências do bem-estar social. Defende a intervenção do Estado na economia, mas como poder normativo, uma proposta sindical baseada na liberdade e na autonomia sindicais e uma sociedade socialista e democrática.” (...) Leonel Brizola, depois de 15 anos de desterro, Doutel de Andrade, Darcy Ribeiro e outros trabalhistas históricos já tinham retornado ao Brasil, quando a Justiça Eleitoral entregou, em 12 de maio de 1980, o PTB àquele grupo (...). Uma semana depois, nos dias 17 e 18 de maio, os trabalhistas autênticos reuniam-se no Palácio Tiradentes, sede da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, para o Encontro Nacional dos Trabalhistas, que contou com a participação de mais de mil pessoas. Lá, foi anunciada a adoção de uma nova sigla para o partido – PDT. No dia 25 de maio, outra reunião, desta vez na ABI – Associação Brasileira de Imprensa –, na Cinelândia, aprovou o programa, o

o governo do Rio de Janeiro. Buscando retomar o vigor trabalhista dos velhos tempos, o novo governador buscou se cercar de quadros experimentados como Darcy Ribeiro, Moniz Bandeira, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini. Como já comentado neste trabalho, Moniz Bandeira, durante a gestão brizolista no governo fluminense, foi nomeado Diretor-Superintendente do Instituto Estadual de Comunicação (INECOM) e da Rádio Roquette Pinto. Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini foram alçados aos cargos de direção e coordenação da Fundação Escola de Serviço Público do Rio de Janeiro (FESP). Sobre suas experiências na FESP, Marini comenta o seguinte em suas memórias:

Foi com Theotônio, que ocupava um cargo de direção na Fundação Escola de Serviço Público do Rio de Janeiro, que encontrei condições de trabalho mais favoráveis. Órgão secundário no esquema administrativo do Rio, a FESP pode atuar com certa liberdade, embora suas iniciativas, por ciúmes e rivalidades com gente da equipe de governo, tenham sido em geral mal recebidas e, no máximo, toleradas. Assumi ali a coordenação de projetos acadêmicos, cabendo-me, precipuamente, ocupar-me da criação de um curso de graduação em administração pública⁴⁴².

Mas a atuação dos quadros polopistas por nós destacados, no PDT, deu-se mais vela via institucional, não estando o mesmos presentes nas articulações estratégicas da legenda brizolista. Os três quadros supracitados retornaram as suas atividades acadêmicas após o encerramento da gestão petebista no Rio de Janeiro, em 1986. Caminho diferente seguiu Dilma Vana Rousseff, militante polopista pós Congresso de Jundiaí, sua trajetória política foi tortuosa. Aderiu a cisão polopista de 1967, engajando-se nos COLINA, posteriormente se articulando na VAR-Palmares. Após passar pelos cárceres da ditadura, filou-se ao PDT na conjuntura da abertura política. Atuando agora no Rio Grande do Sul pela legenda trabalhista, ocupou uma série de postos no primeiro e no segundo escalão administrativo sul-rio-grandense. Em 2001 filou-se ao PT, ocupando cargos do primeiro escalão do governo federal de Luis Inácio Lula da Silva, chegando ao posto máximo da política nacional em 2010, como é bem sabido. A aproximação com o PT não era novidade nas hostes pedetistas, ambas as legendas sempre guardaram certa proximidade programática, o que pôde ser comprovado nas

manifesto e os estatutos do Partido Democrático Trabalhista”. Para mais informações, consultar site do partido: <http://goo.gl/zksBh3>. Acessado em: 21/01/2016, às 18h:40min.

⁴⁴² MARINI, Ruy Mauro. “Memória Ruy Mauro Marini”, Op. Cit. s/p.

eleições presidenciais de 1998, quando Lula e Brizola concorreram a presidente e vice, em coligação que uniu PT e PDT. Posteriormente, nas gestões federais de Lula e Dilma Rousseff, o PDT fez parte da base aliada do governo petista.

Com base no que foi discutido até agora, podemos falar em um legado da POLOP dentro do campo político nacional? Nossa resposta é afirmativa, porém nos afastaríamos em demasia de nossa proposta se procurássemos identificar de modo mais aprofundado o legado político da POLOP. Tal empreitada demandaria uma nova pesquisa. Sendo assim, concentraremos nossa análise nos documentos iniciais do PT, visto que este partido recebeu em suas fileiras uma boa porção de quadros egressos do campo polopista, a maioria destes organizados no MEP e na OCML-PO. Com relação ao PDT, a colaboração de remanescentes da POLOP se efetuou de modo independente, não orgânico, a partir de quadros lotados em departamentos governamentais. O programa inicial do PDT buscou atualizar preceitos trabalhistas herdados do antigo PTB, com base no trabalhismo brizolista.

Mas antes de apreciarmos as influências polopistas nos documentos iniciais do PT, cabe uma breve análise sobre o legado do grupo em discussão nos meios acadêmicos. Toda uma geração de pesquisadores alinhados a esta corrente recebeu insumos teóricos provindos dos debates e das ideias propaladas nas tribunas da POLOP, seja por meio de seus periódicos, de seus documentos de circulação interna, ou de suas publicações. Acadêmicos de renome como Maurício Tragtenberg, Michael Lowy, Paul Singer, Luiz Alberto Moniz Bandeira, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, dentre outros, freqüentaram as discussões polopistas. Alguns de modo breve, outros, como vimos, seguiram na POLOP e suas cisões até o encerramento das atividades das mesmas.

Talvez o grande legado polopista para o campo teórico marxista – ou não – seja sua contribuição para o desenvolvimento da *teoria da dependência*, tema controverso. Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra se consolidaram como os principais expoentes da teoria da dependência em sua vertente mais a esquerda⁴⁴³. Suas

⁴⁴³ Theotônio dos Santos, em seu estudo *Teoria da Dependência. Balanço e Perspectivas*, faz um balanço bibliográfico acerca de pesquisas voltadas a teoria da dependência. Referenciando estudos dos pesquisadores suecos Magnus Blomström e Björn Hettne (*Development Theory in Transition*, The

contribuições se deram no sentido em que identificaram o processo de desenvolvimento no Brasil e na América Latina de modo distinto ao que se passou nos centros pioneiros do sistema capitalista. Diferentemente das concepções oriundas do campo pecebista, que transplantavam o processo de desenvolvimento verificado na Europa central para a América Latina, com base nas teses marxianas, o pensamento polopista ia em sentido diferente.

Tendo como referencial linhas de análise como a teoria do *desenvolvimento desigual e combinado*, de Leon Trotski, os teóricos polopistas definiam a evolução do capitalismo em seu continente de modo distinto ao etapismo espelhado nos países centrais europeus. O Brasil não passara pelas mesmas etapas que países como a Inglaterra e a França, ou a Alemanha, por exemplo, que partiram do feudalismo, passando pelo capitalismo industrial, posteriormente financeiro, atingindo seu estágio superior no imperialismo. A POLOP pensava de modo diferente, concebia o Brasil como um país plenamente capitalista, não tendo passado pela etapa do feudalismo. Nessas condições, abria-se mão da revolução em duas etapas defendida pelos pecebistas, e se concebia uma transição imediata ao socialismo.

Não cabe aqui discutir até que ponto as teses da POLOP eram aplicáveis a conjuntura em que vieram a baila, o que vale ressaltar é a originalidade das propostas do grupo, que já vinham sendo debatidas pelo campo trotskista, mas que com a POLOP receberam maior rigor analítico, e ganharam maior ressonância nos meios acadêmicos. Os quadros polopistas que lograram reconhecimento internacional como pesquisadores sobre o tema em apreciação foram Ruy Mauri Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra. Mas debates em torno desta questão remontam ao período de atividades da JS, na revista *Movimento Socialista*, edição de número um, publicada em julho de 1959, vemos o artigo “América Latina e o Socialismo (Notas para um estudo sócio-econômico)”, redigido por Manuel Agustin Aguirre, professor da Faculdade de Ciências Econômicas de Quito. Neste artigo, o acadêmico marxista equatoriano critica as teses

Dependency Debate & Beyond; Third World Responses), Santos apresenta quatro correntes na “escola da dependência”, sendo estas: a *crítica ou autocrítica estruturalista* (Oswaldo Sunkel, Celso Furtado e Raul Prebisch em seus trabalhos mais maduros); *corrente neo-marxista* (Rui Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra); *corrente marxista ortodoxa* (Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto) e *corrente não marxista* (André Gunder Frank). Para mais informações, consultar: SANTOS, Theotônio dos. *Teoria da Dependência. Balanço e Perspectiva*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2000.

etapistas vinculadas a III Internacional, seguidas pelos PC's latinoamericanos. Referindo-se ao modelo etapista, Aguirre infere que esta tese,

com toda sua falsidade, significa uma transposição mecânica da história econômica européia para o nosso continente sem estabelecer as necessárias diferenças que existem no desenvolvimento econômico, social e político do velho e do novo mundo. A América Latina, como veremos embora esquematicamente, não pôde ter uma evolução paralela à européia, seja pelas diferenças naturais entre os dois continentes, seja porque a Conquista, primeiro, e a penetração imperialista depois, deformaram e paralisaram seu desenvolvimento econômico, impedindo-a de ter uma evolução conveniente e, por assim dizer, normal⁴⁴⁴.

As discussões em torno do modelo etapista, do modo de desenvolvimento capitalista brasileiro e latinoamericano, e da transição imediata ao socialismo, foram os principais pontos a ensejar os debates teóricos travados junto ao PCB e outras correntes de pensamento nacionais e internacionais. E tais debates prosseguiram e perduraram nas tribunas acadêmicas ao longo das décadas. Concluiremos este ponto com um trecho das *memórias* de Ruy Mauro Marini, que define bem o peso da teoria da dependência para o pensamento marxista e revolucionário latinoamericano, e salienta o viés polêmico que sempre acompanhou os embates teóricos promovidos pela POLOP e seus remanescentes.

Cabe concluir insistindo num traço peculiar da teoria da dependência, qualquer que seja o juízo que dela se faça: sua contribuição decisiva para alentar o estudo da América Latina pelos próprios latino-americanos e sua capacidade para, invertendo por primeira vez o sentido das relações entre a região e os grandes centros capitalistas, fazer com que, ao invés de receptor, o pensamento latino-americano passasse a influir sobre as correntes progressistas da Europa e dos Estados Unidos; basta citar, neste sentido, autores como (Samir) Amin, (Paul) Sweezy, (Immanuel) Wallenstein, (Nico) Poulantzas, (Giovanni) Arrighi, (Harry) Magdoff, (Alain) Touraine. A pobreza teórica da América Latina, nos anos (19)80, é, numa ampla medida,

⁴⁴⁴ Sobre este ponto, Eric Sachs comenta que: “Partimos do ponto de vista de que as tarefas colocadas para o país não consistiam mais em uma revolução burguesa, mas sim, na revolução socialista. Concordamos com as teses esboçadas por Aguirre, no Equador e, posteriormente, por Sweezy, no sentido de que a América Latina toda não conhecia o processo clássico da revolução burguesa, pois desconhecia, desde o início, o fenômeno do feudalismo, seja em sua forma européia ou asiática. A agricultura latino-americana, isto é, o latifúndio, se formou em grande parte em função do mercado internacional, usando para a exploração interna da mão de obra, processos capitalistas primitivos e pré-capitalistas (como a escravidão). Todas as tentativas, porém, de transpor condições feudais européias para cá fracassaram desde os tempos das Capitânias”. Para citação no corpo do texto: AGUIRRE, Manuel Agostin. “América Latina e o Socialismo (Notas para um estudo sócio-econômico)”. In: *Movimento Socialista*. Edição nº 1, julho de 1959. p. 35. Para citação em nota: SACHS, Eric. “Aonde Vamos”, p. 15.

resultado da ofensiva desfechada contra a teoria da dependência, fato que preparou o terreno para a reintegração da região ao novo sistema mundial que começava a se gestar e que se caracteriza pela afirmação hegemônica, em todos os planos, dos grandes centros capitalistas⁴⁴⁵.

Por fim, discutiremos de modo sucinto as possíveis influências do pensamento polopista na construção do Partido dos Trabalhadores. Para tanto, valemo-nos dos documentos iniciais da legenda, que datam do período de sua formação. Sabemos que o PT passou por uma série de transformações ao longo de sua trajetória, indo das intensas mobilizações pelas “Diretas Já”, da acirrada disputa pela presidência nacional em 1989, passando pelas derrotas de 1994 e 1998, até a “Carta aos Brasileiros” de princípios dos Anos 2000, seguida da conquista do governo federal. Nessa trajetória o partido foi perdendo sua combatividade dos anos iniciais, deixando-se domesticar pelo jogo político-institucional. Mas o PT que nos toca é aquele de princípios da década de 1980.

Vimos que boa parte dos quadros oriundos da POLOP, ainda em atividade política, optaram pelo PT, seja de modo coletivo (MEP, OCML-PO), seja individualmente. O partido em discussão se formou a partir de uma *frente* composta por uma miríade de organizações comunistas, socialistas, trabalhistas, cristãs. A partir do movimento operário sindicalizado, movimento camponês, setores da pequena-burguesia, sobretudo os vinculados ao setor público, intelectualidade, movimento estudantil, negro e feminista, etc. Em seu programa inicial, o PT buscou contemplar todas as correntes que contribuíram para sua edificação. Alguns pontos que serão salientados aqui convergem com outras organizações, temas como a busca por igualdade e justiça social, ênfase nos trabalhos de base junto aos trabalhadores do campo e da cidade, ampla democracia interna, etc.

Vimos ao longo deste trabalho que a ênfase no trabalho de base esteve presente em todos os escritos polopistas voltados a organização política, tal perspectiva norteou os programas iniciais do PT, como podemos comprovar pelo trecho abaixo, retirado de seu primeiro programa.

Nosso partido é diferente porque é democrático: nele, quem manda são as bases. É diferente porque está presente em todas as lutas do

⁴⁴⁵ MARINI, Ruy Mauro. Op. Cit. s/p.

movimento popular, em vez de aparecer apenas nas épocas de eleição. É diferente porque respeita e defende a autonomia das organizações populares, garantia maior de sua existência como partido dos trabalhadores. Partido de massas, amplo e aberto, baseado nos trabalhadores da cidade e do campo, o Partido dos Trabalhadores (PT) é diferente também por causa de seus objetivos políticos. Lutamos pela construção de uma democracia que garanta aos trabalhadores, em todos os níveis, a direção das decisões políticas e econômicas do País. Uma direção segundo os interesses dos trabalhadores e através de seus organismos de base⁴⁴⁶.

Tema polêmico nas hostes polopistas, o debate democracia interna x centralismo democrático foi uma constante, ao menos durante os primeiros anos de atividades da organização, e como vimos, foi um dos componentes a ensejar a cisão da sigla em 1967. Também vimos que a LSI se estruturou internamente com base nos preceitos de democracia interna socialista, tendo como referencial premissas baseadas no pensamento de Rosa Luxemburgo⁴⁴⁷. No programa inicial petista se adotou o princípio da mais ampla liberdade de discussão interna, senão vejamos.

A experiência que o PT herdou dos trabalhadores que o criaram se reflete na perspectiva programática de buscar o enraizamento do Partido e de suas plataformas de ação junto às massas trabalhadoras, evitando as soluções de cúpula. O PT intervirá sempre em todas as questões políticas, sociais e econômicas com o propósito de constituir soluções a partir das bases sociais. Por esta razão o PT é democrático, caráter que se reflete também na democracia interna do Partido. Nas lutas democráticas e no Parlamento, cada proposta, cada votação e cada aliança deverá expressar o programa e a vontade do conjunto partidário, que estaria dotado de instrumentos necessários para que tal ocorra⁴⁴⁸.

Os temas supramencionados, mais as questões da organização pela base (comitês/comissões de fábrica), formação de uma central sindical e direito de greve, aparecem sintetizados no “Plano de Ação do Partido dos Trabalhadores”, nas seguintes linhas.

I. Liberdade de Organização Partidária e Sindical

⁴⁴⁶ “Programa do Partido dos Trabalhadores”, 1980, p. 3. Disponível no endereço eletrônico: Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br). Acessado em: 18/01/2016, às 18h:28min.

⁴⁴⁷ Mario Pedrosa, um dos introdutores do pensamento de Rosa Luxemburgo no Brasil, esteve presente na fundação do PT em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion, em São Paulo, sendo um dos primeiros a assinar a carta de filiação a legenda.

⁴⁴⁸ “Programa do Partido dos Trabalhadores”, p. 3

- Total liberdade de organização partidária
- Liberdade e autonomia sindical
- Central Única dos Trabalhadores, eleita democraticamente pelos trabalhadores e independente do Estado
- Liberdade de organização nos locais de trabalho na cidade e no campo
- Direito irrestrito de greve

Como já dito aqui, investigar as continuidades e intersecções do pensamento polopista nas teses e programas do PT, seja em seus estágios iniciais, seja ao longo de sua trajetória, por si só, demandaria outra pesquisa. O que buscamos salientar, de forma breve, foi que de fato houve influências da POLOP no PT dos Anos 1980, especialmente por parte das correntes e quadros polopistas que ajudaram a construir este partido.

Para completar (não concluir) esta discussão, cabe um último ponto, a questão do *socialismo*, cara a POLOP, a JS, a LSI, e mesmo ao PCB (e suas cisões), ao PSB e as organizações vinculadas a IV Internacional, siglas estas em boa medida diluídas no PT. Este ponto não veio expresso de modo literal nos documentos iniciais petistas, mas seus contornos estão presentes ao longo das linhas do programa do partido, de modo discreto, mas insinuante a ponto de causar desconforto àquelas forças que historicamente se voltaram (e se voltam) contra todos os movimentos sociais de cunho popular, sejam revolucionários ou reformistas, organizados no Brasil. Por este trecho podemos verificar o que acabamos de inferir: “O PT buscará conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados e nem exploradores. O PT manifesta sua solidariedade à luta de todas as massas oprimidas do mundo”⁴⁴⁹.

⁴⁴⁹ “Manifesto de Lançamento do PT”, 1980, p. 3. Disponível no endereço eletrônico: Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo do Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br). Acessado em 18/01/2016, às 18h:30min.

A ORM-POLOP, enquanto organização política, encerrou suas atividades em 1986, após o passamento de Eric Sachs, a essa altura a frente OCML-PO. Mas como vimos, as ideias polopistas prosseguiram por meio de seus militantes, articulados em outras frentes e partidos políticos atuantes no Brasil. Preceitos polopistas também seguiram presentes nos meios acadêmicos dentro e fora do país, sem deixar de lado seu viés polêmico. Diversas pesquisas acerca deste tema foram realizadas, seguem sendo efetuadas, e certamente ainda há muito que se pesquisar sobre o assunto. Este trabalho buscou se somar aos estudos já realizados a ainda por se realizar, voltados a tradição de lutas da esquerda brasileira, latino-americana, e por que não, mundial.

A POLOP se formou durante os estertores da constituição democrática de 1946, assistiu ao golpe de Estado perpetrado em 1964, ao Ato Institucional número 5, não passando incólume a este processo. Testemunhou o ciclo da abertura política, tomou parte nas rearticulações partidárias de princípios da década de 1980, esteve presente nos empolgantes dias do movimento “Diretas Já”, e dividiu as frustrações da transição pelo alto promovida pelos grupos que assaltaram o poder em 1964. Em meio a esse processo, foi vitimada por perseguições e cisões, deixando pelo caminho companheiros, programas e algumas ideias.

A POLOP sempre se mostrou vigilante em relação à frágil democracia brasileira. Vimos pelas linhas do *Política Operária* que a POLOP foi a organização que melhor soube antecipar as ameaças que pairavam sobre a democracia nacional em princípios dos anos 1960. Na conjuntura da redemocratização, durante os trabalhos em torno da construção da nova carta constitucional brasileira, Eric Sachs, por meio do artigo “Andar com os próprios pés”, lançou uma série de advertências, de modo a salientar as continuidades em relação ao ciclo autoritário que se encerrava.

Sachs soube antecipar os perigos subjacentes a uma transição imposta, promovida pelos mesmos agentes que durante 21 anos controlaram o poder de modo autoritário. Os mesmos grupos que permaneceriam entrincheirados em diversos setores do Estado brasileiro, controlando áreas vitais, tanto em termos de infraestrutura, quanto de superestrutura. A Constituição de 1988, a parte seu viés democrático inédito, não foi capaz de suprimir tais forças, que permaneceram como uma sombra a ameaçar a sociedade brasileira. Encerramos este trabalho com uma das últimas advertências

lançadas pela pena do velho comunista judeu austríaco, texto deveras lúcido, e por que não, profético.

temos de ter consciência de que a ditadura não desmoronou frente à estratégia das oposições unidas. Estas não souberam impor-se nem no Congresso. O que derrotou a ditadura foram contradições internas (...). A ditadura foi derrotada por uma frente, formada pelo MDB e os dissidentes do partido governamental, à base de concessões mútuas. É evidente que estas concessões contêm os elementos do continuísmo, que marcam a "Nova República" desde o seu nascimento (...).

A Constituinte virá, isto não há dúvida. Ela virá, antes de tudo, porque a classe dominante precisa dela para negociar uma nova superestrutura, que corresponda às novas relações de forças, após a derrocada da ditadura aberta e indireta da burguesia. **O objetivo da Constituinte é o estabelecimento de uma ditadura direta da burguesia, isto é, direta porque sem o intermédio das Forças Armadas, mas velada, sob um manto de democracia** (Grifo nosso). Esse fato já justificaria a desconfiança que um partido de trabalhadores deveria nutrir em relação à Constituinte convocada nas condições de hoje⁴⁵⁰.

⁴⁵⁰ SACHS, Eric. "Andar com os próprios pés". Op. Cit. p. 3

Referências Bibliográficas

- ANTUNES, R. *O que é sindicalismo*. São Paulo: Abril Cultural & Brasilense, 1985
- ___ *A Rebeldia do Trabalho (O Confronto Operário no ABC Paulista: As greves de 1978/80)*. 2ª Ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1992.
- ARNS, P. E. *Brasil: Nunca Mais*. 2ª Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1985.
- BANDEIRA, M. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil: 1961-1964*. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- BASBAUM, L. *Uma vida em seis tempos: memórias*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976.
- BENEVIDES, M. V. *O Governo Kubistchek: Desenvolvimento Político e Estabilidade Política (1956-1961)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ___ *O PTB e o trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo (1945-1954)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.
- BETTELHEIM, C. *A luta de classes na União Soviética*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983.
- BLOCH, M. *Apologia da História: ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002.
- BOBBIO, N. Et alii (org). *Dicionário de Política*. 7ª Ed. Brasília-DF: Editora da Universidade de Brasília, 1995.

BODEA, M. “Trabalhismo e Populismo: o caso do Rio Grande do Sul”. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 1984.

BOGO, A. *Teoria da Organização Política* (Vol. 1). São Paulo: Expressão Popular, 2005.

BOITO Jr. A. *Sindicalismo de Estado no Brasil. Campinas-SP: Editora da Unicamp & Editora Hucitec, 1991.*

BRESSER PEREIRA, L. C. *Desenvolvimento e crise no Brasil: 1930-1983*. 3ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

CARONE, E. *Movimento operário no Brasil (1945-1964)*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Difel, 1981.

_____. *Movimento operário no Brasil (1964-1984)*. São Paulo: Difel, 1984.

CASTRO, S. “Apogeu e Crise do Populismo – (1945-1964)”. In: *Movimento Operário Brasileiro*. Belo Horizonte-MG: Editora Vega, 1980.

CAVALCANTE, P. *O caso eu conto, como o caso foi*. 3ª ed. Recife-PE: Editora Guararapes, 1980.

CHILCOTE, R. *O Partido Comunista Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1982.

COSTA, S. A. *CGT: e as lutas sindicais brasileiras (1960-1964)*. São Paulo: Editora do Grêmio Politécnico, 1981.

D’ARAÚJO, M. C. *Sindicatos, Carisma e Poder. O PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996

DASSÚ, M. “Frente única e frente popular: O VII Congresso da Internacional Comunista”. In: HOBBSAWM, E. (org.). *História do Marxismo* (Vol. 6). Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988.

DEBRAY, R. *Revolução na Revolução*. São Paulo: Centro Editorial Latino Americano, s/d.

DEL ROIO, M. “Os comunistas, a luta social e o marxismo (1920-1940)”. In: RIDENTI, M.; REIS FILHO, D. A. (Org.). *História do Marxismo no Brasil* (Vol. 5). *Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2007.

DICIONÁRIO DO PENSAMENTO MARXISTA. Bottomore, T. editor; Harris, L.Kierman, V.G. , Miliband, R. co-editores. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

DREIFUSS, R. *1964: a conquista do Estado*. 2ª Ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1981.

DUVERGER, M. *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

FERNANDES, F. *A Contestação Necessária. Retratos Intelectuais de Inconformistas e Revolucionários*. São Paulo: Editora Ática, 1995.

FERREIRA, J. ; REIS FILHO, D. A. (Org). *As Esquerdas no Brasil* (Vol. 3). “Revolução e Democracia - 1964 ...”. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, J. *João Goulart: uma biografia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, M. M. (Org.). *A Força do Povo: Brizola e o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Alerj, CPDOC/FGV, 2008.

FERREIRA, O. S. *As Forças Armadas e o Desafio da Revolução*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1964.

FORACCHI, M. M. *A Juventude na Sociedade Moderna*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1972.

FRANK, A. G. *Capitalismo y Subdesarrollo em América Latina*. México: SigloVeintiuno Editores, 1978.

FREDERICO, C. (org). *A esquerda e o movimento operário, 1964-1984*. (Vol.1) São Paulo: Editora Novos Rumos, 1987.

_____. *Esquerda e o Movimento Operário, 1964-1984. A crise do “milagre brasileiro”*. (Vol. II) Belo Horizonte-MG: Editora Oficina de Livros, 1990.

FURTADO, C. *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

GENRO, T. F.; GENRO FILHO, A. *Lênin: coração e mente*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

GOMES, A. C. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 1988.

GORENDER, J. *Combate nas Trevas*. 4ª Ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.

GRAMSCI, A. *Maquiavel. A Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, A. ; BORDIGA, A. *Conselhos de Fábrica*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

GRUPPI, L. *O Pensamento de Lênin*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979

GUSTIN, M. B. S. & VIEIRA, M. L. M. *Semeando a Democracia: a trajetória do socialismo democrático no Brasil*. MG: Editora Contagem, 1995.

HECKER, A. *Socialismo sociável: a história da esquerda democrática em São Paulo (1954-1965)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

HOBBSBAWM, E. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

IANNI, O. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1971.

IBRAHIM, J. *O que todo cidadão deve saber sobre comissões de fábrica*. São Paulo: Editora Global, 1986.

KAREPOVS D. “Mario Pedrosa e a IV Internacional (1938-1940)”. In: MARQUES NETO, José Castilho (Org.). *Mario Pedrosa e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

KAREPOVS D; MARQUES NETO, J. C. “Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1966)”. In: RIDENTI, M.; REIS FILHO, D. A. (Org.). *História do Marxismo no Brasil (Vol. 5). Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2007.

LADOSKY, W. “Evolução das instituições políticas em Minas Gerais”. IN: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Nº 14, jul. 1962. Apud: SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A Democracia Interrompida*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 2001.

LE GOFF, J. “Documento Monumento”. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. (Vol.1) *Memória-História*. Portugal: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

____. *A História nova*. 4ª Ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1998.

LENIN, V. U. *Que fazer?* São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

_ *Que Fazer? As questões palpitantes do nosso movimento*. São Paulo : Hucitec, 1978.

__ *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. 4ª Ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LOYOLA, M. A. *Os Sindicatos e o PTB. Estudo de caso em Minas Gerais*. (Cadernos CEBRAP nº 35). Petrópolis-RJ: Editora Vozes/CEBRAP, 1980.

LOUREIRO, I. M. *Rosa Luxemburg: os dilemas da ação revolucionária*. São Paulo: Editora Unesp/Perseu Abramo, 2004.

LÖWY, M. *O Marxismo na América Latina. Uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

LUXEMBURGO, R. “Questões de Organização da Social Democracia Russa”. In: LOUREIRO, I. *Rosa Luxemburgo. Textos escolhidos*. São Paulo: Expressão popular, 2009.

MACIEL, W. A. “Militares de Esquerda: formação, participação política e engajamento na luta armada (1961-1974)”. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2009.

MANDEL, E. *A Teoria Leninista da Organização*. Lisboa: Edições Antídoto, 1975.

____ *Controle Operário, Conselhos Operários e Autogestão*. São Paulo: Centro Pastoral Vergueiro, 1987.

____ *Trotsky como Alternativa*. São Paulo: Editora Xamã, 1995.

MANTEGA, G. *A economia política brasileira*. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1995.

MARIGHELLA, C. *Escritos de Marighella*. São Paulo: Editora Livramento, 1979.

MARQUES NETO, J. C. (Org.). *Mario Pedrosa e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

MARTINS FILHO, J. R. *Movimento Estudantil e Ditadura Militar – 1964 -1968*. Campinas- SP: Editora Papyrus, 1987.

“MEMOREX: elementos para uma história da UNE”. São Paulo: Edições Guaraná. Único exemplar, s/d

MONIZ BANDEIRA, L. A. *O Caminho da Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro – Guanabara: Editora Melso, 1963

____ *Presença dos Estados Unidos no Brasil – dois séculos de História*. 8ª Ed. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 1978.

____ *Brizola e o Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

____ *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1983.

____ *Farrapos de Memória. Notas sobre a POLOP*. 2014. (Obra não publicada)

MOTTA, R. P. S. *Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

NEGT, O. “Rosa Luxemburgo e a renovação do marxismo”. In: HOBBSBAWM, Eric. *História do Marxismo* (Vol. III). *O marxismo na época da Segunda Internacional* (tomo

II). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

NEVES, L. A. “Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)”. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

OLIVEIRA, F. “Padrões de acumulação, oligopólios e Estado no Brasil (1950-1976)”. In: *A Economia da Dependência Imperfeita*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

_____. *Crítica a razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Editora Boitempo, 2003

OLIVEIRA, S. L. S de. “O Grupo de Esquerda de Osasco. Movimento Estudantil, Sindicato e Guerrilha (1966-1971)”. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

OLIVEIRA, S. R. de. “Trabalhadores Favelados: identificação das favelas e movimentos sociais no Rio de Janeiro e em Belho Horizonte”. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2014.

PAINTER, D. *The Cold War: an international history*. UK-London: Routledge, 1999.

PARANHOS, A. *O Roubo da Fala. Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo: Editora Boitempo, 1999.

PINTO, B. *Guerra Revolucionária*. São Paulo: Editora Forense, 1964.

POERNER, A. J. *O poder jovem*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

PRADO JR, C. P. *A revolução brasileira*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966.

REIS FILHO, D. A. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

REIS FILHO, D. A.; SÁ, J. F. *Imagens da revolução*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

REIS FILHO, D. A. “Entre a Reforma e a Revolução. A Trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964”. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (Org.). *História do Marxismo no Brasil (Vol. 5). Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2007.

REZENDE, M. J. *A ditadura no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984*. Londrina-PR: Editora da UEL, 2001.

RIDENTI, M. S. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.

RODRIGUES, L. M. *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Editora Difel, 1966.

SACCHETTA, H. *O caldeirão das bruxas e outros escritos políticos*. Campinas-SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

SACHS, E. “*Qual a Herança da revolução russa e outros textos*”. Belo Horizonte-MG: Editora Segrac, 1988.

SADER, E. *A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana*. São Paulo: Boitempo, 2009.

SAES, D. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: Editora T. A. Queiroz, 1985.

SAINT-PIERRE, H. L. *A política armada. Fundamentos da guerra revolucionária*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

SANTOS, T. “Teoria da Dependência. Balanço e Perspectivas”. São Paulo: Civilização Brasileira, 2000.

SECCO, L. *Gramsci e a revolução*. São Paulo: Editora Alameda, 2006.

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. *Direito a Memória e a Verdade*. Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, 2007.

SENTO-SÉ, J. T. *Brizolismo: estetização da política e carisma*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1999

SILVA, M. (Org) *1964/1968, a ditadura já era ditadura*. São Paulo: LCTE Editora, 2006.

SILVA, R. B da. “Alberto Pasqualini: Trajetória Política e Pensamento Trabalhista”. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFF - Departamento de História, 2012.

SINGER, P. *Desenvolvimento Econômico e evolução Urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

SOMARRIBA, M. M. G. *et alii. Lutas Urbanas em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Editora Vozes, 1984.

SOUZA MARTINS, H. H. *O Estado e a Burocratização no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec. 1979.

SWEEZY, P. M. *Teoria do desenvolvimento capitalista: princípios de economia política marxista*. (série Os Economistas) São Paulo: Abril Cultural, 1983.

TELES, E.; SAFATLE, V. (Org.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo : Boitempo, 2010.

THOMPSON, E. Et. alii. *Extremismo e Guerra Fria*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

TROTSKY, L. *A Revolução Permanente na Rússia*. Lisboa-PT: Editora Antidoto, 1977.

____ *Balanço e Perspectivas*. Disponível no endereço eletrônico: <https://goo.gl/4nHJko>. Acessado em 12/05/2014, às 18h: 05min.

____ “Os Sindicatos na época de transição”. In: “Programa de Transição”. Disponível no endereço eletrônico: <http://goo.gl/W3epyv>. Acessado em 12/05/2014, às 16h:34min.

____ *Programa de Transição*. Disponível no endereço eletrônico: <http://goo.gl/27eVFK>. Acessado em 12/05/2014, às 18h: 18min.

VIEIRA, M. L. M. “O Partido Socialista Brasileiro e o Marxismo (1947-1965)”. *História do Marxismo no Brasil (Vol. 5). Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2007.

VIEIRA, S. L. & FARIA I. M. S. *Políticas Educacionais no Brasil: introdução histórica*. Fortaleza-CE: Editora da UECE, 2004.

VISENTINI, P. F. *Da guerra fria à crise (1945-1990): as relações internacionais contemporâneas*. Porto Alegre-RS: Editora da URGs, 1990.

Artigos Consultados

BAMBIRRA, V. “Teoría de la dependencia: uma anticrítica”. Artigo publicado em: Cátedra Che Guevara - Coletivo Amauta. Ciudad de México: Ciudad Universitaria,

1977. Disponível no endereço eletrônico: <http://goo.gl/EpnuX1>. Download e acesso em: 06/07/2013, às 19h:12min.

BANDOLI, M. “Na “contracorrente” do desenvolvimentismo: autonomia organizativa, democracia partidária e o socialismo radical da Liga Socialista Independente (1956-1960)”. *Revista Teoria e Pesquisa*. vol. 22, n. 2, p. 50-70, jul./dez. 2013. Disponível no endereço eletrônico: <http://goo.gl/3mhtJN>. Download e acesso em: 20/04/2014, às 15h:40min.

GOMES, A. C; D’ARAÚJO, M. C. S. “Getulismo e trabalhismo: tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro”. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987. Artigo disponível no endereço eletrônico: <http://goo.gl/clZ2SH>. Download e acesso em: 04/07/2015, às 19h:15min.

HELENO, A. P. “Trabalhismo e História: um percurso nas memórias de Clodesmidt Riani”. In: *Revista Perseu*, Nº 6, Ano 5, 2011.

HIRATA, H. “Capitalismo de Estado, burguesia de Estado e modo de produção tecnoburocrático”. Artigo disponível no endereço eletrônico: <http://goo.gl/5QK02t>. Acesso e download em: 16/05/2014, às 20h:23min.

LUXEMBURGO, R. A “Revolução Russa”. Disponível no endereço eletrônico: <https://goo.gl/J9LEna>. Download e acesso em 01/04/2014, às 17h:31min.

LOWY, M. “Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado”. *Revista Outubro*, n. 1, 1998, p. 75. Artigo disponível no endereço eletrônico: <http://goo.gl/30FW0x>. Download e acesso em: 07/07/2009, às 16h:05min.

MARINI, R. M. *Memórias*. p. 14. Disponível em formato digital no endereço eletrônico: <http://goo.gl/ZqA6yS>. Download e acesso em: 16/09/2015, às 17h:08min.

MELLO. D. B. de. “O direito de greve no Brasil: uma longa luta”. Disponível no endereço eletrônico: <http://goo.gl/bxuQa6>. Acessado em: 11/09/2015, às 16h:27min.

OLIVEIRA, S. R. de. “O movimento de favelas de Belo Horizonte e as representações do passado”. In: *Revista Temporalidades*. Belo Horizonte-MG: Vol. I, Nº 1, março de 2009. p. 86. Disponível no endereço eletrônico: <http://goo.gl/CCxqQR>. Download e acesso em 09/09/2015, às 15h:28min.

POMAR, V. “Memória: Otavino Alves da Silva”. In: *Revista Teoria e Debate*. Número 24, mar./mai. 1994.

REIS FILHO, D. A. “O Partido dos Trabalhadores – trajetória, metamorfoses, perspectivas”. Núcleo de Estudos Contemporâneos/NEC, Universidade Federal Fluminense/UFF, 2007. p. 2. Disponível no endereço eletrônico: <http://goo.gl/idsVEs>. Acesso e download em: 15/01/2016, às 20h:26min.

SILVA, Roberto Bitencourt. “O PTB (1945-1964): suas tendências políticas internas e a hegemonia do diretório sul-riograndense”. In: *Revista Perseu*. nº 7, ano 5, 2011.

Periódicos consultados

Jornal *Ação Socialista*, disponível em formato digital no CEDEM da UNESP.

Jornal *Política Operária*, órgão de comunicação da Organização Revolucionária

Marxista Política Operária, disponível em formato digital no CEDEM da UNESP.

Jornal *Voz Operária*, órgão de comunicação do Partido Comunista Brasileiro, acervo disponível em formato digital no CEDEM da UNESP.

Revista *História Oral*. V. 17, nº. 1, pp. 267-302, 2014.

Revista *Movimento Socialista*, arquivo pessoal de Luiz Alberto Moniz Bandeira.

Documentos Consultados

Programa do Partido Comunista Brasileiro [Aprovado no IV Congresso 7 a 11 de Novembro de 1954]. *Problemas Revista Mensal de Cultura Política*, nº 64, dezembro 1954 a fevereiro de 1955. Disponível no endereço eletrônico: <https://goo.gl/AqJluN>. Acessado em: 01/04/2014, às 21h: 23min.

Estatutos do Partido Comunista do Brasil (Aprovado no IV Congresso – 7 a 11 de novembro de 1954). Disponível no endereço eletrônico: <https://goo.gl/cgVgzo>. Acessado em: 01/04/2014, às 21h: 50min.

Programa do Partido dos Trabalhadores, 1980. p. 3. Disponível no endereço eletrônico: Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br). Acessado em: 18/01/2016, as 18h:28min.

“Manifesto de Lançamento do PT”, 1980, p. 3. Disponível no endereço eletrônico: Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo do Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br). Acessado em 18/01/2016, as 18h:30min.

Sites Consultados

Arquivo Marxista na Internet: www.marxists.org

Centro Victor Meyer: www.centrovictormeyer.org

Arquivos e centros de documentação consultados

Arquivo do Estado de São Paulo

Centro de Documentação e Informação Científica da PUC (CEDIC)

Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM)

Entrevistas

Luis Alberto Moniz Bandeira (via email)

Theotônio dos Santos (via email)

Anexos

Eric Sachs, Moniz Bandeira e Norma Moniz de Aragão, tia de Luiz Alberto, princípios da década de 1960⁴⁵¹.

Moniz Bandeira, ao centro, em visita a Cuba em 1961, na condição de assessor do deputado federal petebista Sérgio Magalhães, em visita oficial promovida pelo então presidente Jânio Quadros.

⁴⁵¹ Fotos muito gentilmente a nós fornecidas por Luiz Alberto Moniz Bandeira.

Eric Sachs no apartamento de Moniz Bandeira, princípios da década de 1960

Ruy Mauro Marini, Anos 1990⁴⁵²

⁴⁵² Fonte: <https://goo.gl/OMHV00> . Download e acesso em: 21/07/2016, às 20h:03min.

Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e Herbert de Sousa (Betinho), em seu retorno do exílio em 1979⁴⁵³.

Eder Sader, s/d⁴⁵⁴

⁴⁵³ Fonte: <https://goo.gl/Ut68o7>. Acesso e download em: 21/07/2016, às 20h:40min.

⁴⁵⁴ Fonte: <http://goo.gl/q2Fkbu>. Acesso e download em: 21/07/2016, às 20h:44min.